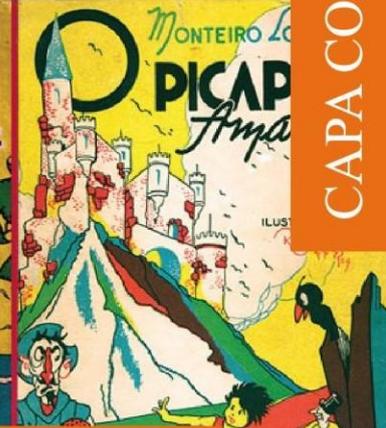
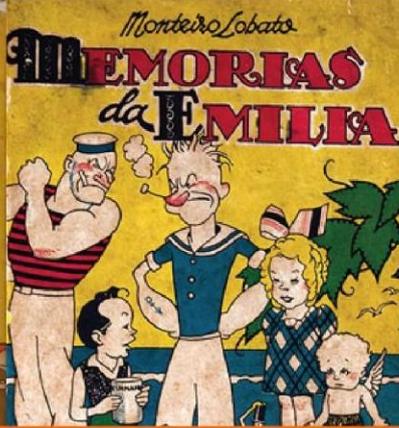
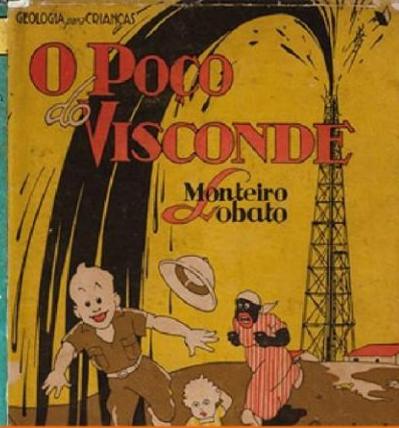
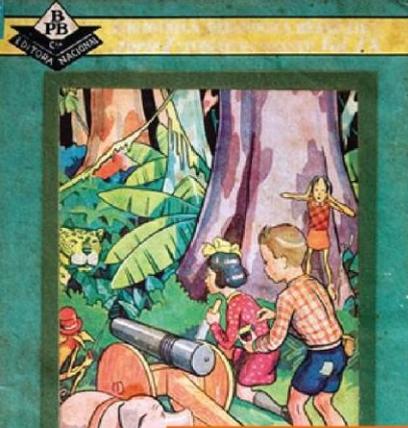
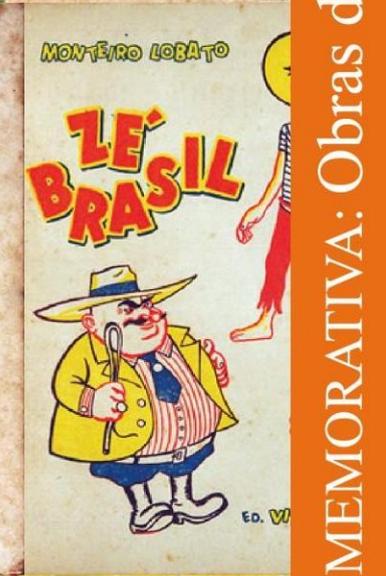
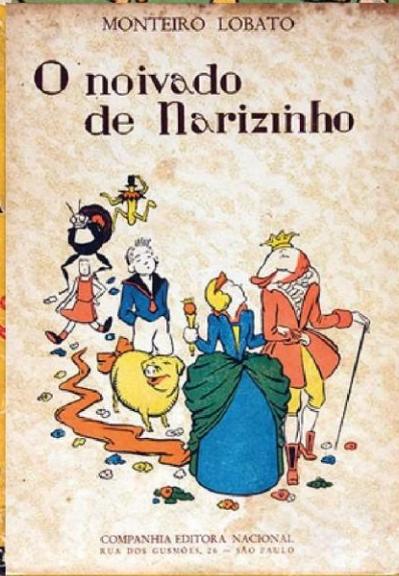
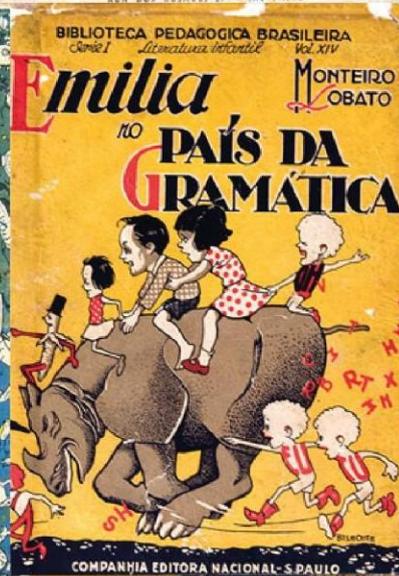
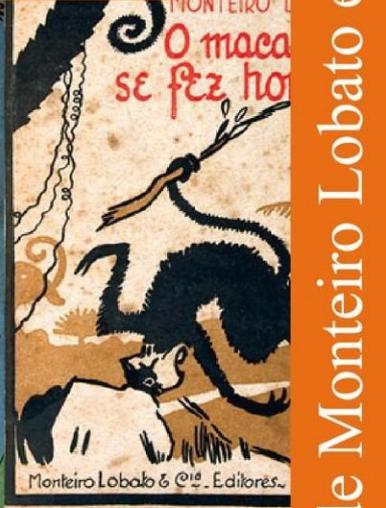
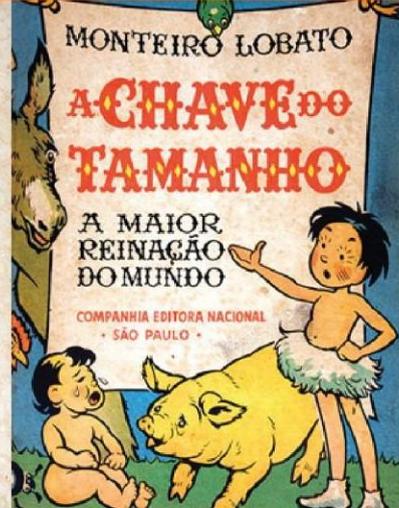
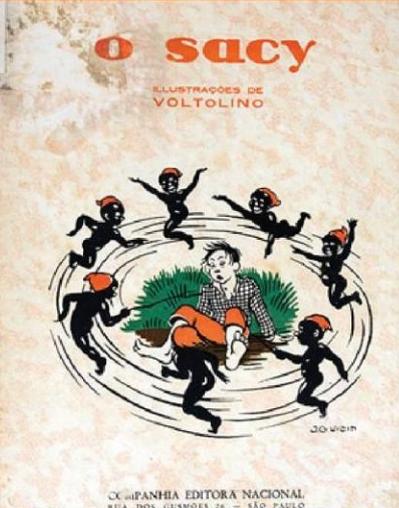


AKEDIA



ISSN: 2447-7656 – v.7 – ANO 5 – JANEIRO 2019

CAPA COMEMORATIVA: Obras de Monteiro Lobato em domínio público.

TEXTO AKEDIANO PARA ESTE VOLUME

A natureza só permite aos gênios uma filha:
sua obra.

(Frase de Monteiro Lobato. Brasil, Taubaté - SP - 1882 / 1948)

GRUPO de pesquisa SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA (SIC)



VOLUME VII – ANO V – 1º SEM. 2019

O ACERVO DE PUBLICAÇÕES DA AKEDIA É REGIDO PELA LICENÇA
CREATIVE COMMONS – ATRIBUIÇÃO 4.0 INTERNACIONAL

 Search

Find content you can share, use and remix

GRUPO DE PESQUISA
SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA (SIC)

AKEDIA – VERSÕES,
NEGLIGÊNCIAS E OUTROS
MUNDOS

VOLUME VII – ANO V
ESTUDOS FILOSÓFICOS INTERSEMIÓTICOS E
SUAS LINGUAGENS

FRUTAL – MG
2019

Equipe de Revisão Final de Normas e de Linguagem

Dr. Marcelo Pessoa, BRAZIL
Ariane Moraes – Depto. de Marketing, BRAZIL
Yago Patranis – Assistente de Editoração, INDIA

Revisão de Diagramação e Arte

Dr. Marcelo Pessoa, BRAZIL

Capa

Autor: Compilado de capas das obras de Monteiro Lobato
Título: Homenagem ao autor, que entrou em domínio público, a partir de janeiro de 2019
Imagens disponíveis: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa59/monteiro-lobato/obras?p=1>.

Impressão por demanda e hospedagem eletrônica do volume 7

Revista AKEDIA – Grupo SIC – UEMG / CNPq

Periódico Nacional Indexado por

Google Scholar
Diadorim/IBICT
Latindex
Orcid Connecting Research and Researchers
Researcher Id
Claryvate Analytics

Periódico Licenciado e também Indexado por

Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

Editor Corporativo

MPEducacional

Editor-Chefe

Prof. Dr. Marcelo Pessoa

Conselho Editorial

Dr. Dionísio Vila Maior (UAL, Lisboa)
Dr. Rodrigo Ney Millan (UEMG, Frutal)
Dr. Allynson Takehiro Fujita (UEMG, Frutal)
Dra. Cintia Camargo Vianna (UFU, Uberlândia)
Dr. Marcelo Pessoa (UEMG, Frutal)
Dr. Jorge Pedro Sousa (Universidade do Porto, Portugal)
Dra. Daniella Soares Portela (UEMG, Frutal)
Dra. Jociene Carla Bianchini Ferreira (UFMT, Mato Grosso)
Dr. André Vinicius Martinez Gonçalves (IFG, Goiás)
Dra. Cristiane Pimentel Neder (UEMG, Frutal)

P475p Pessoa, Marcelo
Estudos filosóficos intersemióticos e suas linguagens. / Marcelo Pessoa (org.) -
- Frutal, janeiro, 2019.
186 p. f.: il., (vol. 7, ano V, 1º semestre, 2019).

p - ISSN 2447-7656 e – ISSN 2674-2561 DOI 10.33726 – Volume VII – Ano V – 1º Sem. 2019

1. Produção científica. 2. Homem. 3. Cultura. 4. Sociedade I. Pessoa, Marcelo.
II. UEMG / CNPq. III. Título.

CDU 008

EDITORIAL PARA O VOLUME 7

É COM GRANDE SATISFAÇÃO QUE, NESTE MÊS DE MAIO DE 2019, DIVULGAMOS O SÉTIMO VOLUME DA REVISTA “AKEDIA: VERSÕES, NEGLIGÊNCIAS E OUTROS MUNDOS”.

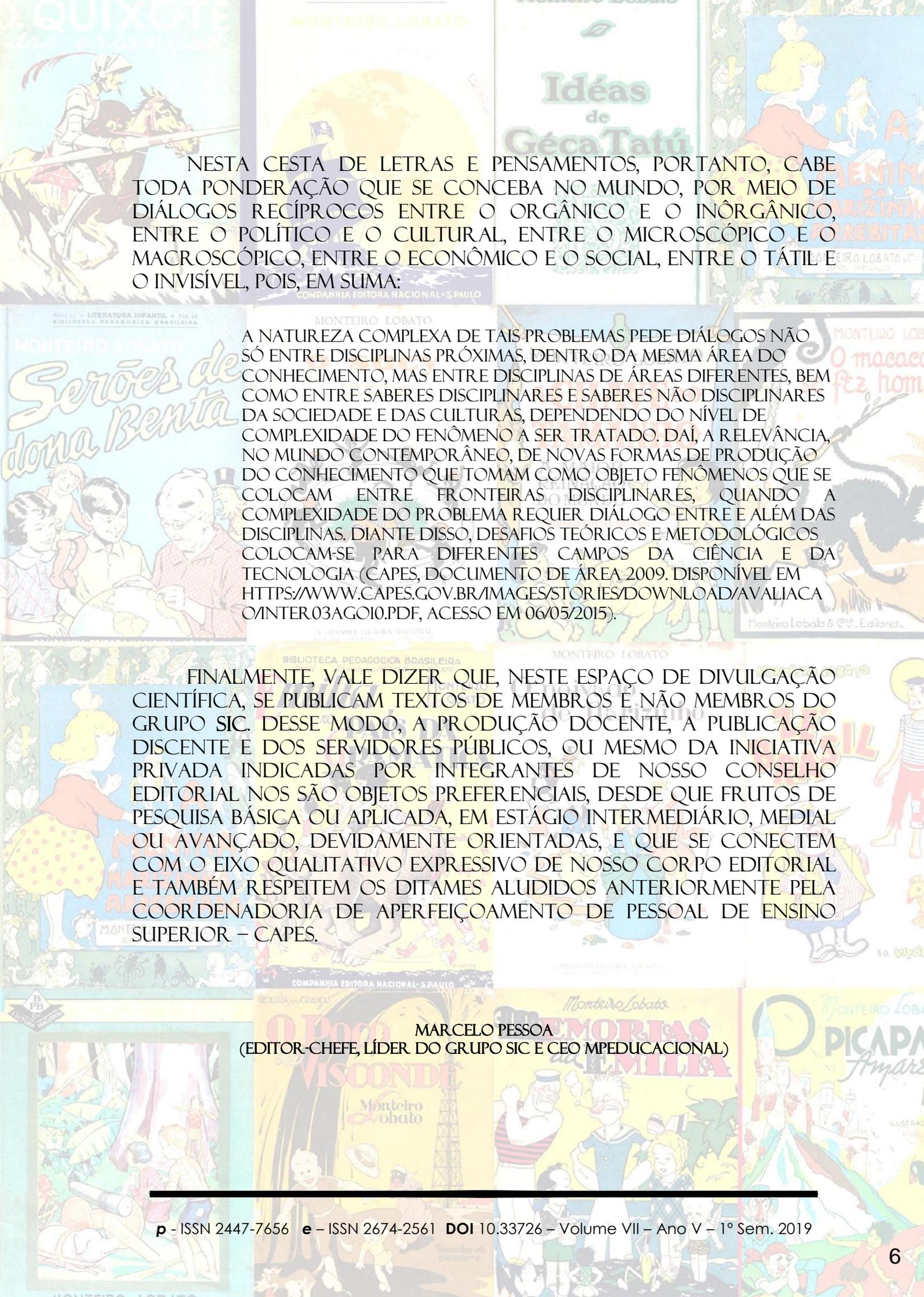
CONCEBIDA ORIGINALMENTE, NA SEGUNDA METADE DO ANO DE 2015, PARA QUE FOSSE UMA PUBLICAÇÃO IMPRESSA, ESTA MÍDIA CIENTÍFICA, ALINHADA ÀS DEMANDAS TÉCNICAS DE SEU TEMPO, RAPIDAMENTE PASSOU A INTEGRAR REPOSITÓRIOS DIGITAIS COMO O DO *SITE* DA UEMG – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, UNIDADE FRUTAL, SENDO LOGO, EM 2016, EMBARCADA NO SEU PRÓPRIO SÍTIO, VIA PLATAFORMA WIX.COM.

CUMPRINDO O QUESITO CAPES DE PERIODICIDADE SEMESTRAL, DIVULGA CHAMADAS DE PUBLICAÇÃO EM REGIME DE FLUXO CONTÍNUO. O PERFIL EDITORIAL DA “REVISTA AKEDIA” É GERENCIADO POR SEU EDITOR-CHEFE, QUE TAMBÉM É LÍDER DO GRUPO DE PESQUISAS SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA (SIC) E CEO DA MPEDUCACIONAL.

A COMPOSIÇÃO DO CORPO EDITORIAL DO PERIÓDICO CONTA COM A PARTICIPAÇÃO DE PROFESSORES DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E DE OUTROS PAÍSES, OS QUAIS ATUAM, SEMPRE QUE SOLICITADOS, COMO CONSULTORES *AD HOC*, DIRIMINDO QUESTÕES AS QUAIS, SEM SEU *KNOW HOW* ACUMULADO A SOLUÇÃO NÃO SE DARIA A CONTENTO.

CENTRADA NAS PREOCUPAÇÕES ASSOCIADAS ÀS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, ESTA REVISTA, BEM COMO AS DEMAIS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS E FICCIONAIS DO GRUPO MPEDUCACIONAL, APESAR DE TAL PREMISSE, NÃO SE ATÉM OBRIGATORIAMENTE À ESPÉCIE CONCEITUAL QUE SE EVOCA PARA ESTA OU AQUELA ÁREA DO CONHECIMENTO. SIMULTANEAMENTE, NOSSAS PUBLICAÇÕES NÃO SE PROPÕEM INTERDISCIPLINARES, VISTO QUE SERIA PARADOXAL ROMPER COM UMA TRADIÇÃO E ADERIR A OUTRA.

É FATO, POR ISSO, QUE AS PUBLICAÇÕES DITAS, ASSIM, TÍPICAMENTE AKEDIANAS, SÃO CONTROVERSAS, UMA VEZ QUE ORIENTA NOSSO *CORPUS* EDITORIAL O DESEJO DE REUNIR E PROPALAR TEXTOS QUE TRATEM DOS ASPECTOS CONTRADITÓRIOS HUMANOS, SOCIAIS E CULTURAIS QUE CONSTITUAM NOSSA CIVILIZAÇÃO, ACENANDO PARA UM TERRITÓRIO DE REFLEXÕES E DE FRONTEIRAS VISÍVEIS E INVISÍVEIS, À LUZ DO RIGOR CIENTÍFICO *STRICTO SENSU*, PORÉM, MÓVEIS E AJUSTÁVEIS.



NESTA CESTA DE LETRAS E PENSAMENTOS, PORTANTO, CABE TODA PONDERAÇÃO QUE SE CONCEBA NO MUNDO, POR MEIO DE DIÁLOGOS RECÍPROCOS ENTRE O ORGÂNICO E O INÔRGÂNICO, ENTRE O POLÍTICO E O CULTURAL, ENTRE O MICROSCÓPICO E O MACROSCÓPICO, ENTRE O ECONÔMICO E O SOCIAL, ENTRE O TÁTIL E O INVISÍVEL, POIS, EM SUMA:

A NATUREZA COMPLEXA DE TAIS PROBLEMAS PEDE DIÁLOGOS NÃO SÓ ENTRE DISCIPLINAS PRÓXIMAS, DENTRO DA MESMA ÁREA DO CONHECIMENTO, MAS ENTRE DISCIPLINAS DE ÁREAS DIFERENTES, BEM COMO ENTRE SABERES DISCIPLINARES E SABERES NÃO DISCIPLINARES DA SOCIEDADE E DAS CULTURAS, DEPENDENDO DO NÍVEL DE COMPLEXIDADE DO FENÔMENO A SER TRATADO. DAÍ, A RELEVÂNCIA, NO MUNDO CONTEMPORÂNEO, DE NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO QUE TOMAM COMO OBJETO FENÔMENOS QUE SE COLOCAM ENTRE FRONTEIRAS DISCIPLINARES, QUANDO A COMPLEXIDADE DO PROBLEMA REQUIER DIÁLOGO ENTRE E ALÉM DAS DISCIPLINAS. DIANTE DISSO, DESAFIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS COLOCAM-SE PARA DIFERENTES CAMPOS DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA (CAPES, DOCUMENTO DE ÁREA 2009. DISPONÍVEL EM [HTTPS://WWW.CAPES.GOV.BR/IMAGES/STORIES/DOWNLOAD/AVALIACA O/INTER.03AGO10.PDF](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaointer.03ago10.pdf), ACESSO EM 06/05/2015).

FINALMENTE, VALE DIZER QUE, NESTE ESPAÇO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, SE PUBLICAM TEXTOS DE MEMBROS E NÃO MEMBROS DO GRUPO SIC. DESSE MODO, A PRODUÇÃO DOCENTE, A PUBLICAÇÃO DISCENTE E DOS SERVIDORES PÚBLICOS, OU MESMO DA INICIATIVA PRIVADA INDICADAS POR INTEGRANTES DE NOSSO CONSELHO EDITORIAL NOS SÃO OBJETOS PREFERENCIAIS, DESDE QUE FRUTOS DE PESQUISA BÁSICA OU APLICADA, EM ESTÁGIO INTERMEDIÁRIO, MEDIAL OU AVANÇADO, DEVIDAMENTE ORIENTADAS, E QUE SE CONECTEM COM O EIXO QUALITATIVO EXPRESSIVO DE NOSSO CORPO EDITORIAL E TAMBÉM RESPEITEM OS DITAMES ALUDIDOS ANTERIORMENTE PELA COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR – CAPES.

MARCELO PESSOA
(EDITOR-CHEFE, LÍDER DO GRUPO SIC E CEO MPEDUCACIONAL)

PREFÁCIO PARA O VOLUME 7

NESTE INÍCIO DO QUINTO ANO DE ATIVIDADES DO PERIÓDICO, NO SÉTIMO VOLUME DA “REVISTA AKEDIA: VERSÕES, NEGLIGÊNCIAS E OUTROS MUNDOS”, SEGUEM-SE, AINDA, A MESMA MOTIVAÇÃO ESSENCIAL DO PRIMEIRO NÚMERO.

NAQUELE PRIMEIRO MOMENTO, O MOTE FOI O DE ATENDER A UMA DEMANDA ESPECÍFICA, QUE ERA O DE DAR VAZÃO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE UM GRUPO DE ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UEMG (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS), QUE CURSARAM A PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* INTITULADA “ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA”, OFERECIDA PELA UNIDADE UEMGUIANA FAPP – FACULDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS TANCREDO NEVES, COM SEDE EM BELO HORIZONTE – MG.

DESDE ENTÃO, VEMOS, NESTE SÉTIMO VOLUME, QUE OS AUTORES E AUTORAS QUE AQUI PUBLICAM JÁ NÃO SÃO APENAS OS DA PÓS-GRADUAÇÃO. IGUALMENTE, A PRODUÇÃO DOCENTE QUE POR AQUI SE EXPRESSA PASSOU A INTEGRAR FORTEMENTE A ROTINA DE AUTORES E AUTORAS PUBLICADOS.

A ESTES E AO LONGO DO TEMPO, SOMAM-SE OUTROS AUTORES E AUTORAS QUE ENTENDERAM A IMPORTÂNCIA DE ENRIQUECER COM SUAS COLABORAÇÕES PROPOSTAS COMO ESTA E, AO NOS PROCURAREM, MANIFESTARAM O DESEJO DE COMPOR FRASES E PENSAMENTOS NESTAS LINHAS, SINGELAMENTE DORAVANTE DENOMINADAS “AKEDIANAS”.

RESUMIDAMENTE, ESTE ESPAÇO DE ESCRITA ACADÊMICA VEM SENDO, ENTÃO, CONSOLIDADO NO TERRENO DA EXPOSIÇÃO DO BROCARDO CIENTÍFICO QUE DÁ VOZ À PESQUISA BÁSICA E APLICADA, EM FACE DO QUE SE RECONHECE COMO NECESSIDADE PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA TRADIÇÃO DE ENSINO, DE PESQUISA, DE GESTÃO E DE EXTENSÃO QUE SE PRETENDA DURADOURA.

MARCELO PESSOA (EDITOR-CHEFE)

SUMÁRIO

EDITORIAL PARA O VOLUME 7.....	05
PREFÁCIO PARA O VOLUME.....	07
POSFÁCIO – A IMPORTÂNCIA DE LOBATO PARA O BRASIL.....	157

ARTIGOS

(NOTA: A ORIGINALIDADE DOS TEXTOS É DE RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E AUTORAS. CABE À EQUIPE EDITORIAL DA REVISTA AKEDIA, APENAS A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDITORAÇÃO E POSTAGEM ELETRÔNICA)

1. BARBOSA, MAYLLA LIENCKVITZ; SOUZA, POLIANA TOMAZ; VILELA, DANILO VIEIRA – OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR.....	09
2. PAGLIONE, CHRISTIANE; LEALI, CLAITON ANTÔNIO; CRUZ SILVA, JANAÍNA MENDONÇA DA; TRAJANO, ANA RITA CASTRO – A IMPORTÂNCIA DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL PES.....	26
3. PESSOA, MARCELO – POR FORA SOU GOTEIRA, POR DENTRO, TEMPESTADE.....	48
4. CARVALHO, CELSO ALMEIDA DE – COMO O JAPÃO CRIOU O MERCADO DE FUTUROS.....	64
5. LOBATO, MONTEIRO – CAPÍTULO VII – A SACIZADA.....	71
6. CARVALHO, CELSO ALMEIDA DE – O ENSINO DO EMPREENDEDORISMO NAS ESCOLAS: O QUE NOS SEPARA DO PRIMEIRO MUNDO.....	73
7. MENEZES, ELENICE SALES FELICIANO & LÉPORE, PAULO EDUARDO – EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA PRÁTICA SUSTENTÁVEL.....	97
8. DANIEL, DEVANIR DONIZETI & MENEZES, ELENICE SALES – CONTROLE DA CIGARRINHA NA RAIZ DA CANA-DE-AÇÚCAR.....	119
9. FONSECA, DAVID & PESSOA, MARCELO – MODELO DE GESTÃO DAS BARBEARIAS MODERNAS.....	159
10. SOUZA, MARCELA FERNANDA DA PAZ DE – ABORDAGENS DE GÊNERO: INDICAÇÕES INTERACIONISTA, INSTITUCIONAL E DE ESTRUTURA SOCIAL.....	165

OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR

BARBOSA, Maylla Lienckvitz¹
SOUZA, Poliana Tomaz²
VILELA, Danilo Vieira³

RESUMO: Este artigo provém de pesquisa que teve por objeto o estudo das implicações da denominada “Reforma Trabalhista”, que alterou diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT de forma prejudicial, principalmente para a saúde do obreiro. A análise fundamentou-se na contextualização da consolidação legal e material do direito do trabalho, nos âmbitos nacional e internacional, abarcando essencialmente o marco jurídico e social instituído pela Constituição Federal de 1988. Para o estudo desses possíveis agravos à saúde do trabalhador, realizou-se pesquisa centrada na admissão do acordo individual de trabalho na jornada 12x36, na possibilidade de fixação mínima de 30 minutos para o gozo do intervalo intrajornada, por intermédio de norma coletiva e no reconhecimento legal do trabalho insalubre para mulheres grávidas e lactantes. A par dessas considerações, procurou-se estabelecer um liame subjetivo entre essas alterações e a importância da integração da gestão de saúde pública no país. A pesquisa teve caráter qualitativo e vislumbrou a notória redução na proteção da dignidade da pessoa humana, contrariamente ao que dispõem a Constituição Federal de 1988 e a Convenção sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho (Convenção n.º 155 da OIT), dentre outros diplomas e orientações legais e normativas. Assim, faz-se imprescindível relacionar esses novos desafios e a necessidade de reflexão do gestor público e do mercado empresarial para a importância do gerenciamento eficaz dos serviços de saúde do trabalhador.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde. Trabalhador. Reforma Trabalhista. Gestão Pública.

ABSTRACT: This article comes from a research that had as its object the study of the implications of the denominated "Labor Reform" that altered several devices of the Consolidation of the Laws of the Work - CLT in a damaging way, mainly for the health of the worker. The analysis was based on the contextualization of legal and material consolidation of labor law, at the national and international levels, essentially encompassing the legal and social framework instituted by the Federal Constitution of 1988. For the study of these possible health problems, the study focused on the admission of the individual work agreement on the 12x36 day, on the possibility of minimum fixation of 30 minutes for the enjoyment of the intrabreath interval, through a collective norm and in the legal recognition of unhealthy work for pregnant and lactating women. In addition to these considerations, a subjective link between these changes and the importance of integrating public health management in the country was sought. The research was of a qualitative nature and showed a noticeable reduction in the protection of the dignity of the human person, contrary to the provisions of the Federal Constitution of 1988 and the Convention on Occupational Safety and Health and the Working Environment (ILO Convention 155), among other diplomas and legal and regulatory guidelines. Thus, it is essential to relate these new challenges and the need for reflection of the public manager and the corporate market for the importance of effective management of the workers' health services.

KEYWORDS: Health. Worker. Labor Reform. Public administration.

¹ Assistente Social, Graduada em Serviço Social pela Universidade de Uberaba – Campus Uberaba.

² Advogada, Graduada em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal.

³ Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Doutor em Direito Político e Econômico na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Direito Obrigacional Público e Privado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Especialista em Direito Processual (UEMG), Especialista em Direito Penal e Processual Penal (UCDB), Especialista em Direito Empresarial e Advocacia Empresarial (Anhanguera-Uniderp) e MBA em Gestão Empresarial (UNESC). Membro do Grupo de Pesquisa “Estado e Economia no Brasil”.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva reunir argumentos sob as perspectivas históricas, sociais e jurídicas acerca da necessidade de se fomentar uma gestão de saúde pública eficiente e preocupada em ampliar seu sistema de incidência, mesmo diante dos retrocessos advindos com a Reforma Trabalhista que flexibilizou o direito fundamental à saúde do obreiro.

Dessa forma, parte-se de uma contextualização histórica, relacionando manifestações materiais e formais de constituição do Direito do Trabalho, com ênfase na Convenção sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho (Convenção n.º 155 da OIT – Organização Internacional do Trabalho) e no viés protecionista da Constituição Federal de 1988, como também pelas conquistas firmadas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A partir desses apontamentos, busca-se concatenar esses referenciais com a reforma trabalhista, lei promulgada a partir do Projeto de Lei n.º 6787/2016, proposto pelo Presidente da República, Michel Temer, com trâmite inicial na Câmara de Deputados, no dia 23 de dezembro, do ano de 2016, um dia após o início do recesso parlamentar.

Nessa medida, a preocupação do presente artigo situa-se nas novidades advindas com essa alteração legislativa, designadamente devido à preponderância das negociações individuais e coletivas sobre as especificações legais, com particular atenção à possibilidade de celebração de contrato individual de trabalho, tendo por objeto a pactuação de jornada laboral de 12 horas de afazeres, acompanhadas de 36 horas de descanso, a hipótese de redução do intervalo intrajornada, observando-se o gozo mínimo de 30 minutos e a oferta de ocupação insalubre para mulheres grávidas e lactantes, atendidas às peculiaridades do caso concreto.

Ao final, busca-se estabelecer um liame subjetivo entre esse retrocesso social e jurídico com a atuação do gestor público, enquanto agente idealizador e executor de políticas públicas sustentáveis e efetivas, mediante o sopesamento na observância da lei e a responsabilidade do Estado e da sociedade na garantia do mínimo existencial e da maior efetividade das normas constitucionais.

1. HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

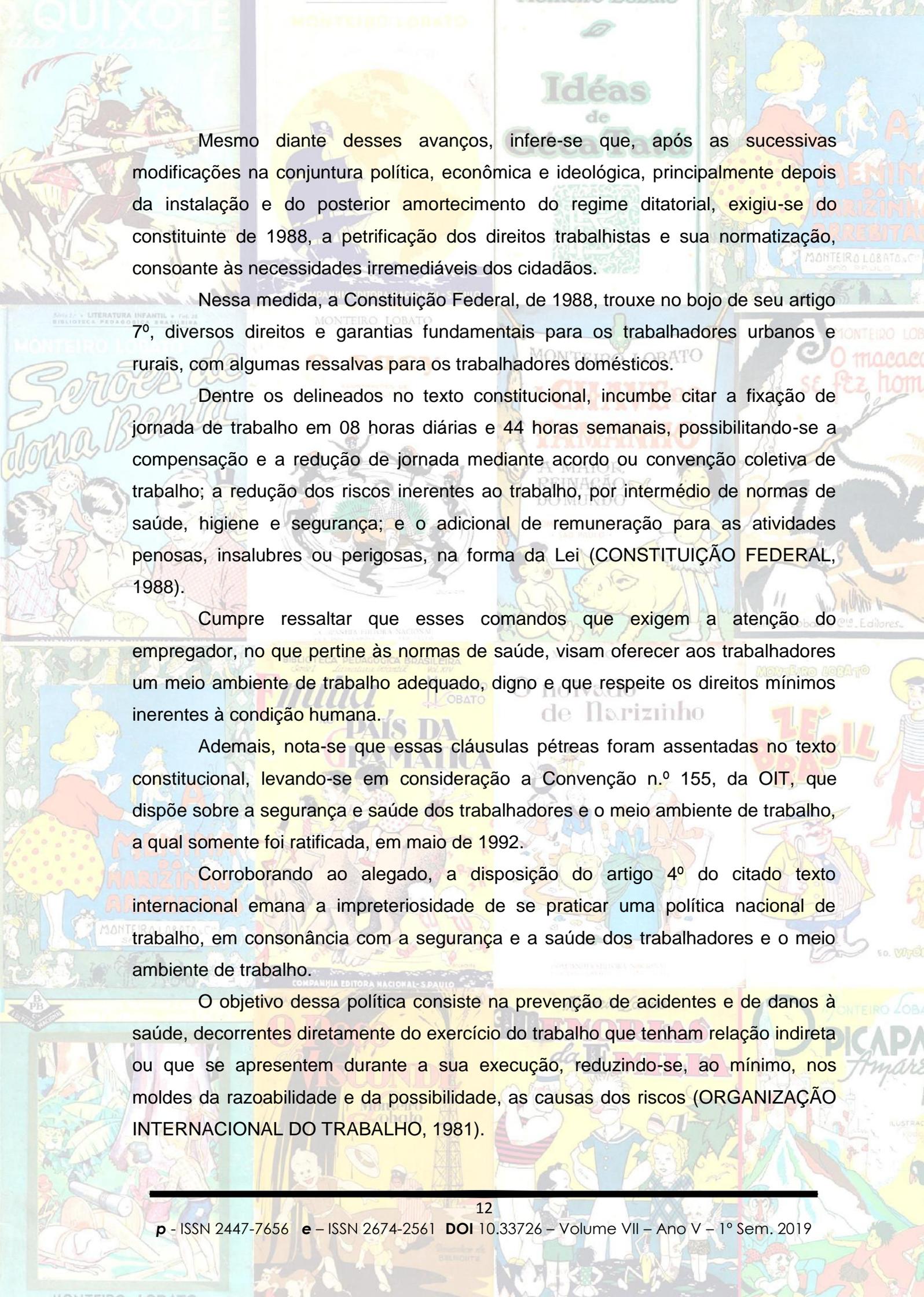
Desde os tempos remotos, se infere que o homem político atua motivado por suas necessidades e interesses, movido pelo escopo de reforçar sua superioridade em detrimento de outros que estão em condições mínimas ou desprovidos de dignidade. A exploração humana sucedeu o modo de produção primitivo, baseado no trabalho conjunto e sustentável da comunidade, a fim de proporcionar às minorias elitizadas, plenos poderes de disposição quanto à propriedade privada e aos seus subordinados.

Nessa baliza, após o período escravocrata, feudal, tem-se que a partir do final do século XVII e, devido às novas aspirações filosóficas, políticas e econômicas surgiu nesse cenário o modo de produção capitalista.

A Revolução Industrial, mediante a inserção de novos elementos de trabalho, inspirou o legislador a criar o denominado *Peel's Act* – Leis de Peel (1802 a 1848) – que consistiu em um conjunto de normas protetivas para menores e mulheres. Destacam-se, também, dentre outros marcos de constituição e consolidação da preocupação laboral, o *Manifesto Comunista*, de 1848, as “Conferências de Berlim” (1890), a “Encíclica Católica *Rerum Novarum*” (1891), a promulgação das Constituições Mexicana (1917), e Alemã (1919) e, finalmente, a criação da Organização Internacional do Trabalho (1919), pela Liga das Nações (COSTA, 2010).

Considerando as perspectivas e influências da época, no cenário brasileiro, a Lei Áurea se sobressaiu como comando normativo de maior importância quando da derrocada do Segundo Império. Ao longo do regime republicano, a salvaguarda dos direitos trabalhistas teve tímidas prescrições legais, a exemplo do direito à livre associação sindical (COSTA, 2010).

Entretanto, o desenvolvimento e a regulamentação normativa, no Brasil, se deram com a Constituição de 1934, sob a égide do governo varguista. Em 1943, promulgou-se a Consolidação das Leis do Trabalho, abarcando uma proteção e gerência substancial para a administração dos direitos e garantias dos trabalhadores, especialmente na seara da gestão pública de saúde nas indústrias e fábricas da época.



Mesmo diante desses avanços, infere-se que, após as sucessivas modificações na conjuntura política, econômica e ideológica, principalmente depois da instalação e do posterior amortecimento do regime ditatorial, exigiu-se do constituinte de 1988, a petrificação dos direitos trabalhistas e sua normatização, consoante às necessidades irremediáveis dos cidadãos.

Nessa medida, a Constituição Federal, de 1988, trouxe no bojo de seu artigo 7º, diversos direitos e garantias fundamentais para os trabalhadores urbanos e rurais, com algumas ressalvas para os trabalhadores domésticos.

Dentre os delineados no texto constitucional, incumbe citar a fixação de jornada de trabalho em 08 horas diárias e 44 horas semanais, possibilitando-se a compensação e a redução de jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por intermédio de normas de saúde, higiene e segurança; e o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da Lei (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Cumpram-se ressaltar que esses comandos que exigem a atenção do empregador, no que pertine às normas de saúde, visam oferecer aos trabalhadores um meio ambiente de trabalho adequado, digno e que respeite os direitos mínimos inerentes à condição humana.

Ademais, nota-se que essas cláusulas pétreas foram assentadas no texto constitucional, levando-se em consideração a Convenção n.º 155, da OIT, que dispõe sobre a segurança e saúde dos trabalhadores e o meio ambiente de trabalho, a qual somente foi ratificada, em maio de 1992.

Corroborando ao alegado, a disposição do artigo 4º do citado texto internacional emana a impreteriosidade de se praticar uma política nacional de trabalho, em consonância com a segurança e a saúde dos trabalhadores e o meio ambiente de trabalho.

O objetivo dessa política consiste na prevenção de acidentes e de danos à saúde, decorrentes diretamente do exercício do trabalho que tenham relação indireta ou que se apresentem durante a sua execução, reduzindo-se, ao mínimo, nos moldes da razoabilidade e da possibilidade, as causas dos riscos (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1981).

Não obstante os esforços empreendidos e as consequentes conquistas durante o Estado de Bem Estar Social, na gestão de saúde pública no ambiente de trabalho, no ano de 2017, o legislador infraconstitucional alterou diversos dispositivos da CLT, com o fito de maximizar os lucros das empresas e reduzir o alcance aos direitos e garantias dos trabalhadores.

Dentre essas modificações, denota-se a maleabilidade das normas de gestão de saúde, no tocante à celebração de acordo individual para a fixação da jornada de trabalho de 12 horas de trabalho, intermediadas por 36 horas de descanso, a possibilidade de se acordar a redução do intervalo intrajornada, observando-se o mínimo de 30 minutos diários e a admissibilidade do trabalho insalubre para mulheres grávidas.

2. O ACORDO INDIVIDUAL DE TRABALHO NA JORNADA 12X36

Esse tipo de jornada de trabalho possui origem consuetudinária e consiste em uma modalidade de compensação (CORREIA, 2018, p. 696). Recai em certas atividades em que se exige o trabalho noturno, assentado na profissão que se exerce, como nos serviços de vigilância, portaria e enfermagem (SALES, BRITO, AZEVEDO NETO, FONSECA, 2017).

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), mediante a emissão da Súmula 444, validou a jornada de 12x36, em caráter excepcional, desde que vinculada à Lei, acordo ou convenção coletiva de trabalho, *in verbis*:

Súmula 444 do TST. Jornada de Trabalho. Escala 12 x 36. Validade
É válida, em caráter excepcional, a jornada de 12 horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas.

Com a Reforma Trabalhista, o legislador infraconstitucional regulamentou a temática mediante a inserção do artigo 59-A, na CLT, oportunidade em que se estendeu a possibilidade de fixação dessa compensação de jornada para quaisquer

atividades laborais e não se requisitou a celebração de norma coletiva, com a participação dos sindicatos para sua perfectibilidade:

Art. 59-A, CLT Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultada às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

Parágrafo único: A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput deste artigo abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e §5º do art. 73 desta Consolidação.

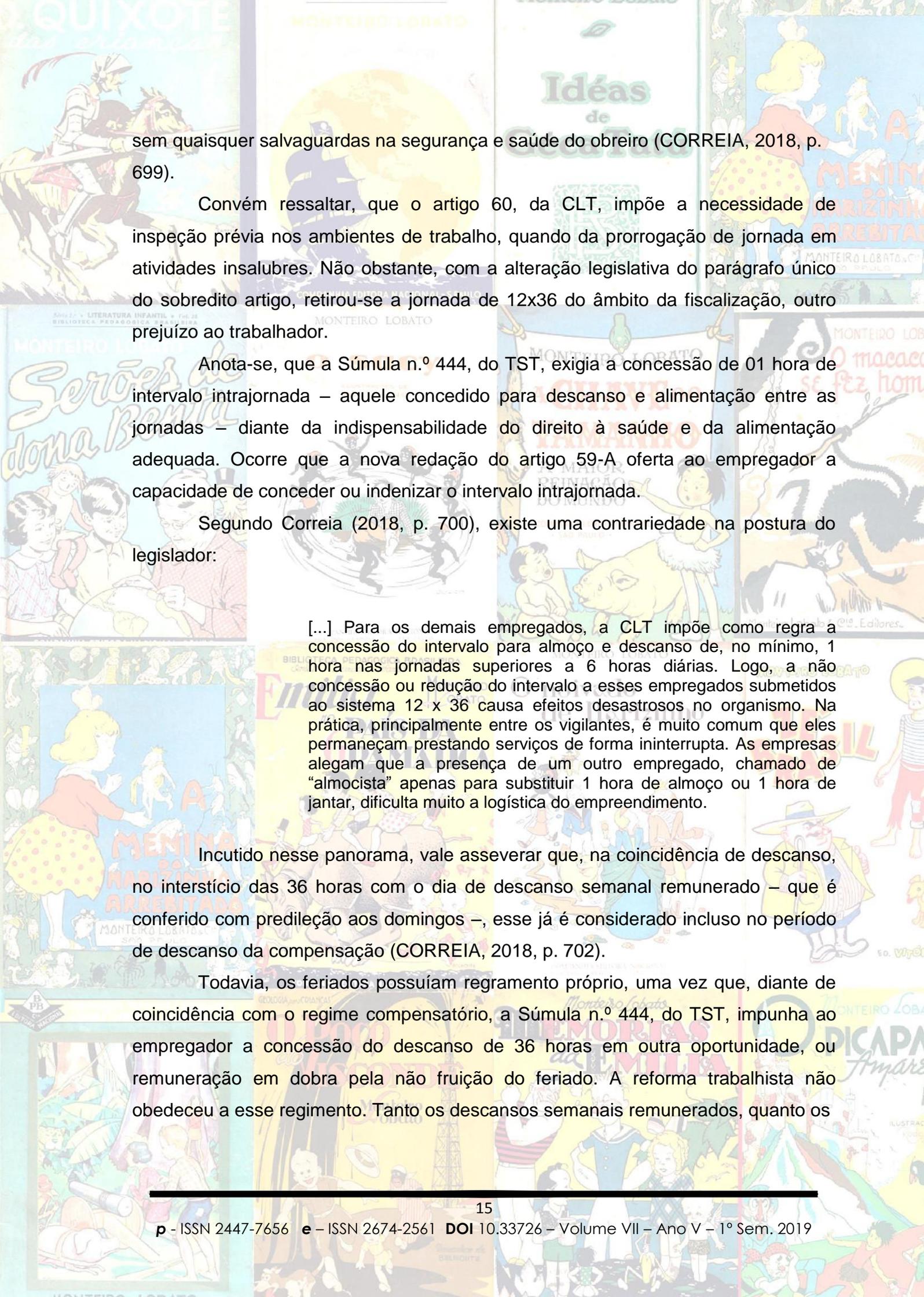
Em um primeiro momento, infere-se que permitir aos protagonistas da relação laboral a pactuação dessa jornada infringia diretamente o artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal, que traz a admissibilidade de compensação de horários e a redução da jornada mediante norma coletiva.

O Presidente da República, constringido e ciente da necessidade de se acoplar norma regulamentar, editou a Medida Provisória 808, que foi aprovada pelo Congresso Nacional, e conferiu ao artigo 59-A, nova redação, a saber:

Art. 59-A Em exceção ao disposto no art. 59 e em leis específicas, é facultado às partes, por meio de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

Ademais, a Medida Provisória facultava apenas aos profissionais da saúde o acordo individual escrito, a fim de estipular a compensação da jornada. Contudo, a MP, dentro do prazo de sua vigência, não foi convertida em Lei, razão pela qual sua vigência restou atrelada às relações jurídicas celebradas durante seu período de regência.

A par do acatado, a extensão para as demais atividades e a previsão em contrato individual escrito não proporciona qualquer proteção ao trabalhador, atribuindo legitimidade ao empregador na exigência de longas jornadas de trabalho,



sem quaisquer salvaguardas na segurança e saúde do obreiro (CORREIA, 2018, p. 699).

Convém ressaltar, que o artigo 60, da CLT, impõe a necessidade de inspeção prévia nos ambientes de trabalho, quando da prorrogação de jornada em atividades insalubres. Não obstante, com a alteração legislativa do parágrafo único do sobredito artigo, retirou-se a jornada de 12x36 do âmbito da fiscalização, outro prejuízo ao trabalhador.

Anota-se, que a Súmula n.º 444, do TST, exigia a concessão de 01 hora de intervalo intrajornada – aquele concedido para descanso e alimentação entre as jornadas – diante da indispensabilidade do direito à saúde e da alimentação adequada. Ocorre que a nova redação do artigo 59-A oferta ao empregador a capacidade de conceder ou indenizar o intervalo intrajornada.

Segundo Correia (2018, p. 700), existe uma contrariedade na postura do legislador:

[...] Para os demais empregados, a CLT impõe como regra a concessão do intervalo para almoço e descanso de, no mínimo, 1 hora nas jornadas superiores a 6 horas diárias. Logo, a não concessão ou redução do intervalo a esses empregados submetidos ao sistema 12 x 36 causa efeitos desastrosos no organismo. Na prática, principalmente entre os vigilantes, é muito comum que eles permaneçam prestando serviços de forma ininterrupta. As empresas alegam que a presença de um outro empregado, chamado de “almocista” apenas para substituir 1 hora de almoço ou 1 hora de jantar, dificulta muito a logística do empreendimento.

Incutido nesse panorama, vale asseverar que, na coincidência de descanso, no interstício das 36 horas com o dia de descanso semanal remunerado – que é conferido com predileção aos domingos –, esse já é considerado incluso no período de descanso da compensação (CORREIA, 2018, p. 702).

Todavia, os feriados possuíam regimento próprio, uma vez que, diante de coincidência com o regime compensatório, a Súmula n.º 444, do TST, impunha ao empregador a concessão do descanso de 36 horas em outra oportunidade, ou remuneração em dobra pela não fruição do feriado. A reforma trabalhista não obedeceu a esse regimento. Tanto os descansos semanais remunerados, quanto os

feriados serão considerados compensados se coincidirem com a compensação da jornada, remanescendo outra supressão de direitos.

Ademais, o trabalhador tinha direito ao adicional noturno concernente às horas laboradas após as 05 horas da manhã, nos moldes da Orientação Jurisprudencial n.º 388, da SDI – I do TST:

Orientação jurisprudencial n.º 388 da SDI – I do TST. Jornada 12 x 36. Jornada mista que compreenda a totalidade do período noturno. Adicional noturno. Devido.

O empregado submetido à jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, que compreenda a totalidade do período noturno, tem direito ao adicional noturno, relativo às horas trabalhadas após as 5 horas da manhã.

A modificação do parágrafo único, do artigo 59-A, suprimiu do empregado a percepção da adicional noturno, pois as prorrogações serão consideradas compensadas.

Considerando o arrazoado, a ausência de intervalos durante a jornada retira do trabalhador o mínimo existencial consagrado no bojo da Carta Magna, ofende sua dignidade e os comandos emergidos pelos Tratados e Convenções Internacionais que delimitam direitos básicos irrenunciáveis e insuscetíveis de disposição.

3. O INTERVALO INTRAJORNADA E OBSERVÂNCIA DO PERÍODO MÍNIMO

A execução das atividades laborais exige do trabalhador esforços físicos e psíquicos, dentre outros saberes cognitivos, a fim de que sejam satisfeitas as prescrições do empregador com qualidade e eficiência na gestão dos recursos.

Entende-se como insuperável a concessão de intervalos durante a jornada de trabalho, para que o empregado possa energizar suas forças por intermédio do descanso, da alimentação adequada, bem como valer-se desse curto período para despachar tarefas pessoais, dentre outros impropérios do cotidiano.

Assim, a depender da profissão desempenhada e da carga horária diária, estabelece-se o gozo do denominado intervalo intrajornada. Desta maneira, para jornada de até 04 horas diárias, não há a percepção do mencionado intervalo; para jornadas que excedem 04 horas diárias e não superem 06 horas, o trabalhador gozaria de 15 minutos de descanso; já, se a jornada superasse 06 horas, seria indispensável a concessão de intervalo de, no mínimo, 01 hora e, no máximo, 02 horas (CORREIA, 2018).

Cumpra ressaltar que esse direito sequer poderia ser fruto de negociação coletiva, sendo oportuna a anotação da Súmula 437, item II, do TST, a saber:

Súmula 437, item II, do TST. É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução de intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), inafiançável à negociação coletiva.

No mesmo sentido, a Convenção n.º 155, da OIT, que disciplina sobre a segurança e saúde no meio ambiente de trabalho, ratificada pelo Decreto n.º 1.254/94, dispõe, em seus artigos 4º e 5º, item b, a garantia aos trabalhadores do gozo do intervalo intrajornada, em conformidade com a política nacional de segurança e saúde.

Pelo elucidado, as partes não poderiam, por ora, entabular esse direito com infringência à Lei e ao acordado pelos sindicatos da categoria.

Não obstante, a alteração legislativa infirmou o direito do trabalhador com a inserção do artigo 611-A, inciso III, admitindo a redução do trabalho intrajornada, por meio de norma coletiva, observando-se o limite mínimo de 30 minutos.

Complementa-se, que o legislador subtraiu da política nacional de segurança e saúde, as normas pertinentes aos intervalos, navegando em terrenos sombrios e destoantes daqueles estipulados pela OIT.

A supressão total ou parcial do intervalo deixou de ter índole salarial e conseqüente repercussão nas demais parcelas. Sua natureza jurídica passou a ser indenizatória. A concessão parcial ou supressão total era tratada, para fins de pagamento, como 01 hora de intervalo, como hora extra, acrescido do adicional de 50%. Atualmente, o montante será atribuído proporcionalmente ao período de

intervalo não usufruído, considerando-se a repercussão do percentual acima citado. (CORREIA, 2018, p. 716).

Nesse lume, são preocupantes os atuais acontecimentos e a compatibilização horizontal do direito à dignidade, albergada a saúde, o trabalho e a higiene, com os anseios lucrativos dos empresários.

O texto constitucional e os demais postulados internacionais intitulam a proposição e execução de uma política nacional de prevenção e precaução de acidentes devido às excessivas jornadas de trabalho, rememorando-se períodos da história até então adormecidos.

4. GESTANTES E LACTANTES: A QUESTÃO DA INSALUBRIDADE

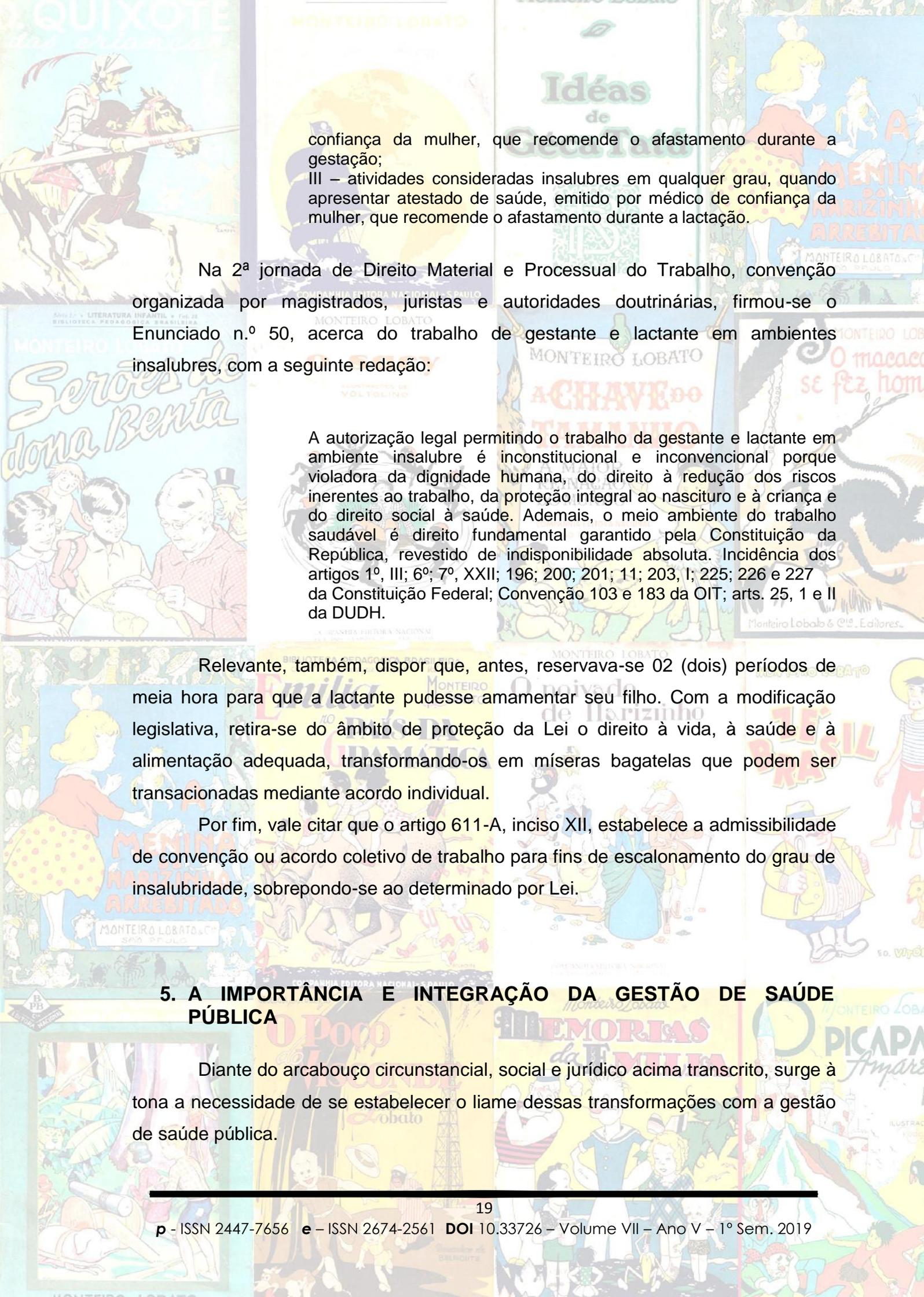
Enaltece-se que, no ano de 2016, o legislador infraconstitucional inseriu na CLT, o artigo 394-A, que dispunha sobre a impossibilidade absoluta de as empregadas gestantes e lactantes laborarem em ambientes insalubres. Ressalva-se aí a continuidade do trabalho mediante a distribuição de atividades em ambientes salubres.

Muito se discutiu sobre a viabilidade na norma. Se, por um lado, salvaguardava o feto, por outro lado, irradiava as relações de trabalho com discriminação e preconceito à mulher.

Não obstante esse dilema, a reforma trabalhista atribuiu tonalidades ao tema, repartindo o exercício das atividades de acordo com o grau de exposição aos agentes insalubres. Caso o grau de exposição seja máximo, o afastamento far-se-á obrigatório. Se mínimo ou médio, a gestante ou a lactante continuará a trabalhar, desde que apresente a recomendação médica quanto à impreteriosidade do afastamento. Por assim dizer, a nova redação do artigo 394-A:

Art. 394-A, CLT. Sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de:

- I – atividades consideradas insalubres em grau máximo, enquanto durar a gestação;
- II – atividades consideradas insalubres em grau médio ou mínimo, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de



confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a gestação;
III – atividades consideradas insalubres em qualquer grau, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a lactação.

Na 2ª jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, convenção organizada por magistrados, juristas e autoridades doutrinárias, firmou-se o Enunciado n.º 50, acerca do trabalho de gestante e lactante em ambientes insalubres, com a seguinte redação:

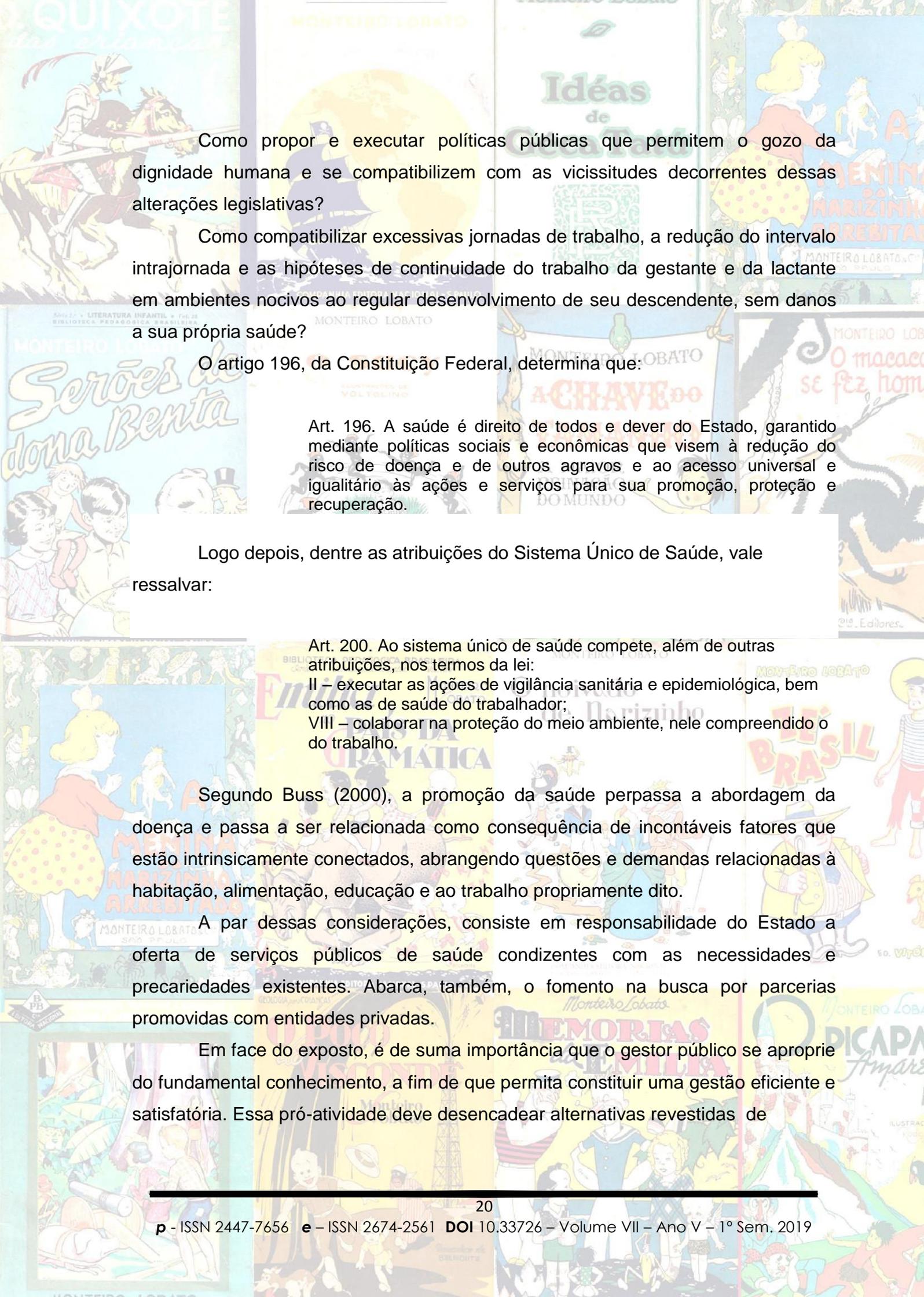
A autorização legal permitindo o trabalho da gestante e lactante em ambiente insalubre é inconstitucional e inconveniente porque violadora da dignidade humana, do direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho, da proteção integral ao nascituro e à criança e do direito social à saúde. Ademais, o meio ambiente do trabalho saudável é direito fundamental garantido pela Constituição da República, revestido de indisponibilidade absoluta. Incidência dos artigos 1º, III; 6º; 7º, XXII; 196; 200; 201; 11; 203, I; 225; 226 e 227 da Constituição Federal; Convenção 103 e 183 da OIT; arts. 25, 1 e II da DUDH.

Relevante, também, dispor que, antes, reservava-se 02 (dois) períodos de meia hora para que a lactante pudesse amamentar seu filho. Com a modificação legislativa, retira-se do âmbito de proteção da Lei o direito à vida, à saúde e à alimentação adequada, transformando-os em míseras bagatelas que podem ser transacionadas mediante acordo individual.

Por fim, vale citar que o artigo 611-A, inciso XII, estabelece a admissibilidade de convenção ou acordo coletivo de trabalho para fins de escalonamento do grau de insalubridade, sobrepondo-se ao determinado por Lei.

5. A IMPORTÂNCIA E INTEGRAÇÃO DA GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Diante do arcabouço circunstancial, social e jurídico acima transcrito, surge à tona a necessidade de se estabelecer o liame dessas transformações com a gestão de saúde pública.



Como propor e executar políticas públicas que permitem o gozo da dignidade humana e se compatibilizem com as vicissitudes decorrentes dessas alterações legislativas?

Como compatibilizar excessivas jornadas de trabalho, a redução do intervalo intrajornada e as hipóteses de continuidade do trabalho da gestante e da lactante em ambientes nocivos ao regular desenvolvimento de seu descendente, sem danos a sua própria saúde?

O artigo 196, da Constituição Federal, determina que:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Logo depois, dentre as atribuições do Sistema Único de Saúde, vale ressaltar:

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- II – executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;
- VIII – colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Segundo Buss (2000), a promoção da saúde perpassa a abordagem da doença e passa a ser relacionada como consequência de incontáveis fatores que estão intrinsecamente conectados, abrangendo questões e demandas relacionadas à habitação, alimentação, educação e ao trabalho propriamente dito.

A par dessas considerações, consiste em responsabilidade do Estado a oferta de serviços públicos de saúde condizentes com as necessidades e precariedades existentes. Abarca, também, o fomento na busca por parcerias promovidas com entidades privadas.

Em face do exposto, é de suma importância que o gestor público se aproprie do fundamental conhecimento, a fim de que permita constituir uma gestão eficiente e satisfatória. Essa pró-atividade deve desencadear alternativas revestidas de

aplicabilidade no cenário atual, pois, segundo Caetano Magalhães de Barros (2009, p. 06) compete ao gestor à condução:

[...] de recursos humanos e materiais existentes de forma tal que seu intento seja cumprido e os atores envolvidos aprovelem a atuação deste administrador e que estes mesmos atores considerem suas vontades e anseios satisfeitos, fazendo com que este mesmo administrador saia de sua gestão com o sentimento do dever cumprido e com aprovação dos atores envolvidos no processo.

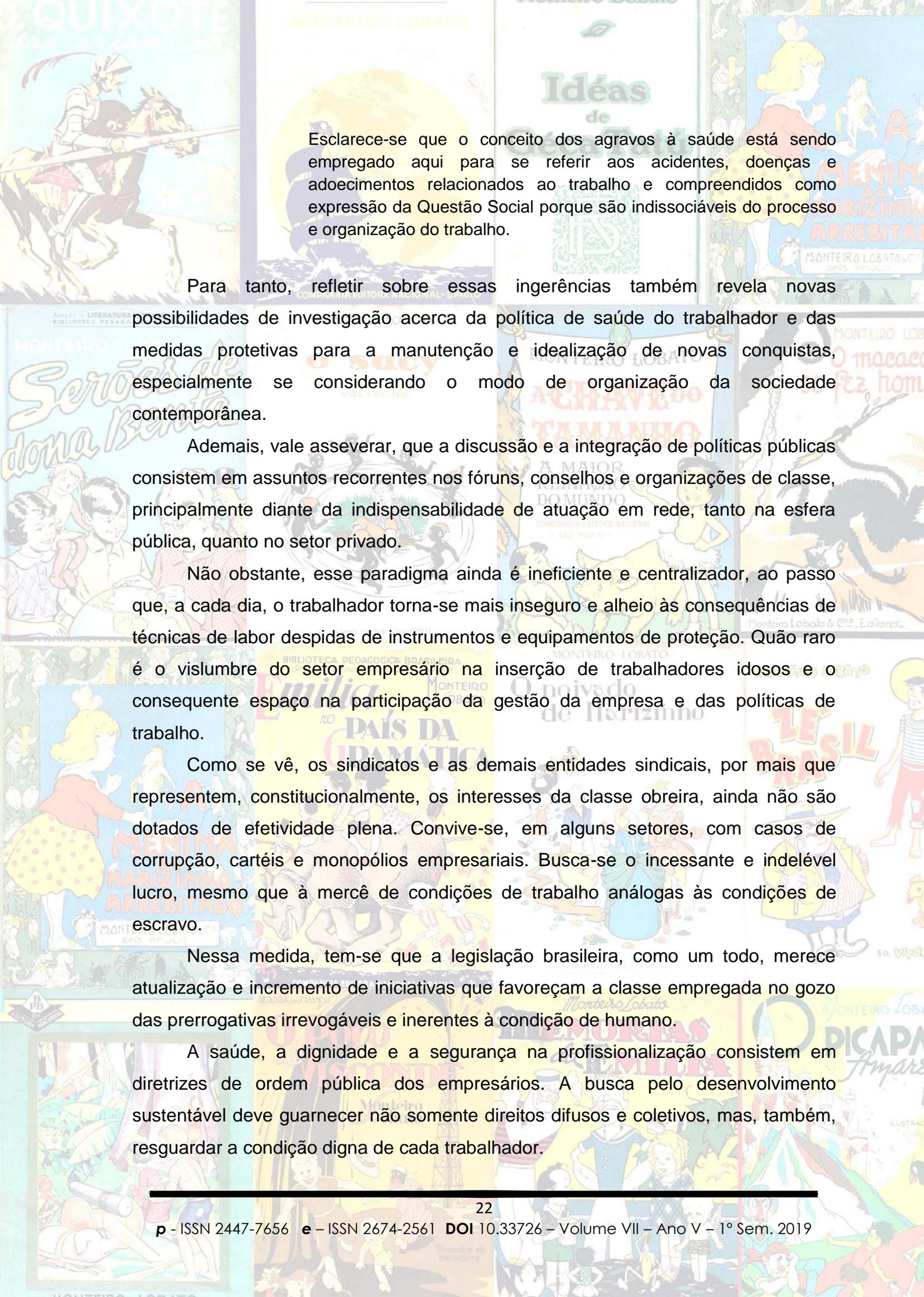
Ocorre que, em face das mudanças perpetradas pela reforma trabalhista, diversos campos de incidência das autoridades fiscalizadoras foram desprestigiados e restringidos devido à possibilidade de negociação via acordo individual escrito.

Normas e circunstâncias que antes estavam sob a guarida do Sistema Único de Saúde, na atual sistemática, padecem de proteção, dignidade e fiscalização das autoridades competentes.

A adoção de um planejamento estratégico, conciliador das necessidades substanciais do trabalhador, com consequente incursão de programas de gestão de saúde e segurança nas entidades públicas e privadas constitui política pública indispensável, a fim de buscar medidas extintivas, neutralizadoras, ou até mesmo, a alteração da legislação para alargar o rol de proteção aos direitos fundamentais inerentes à condição humana.

As doenças no seio laboral se agravam progressivamente à adoção de novas técnicas, tecnologias e insumos. Assim, a gestão preventiva e a atuação perspicaz do gestor promoverão melhores condições de trabalho, redução de acidentes e atritos entre empregados e empregadores, como também o engajamento do trabalhador na prestação dos serviços, nos moldes do artigo 37, da Constituição Federal.

Mediante a percepção dos agravos à saúde dos trabalhadores e sua relação com o sistema vigente, faz-se notória a atuação de gestores competentes e comprometidos, uma vez que é preciso e relevante compreender as acentuadas implicações à saúde do trabalhador e vislumbrar alternativas para a superação e enfrentamento dessa temática frente ao atual cenário, de ataque e negligência do Estado e desmonte das políticas públicas. Segundo Lourenço (2009, p. 23):



Esclarece-se que o conceito dos agravos à saúde está sendo empregado aqui para se referir aos acidentes, doenças e adoecimentos relacionados ao trabalho e compreendidos como expressão da Questão Social porque são indissociáveis do processo e organização do trabalho.

Para tanto, refletir sobre essas ingerências também revela novas possibilidades de investigação acerca da política de saúde do trabalhador e das medidas protetivas para a manutenção e idealização de novas conquistas, especialmente se considerando o modo de organização da sociedade contemporânea.

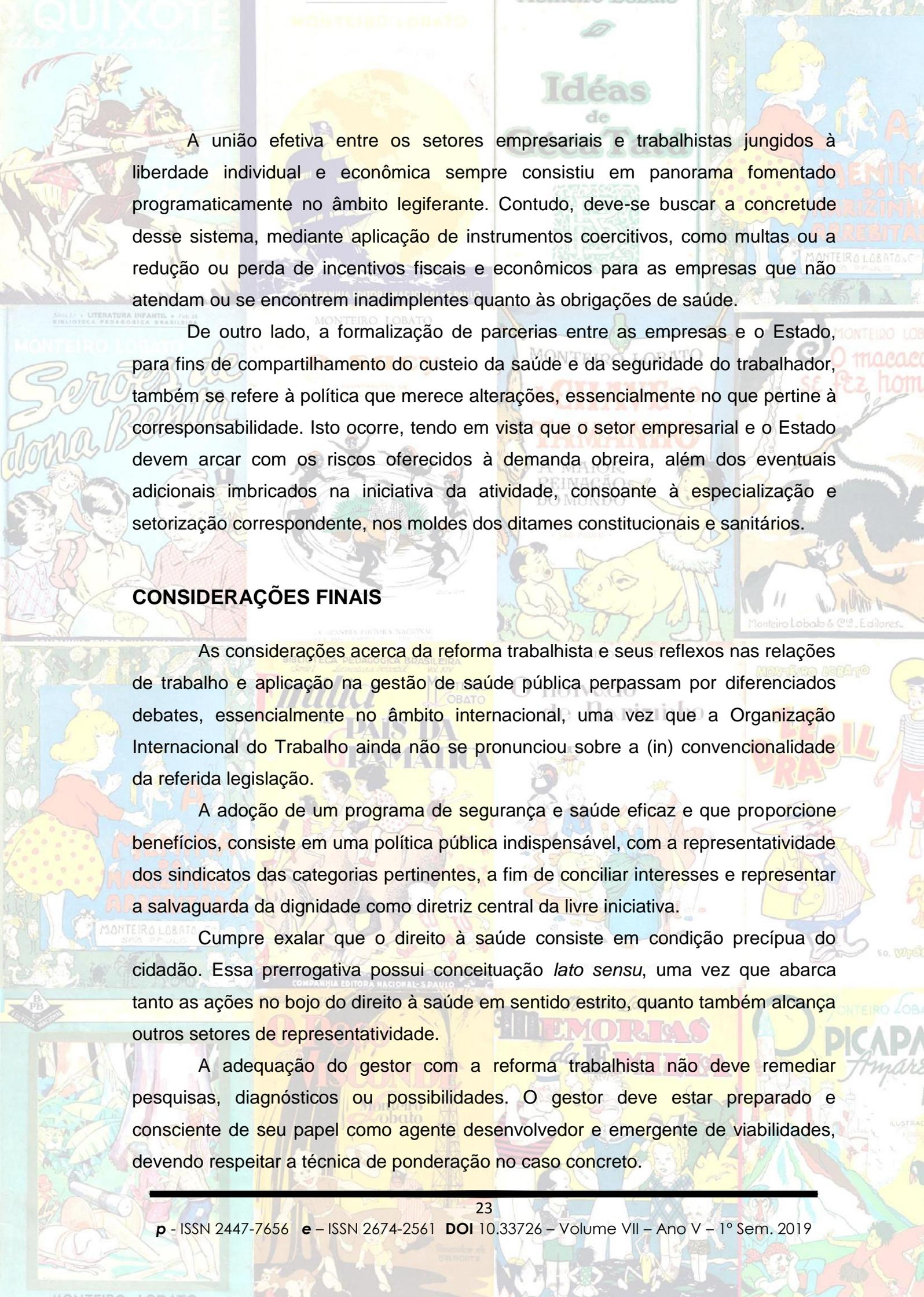
Ademais, vale asseverar, que a discussão e a integração de políticas públicas consistem em assuntos recorrentes nos fóruns, conselhos e organizações de classe, principalmente diante da indispensabilidade de atuação em rede, tanto na esfera pública, quanto no setor privado.

Não obstante, esse paradigma ainda é ineficiente e centralizador, ao passo que, a cada dia, o trabalhador torna-se mais inseguro e alheio às consequências de técnicas de labor despidas de instrumentos e equipamentos de proteção. Quão raro é o vislumbre do setor empresário na inserção de trabalhadores idosos e o consequente espaço na participação da gestão da empresa e das políticas de trabalho.

Como se vê, os sindicatos e as demais entidades sindicais, por mais que representem, constitucionalmente, os interesses da classe obreira, ainda não são dotados de efetividade plena. Convive-se, em alguns setores, com casos de corrupção, cartéis e monopólios empresariais. Busca-se o incessante e indelével lucro, mesmo que à mercê de condições de trabalho análogas às condições de escravo.

Nessa medida, tem-se que a legislação brasileira, como um todo, merece atualização e incremento de iniciativas que favoreçam a classe empregada no gozo das prerrogativas irrevogáveis e inerentes à condição de humano.

A saúde, a dignidade e a segurança na profissionalização consistem em diretrizes de ordem pública dos empresários. A busca pelo desenvolvimento sustentável deve guarnecer não somente direitos difusos e coletivos, mas, também, resguardar a condição digna de cada trabalhador.



A união efetiva entre os setores empresariais e trabalhistas jungidos à liberdade individual e econômica sempre consistiu em panorama fomentado programaticamente no âmbito legislante. Contudo, deve-se buscar a concretude desse sistema, mediante aplicação de instrumentos coercitivos, como multas ou a redução ou perda de incentivos fiscais e econômicos para as empresas que não atendam ou se encontrem inadimplentes quanto às obrigações de saúde.

De outro lado, a formalização de parcerias entre as empresas e o Estado, para fins de compartilhamento do custeio da saúde e da seguridade do trabalhador, também se refere à política que merece alterações, essencialmente no que pertine à corresponsabilidade. Isto ocorre, tendo em vista que o setor empresarial e o Estado devem arcar com os riscos oferecidos à demanda obreira, além dos eventuais adicionais imbricados na iniciativa da atividade, consoante à especialização e setorização correspondente, nos moldes dos ditames constitucionais e sanitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações acerca da reforma trabalhista e seus reflexos nas relações de trabalho e aplicação na gestão de saúde pública perpassam por diferenciados debates, essencialmente no âmbito internacional, uma vez que a Organização Internacional do Trabalho ainda não se pronunciou sobre a (in) convencionalidade da referida legislação.

A adoção de um programa de segurança e saúde eficaz e que proporcione benefícios, consiste em uma política pública indispensável, com a representatividade dos sindicatos das categorias pertinentes, a fim de conciliar interesses e representar a salvaguarda da dignidade como diretriz central da livre iniciativa.

Cumprido exalar que o direito à saúde consiste em condição precípua do cidadão. Essa prerrogativa possui conceituação *lato sensu*, uma vez que abarca tanto as ações no bojo do direito à saúde em sentido estrito, quanto também alcança outros setores de representatividade.

A adequação do gestor com a reforma trabalhista não deve remediar pesquisas, diagnósticos ou possibilidades. O gestor deve estar preparado e consciente de seu papel como agente desenvolvedor e emergente de viabilidades, devendo respeitar a técnica de ponderação no caso concreto.

REFERÊNCIAS

BARROS, Caetano M. *Gestor público: uma análise das principais competências requeridas nos dias atuais*. Trabalho de Conclusão de Curso Intensivo de Pós-Graduação. Fundação Getúlio Vargas. Belo Horizonte, 2009.

<file:///C:/Users/User/Downloads/Gestor%20P%C3%ABlico%20Uma%20an%C3%A1lise%20das%20principais%20compet%C3%A2ncias%20requeridas%20nos%20dias%20atuais%20.pdf>. Acesso em 10/01/2019.

BATISTA, Marília L.; MOREIRA, Sandra. RODRIGUES, Silvana S.; OLIVEIRA, Marise Gonçalves de. *Gestão de saúde e segurança do trabalho na área pública*. Disponível em: http://revistareage.com.br/artigos/primeira_edicao/07_gestao_de_saude_e_seguranc_a_do_trabalho_na_area_publica.pdf. Acesso em: 14 out 2018.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. *Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, 20 set 1990.

BRASIL. Portaria n.º 1.823, de 23 de agosto de 2012. *Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora*. Diário Oficial da União, Brasília, 23 ago 2012.

BUSS, Paulo Marchiori. *Promoção da saúde e qualidade de vida*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7087.pdf>. Acesso em: 18 dez 2018.

CORREIA, Henrique. *Direito do trabalho para os concursos de analista do TRT e MPU*. 11.ed. rev., atual., ampl. Salvador: Juspodivm, 2018.

COSTA, Beliza S.; COSTA, Sueli de S.; CINTRA, Cyntia L. D. *Os possíveis impactos da reforma da legislação trabalhista na saúde do trabalhador*. Disponível em: <http://www.rbmt.org.br/details/301/pt-BR/possible-impacts-of-the-labor-law-reform-on-workers%E2%80%99-health>. Acesso em: 14 out 2018.

COSTA, Helcio M. da. *Evolução histórica do Direito do Trabalho, geral e no Brasil*. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=4553. Acesso em: 13 out 2018.

DAUD JÚNIOR, Antonio. *Fim da vigência da MP 808. O que eu preciso saber?* Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/fim-vigencia-mp-808/>. Acesso em: 14 out 2018.

DOS SANTOS, José A. *Reforma trabalhista e proteção à saúde do trabalhador*. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/124654/2017_santos_jose_reforma_trabalhista.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 out 2018.

GIL, Célia R. R.; LUIZ, Isaías C.; GIL, Maria Cristina R. *Gestão pública em saúde: A importância do planejamento na gestão do SUS*. Universidade Federal do Maranhão. UNA-SUS/UFMA. São Luís, 2016

LOPES, Marcus Aurélio; FRNCO DA ROCHA, Valéria R. *Algumas das mudanças que a lei 13.467/17 repercutem nas normas de segurança e medicina do trabalho e na autonomia de vontades no meio ambiente de trabalho*. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/124652/2017_lopes_marcus_algumas_mudancas.pdf?sequence=1. Acesso em: 14 out 2018.

LORENÇO, Edvânia Ângela de Souza. *Na trilha da saúde do trabalhador: a experiência de Franca/SP*. Franca: Unesp, 2009.

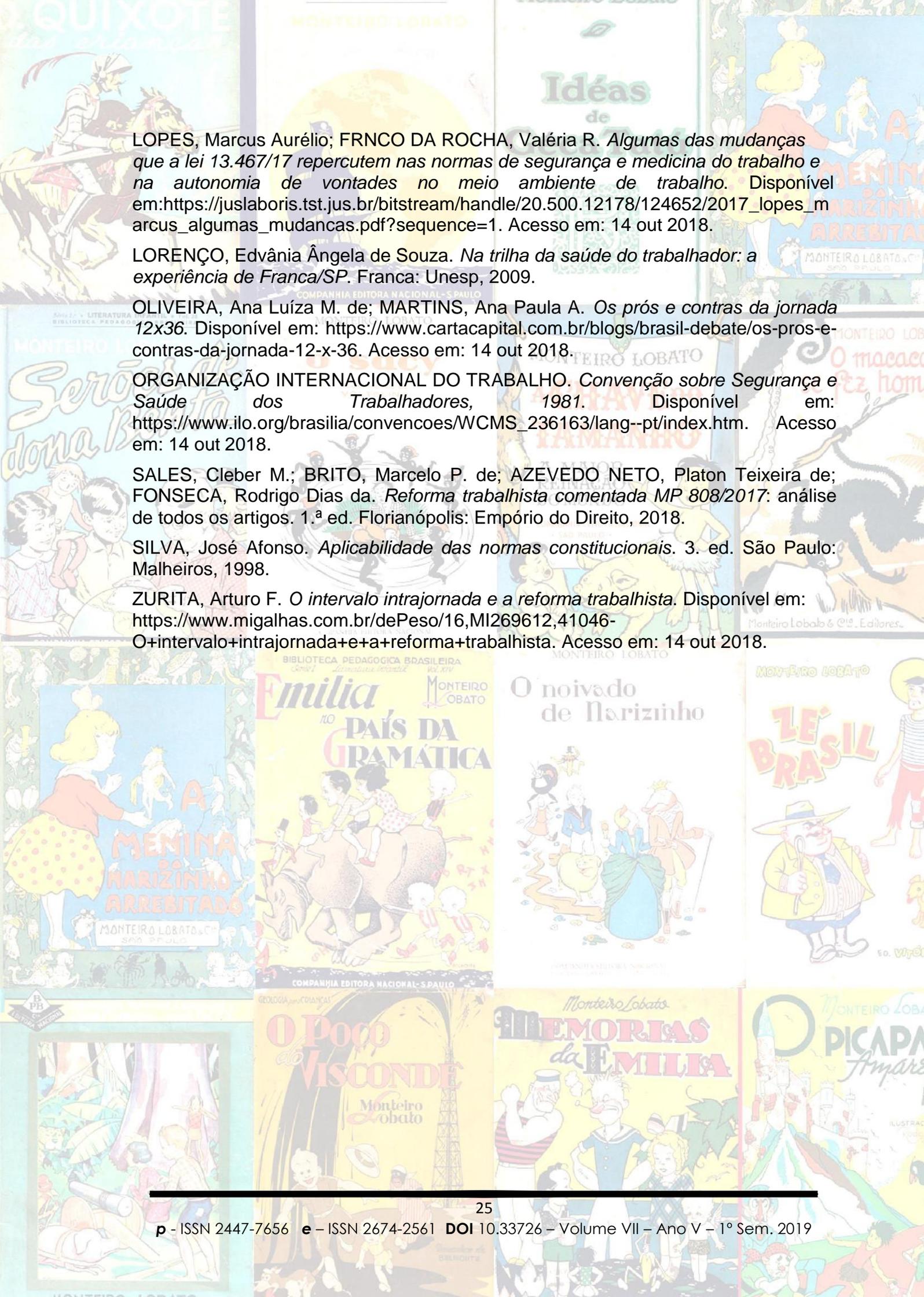
OLIVEIRA, Ana Luíza M. de; MARTINS, Ana Paula A. *Os prós e contras da jornada 12x36*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/os-pros-e-contras-da-jornada-12-x-36>. Acesso em: 14 out 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores, 1981*. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236163/lang--pt/index.htm. Acesso em: 14 out 2018.

SALES, Cleber M.; BRITO, Marcelo P. de; AZEVEDO NETO, Platon Teixeira de; FONSECA, Rodrigo Dias da. *Reforma trabalhista comentada MP 808/2017: análise de todos os artigos*. 1.ª ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2018.

SILVA, José Afonso. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

ZURITA, Arturo F. *O intervalo intrajornada e a reforma trabalhista*. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI269612,41046-O+intervalo+intra+jornada+e+a+reforma+trabalhista>. Acesso em: 14 out 2018.



A IMPORTÂNCIA DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL – PES

PAGLIONE, Christiane⁴
LEALI, Claiton Antônio⁵
CRUZ SILVA, Janaína Mendonça da⁶
TRAJANO, Ana Rita Castro⁷

RESUMO: O presente artigo apresenta a qualificação profissional como condição *sine qua non* para melhoria da Gestão Pública Municipal, com viés no Planejamento Estratégico Situacional (PES), para atender as demandas locais de forma a otimizar as aplicações dos recursos financeiros públicos, que são escassos. Definiu-se como objetivo geral deste trabalho analisar as relações entre qualificação profissional dos gestores públicos municipais e a gestão que busca como referência o Planejamento Estratégico Situacional (PES). Trata-se de uma pesquisa exploratória e, quanto aos procedimentos técnicos adotados, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental. Buscou-se elucidar as vantagens do PES em relação ao planejamento tradicional, procurando-se estabelecer relações entre PES, Gestão do Conhecimento e da Comunicação em práticas de gestão pública municipal. Ao final, este estudo culminou no desenvolvimento de uma proposta de qualificação profissional para ocupantes de 'cargos de provimento em comissão' para função de gestão, com a finalidade de capacitá-los a lidar com a complexidade dos problemas públicos municipais, por meio do PES. Na perspectiva em estudo, não há mais espaço para um modelo de gestão *top down* no setor público, uma vez que se busca a construção do Estado Necessário em meio ao cenário tendencial da democratização, que exige eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos para satisfazer aos interesses e necessidades sociais por bens e serviços demandados.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Pública Municipal; Qualificação Profissional; Planejamento Estratégico Situacional (PES); Gestão do Conhecimento e da Comunicação.

ABSTRACT: This article presents the professional qualification as a condition *sine qua non* for improving the Municipal Public Management, with bias in the Situational strategic planning (PES), to meet local demands in order to optimize the applications of public financial resources, which are scarce. Defined as general objective of this study to analyze the relationships between professional qualification of municipal public managers and the management that seeks the Situational strategic planning (PES). This is an exploratory research, and technical procedures adopted, is characterized as a bibliographical and documental research. Sought to elucidate the advantages of PES in relation to traditional planning, establish relationships between PES, knowledge management and communication in municipal public management practices. In the end, this study culminated in the development of a proposal for professional qualification for occupants of 'positions' Committee serving for management function, in order to enable them to deal with the complexity of public problems municipal, through the PES. In perspective, there is no more room for a top down management model in the public sector, since it seeks State-building Necessary amid the trend of democratisation scenario, which requires efficiency and effectiveness in the management of public resources for meet the interests and social needs for goods and services demanded.

KEYWORDS: Municipal Public Management; Professional Qualification; Situational Strategic Planning (PES); Knowledge management and communication.

⁴ Administradora – Hospital São José Ltda, de Frutal / MG. Discente do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal / Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade de Frutal / MG. Especialização em MBA em Gestão Financeira Controladoria e Auditoria / Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil. (2014-2015). Especialização em Gestão Hospitalar / Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (2007-2008). Especialização em Gestão e Exercício da Docência / Faculdade do Noroeste de Minas, FINOM (2006-2006). Especialização em Gestão Empresarial Estratégica / Universidade de São Paulo, USP (2003-2004). Graduação em Ciências Econômicas / Universidade de Uberaba, UNIUBE (1993-1997). christiane.paglione@yahoo.com.br.
⁵ Secretário Municipal de Finanças – Prefeitura Municipal de Frutal / MG. Discente do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal / UEMG, Unidade Frutal / MG. Graduação em Geografia / UEMG, Belo Horizonte (2011). claiton.leali@bol.com.br
⁶ Chefe de Divisão Projeto Especial – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Frutal / MG. Discente do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal / UEMG, Unidade Frutal / MG. Bacharel em Nutrição / Faculdade Frutal – Sociedade Frutalense de Ensino Superior Ltda [atual: Uniesp] (2011). janainanutricao17@gmail.com.

⁷ Professora Orientadora / Curso Gestão Pública Municipal / UEMG. Graduação e Mestrado em Psicologia / UFMG; Doutorado em Educação / UFMG. Professora Graduação Psicologia e História / UEMG / Divinópolis.

INTRODUÇÃO

A qualificação profissional é um desafio rumo à excelência organizacional, tanto privada, quanto pública. A partir disso, sabe-se que o tema referente à importância da qualificação profissional para a gestão pública municipal surgiu, também, associado ao interesse pela mudança de conceito no que tange ao papel das pessoas dentro das organizações e ao desconhecimento dessa alavanca de desenvolvimento por muitos gestores.

Nesse sentido, é que Chiavenato (2005, p. 90) afirma que:

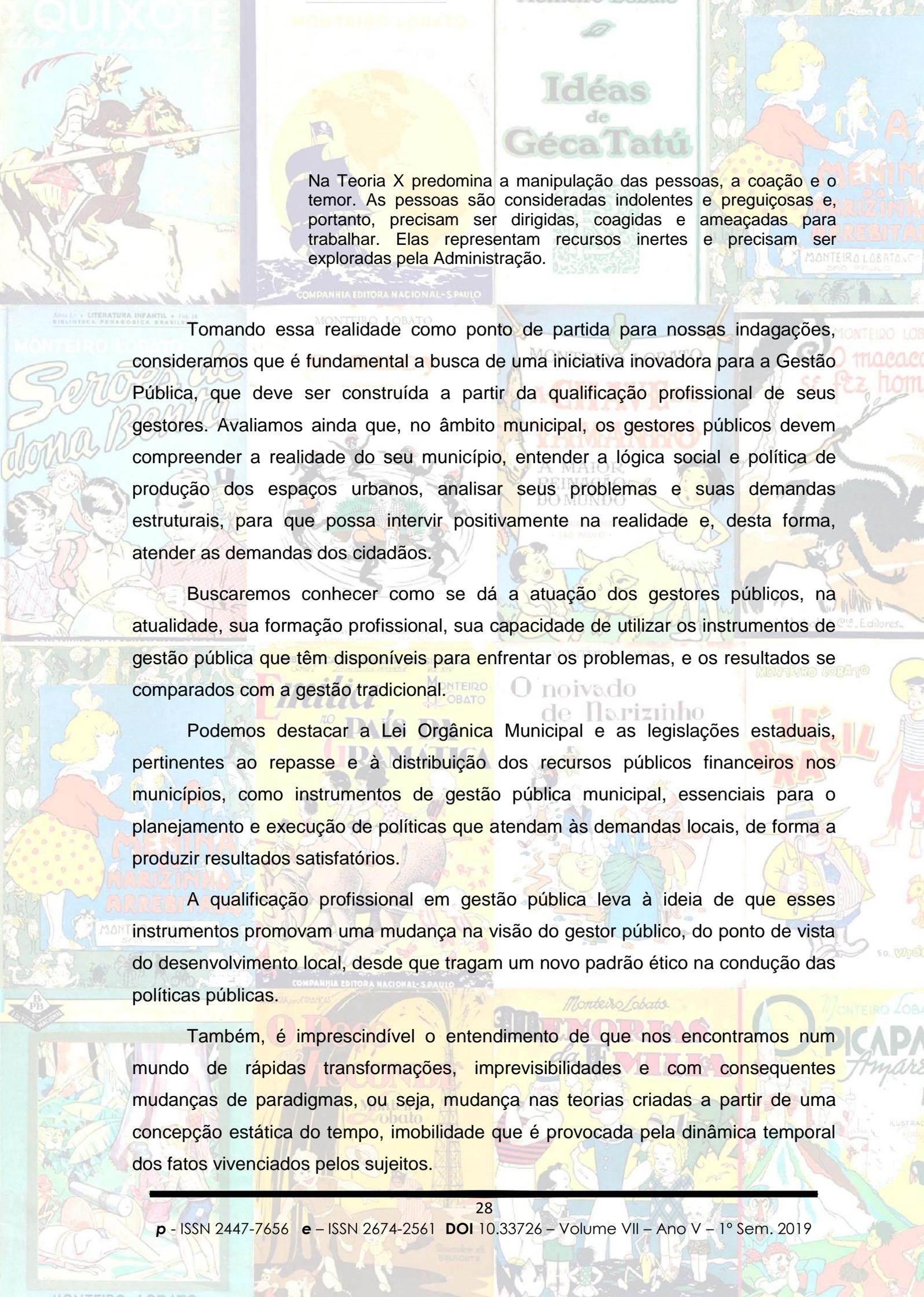
Modernamente, as organizações estão deixando de lado aspectos apenas quantitativos para focar e enfatizar aspectos qualitativos e intangíveis do capital humano necessários para conduzir a organização ao sucesso em sua estratégia organizacional.

Podemos destacar que a precária qualificação profissional dos gestores públicos pode conduzir a sérios problemas de gestão, que contaminam desde o planejamento até a execução do plano de governo, o que impacta diretamente na qualidade dos serviços prestados à população do município e, também, da microrregião, e, muitas vezes, ainda, na destinação inadequada dos escassos recursos financeiros.

E, seguindo esta linha de raciocínio, que apresenta a necessidade de mudança de paradigmas de gestão, podemos notar que a dificuldade de se redesenhar processos na Administração Pública deve-se à adoção do nível de “interdependência de fundo comum” (MENDONÇA, 2014, p. 20), caracterizado pelo modelo de gestão *top down*, em que o processo decisório é centralizado, o que limita a obtenção de resultados eficazes para o cidadão.

Essa “interdependência de fundo comum”, também conhecida como “visão tradicional”, é regida pelo conjunto de pressupostos identificados por McGregor, e denominado de *Teoria X*, citada no estudo dos Estilos de Administração, por Idalberto Chiavenato (2005, p. 400).

Segundo Idalberto Chiavenato (2005, p. 400):



Na Teoria X predomina a manipulação das pessoas, a coação e o temor. As pessoas são consideradas indolentes e preguiçosas e, portanto, precisam ser dirigidas, coagidas e ameaçadas para trabalhar. Elas representam recursos inertes e precisam ser exploradas pela Administração.

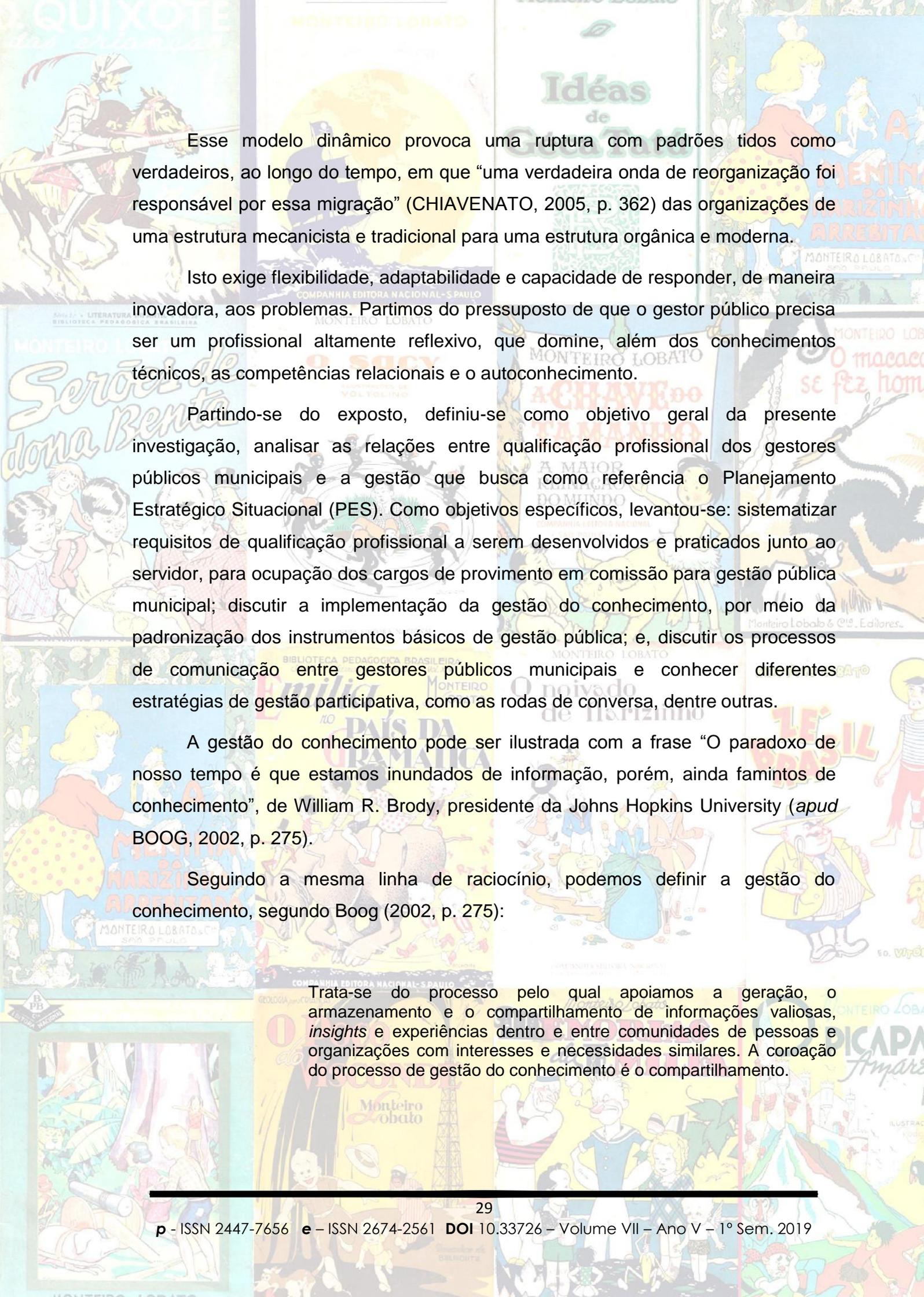
Tomando essa realidade como ponto de partida para nossas indagações, consideramos que é fundamental a busca de uma iniciativa inovadora para a Gestão Pública, que deve ser construída a partir da qualificação profissional de seus gestores. Avaliamos ainda que, no âmbito municipal, os gestores públicos devem compreender a realidade do seu município, entender a lógica social e política de produção dos espaços urbanos, analisar seus problemas e suas demandas estruturais, para que possa intervir positivamente na realidade e, desta forma, atender as demandas dos cidadãos.

Buscaremos conhecer como se dá a atuação dos gestores públicos, na atualidade, sua formação profissional, sua capacidade de utilizar os instrumentos de gestão pública que têm disponíveis para enfrentar os problemas, e os resultados se comparados com a gestão tradicional.

Podemos destacar a Lei Orgânica Municipal e as legislações estaduais, pertinentes ao repasse e à distribuição dos recursos públicos financeiros nos municípios, como instrumentos de gestão pública municipal, essenciais para o planejamento e execução de políticas que atendam às demandas locais, de forma a produzir resultados satisfatórios.

A qualificação profissional em gestão pública leva à ideia de que esses instrumentos promovam uma mudança na visão do gestor público, do ponto de vista do desenvolvimento local, desde que tragam um novo padrão ético na condução das políticas públicas.

Também, é imprescindível o entendimento de que nos encontramos num mundo de rápidas transformações, imprevisibilidades e com consequentes mudanças de paradigmas, ou seja, mudança nas teorias criadas a partir de uma concepção estática do tempo, imobilidade que é provocada pela dinâmica temporal dos fatos vivenciados pelos sujeitos.



Esse modelo dinâmico provoca uma ruptura com padrões tidos como verdadeiros, ao longo do tempo, em que “uma verdadeira onda de reorganização foi responsável por essa migração” (CHIAVENATO, 2005, p. 362) das organizações de uma estrutura mecanicista e tradicional para uma estrutura orgânica e moderna.

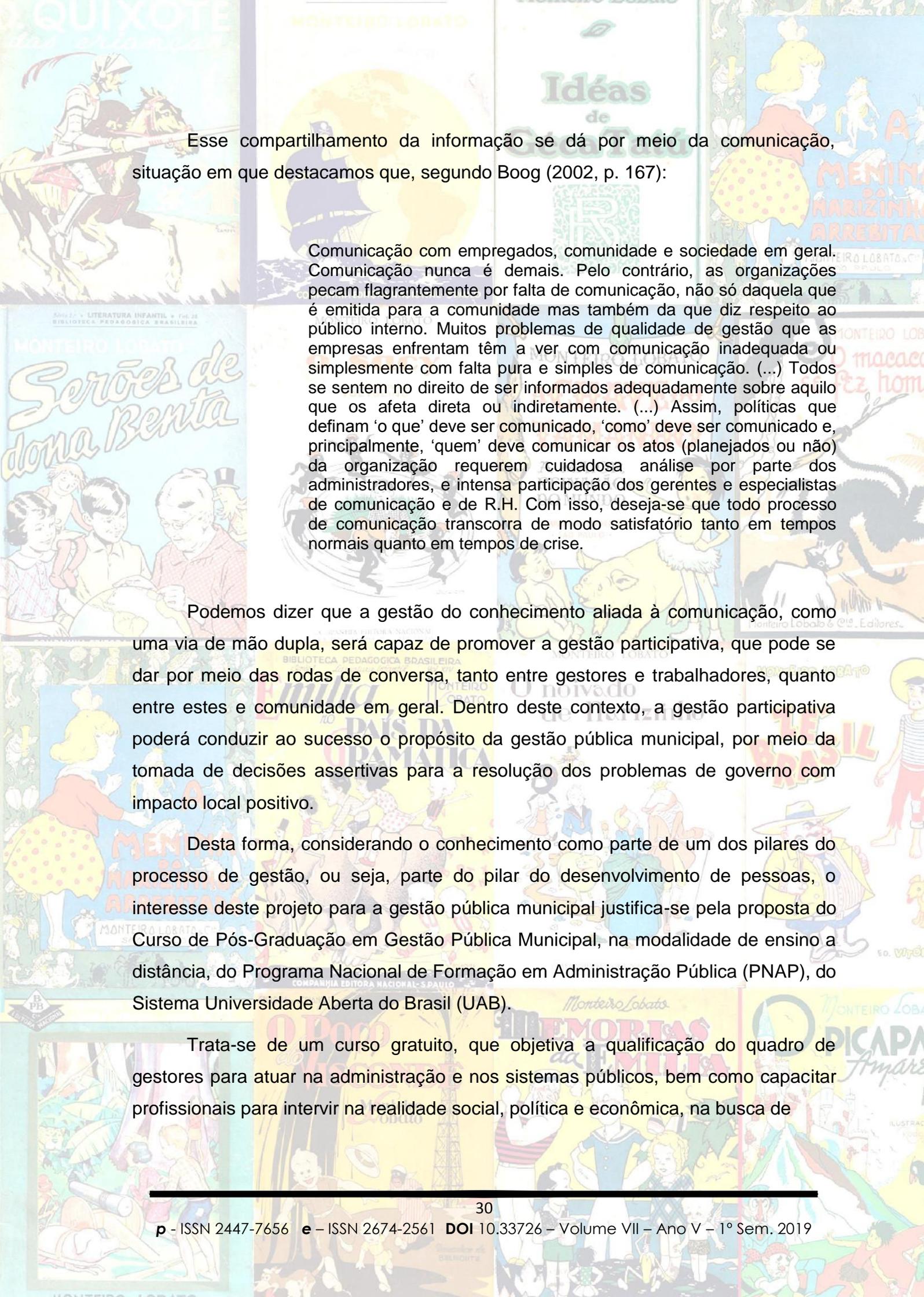
Isto exige flexibilidade, adaptabilidade e capacidade de responder, de maneira inovadora, aos problemas. Partimos do pressuposto de que o gestor público precisa ser um profissional altamente reflexivo, que domine, além dos conhecimentos técnicos, as competências relacionais e o autoconhecimento.

Partindo-se do exposto, definiu-se como objetivo geral da presente investigação, analisar as relações entre qualificação profissional dos gestores públicos municipais e a gestão que busca como referência o Planejamento Estratégico Situacional (PES). Como objetivos específicos, levantou-se: sistematizar requisitos de qualificação profissional a serem desenvolvidos e praticados junto ao servidor, para ocupação dos cargos de provimento em comissão para gestão pública municipal; discutir a implementação da gestão do conhecimento, por meio da padronização dos instrumentos básicos de gestão pública; e, discutir os processos de comunicação entre gestores públicos municipais e conhecer diferentes estratégias de gestão participativa, como as rodas de conversa, dentre outras.

A gestão do conhecimento pode ser ilustrada com a frase “O paradoxo de nosso tempo é que estamos inundados de informação, porém, ainda famintos de conhecimento”, de William R. Brody, presidente da Johns Hopkins University (*apud* BOOG, 2002, p. 275).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, podemos definir a gestão do conhecimento, segundo Boog (2002, p. 275):

Trata-se do processo pelo qual apoiamos a geração, o armazenamento e o compartilhamento de informações valiosas, *insights* e experiências dentro e entre comunidades de pessoas e organizações com interesses e necessidades similares. A coroação do processo de gestão do conhecimento é o compartilhamento.



Esse compartilhamento da informação se dá por meio da comunicação, situação em que destacamos que, segundo Boog (2002, p. 167):

Comunicação com empregados, comunidade e sociedade em geral. Comunicação nunca é demais. Pelo contrário, as organizações pecam flagrantemente por falta de comunicação, não só daquela que é emitida para a comunidade mas também da que diz respeito ao público interno. Muitos problemas de qualidade de gestão que as empresas enfrentam têm a ver com comunicação inadequada ou simplesmente com falta pura e simples de comunicação. (...) Todos se sentem no direito de ser informados adequadamente sobre aquilo que os afeta direta ou indiretamente. (...) Assim, políticas que definam 'o que' deve ser comunicado, 'como' deve ser comunicado e, principalmente, 'quem' deve comunicar os atos (planejados ou não) da organização requerem cuidadosa análise por parte dos administradores, e intensa participação dos gerentes e especialistas de comunicação e de R.H. Com isso, deseja-se que todo processo de comunicação transcorra de modo satisfatório tanto em tempos normais quanto em tempos de crise.

Podemos dizer que a gestão do conhecimento aliada à comunicação, como uma via de mão dupla, será capaz de promover a gestão participativa, que pode se dar por meio das rodas de conversa, tanto entre gestores e trabalhadores, quanto entre estes e comunidade em geral. Dentro deste contexto, a gestão participativa poderá conduzir ao sucesso o propósito da gestão pública municipal, por meio da tomada de decisões assertivas para a resolução dos problemas de governo com impacto local positivo.

Desta forma, considerando o conhecimento como parte de um dos pilares do processo de gestão, ou seja, parte do pilar do desenvolvimento de pessoas, o interesse deste projeto para a gestão pública municipal justifica-se pela proposta do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal, na modalidade de ensino a distância, do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Trata-se de um curso gratuito, que objetiva a qualificação do quadro de gestores para atuar na administração e nos sistemas públicos, bem como capacitar profissionais para intervir na realidade social, política e econômica, na busca de

otimizar os recursos financeiros públicos que são disponibilizados aos gestores públicos municipais.

Importante destacar que a formação profissional ou a educação profissional constitui o conjunto de atividades para adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes, teóricos e/ou práticos, exigidos para o exercício das funções próprias de uma profissão. Já, a qualificação, prepara o profissional que já possui conhecimento para aprimorar ou adquirir novas habilidades, e, com isso, especializa-se em áreas específicas, com a finalidade de executar melhor suas atribuições.

Sendo assim, no desenvolvimento deste artigo, primeiro será abordada a importância da qualificação profissional para os gestores públicos municipais; em seguida, será discutido o Planejamento Estratégico Situacional (PES) e suas vantagens frente ao planejamento tradicional. Na sequência, no terceiro tópico buscará elucidar o resultado da gestão pública municipal, que está diretamente relacionado com a qualificação profissional dos seus gestores para implementação do plano de governo por meio do PES.

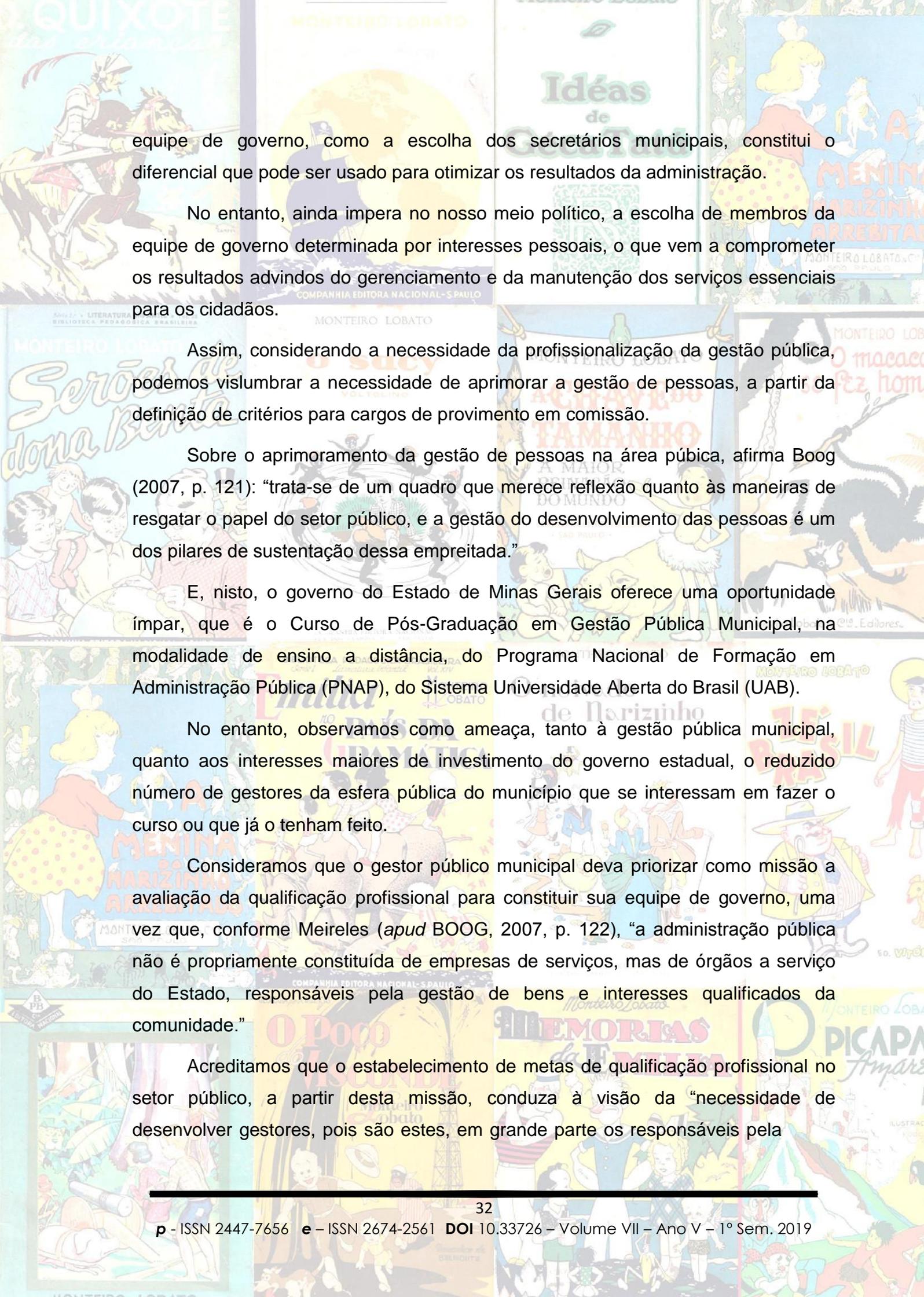
Portanto, pretendemos mostrar que a importância deste projeto se refere à análise da relação entre qualificação profissional dos gestores e a gestão baseada no PES.

É importante destacar que a presente pesquisa se caracteriza como exploratória e, quanto aos procedimentos técnicos adotados, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental.

1. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A qualificação profissional é condição essencial para desempenho de qualquer organização e, no âmbito público, em que são oferecidos serviços para todos os cidadãos, consideramos que deve constituir uma exigência para ocupação de cargos públicos de gestão.

Por isso, dentro deste contexto da qualificação profissional, podemos considerar que a liberdade de escolha de que o Prefeito dispõe para constituir sua



equipe de governo, como a escolha dos secretários municipais, constitui o diferencial que pode ser usado para otimizar os resultados da administração.

No entanto, ainda impera no nosso meio político, a escolha de membros da equipe de governo determinada por interesses pessoais, o que vem a comprometer os resultados advindos do gerenciamento e da manutenção dos serviços essenciais para os cidadãos.

Assim, considerando a necessidade da profissionalização da gestão pública, podemos vislumbrar a necessidade de aprimorar a gestão de pessoas, a partir da definição de critérios para cargos de provimento em comissão.

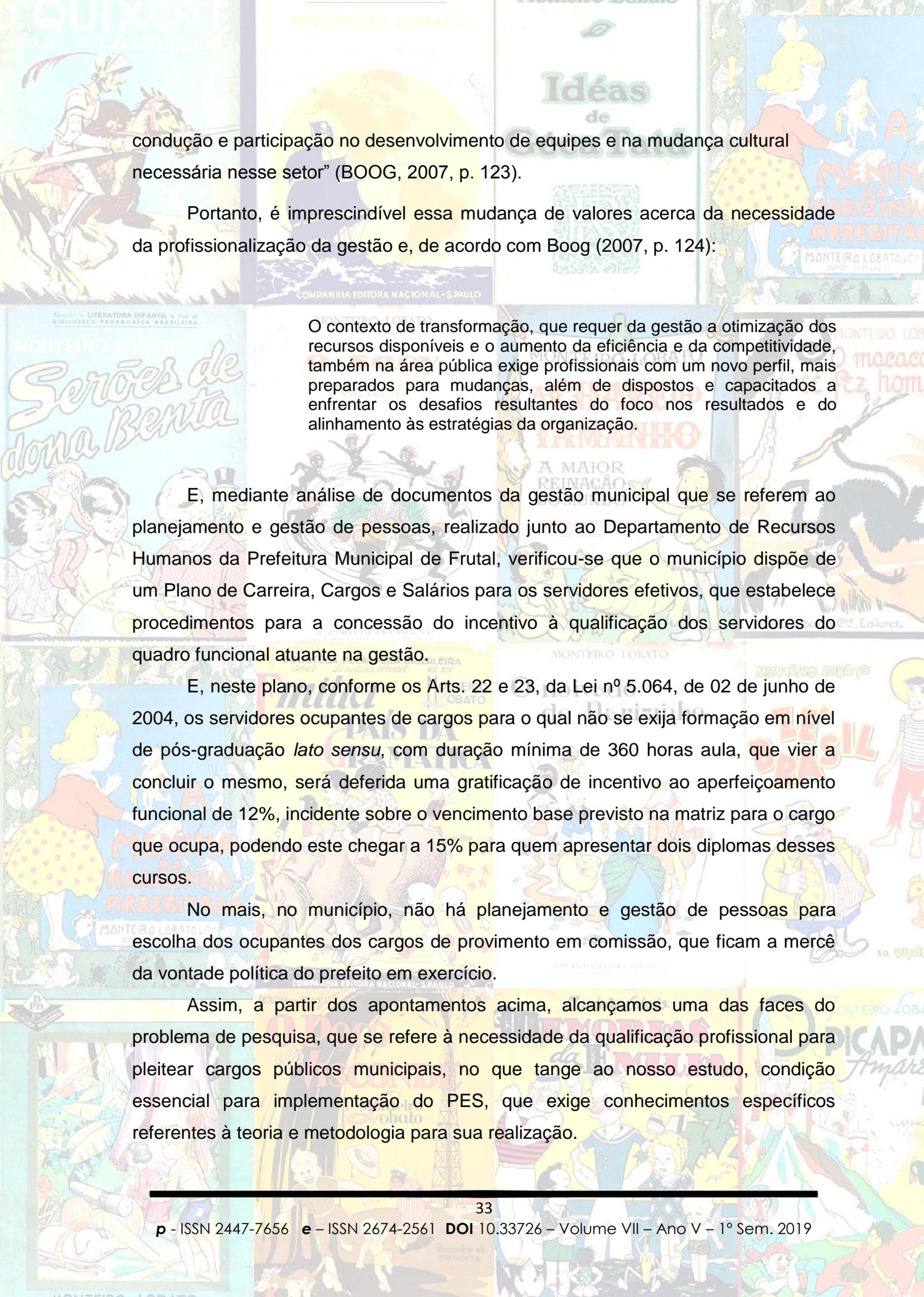
Sobre o aprimoramento da gestão de pessoas na área pública, afirma Boog (2007, p. 121): “trata-se de um quadro que merece reflexão quanto às maneiras de resgatar o papel do setor público, e a gestão do desenvolvimento das pessoas é um dos pilares de sustentação dessa empreitada.”

E, nisto, o governo do Estado de Minas Gerais oferece uma oportunidade ímpar, que é o Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal, na modalidade de ensino a distância, do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

No entanto, observamos como ameaça, tanto à gestão pública municipal, quanto aos interesses maiores de investimento do governo estadual, o reduzido número de gestores da esfera pública do município que se interessam em fazer o curso ou que já o tenham feito.

Consideramos que o gestor público municipal deva priorizar como missão a avaliação da qualificação profissional para constituir sua equipe de governo, uma vez que, conforme Meireles (*apud* BOOG, 2007, p. 122), “a administração pública não é propriamente constituída de empresas de serviços, mas de órgãos a serviço do Estado, responsáveis pela gestão de bens e interesses qualificados da comunidade.”

Acreditamos que o estabelecimento de metas de qualificação profissional no setor público, a partir desta missão, conduza à visão da “necessidade de desenvolver gestores, pois são estes, em grande parte os responsáveis pela



condução e participação no desenvolvimento de equipes e na mudança cultural necessária nesse setor” (BOOG, 2007, p. 123).

Portanto, é imprescindível essa mudança de valores acerca da necessidade da profissionalização da gestão e, de acordo com Boog (2007, p. 124):

O contexto de transformação, que requer da gestão a otimização dos recursos disponíveis e o aumento da eficiência e da competitividade, também na área pública exige profissionais com um novo perfil, mais preparados para mudanças, além de dispostos e capacitados a enfrentar os desafios resultantes do foco nos resultados e do alinhamento às estratégias da organização.

E, mediante análise de documentos da gestão municipal que se referem ao planejamento e gestão de pessoas, realizado junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Frutal, verificou-se que o município dispõe de um Plano de Carreira, Cargos e Salários para os servidores efetivos, que estabelece procedimentos para a concessão do incentivo à qualificação dos servidores do quadro funcional atuante na gestão.

E, neste plano, conforme os Arts. 22 e 23, da Lei nº 5.064, de 02 de junho de 2004, os servidores ocupantes de cargos para o qual não se exija formação em nível de pós-graduação *lato sensu*, com duração mínima de 360 horas aula, que vier a concluir o mesmo, será deferida uma gratificação de incentivo ao aperfeiçoamento funcional de 12%, incidente sobre o vencimento base previsto na matriz para o cargo que ocupa, podendo este chegar a 15% para quem apresentar dois diplomas desses cursos.

No mais, no município, não há planejamento e gestão de pessoas para escolha dos ocupantes dos cargos de provimento em comissão, que ficam a mercê da vontade política do prefeito em exercício.

Assim, a partir dos apontamentos acima, alcançamos uma das faces do problema de pesquisa, que se refere à necessidade da qualificação profissional para pleitear cargos públicos municipais, no que tange ao nosso estudo, condição essencial para implementação do PES, que exige conhecimentos específicos referentes à teoria e metodologia para sua realização.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL – PES

É sabido que o setor público caminhou, de forma mais lenta, na conscientização da necessidade da proposição de planos articulados e negociados entre sociedade e Estado. Experiências contemporâneas no âmbito público, a partir do que foi sistematizado pelo economista chileno Carlos Matus, buscam construir o planejamento, na perspectiva estratégica situacional, considerando-se os vários atores envolvidos.

Explorando a lógica de que “um ator, para alcançar suas metas, deve vencer a resistência ativa e criativa de outros atores”, segundo Huertas (1996, *apud* COSTA, 2004, p. 05).

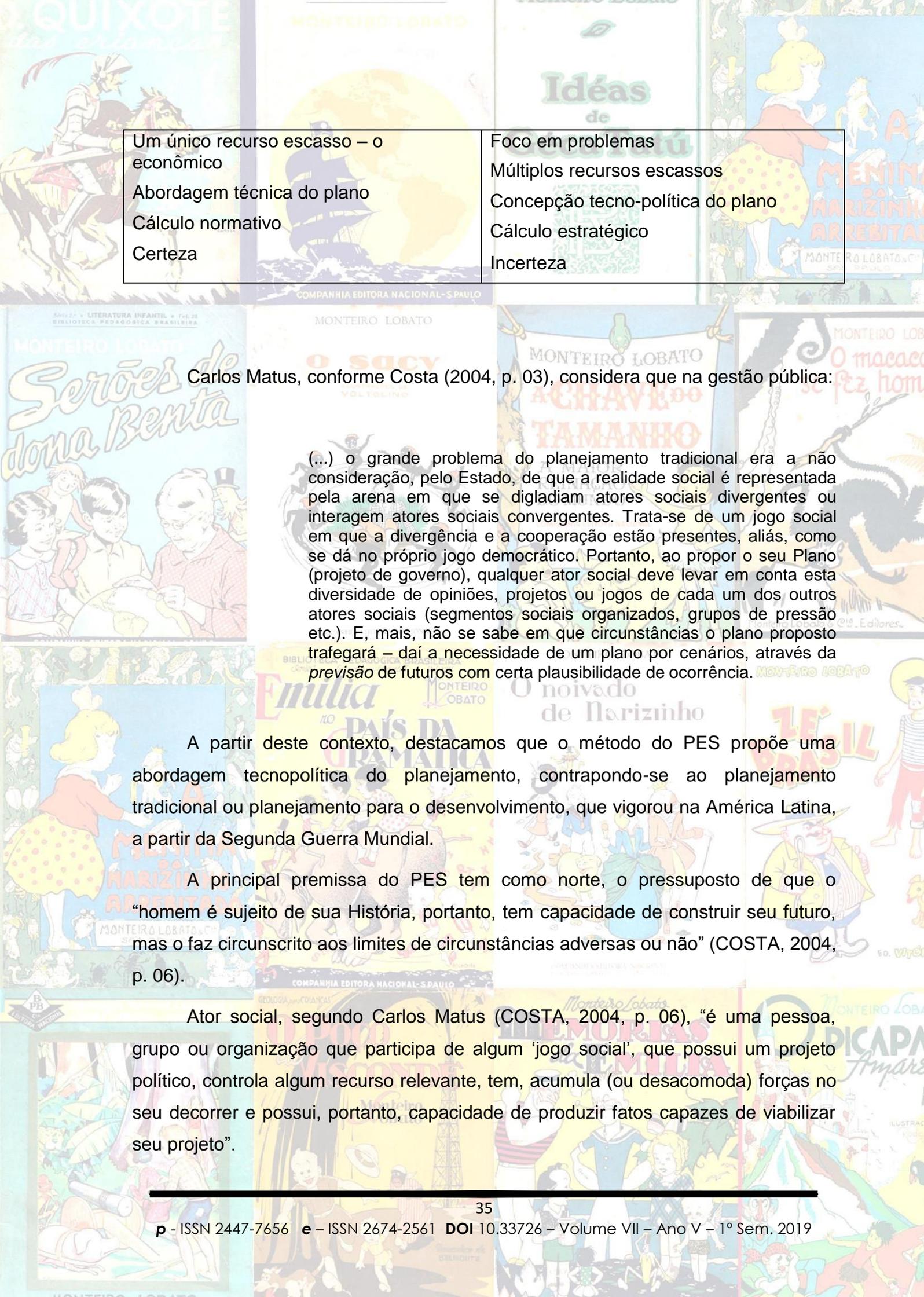
Conforme Dagnino (2014, p. 83):

Planejamento Estratégico Situacional, método PES, surgiu em meados da década de 1970, como resultado da busca de uma ferramenta de suporte, ao mesmo tempo científica e política para o trabalho cotidiano de dirigentes públicos e outros profissionais em situação de governo.

Vale ressaltar que a abordagem do PES, concebida e desenvolvida por Carlos Matus, da *Escola de Pensamento Cepalina*, travou intensa batalha contra o pensamento determinista.

Nesse sentido, temos como crucial apresentar as vantagens do PES em relação ao planejamento tradicional, como pode ser observado no quadro comparativo abaixo, extraído de (COSTA, 2004, p. 07):

Planejamento Tradicional	Planejamento Estratégico Situacional
Determinista	Situacional – Circunstancial
Um único ator – o Estado que planeja	Vários atores sociais em um jogo difuso
Predição – um único plano	Previsão em cenários – planos alternativos
Foco em setores	



Um único recurso escasso – o econômico	Foco em problemas
Abordagem técnica do plano	Múltiplos recursos escassos
Cálculo normativo	Concepção tecno-política do plano
Certeza	Cálculo estratégico
	Incerteza

Carlos Matus, conforme Costa (2004, p. 03), considera que na gestão pública:

(...) o grande problema do planejamento tradicional era a não consideração, pelo Estado, de que a realidade social é representada pela arena em que se digladiam atores sociais divergentes ou interagem atores sociais convergentes. Trata-se de um jogo social em que a divergência e a cooperação estão presentes, aliás, como se dá no próprio jogo democrático. Portanto, ao propor o seu Plano (projeto de governo), qualquer ator social deve levar em conta esta diversidade de opiniões, projetos ou jogos de cada um dos outros atores sociais (segmentos sociais organizados, grupos de pressão etc.). E, mais, não se sabe em que circunstâncias o plano proposto tráfegará – daí a necessidade de um plano por cenários, através da *previsão* de futuros com certa plausibilidade de ocorrência.

A partir deste contexto, destacamos que o método do PES propõe uma abordagem tecnopolítica do planejamento, contrapondo-se ao planejamento tradicional ou planejamento para o desenvolvimento, que vigorou na América Latina, a partir da Segunda Guerra Mundial.

A principal premissa do PES tem como norte, o pressuposto de que o “homem é sujeito de sua História, portanto, tem capacidade de construir seu futuro, mas o faz circunscrito aos limites de circunstâncias adversas ou não” (COSTA, 2004, p. 06).

Ator social, segundo Carlos Matus (COSTA, 2004, p. 06), “é uma pessoa, grupo ou organização que participa de algum ‘jogo social’, que possui um projeto político, controla algum recurso relevante, tem, acumula (ou desacomoda) forças no seu decorrer e possui, portanto, capacidade de produzir fatos capazes de viabilizar seu projeto”.

O PES é marcado por quatro momentos que constituem a sua prática, conforme Costa (2004):

MOMENTO 1 – Explicativo: é o momento da explicação do problema declarado e envolve descrevê-lo em suas manifestações imediatas – suas causas e suas consequências. Isto é feito pela equipe e pelo dirigente que está planejando, através de uma técnica de dinâmica de grupo, portanto, de forma participativa, pelo fluxograma explicativo;

MOMENTO 2 – Normativo: hora de fazer o plano de ação para atacar determinadas causas do problema, chamadas nós-críticos. Este plano é decomposto em operações, ações, programas, projetos etc.;

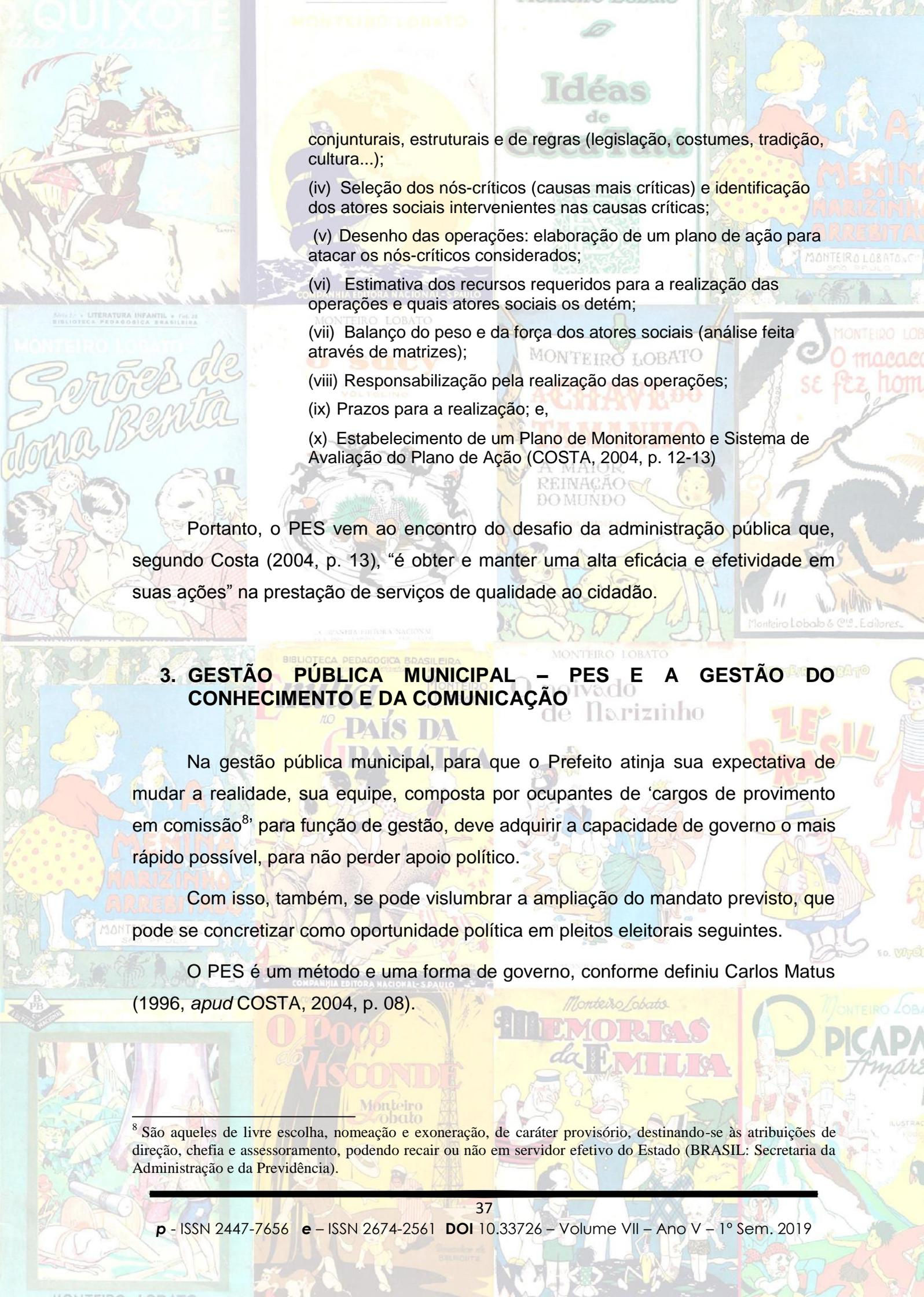
MOMENTO 3 – Estratégico: elaborado um plano situacional para aquela situação momentânea, passa-se, então, ao balanço do peso e força de atores sociais que interferem no jogo em questão e se concebem as linhas estratégicas de atuação; e,

MOMENTO 4 – Tático-operacional: “é a ocasião de *jogar*, quer dizer, de executar o plano e voltar à análise de intercâmbio de problemas” (COSTA, 2004, p. 11).

O processo é cíclico e trabalha com o conceito de momentos e não de etapas, como no planejamento tradicional. Isto, porque o conceito de “momento” não segue uma sequência linear obrigatória, tem uma cadeia contínua, sem começo nem fim, os momentos não são excludentes e um deles é sempre dominante.

Seguindo com Costa (2004), o autor apresenta os passos para a construção do plano de ação estratégico, baseado na metodologia PES:

- (i) Definição e seleção dos problemas a serem enfrentados, através de um protocolo, contendo critérios da viabilidade do enfrentamento dos problemas;
- (ii) Declaração do problema pelo ator social e compromisso em resolvê-lo;
- (iii) Explicação do problema: identificação dos descritores (indicadores) do problema e de suas causas. São identificadas causas dentro e fora da governabilidade do ator e causas



conjunturais, estruturais e de regras (legislação, costumes, tradição, cultura...);

(iv) Seleção dos nós-críticos (causas mais críticas) e identificação dos atores sociais intervenientes nas causas críticas;

(v) Desenho das operações: elaboração de um plano de ação para atacar os nós-críticos considerados;

(vi) Estimativa dos recursos requeridos para a realização das operações e quais atores sociais os detém;

(vii) Balanço do peso e da força dos atores sociais (análise feita através de matrizes);

(viii) Responsabilização pela realização das operações;

(ix) Prazos para a realização; e,

(x) Estabelecimento de um Plano de Monitoramento e Sistema de Avaliação do Plano de Ação (COSTA, 2004, p. 12-13)

Portanto, o PES vem ao encontro do desafio da administração pública que, segundo Costa (2004, p. 13), “é obter e manter uma alta eficácia e efetividade em suas ações” na prestação de serviços de qualidade ao cidadão.

3. GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – PES E A GESTÃO DO CONHECIMENTO E DA COMUNICAÇÃO

Na gestão pública municipal, para que o Prefeito atinja sua expectativa de mudar a realidade, sua equipe, composta por ocupantes de ‘cargos de provimento em comissão⁸’ para função de gestão, deve adquirir a capacidade de governo o mais rápido possível, para não perder apoio político.

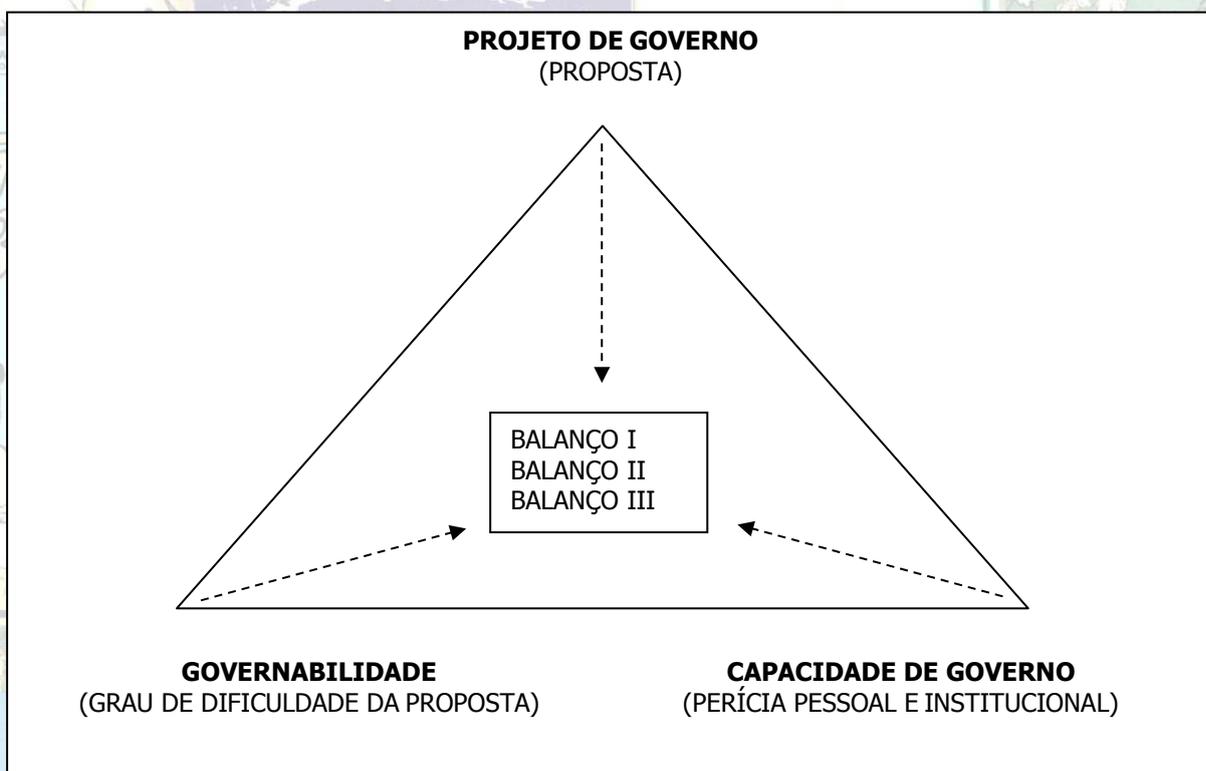
Com isso, também, se pode vislumbrar a ampliação do mandato previsto, que pode se concretizar como oportunidade política em pleitos eleitorais seguintes.

O PES é um método e uma forma de governo, conforme definiu Carlos Matus (1996, *apud* COSTA, 2004, p. 08).

⁸ São aqueles de livre escolha, nomeação e exoneração, de caráter provisório, destinando-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento, podendo recair ou não em servidor efetivo do Estado (BRASIL: Secretaria da Administração e da Previdência).

Está desenhado como instrumento de planejamento público, sendo que, a qualquer dirigente é dada a livre escolha de seu plano (projeto de governo), mas não as circunstâncias (cenários) em que deverá executá-lo.

Essa situação está ilustrada no triângulo de governo a seguir:



Fonte: Matus, Carlos. PES – Roteiro de Análise Teórica. São Paulo: Fundap – convênio Fundación Altadir, s/d, p. 09, (1996, *apud* COSTA, 2004, p. 08)

Portanto, o projeto de governo estará sempre condicionado às duas variáveis representadas pelos outros dois vértices do triângulo: governabilidade e capacidade de governo.

Governabilidade é a correlação de forças em relação à situação dada, isto é, o resultado situacional dos outros atores que aderem ou rejeitam o projeto proposto.

A capacidade de governo representa o *know-how* do projeto, como por exemplo, saber executá-lo e ter disponíveis os recursos necessários.

Os balanços I, II e III se referem, respectivamente, à avaliação da gestão política (que se liga à sua governabilidade), da gestão econômica (que se liga à sua

capacidade de governo) e da gestão da seleção e do intercâmbio de problemas (quer dizer como se está sendo efetivo nos resultados do projeto de governo).

No PES, planeja-se por problema e não por setores. A realidade é vista de modo situacional, portanto, em mudança constante. Os objetivos devem ser traçados a partir de uma situação inicial (Si), para atingir uma situação objetivo (So). O plano deve ser proposto por cenários (agir estrategicamente).

Para adquirir essa capacidade de governo é necessário, primeiramente, compromisso dos gestores com a qualificação profissional, com vistas ao resultado da realização do seu trabalho, uma vez que o desempenho organizacional pode ser melhorado por meio da gestão do conhecimento.

E, de acordo com Chiavenato (2004, p. 292):

(...) A gestão do conhecimento é o processo sistemático de buscar, selecionar, organizar, destilar e apresentar informação no intuito de melhorar a compreensão de um funcionário em uma área específica de interesse. (...) coletar, armazenar, gerar, divulgar, compartilhar o conhecimento em toda a organização. (...) significa também criar o desejo e a necessidade do conhecimento entre as pessoas, oferecer recursos para disponibilizar o conhecimento entre elas e motivar, incentivar e reforçar continuamente sua utilização por meio da inovação.

Dentro deste contexto, devido à importância da qualificação profissional para viabilizar a implementação da gestão que busca como referência o PES, pode-se, neste caso, dialogar com o que nos diz Chiavenato (2004) sobre a gestão do conhecimento, ao afirmar que “o conhecimento é um recurso valorizado da organização que deve ser gerido e capitalizado para que produza resultados” (*op. cit.*, p. 292).

A partir disso, destacamos a importância do Prefeito definir critérios embasados na qualificação profissional para constituir sua equipe de governo, condição em que o Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal poderia ser tomado como exigência, isto é, que devesse ser concluído ou que tivesse um cronograma exequível para a sua realização. Isto, considerando-se que o referido curso é destinado aos profissionais graduados, para especialização em gestão

pública municipal, o que poderá contribuir não só com o crescimento acadêmico, mas, também profissional.

Sua estrutura curricular objetiva desenvolver a compreensão da gestão pública sob a ótica da realidade brasileira, sendo dividida em três módulos: básico, específico e final, que se encontra em **ANEXO**.

O módulo básico tem o propósito de conscientizar o estudante sobre a atual política do governo que, ao longo dos anos, migrou de um Estado Gerencial para um Estado Necessário, que leva à compreensão das diferentes ações e programas implementados pela administração pública durante os últimos governos.

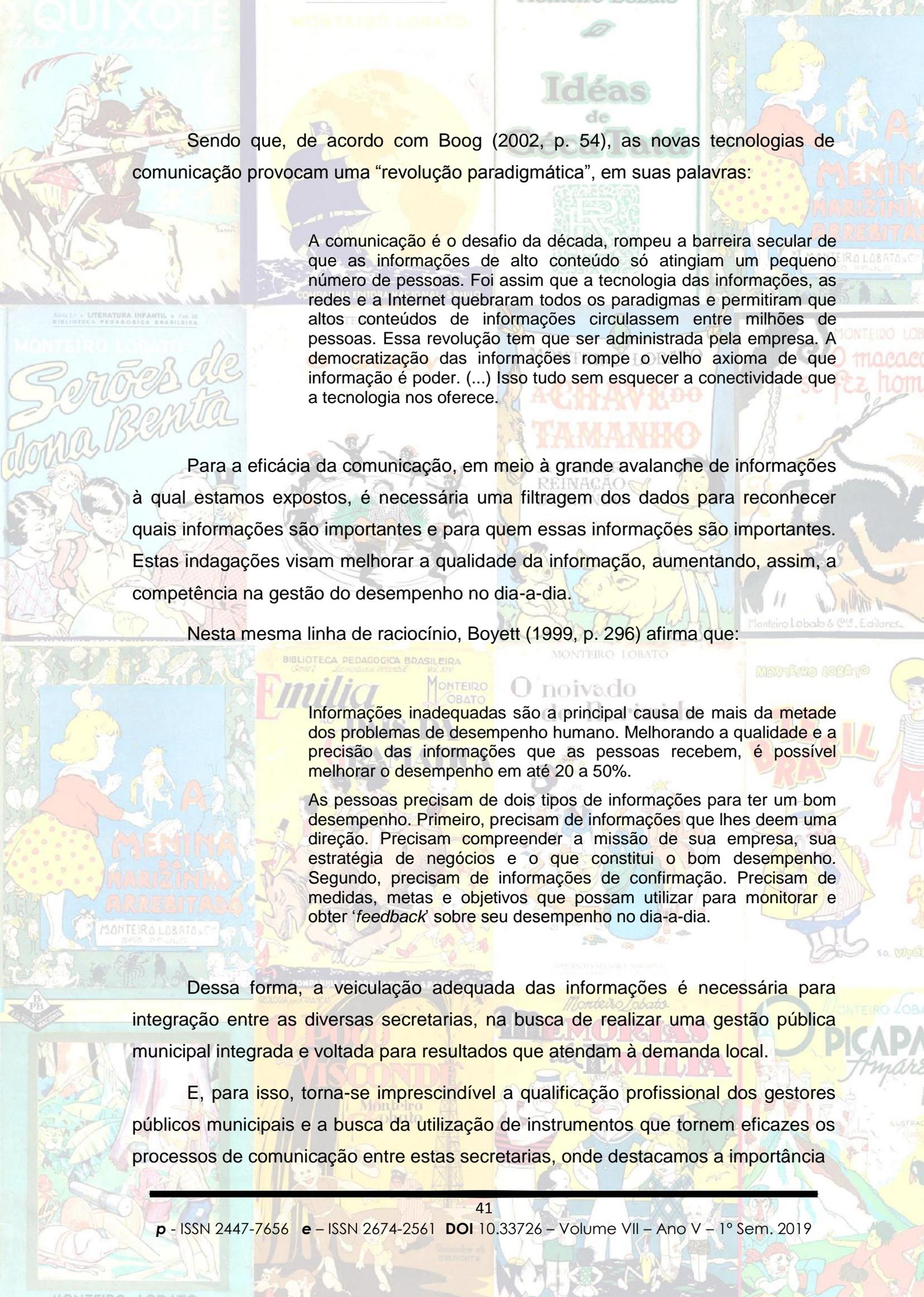
Este módulo básico é composto pelas disciplinas: Introdução e Modalidade EAD; Estado, Governo e Mercado; O Público e o Privado na Gestão Pública; Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro; Políticas Públicas; Planejamento Estratégico Governamental; O Estado e os Problemas Contemporâneos; e Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública.

Já, o módulo específico, contempla as disciplinas: Plano Diretor e Gestão Urbana; Gestão Tributária; Gestão de Redes Públicas e Cooperação; Gestão Democrática e Participativa; Gestão Logística; Elaboração e Avaliação de Projetos; e Processos Administrativos. Apresenta ferramentas para profissionalização da gestão pública municipal.

E, no módulo final, a proposta é a elaboração de um artigo científico, para avaliação do aluno acerca do domínio do tema escolhido.

Pensamos que a escolha dos Secretários Municipais, deveria estar condicionada ao atendimento, pelos candidatos, aos critérios mínimos exigidos, os quais temos como proposta, sejam: conhecimento das leis e demais instrumentos legais do município, e o citado Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal.

A partir daí, apontamos também, a importância da boa comunicação entre servidores e gestores públicos municipais e entre esses sujeitos em lugar de gestão, na busca de eficiência e eficácia dos processos, rumo à otimização da utilização dos recursos financeiros públicos e excelência organizacional por meio da gestão embasada no PES.



Sendo que, de acordo com Boog (2002, p. 54), as novas tecnologias de comunicação provocam uma “revolução paradigmática”, em suas palavras:

A comunicação é o desafio da década, rompeu a barreira secular de que as informações de alto conteúdo só atingiam um pequeno número de pessoas. Foi assim que a tecnologia das informações, as redes e a Internet quebraram todos os paradigmas e permitiram que altos conteúdos de informações circulassem entre milhões de pessoas. Essa revolução tem que ser administrada pela empresa. A democratização das informações rompe o velho axioma de que informação é poder. (...) Isso tudo sem esquecer a conectividade que a tecnologia nos oferece.

Para a eficácia da comunicação, em meio à grande avalanche de informações à qual estamos expostos, é necessária uma filtragem dos dados para reconhecer quais informações são importantes e para quem essas informações são importantes. Estas indagações visam melhorar a qualidade da informação, aumentando, assim, a competência na gestão do desempenho no dia-a-dia.

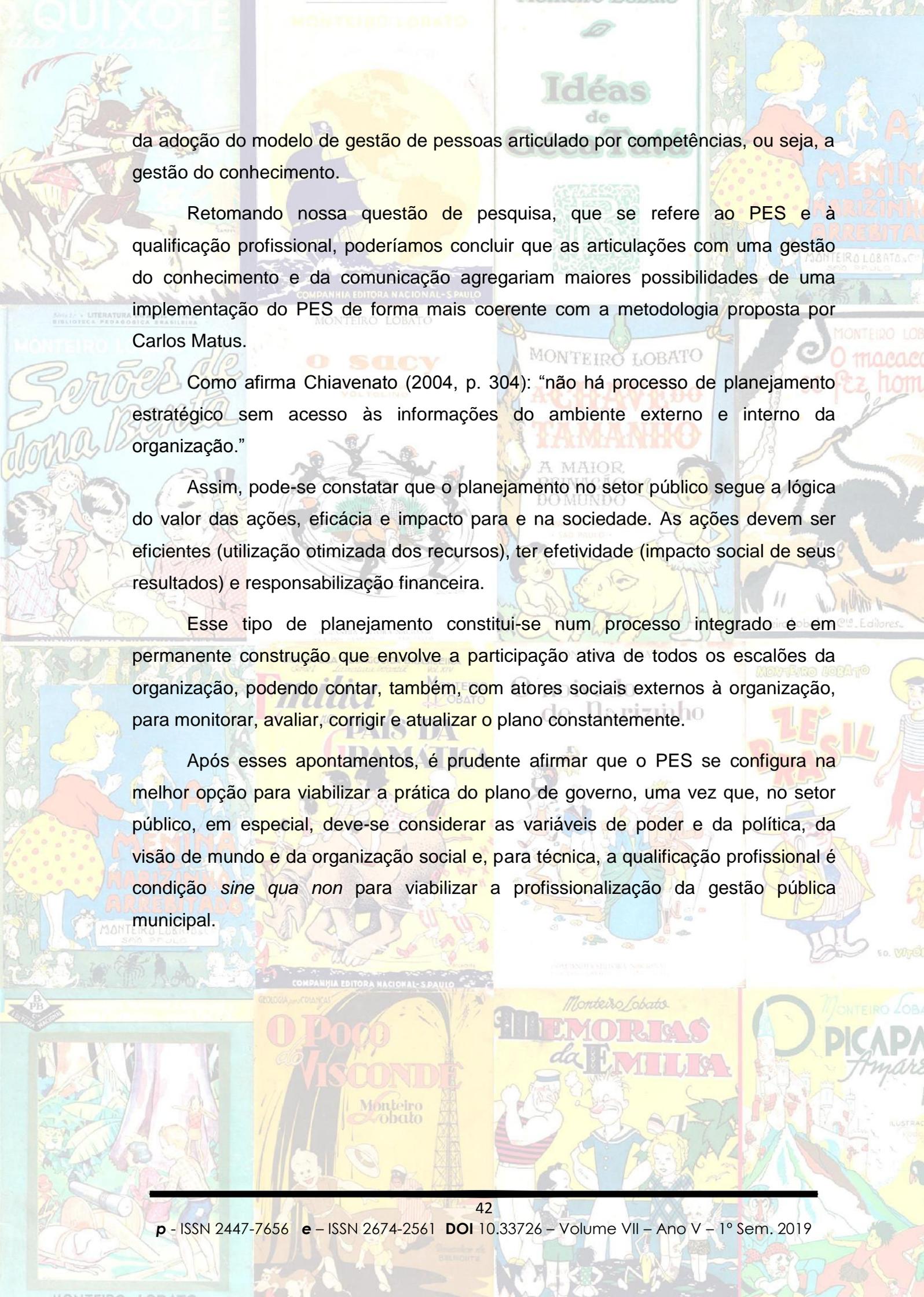
Nesta mesma linha de raciocínio, Boyett (1999, p. 296) afirma que:

Informações inadequadas são a principal causa de mais da metade dos problemas de desempenho humano. Melhorando a qualidade e a precisão das informações que as pessoas recebem, é possível melhorar o desempenho em até 20 a 50%.

As pessoas precisam de dois tipos de informações para ter um bom desempenho. Primeiro, precisam de informações que lhes deem uma direção. Precisam compreender a missão de sua empresa, sua estratégia de negócios e o que constitui o bom desempenho. Segundo, precisam de informações de confirmação. Precisam de medidas, metas e objetivos que possam utilizar para monitorar e obter 'feedback' sobre seu desempenho no dia-a-dia.

Dessa forma, a veiculação adequada das informações é necessária para integração entre as diversas secretarias, na busca de realizar uma gestão pública municipal integrada e voltada para resultados que atendam à demanda local.

E, para isso, torna-se imprescindível a qualificação profissional dos gestores públicos municipais e a busca da utilização de instrumentos que tornem eficazes os processos de comunicação entre estas secretarias, onde destacamos a importância



da adoção do modelo de gestão de pessoas articulado por competências, ou seja, a gestão do conhecimento.

Retomando nossa questão de pesquisa, que se refere ao PES e à qualificação profissional, poderíamos concluir que as articulações com uma gestão do conhecimento e da comunicação agregariam maiores possibilidades de uma implementação do PES de forma mais coerente com a metodologia proposta por Carlos Matus.

Como afirma Chiavenato (2004, p. 304): “não há processo de planejamento estratégico sem acesso às informações do ambiente externo e interno da organização.”

Assim, pode-se constatar que o planejamento no setor público segue a lógica do valor das ações, eficácia e impacto para e na sociedade. As ações devem ser eficientes (utilização otimizada dos recursos), ter efetividade (impacto social de seus resultados) e responsabilização financeira.

Esse tipo de planejamento constitui-se num processo integrado e em permanente construção que envolve a participação ativa de todos os escalões da organização, podendo contar, também, com atores sociais externos à organização, para monitorar, avaliar, corrigir e atualizar o plano constantemente.

Após esses apontamentos, é prudente afirmar que o PES se configura na melhor opção para viabilizar a prática do plano de governo, uma vez que, no setor público, em especial, deve-se considerar as variáveis de poder e da política, da visão de mundo e da organização social e, para técnica, a qualificação profissional é condição *sine qua non* para viabilizar a profissionalização da gestão pública municipal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, podemos citar Boog (2007, p. 129), ao afirmar que “as empresas públicas têm vivenciado uma mudança cultural significativa, que envolve uma grande preocupação em desempenhar suas atividades da melhor forma possível e com qualidade, bem como realizar sua missão na sociedade.”

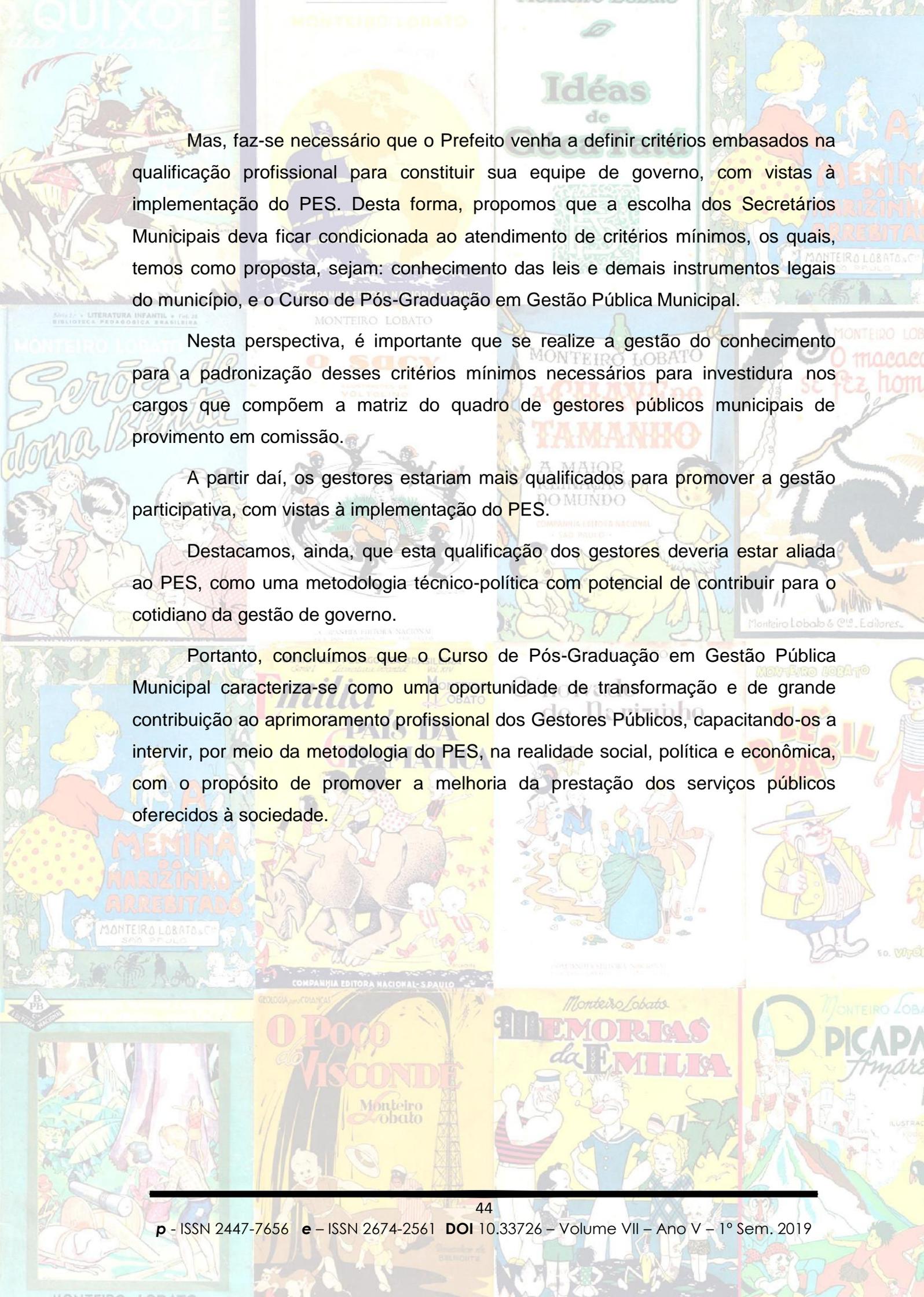
No entanto, observamos que a teoria, muitas vezes, se distancia da prática, no que tange à qualificação profissional, uma vez que predomina os interesses pessoais para a indicação de ocupantes de ‘cargos de provimento em comissão’ para a função de gestão.

Considerando as limitações das práticas da gestão pública municipal, podemos concluir que a qualificação profissional é premissa para a gestão baseada no PES como fundamento do Planejamento Estratégico Governamental (PEG), pois, segundo Dagnino (2014, p. 73):

(...) são dois os desdobramentos relativamente recentes – a Análise de Política e o Planejamento Estratégico Situacional – das matrizes de conhecimento. Elas são consideradas como as abordagens mais adequadas para a formação de gestores capazes de realizar as atividades de PEG demandadas pela construção do ‘Estado Necessário’.

Isto, na busca de se produzir resultados satisfatórios para as demandas dos cidadãos, de se otimizar a utilização dos recursos financeiros públicos, além de possibilitar a concretização da oportunidade política para continuidade do projeto de governo, por meio do próximo pleito eleitoral.

Portanto, este estudo culminou no desenvolvimento de uma proposta de qualificação profissional para ocupantes de ‘cargos de provimento em comissão’ em função de gestão, com a finalidade de capacitá-los a lidar com a complexidade dos problemas públicos, situação em que a avaliação da qualificação profissional para constituir a equipe de governo torna-se premissa incontestável.



Mas, faz-se necessário que o Prefeito venha a definir critérios embasados na qualificação profissional para constituir sua equipe de governo, com vistas à implementação do PES. Desta forma, propomos que a escolha dos Secretários Municipais deva ficar condicionada ao atendimento de critérios mínimos, os quais, temos como proposta, sejam: conhecimento das leis e demais instrumentos legais do município, e o Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal.

Nesta perspectiva, é importante que se realize a gestão do conhecimento para a padronização desses critérios mínimos necessários para investidura nos cargos que compõem a matriz do quadro de gestores públicos municipais de provimento em comissão.

A partir daí, os gestores estariam mais qualificados para promover a gestão participativa, com vistas à implementação do PES.

Destacamos, ainda, que esta qualificação dos gestores deveria estar aliada ao PES, como uma metodologia técnico-política com potencial de contribuir para o cotidiano da gestão de governo.

Portanto, concluímos que o Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal caracteriza-se como uma oportunidade de transformação e de grande contribuição ao aprimoramento profissional dos Gestores Públicos, capacitando-os a intervir, por meio da metodologia do PES, na realidade social, política e econômica, com o propósito de promover a melhoria da prestação dos serviços públicos oferecidos à sociedade.

REFERÊNCIAS

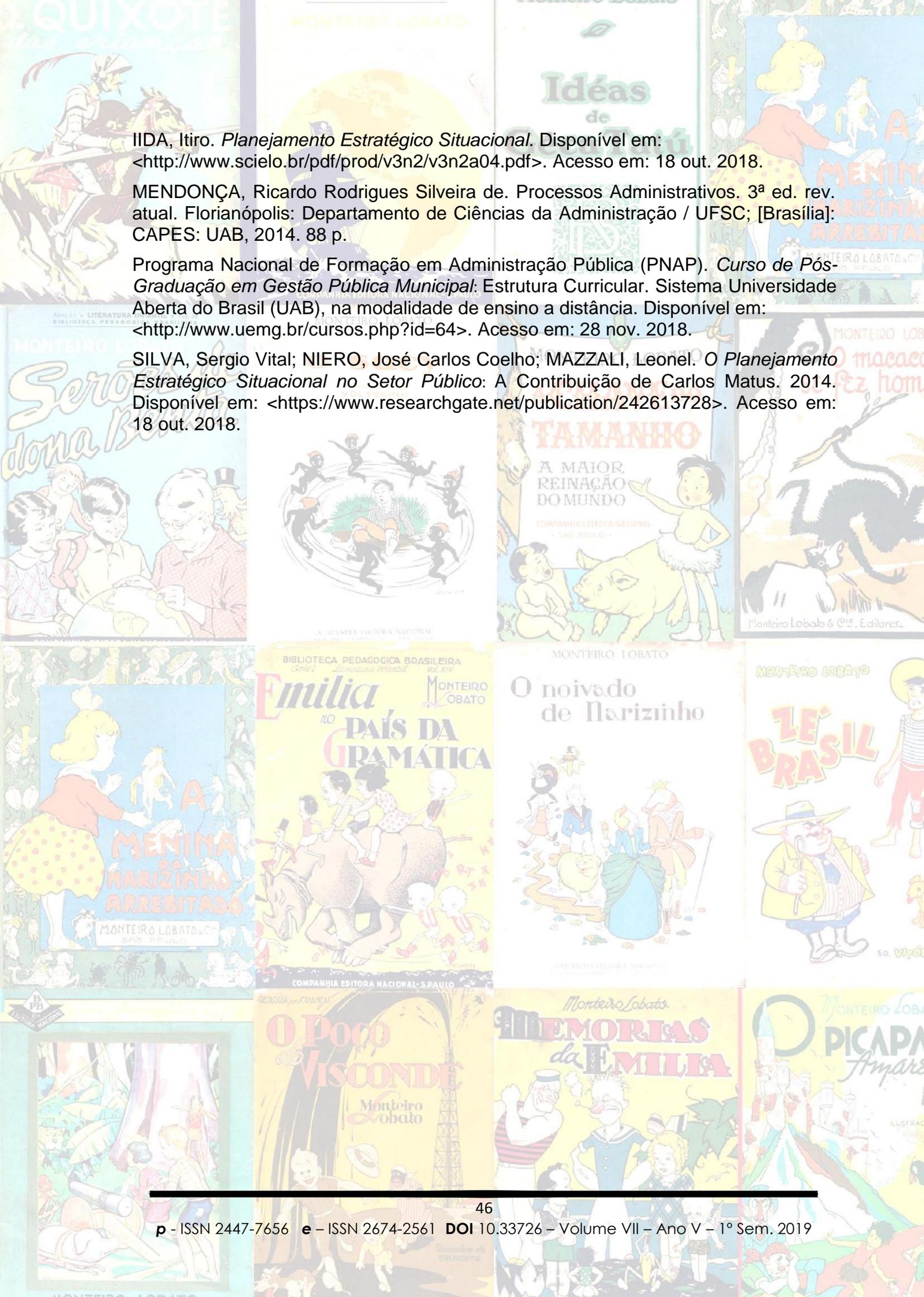
- AZEVEDO, Creuza da S. *Planejamento e Gerência no Enfoque Estratégico – Situacional de Carlos Matus*. 1992. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csp/1992.v8n2/129-133/pt>>. Acesso em: 18 out. 2018.
- BOOG, Gustavo G. *Manual de gestão de pessoas e equipes: estratégias e tendências*. Volume 1. São Paulo: Editora Gente. 2002.
- BOOG, Gustavo G. *Manual de gestão de pessoas e equipes: operações*. Volume 2. São Paulo: Editora Gente, 2002.
- BOOG, Gustavo G. *Manual de treinamento e desenvolvimento: um guia de operações*. São Paulo: Makron Books, 2001.
- BOOG, Gustavo G; BOOG, Magdalena T. *Manual de treinamento e desenvolvimento: gestão e estratégias*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BOYETT, Joseph H. *O guia dos gurus: os melhores conceitos e práticas de negócios*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- BRASIL. Secretaria da Administração e da Previdência. *Portal do Servidor*. Disponível em: <<http://www.portaldoservidor.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=561>>. Acesso em: 27 nov. 2018
- CHIAVENATO, Idalberto. *Comportamento organizacional. A dinâmica e o sucesso das organizações*. 3ª Edição. Barueri – SP: Manole, 2014.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de pessoas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 2ª Ed.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos: como incrementar talentos na empresa*. São Paulo: Atlas, 2003.
- CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. *Planejamento Estratégico: Fundamentos e Aplicações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- COSTA, Hélio B. Planejamento Estratégico. (Texto de apoio aos participantes da videoconferência realizada em Brasília, em 21 de outubro de 2004). *Projeto Eurobrasil*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 18 de outubro de 2004. Disponível: <http://www.unb.br/ciord/informacoes/material/planejamento_estrategico/planejamento_situacional7.pdf> – Acessado em: 27-05-2008
- DAGNINO, Renato Peixoto. *Planejamento Estratégico Governamental*. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2014.
- DUTRA, Joel Souza. *Gestão de Pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas*. SP: Atlas, 2002.
- GONÇALVES, José Ernesto Lima. *As empresas são grandes coleções de processos*. RAE-Revista de Administração de Empresas, vol. 40, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-40-num-1-ano-2000-nid-46461/>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

IIDA, Itiro. *Planejamento Estratégico Situacional*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prod/v3n2/v3n2a04.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2018.

MENDONÇA, Ricardo Rodrigues Silveira de. *Processos Administrativos*. 3ª ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. 88 p.

Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP). *Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal: Estrutura Curricular*. Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), na modalidade de ensino a distância. Disponível em: <<http://www.uemg.br/cursos.php?id=64>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

SILVA, Sergio Vital; NIERO, José Carlos Coelho; MAZZALI, Leonel. *O Planejamento Estratégico Situacional no Setor Público: A Contribuição de Carlos Matus*. 2014. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/242613728>>. Acesso em: 18 out. 2018.



ANEXOS

Estrutura Curricular: Gestão Pública Municipal

Módulo Básico

ORDEM	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1	Introdução a Modalidade EAD	25
2	Estado, Governo e Mercado	25
3	O Público e o Privado na Gestão Pública	25
4	Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro	25
5	Políticas Públicas	25
6	Planejamento Estratégico Governamental	25
7	O Estado e os Problemas Contemporâneos	25
8	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	25

Módulo Específico

ORDEM	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1	Plano Diretor e Gestão Urbana	25
2	Gestão Tributária	25
3	Gestão de Redes Públicas e Cooperação	25
4	Gestão Democrática e Participativa	25
5	Gestão Logística	25
6	Elaboração e Avaliação de Projetos	25
7	Processos Administrativos	25

Módulo Final

ORDEM	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1	Metodologia Científica	25
2	TCC	25

(PNAP, Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal: **Estrutura Curricular**)

POR FORA SOU GOTEIRA, POR DENTRO, TEMPESTADE⁹

PESSOA, Marcelo

RESUMO: Este texto apresenta um conjunto de reflexões sobre as aplicações das técnicas e filosofia do Karatê-do à vida prática, numa espécie de bunkai existencial (budô no kisô). Neste sentido, como metodologia para a escrita deste trabalho, aplicou-se a revisão bibliográfica, combinada com o relato de experiências vividas e interpretadas pelo próprio autor. Justifica a realização deste estudo, o fato de que, por ocasião da solicitação para a promoção ao 5º Dan, a produção monográfica ser um dos quesitos a serem atendidos pelo postulante ao grau. Como resultado desta investigação, segundo pronunciamento da banca, chegou-se à produção de uma obra publicável, devido ao teor de originalidade biográfica e bibliográfica que a ela se imprimiu.

PALAVRAS-CHAVE: Karatê, KYOKAI, Arte Marcial, Filosofia do Karatê, UEMG.

ABSTRACT: This text presents a set of reflections on the applications of the techniques and philosophy of karate-do to practical life, in a kind of existential bunkai (budô no kisô). In this sense, as a methodology for writing this work, applied to literature review combined with the account of experiences and interpreted by the author. The realization of this study, the fact that, at the time of the request for promotion to 5th Dan, monographic production is one of the requirements to be met by the appellant to grade. As a result of this investigation, according to the bank's announcement, the production of a publishable work, due to the amount of biographical and bibliographical originality that she printed

KEYWORDS: Karate, KYOKAI, martial art, Karate's philosophy, UEMG.

INTRODUÇÃO

Depois de muito buscar entender os moldes sobre os quais se configurariam um memorial de formação humana (texto tipicamente acadêmico) que fosse aplicável ao registro histórico de uma vida dedicada ao aprendizado, ao ensino e à gestão do **Karatê-do**, vi, ao ler textos monográficos e livros de outros caratecas e

⁹ Texto homônimo adaptado de uma monografia homônima, apresentada a uma Banca de Mestres do Karatê, durante a realização do Campeonato Brasileiro de Karatê, promovido pela FBK – Federação Brasileira de Karatê, no CFO – Centro de Formação Olímpica, na cidade de Fortaleza – CE, entre os dias 07 e 09/09/2108, em função das exigências de promoção ao Grau de 5º Dan, faixa preta Shotokan.

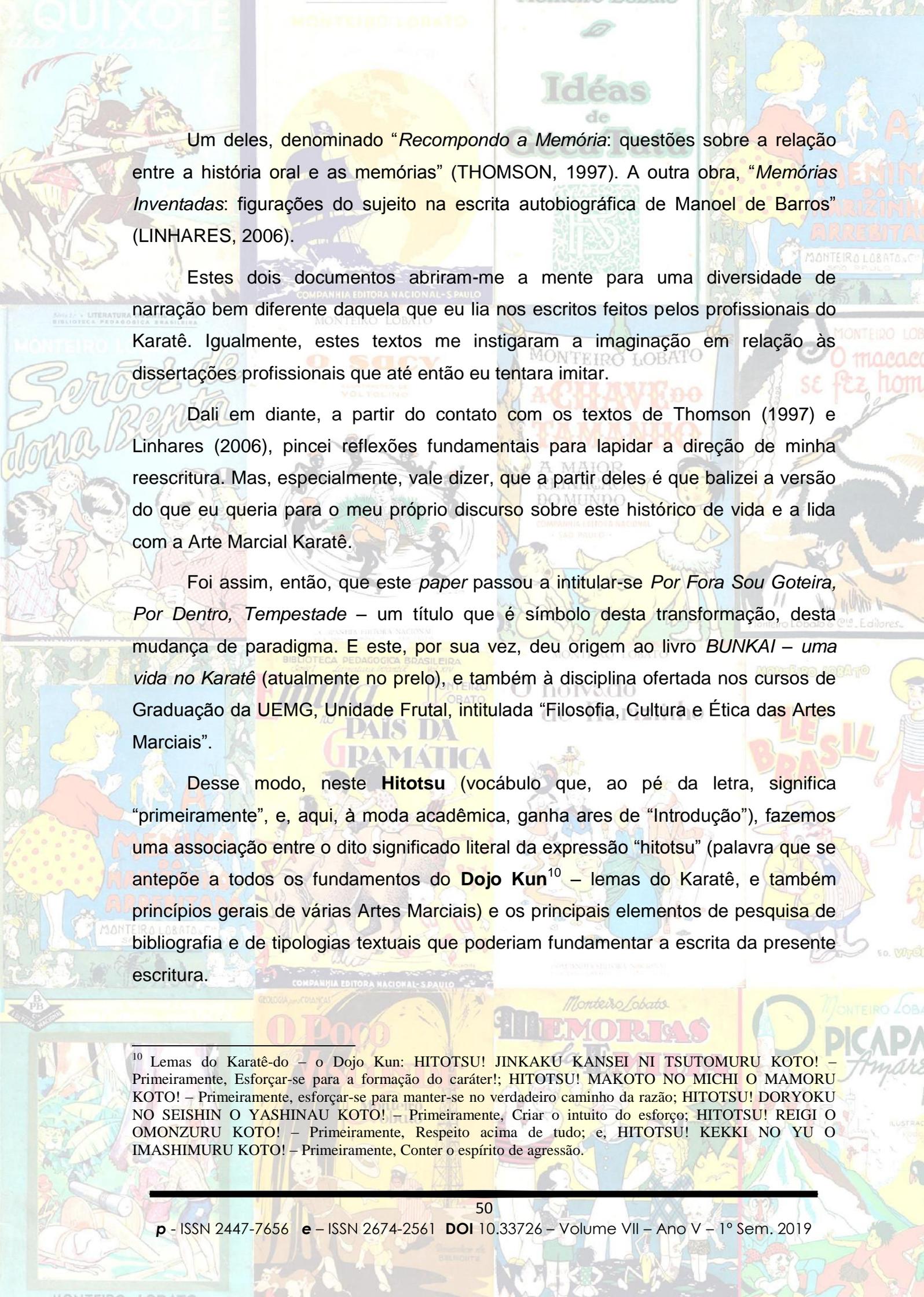
mestres das artes marciais, que esse exercício investigativo sobre a natureza deste ou daquele tipo de texto pouco poderia me ajudar.

Além disso, na prática de leitura de obras alheias, percebi que, ao lê-las, eu meditaria, sim, sobre a profundidade dos relatos e conhecimentos daqueles que nos antecederam – e esse seria um bom estímulo para que eu continuasse lendo produções de meus antecessores. E foi assim que me impus a prática contínua do **mokusô**, isto é, de uma meditação intensa sobre estas escrituras e sobre qual poderia ser o melhor modo de transmitir os significados de uma vida inteira dedicada à arte das mãos vazias – o caratê.

Pari passu, notei que, agindo assim, escrevendo à moda alheia, eu correria um sério risco de dizer bem pouco sobre mim, o modo como passei a minha vida nas artes marciais e, mais particularmente, praticando o Karatê, ou de como me tornei o ser humano que sou hoje, ou ainda de como penso o mundo ao meu redor a partir das projeções filosóficas aprendidas e apreendidas em cima do tatame sob a batuta das Artes Marciais. E, claro, se este era e ainda é o meu objetivo central, ao apresentar uma monografia, ao publicar um *paper* sob esta temática, entendi que deveria ter postura redativa compatível a tais propósitos.

Finalmente, depois de já ter escrito e reescrito quase todo o meu próprio memorial de formação no Karatê, terminei por compreender que o modo como estava conduzindo meu texto era errado. Equivocado, talvez não formato, nem mesmo enganado na linguagem empregada. Quando esse entendimento ficou claro para mim, apaguei todos os textos, todas as anotações, todos os arquivos e recomecei. Sim, reiniciei da estaca zero, tendo em vista que: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1995, p. 55).

Nas linhas desta monografia desajeitada apresentarei, então, as minhas próprias experiências, sensações, aprendizados, ilusões, fracassos e sucessos na vida e na Arte Marcial. Por isso, segundo este princípio de pretensa personalidade literária ficcional, ou seja, levando em conta que imponho, aqui, o meu jeito particular de narrar, informo que me caíram às mãos dois brilhantes textos, os quais mantive como molas mestras desta empreitada.



Um deles, denominado “*Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias*” (THOMSON, 1997). A outra obra, “*Memórias Inventadas: figurações do sujeito na escrita autobiográfica de Manoel de Barros*” (LINHARES, 2006).

Estes dois documentos abriram-me a mente para uma diversidade de narração bem diferente daquela que eu lia nos escritos feitos pelos profissionais do Karatê. Igualmente, estes textos me instigaram a imaginação em relação às dissertações profissionais que até então eu tentara imitar.

Dali em diante, a partir do contato com os textos de Thomson (1997) e Linhares (2006), pincei reflexões fundamentais para lapidar a direção de minha reescritura. Mas, especialmente, vale dizer, que a partir deles é que balizei a versão do que eu queria para o meu próprio discurso sobre este histórico de vida e a lida com a Arte Marcial Karatê.

Foi assim, então, que este *paper* passou a intitular-se *Por Fora Sou Goteira, Por Dentro, Tempestade* – um título que é símbolo desta transformação, desta mudança de paradigma. E este, por sua vez, deu origem ao livro *BUNKAI – uma vida no Karatê* (atualmente no prelo), e também à disciplina ofertada nos cursos de Graduação da UEMG, Unidade Frutal, intitulada “Filosofia, Cultura e Ética das Artes Marciais”.

Desse modo, neste **Hitotsu** (vocábulo que, ao pé da letra, significa “primeiramente”, e, aqui, à moda acadêmica, ganha ares de “Introdução”), fazemos uma associação entre o dito significado literal da expressão “hitotsu” (palavra que se antepõe a todos os fundamentos do **Dojo Kun**¹⁰ – lemas do Karatê, e também princípios gerais de várias Artes Marciais) e os principais elementos de pesquisa de bibliografia e de tipologias textuais que poderiam fundamentar a escrita da presente escritura.

¹⁰ Lemas do Karatê-do – o Dojo Kun: HITOTSU! JINKAKU KANSEI NI TSUTOMURU KOTO! – Primeiramente, Esforçar-se para a formação do caráter!; HITOTSU! MAKOTO NO MICHIO MAMORU KOTO! – Primeiramente, esforçar-se para manter-se no verdadeiro caminho da razão; HITOTSU! DORYOKU NO SEISHIN O YASHINAU KOTO! – Primeiramente, Criar o intuito do esforço; HITOTSU! REIGI O OMONZURU KOTO! – Primeiramente, Respeito acima de tudo; e, HITOTSU! KEKKI NO YU O IMASHIMURU KOTO! – Primeiramente, Conter o espírito de agressão.

Na seção seguinte, intitulada “**Mokuso**: contemplação silenciosa”, cujo significado se traduz no próprio título, promove-se, a partir da sobreposição do significado da expressão “**mokuso**” um entrelace entre aspectos reais e imaginários da memória, cujas relações se promovem, não raramente, muito mais no universo contemplativo e abstrato e menos no ambiente do real e do fisicamente palpável.

Subsequentemente, nos trechos denominados “**Dojo Kun**: preceitos para o **dojo** da vida”, e no “**Bushido**: o espelho de um **bushi**” se coloca em franco diálogo elementos biográficos do autor que retroalimentaram e deram substância às aplicações e práticas existenciais dentro e fora do tatame.

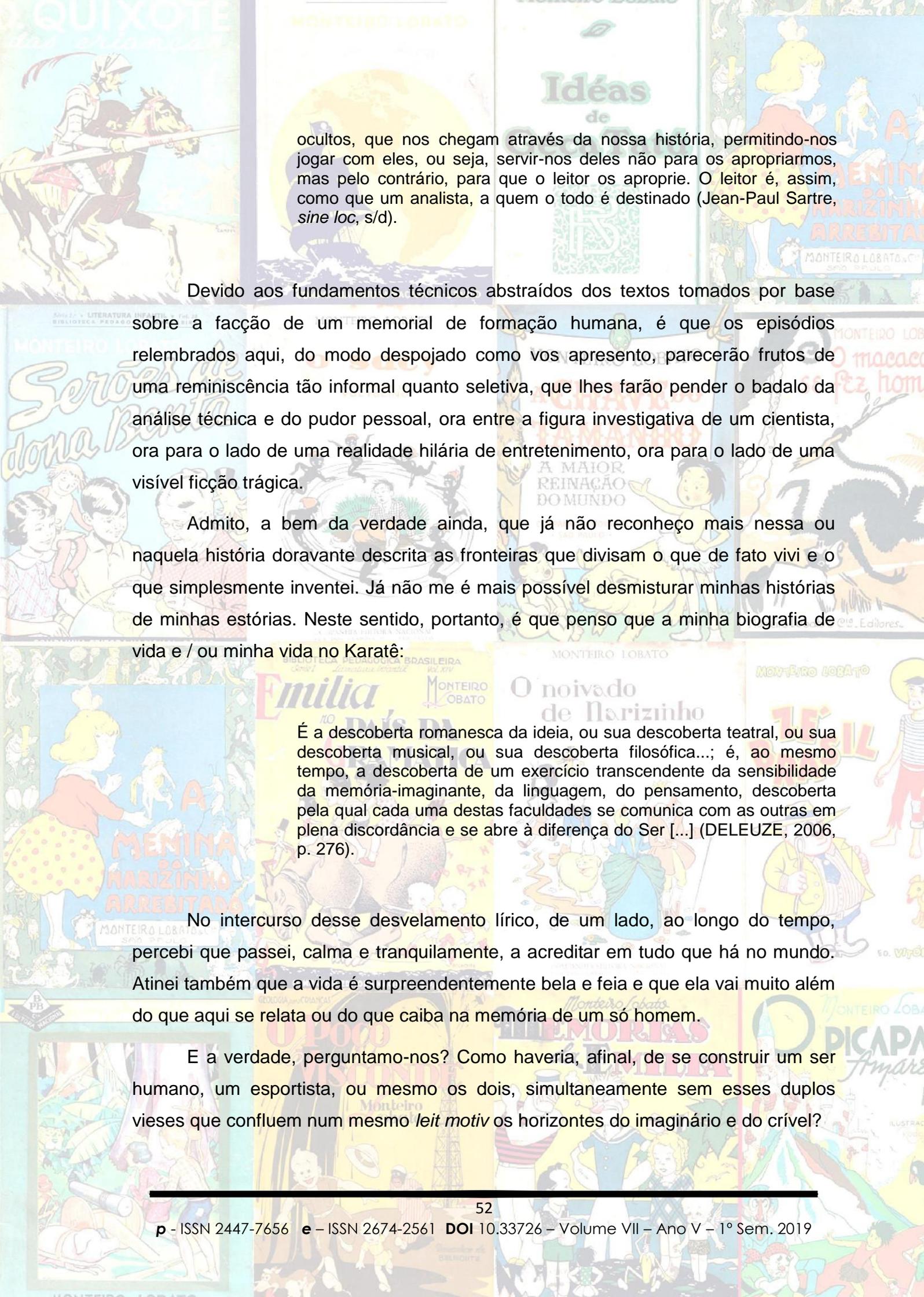
Nestes subtítulos mantiveram-se a direção semântica de propor algum tipo de associação dos significados das palavras em japonês que compõem partes dos nomes das subdivisões aos conteúdos nelas tratados.

E, finalmente, no excerto derradeiro, de nome “**Iamé**: como terminar o que sempre recomeça?”, estabelecem-se uma série dos pontos de reflexão, os quais podem derivar das vivências próprias do autor, mas que também servem de alavancas às ponderações dos leitores e leitoras desta publicação.

1. MOKUSO: CONTEMPLAÇÃO SILENCIOSA

O homem se torna um universo diverso, à medida que entra em contato com as suas próprias fraquezas. Para narrar a si mesmo a um leitor que o leia à moda da escrita existencialista sartreana, como no fragmento posto logo mais abaixo, é preciso que se desautomatize quanto aos processos e formatos da língua, das tipologias textuais, e que deixe virem à tona apenas os tons e as memórias de seu próprio existir, cujos fios de lembranças estão acondicionados em suas mais caras recordações:

Estou a tentar explicar o que consiste escrever, ter um determinado estilo. É preciso que isso nos divirta. E para nos divertir torna-se necessário que a nossa narração ao leitor, através das significações puras e simples que lhe apresentemos, nos desvende os sentidos



ocultos, que nos chegam através da nossa história, permitindo-nos jogar com eles, ou seja, servir-nos deles não para os apropriarmos, mas pelo contrário, para que o leitor os aproprie. O leitor é, assim, como que um analista, a quem o todo é destinado (Jean-Paul Sartre, *sine loc, s/d*).

Devido aos fundamentos técnicos abstraídos dos textos tomados por base sobre a facção de um memorial de formação humana, é que os episódios lembrados aqui, do modo despojado como vos apresento, parecerão frutos de uma reminiscência tão informal quanto seletiva, que lhes farão pender o badalo da análise técnica e do pudor pessoal, ora entre a figura investigativa de um cientista, ora para o lado de uma realidade hilária de entretenimento, ora para o lado de uma visível ficção trágica.

Admito, a bem da verdade ainda, que já não reconheço mais nessa ou naquela história doravante descrita as fronteiras que divisam o que de fato vivi e o que simplesmente inventei. Já não me é mais possível desmisturar minhas histórias de minhas estórias. Neste sentido, portanto, é que penso que a minha biografia de vida e / ou minha vida no Karatê:

É a descoberta romanesca da ideia, ou sua descoberta teatral, ou sua descoberta musical, ou sua descoberta filosófica...; é, ao mesmo tempo, a descoberta de um exercício transcendente da sensibilidade da memória-imaginante, da linguagem, do pensamento, descoberta pela qual cada uma destas faculdades se comunica com as outras em plena discordância e se abre à diferença do Ser [...] (DELEUZE, 2006, p. 276).

No intercurso desse desvelamento lírico, de um lado, ao longo do tempo, percebi que passei, calma e tranquilamente, a acreditar em tudo que há no mundo. Atinei também que a vida é surpreendentemente bela e feia e que ela vai muito além do que aqui se relata ou do que caiba na memória de um só homem.

E a verdade, perguntamo-nos? Como haveria, afinal, de se construir um ser humano, um esportista, ou mesmo os dois, simultaneamente sem esses duplos vieses que confluem num mesmo *leit motiv* os horizontes do imaginário e do crível?

2. DOJO KUN: PRECEITOS DO DOJO PARA A VIDA

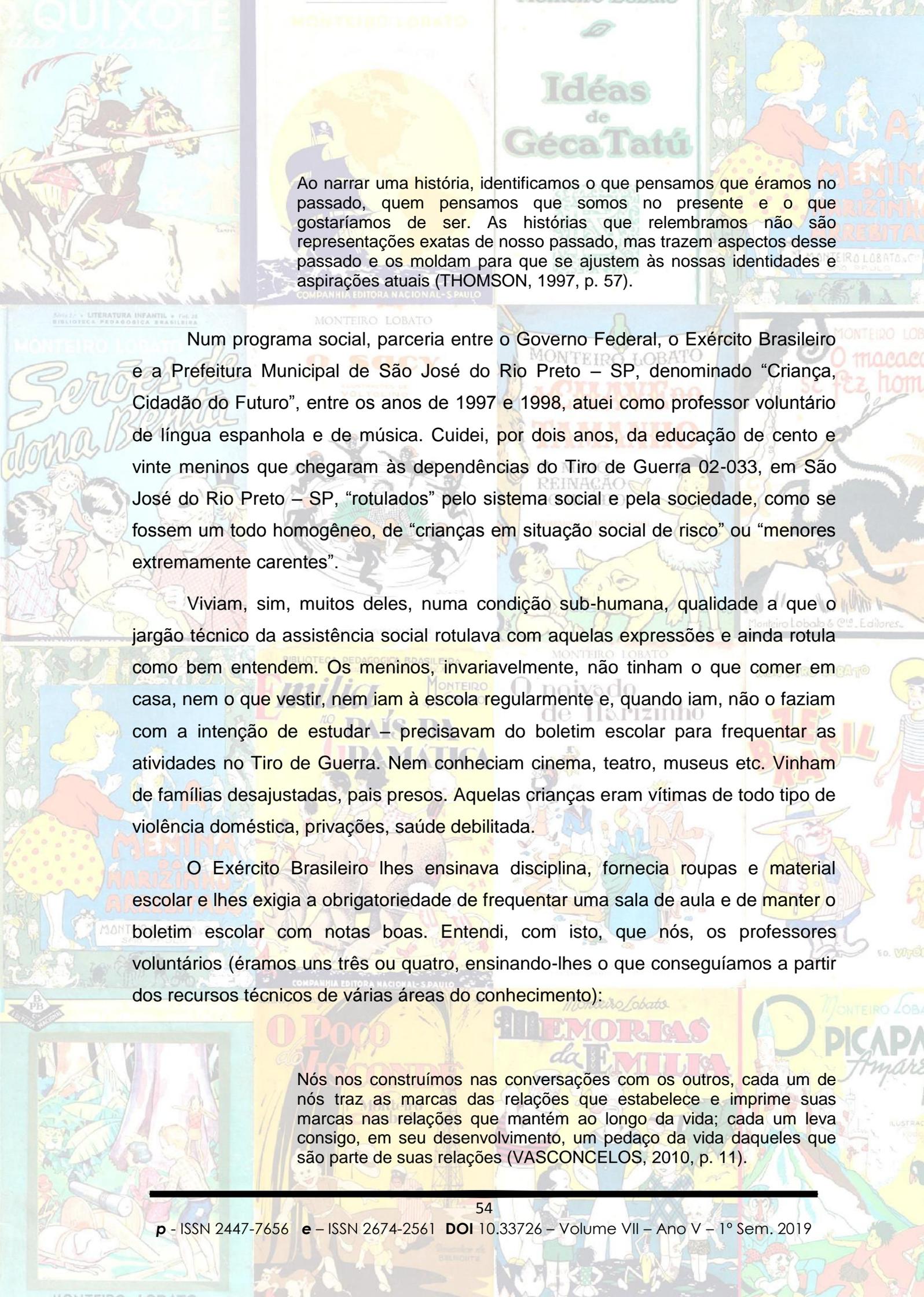
Neste artigo, preferi colocar em evidência o modo como a vivência no tatame e as práticas do Karatê contribuíram para moldar-me como ser humano e, conseqüentemente, como embusen, isto é, os caminhos percorridos em minha vida se ligam deste ou daquele modo com os pilares do **budô** (expressão que, nas Artes Marciais, diz respeito ao caminho da iluminação).

Numa linguagem mais popular, meu texto como um todo pretende dar testemunho e demonstrar o modo “como estou fazendo, afinal, pra virar gente que presta!” (pelo menos, foi assim que cresci ouvindo, seguindo as falas de minha avó materna), ou, noutros termos mais acadêmicos, eu sei que:

Falo um pouco dos relatos e das narrativas de forma generalizada. Pois é muito provável que a forma mais natural e mais imediata de organizar nossas experiências e nossos conhecimentos seja a forma narrativa (BRUNER, 2001, p. 18).

E, assim, é que lembro que alguns acontecimentos são-me muito caros nesta experiência de recordação. Por exemplo, quando criança, muito antes de iniciar a prática do Karatê, enquanto meus colegas viviam às soltas pelas ruas e praças do bairro, conversando com os seus amigos imaginários, ou brincando de brigar, ou de pega-pega ou de esconde-esconde com os seus amigos reais (coisas típicas da infância), eu amarrava à cintura um cabo de vassoura, mais ou menos à altura da pélvis e punha-me a fazer o “patrulhamento” voluntário da rua onde morava, ditando regras de conduta para alguns poucos meninos que se colocavam a obedecer aos meus comandos durante as brincadeiras aos finais de tarde, lá na cidade de Araçatuba – SP, perto do aeroporto municipal.

Eu agia quase marcialmente, como um professor de Karatê em miniatura, como um soldado? Claro que gostaria de dizer ou de acreditar que sim, que aos cinco anos de idade eu já demonstrava levar “jeito” para a coisa toda, para o tatame, para a vida militar, para o exército ou coisas afins a estas. Mas a realidade não é exatamente assim:



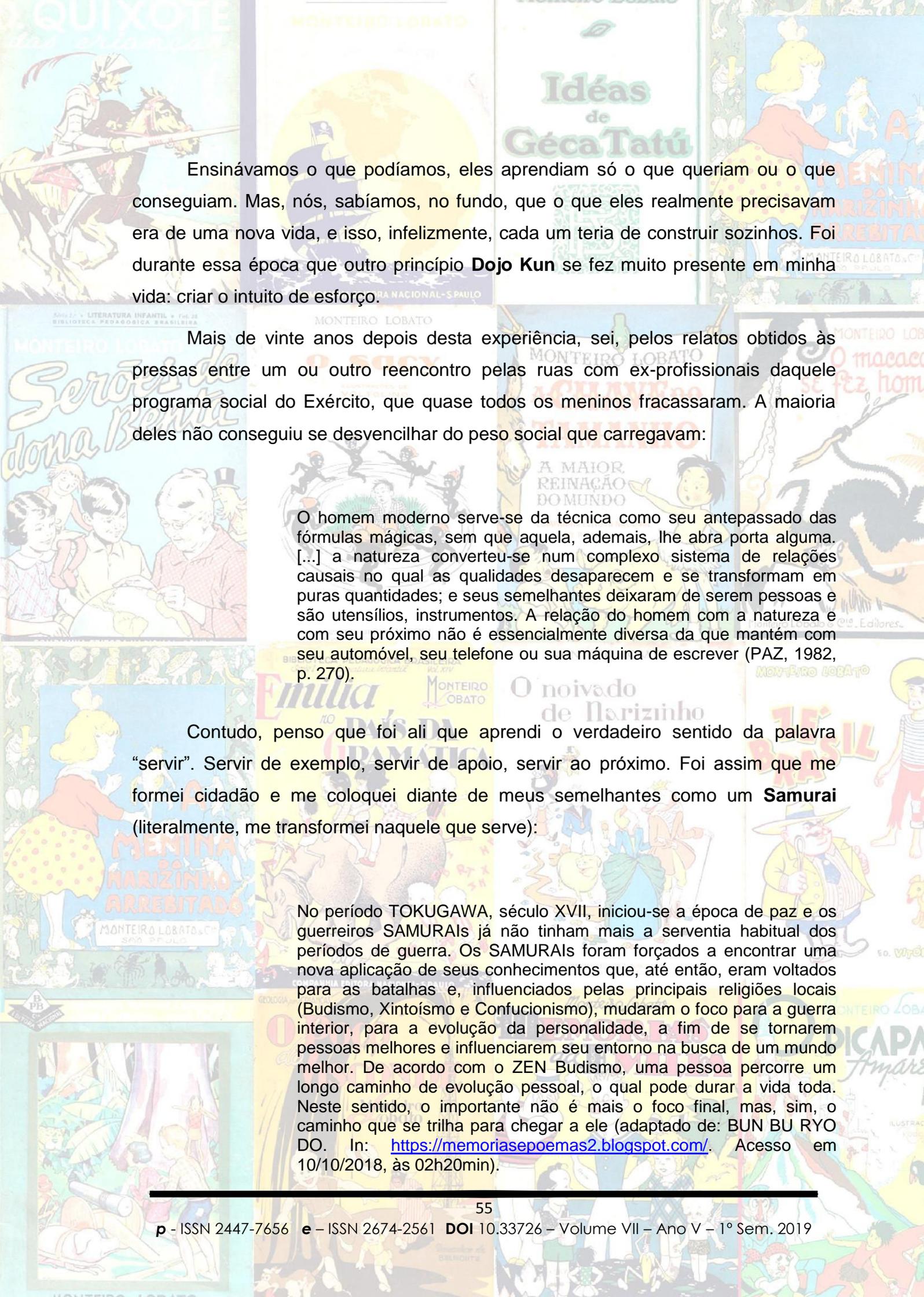
Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais (THOMSON, 1997, p. 57).

Num programa social, parceria entre o Governo Federal, o Exército Brasileiro e a Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto – SP, denominado “Criança, Cidadão do Futuro”, entre os anos de 1997 e 1998, atuei como professor voluntário de língua espanhola e de música. Cuidei, por dois anos, da educação de cento e vinte meninos que chegaram às dependências do Tiro de Guerra 02-033, em São José do Rio Preto – SP, “rotulados” pelo sistema social e pela sociedade, como se fossem um todo homogêneo, de “crianças em situação social de risco” ou “menores extremamente carentes”.

Viviam, sim, muitos deles, numa condição sub-humana, qualidade a que o jargão técnico da assistência social rotulava com aquelas expressões e ainda rotula como bem entendem. Os meninos, invariavelmente, não tinham o que comer em casa, nem o que vestir, nem iam à escola regularmente e, quando iam, não o faziam com a intenção de estudar – precisavam do boletim escolar para frequentar as atividades no Tiro de Guerra. Nem conheciam cinema, teatro, museus etc. Vinham de famílias desajustadas, pais presos. Aquelas crianças eram vítimas de todo tipo de violência doméstica, privações, saúde debilitada.

O Exército Brasileiro lhes ensinava disciplina, fornecia roupas e material escolar e lhes exigia a obrigatoriedade de frequentar uma sala de aula e de manter o boletim escolar com notas boas. Entendi, com isto, que nós, os professores voluntários (éramos uns três ou quatro, ensinando-lhes o que conseguíamos a partir dos recursos técnicos de várias áreas do conhecimento):

Nós nos construímos nas conversações com os outros, cada um de nós traz as marcas das relações que estabelece e imprime suas marcas nas relações que mantém ao longo da vida; cada um leva consigo, em seu desenvolvimento, um pedaço da vida daqueles que são parte de suas relações (VASCONCELOS, 2010, p. 11).



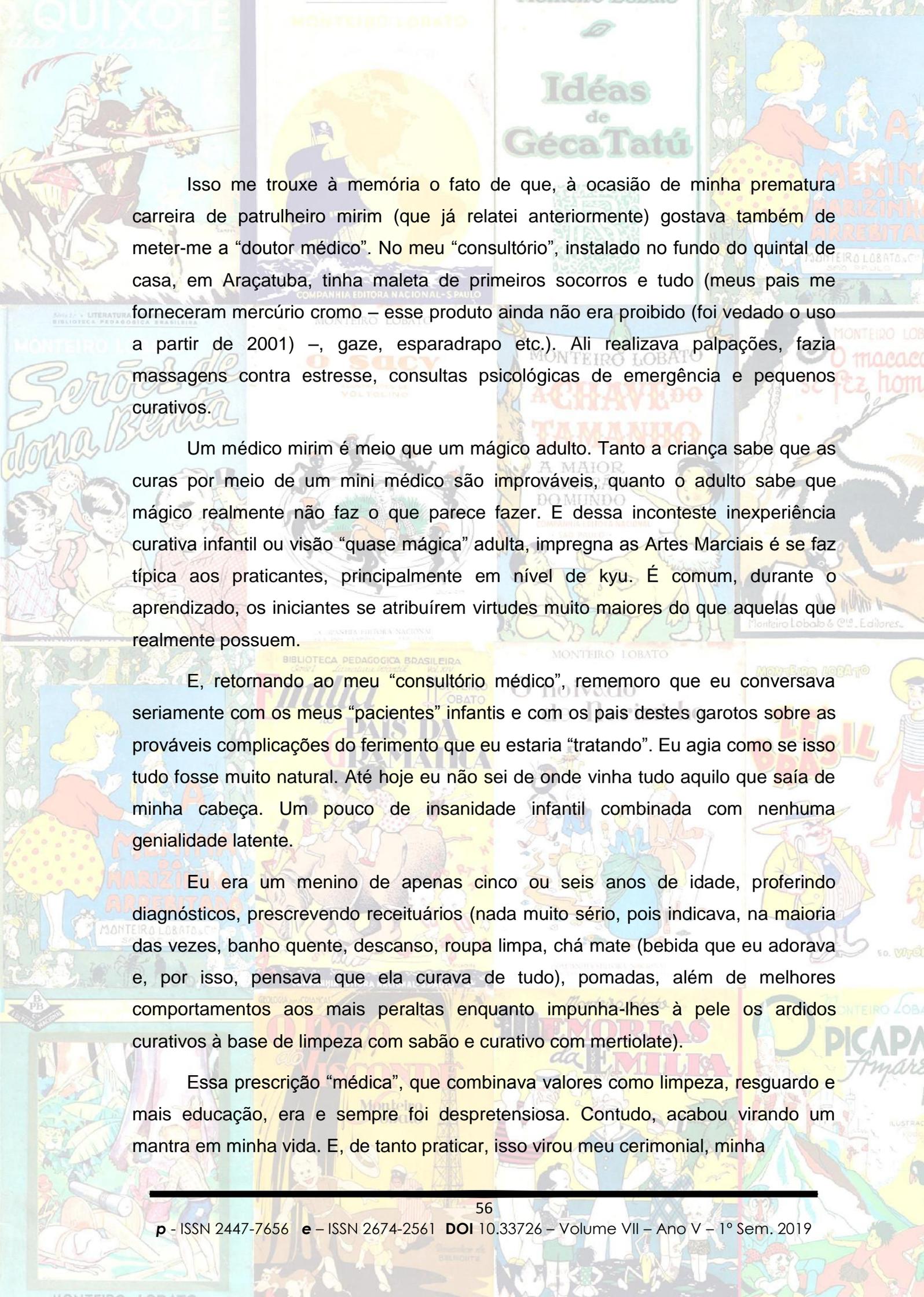
Ensinávamos o que podíamos, eles aprendiam só o que queriam ou o que conseguiam. Mas, nós, sabíamos, no fundo, que o que eles realmente precisavam era de uma nova vida, e isso, infelizmente, cada um teria de construir sozinho. Foi durante essa época que outro princípio **Dojo Kun** se fez muito presente em minha vida: criar o intuito de esforço.

Mais de vinte anos depois desta experiência, sei, pelos relatos obtidos às pressas entre um ou outro reencontro pelas ruas com ex-profissionais daquele programa social do Exército, que quase todos os meninos fracassaram. A maioria deles não conseguiu se desvencilhar do peso social que carregavam:

O homem moderno serve-se da técnica como seu antepassado das fórmulas mágicas, sem que aquela, ademais, lhe abra porta alguma. [...] a natureza converteu-se num complexo sistema de relações causais no qual as qualidades desaparecem e se transformam em puras quantidades; e seus semelhantes deixaram de serem pessoas e são utensílios, instrumentos. A relação do homem com a natureza e com seu próximo não é essencialmente diversa da que mantém com seu automóvel, seu telefone ou sua máquina de escrever (PAZ, 1982, p. 270).

Contudo, penso que foi ali que aprendi o verdadeiro sentido da palavra “servir”. Servir de exemplo, servir de apoio, servir ao próximo. Foi assim que me formei cidadão e me coloquei diante de meus semelhantes como um **Samurai** (literalmente, me transformei naquele que serve):

No período TOKUGAWA, século XVII, iniciou-se a época de paz e os guerreiros SAMURAI já não tinham mais a serventia habitual dos períodos de guerra. Os SAMURAI foram forçados a encontrar uma nova aplicação de seus conhecimentos que, até então, eram voltados para as batalhas e, influenciados pelas principais religiões locais (Budismo, Xintoísmo e Confucionismo), mudaram o foco para a guerra interior, para a evolução da personalidade, a fim de se tornarem pessoas melhores e influenciarem seu entorno na busca de um mundo melhor. De acordo com o ZEN Budismo, uma pessoa percorre um longo caminho de evolução pessoal, o qual pode durar a vida toda. Neste sentido, o importante não é mais o foco final, mas, sim, o caminho que se trilha para chegar a ele (adaptado de: BUN BU RYO DO. In: <https://memoriasepoemas2.blogspot.com/>. Acesso em 10/10/2018, às 02h20min).



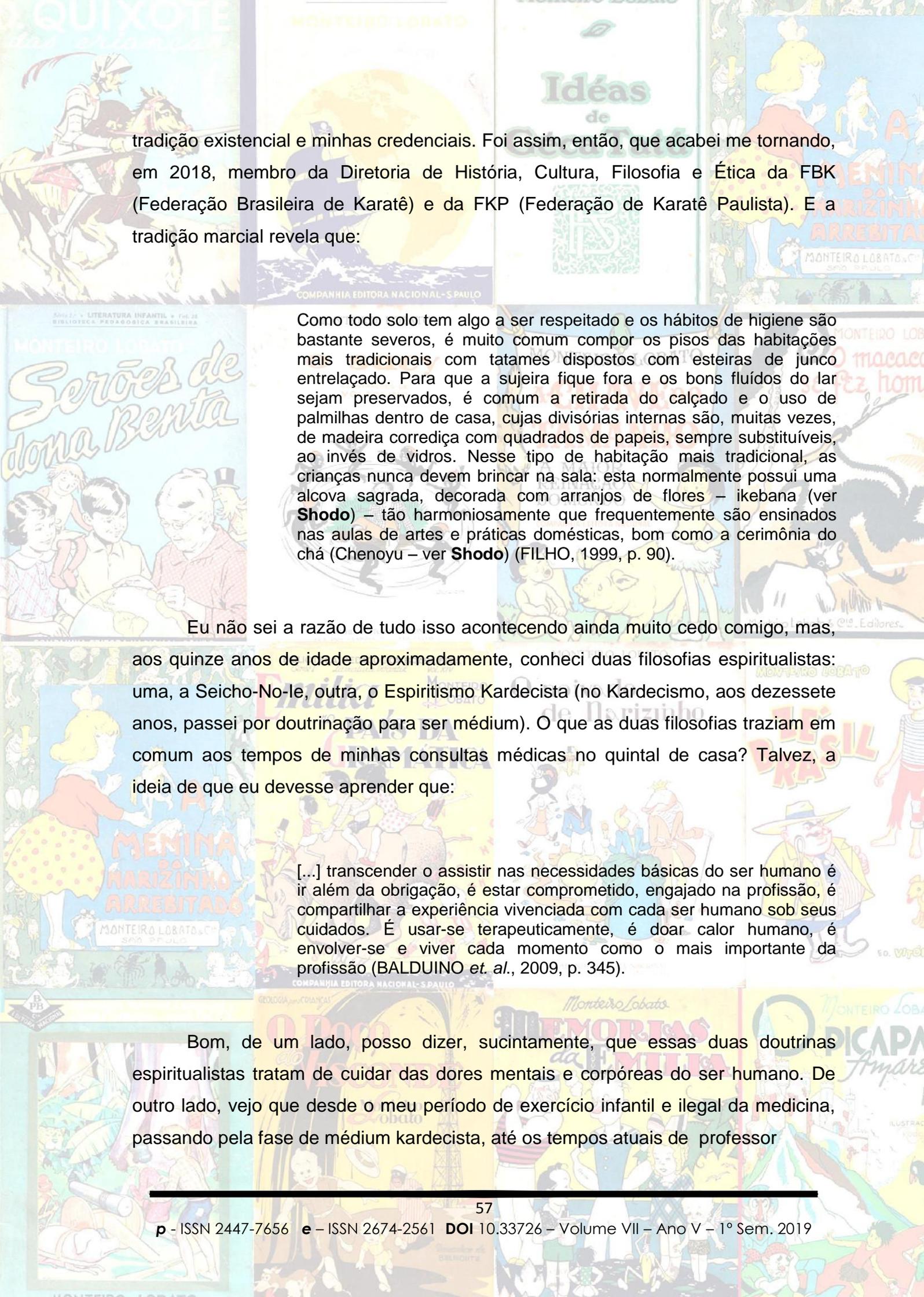
Isso me trouxe à memória o fato de que, à ocasião de minha prematura carreira de patrulheiro mirim (que já relatei anteriormente) gostava também de meter-me a “doutor médico”. No meu “consultório”, instalado no fundo do quintal de casa, em Araçatuba, tinha maleta de primeiros socorros e tudo (meus pais me forneceram mercúrio cromo – esse produto ainda não era proibido (foi vedado o uso a partir de 2001) –, gaze, esparadrapo etc.). Ali realizava palpações, fazia massagens contra estresse, consultas psicológicas de emergência e pequenos curativos.

Um médico mirim é meio que um mágico adulto. Tanto a criança sabe que as curas por meio de um mini médico são improváveis, quanto o adulto sabe que mágico realmente não faz o que parece fazer. E dessa incontestável inexperiência curativa infantil ou visão “quase mágica” adulta, impregna as Artes Marciais é se faz típica aos praticantes, principalmente em nível de kyu. É comum, durante o aprendizado, os iniciantes se atribuírem virtudes muito maiores do que aquelas que realmente possuem.

E, retornando ao meu “consultório médico”, rememoro que eu conversava seriamente com os meus “pacientes” infantis e com os pais destes garotos sobre as prováveis complicações do ferimento que eu estaria “tratando”. Eu agia como se isso tudo fosse muito natural. Até hoje eu não sei de onde vinha tudo aquilo que saía de minha cabeça. Um pouco de insanidade infantil combinada com nenhuma genialidade latente.

Eu era um menino de apenas cinco ou seis anos de idade, proferindo diagnósticos, prescrevendo receituários (nada muito sério, pois indicava, na maioria das vezes, banho quente, descanso, roupa limpa, chá mate (bebida que eu adorava e, por isso, pensava que ela curava de tudo), pomadas, além de melhores comportamentos aos mais peraltas enquanto impunha-lhes à pele os ardidos curativos à base de limpeza com sabão e curativo com mertiolate).

Essa prescrição “médica”, que combinava valores como limpeza, resguardo e mais educação, era e sempre foi desprezível. Contudo, acabou virando um mantra em minha vida. E, de tanto praticar, isso virou meu cerimonial, minha



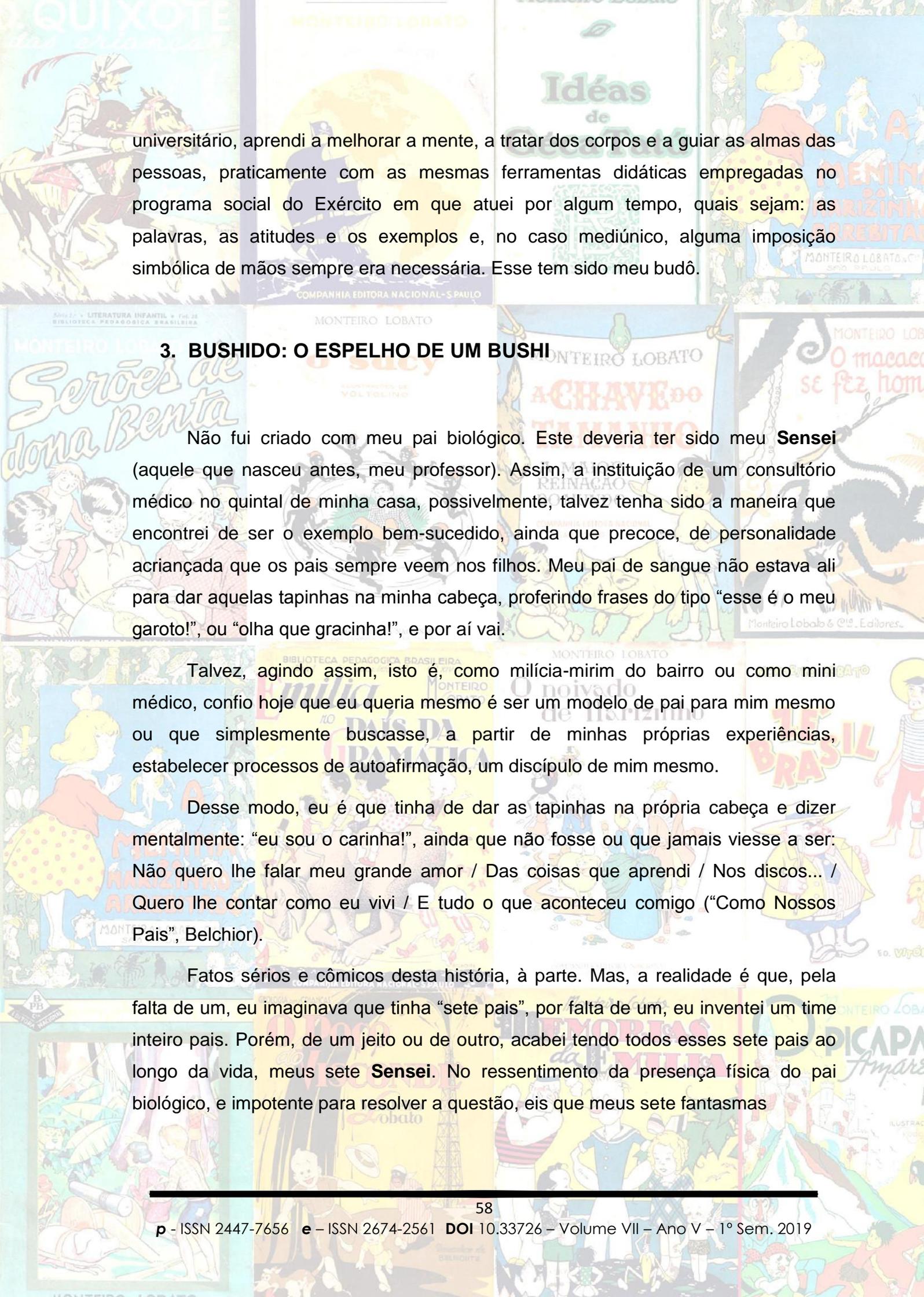
tradição existencial e minhas credenciais. Foi assim, então, que acabei me tornando, em 2018, membro da Diretoria de História, Cultura, Filosofia e Ética da FBK (Federação Brasileira de Karatê) e da FKP (Federação de Karatê Paulista). E a tradição marcial revela que:

Como todo solo tem algo a ser respeitado e os hábitos de higiene são bastante severos, é muito comum compor os pisos das habitações mais tradicionais com tatames dispostos com esteiras de junco entrelaçado. Para que a sujeira fique fora e os bons fluídos do lar sejam preservados, é comum a retirada do calçado e o uso de palmilhas dentro de casa, cujas divisórias internas são, muitas vezes, de madeira corrediça com quadrados de papeis, sempre substituíveis, ao invés de vidros. Nesse tipo de habitação mais tradicional, as crianças nunca devem brincar na sala: esta normalmente possui uma alcova sagrada, decorada com arranjos de flores – ikebana (ver **Shodo**) – tão harmoniosamente que frequentemente são ensinados nas aulas de artes e práticas domésticas, bom como a cerimônia do chá (Chenoyu – ver **Shodo**) (FILHO, 1999, p. 90).

Eu não sei a razão de tudo isso acontecendo ainda muito cedo comigo, mas, aos quinze anos de idade aproximadamente, conheci duas filosofias espiritualistas: uma, a Seicho-No-Ie, outra, o Espiritismo Kardecista (no Kardecismo, aos dezessete anos, passei por doutrinação para ser médium). O que as duas filosofias traziam em comum aos tempos de minhas consultas médicas no quintal de casa? Talvez, a ideia de que eu devesse aprender que:

[...] transcender o assistir nas necessidades básicas do ser humano é ir além da obrigação, é estar comprometido, engajado na profissão, é compartilhar a experiência vivenciada com cada ser humano sob seus cuidados. É usar-se terapeuticamente, é doar calor humano, é envolver-se e viver cada momento como o mais importante da profissão (BALDUINO *et. al.*, 2009, p. 345).

Bom, de um lado, posso dizer, sucintamente, que essas duas doutrinas espiritualistas tratam de cuidar das dores mentais e corpóreas do ser humano. De outro lado, vejo que desde o meu período de exercício infantil e ilegal da medicina, passando pela fase de médium kardecista, até os tempos atuais de professor

The background of the page is a collage of various children's book covers by Monteiro Lobato. Visible titles include 'Idéas de Caca-Fufo', 'Serões de dona Benta', 'A chave do Reino', 'O macaco se fez homem', 'Emília no País da Gramática', 'O noivo do Herizinho', 'Memórias da Milla Amarela', and 'O Picapau Amarelo'. The covers feature colorful illustrations of characters and scenes.

universitário, aprendi a melhorar a mente, a tratar dos corpos e a guiar as almas das pessoas, praticamente com as mesmas ferramentas didáticas empregadas no programa social do Exército em que atuei por algum tempo, quais sejam: as palavras, as atitudes e os exemplos e, no caso mediúnico, alguma imposição simbólica de mãos sempre era necessária. Esse tem sido meu budô.

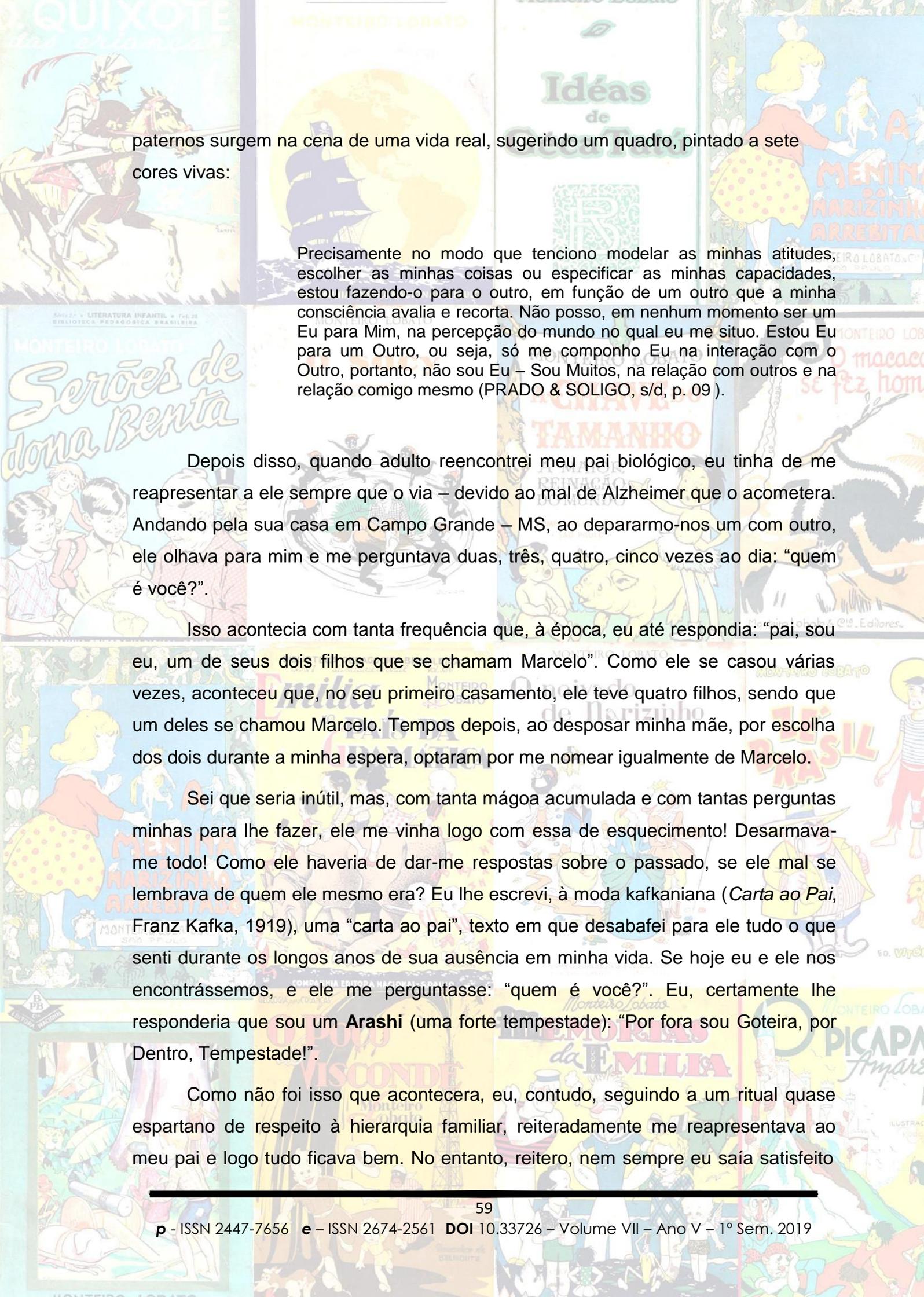
3. BUSHIDO: O ESPELHO DE UM BUSHI

Não fui criado com meu pai biológico. Este deveria ter sido meu **Sensei** (aquele que nasceu antes, meu professor). Assim, a instituição de um consultório médico no quintal de minha casa, possivelmente, talvez tenha sido a maneira que encontrei de ser o exemplo bem-sucedido, ainda que precoce, de personalidade acriancada que os pais sempre veem nos filhos. Meu pai de sangue não estava ali para dar aquelas tapinhas na minha cabeça, proferindo frases do tipo “esse é o meu garoto!”, ou “olha que gracinha!”, e por aí vai.

Talvez, agindo assim, isto é, como milícia-mirim do bairro ou como mini médico, confio hoje que eu queria mesmo é ser um modelo de pai para mim mesmo ou que simplesmente buscasse, a partir de minhas próprias experiências, estabelecer processos de autoafirmação, um discípulo de mim mesmo.

Desse modo, eu é que tinha de dar as tapinhas na própria cabeça e dizer mentalmente: “eu sou o carinha!”, ainda que não fosse ou que jamais viesse a ser: Não quero lhe falar meu grande amor / Das coisas que aprendi / Nos discos... / Quero lhe contar como eu vivi / E tudo o que aconteceu comigo (“Como Nossos Pais”, Belchior).

Fatos sérios e cômicos desta história, à parte. Mas, a realidade é que, pela falta de um, eu imaginava que tinha “sete pais”, por falta de um, eu inventei um time inteiro pais. Porém, de um jeito ou de outro, acabei tendo todos esses sete pais ao longo da vida, meus sete **Sensei**. No ressentimento da presença física do pai biológico, e impotente para resolver a questão, eis que meus sete fantasmas



paternos surgem na cena de uma vida real, sugerindo um quadro, pintado a sete cores vivas:

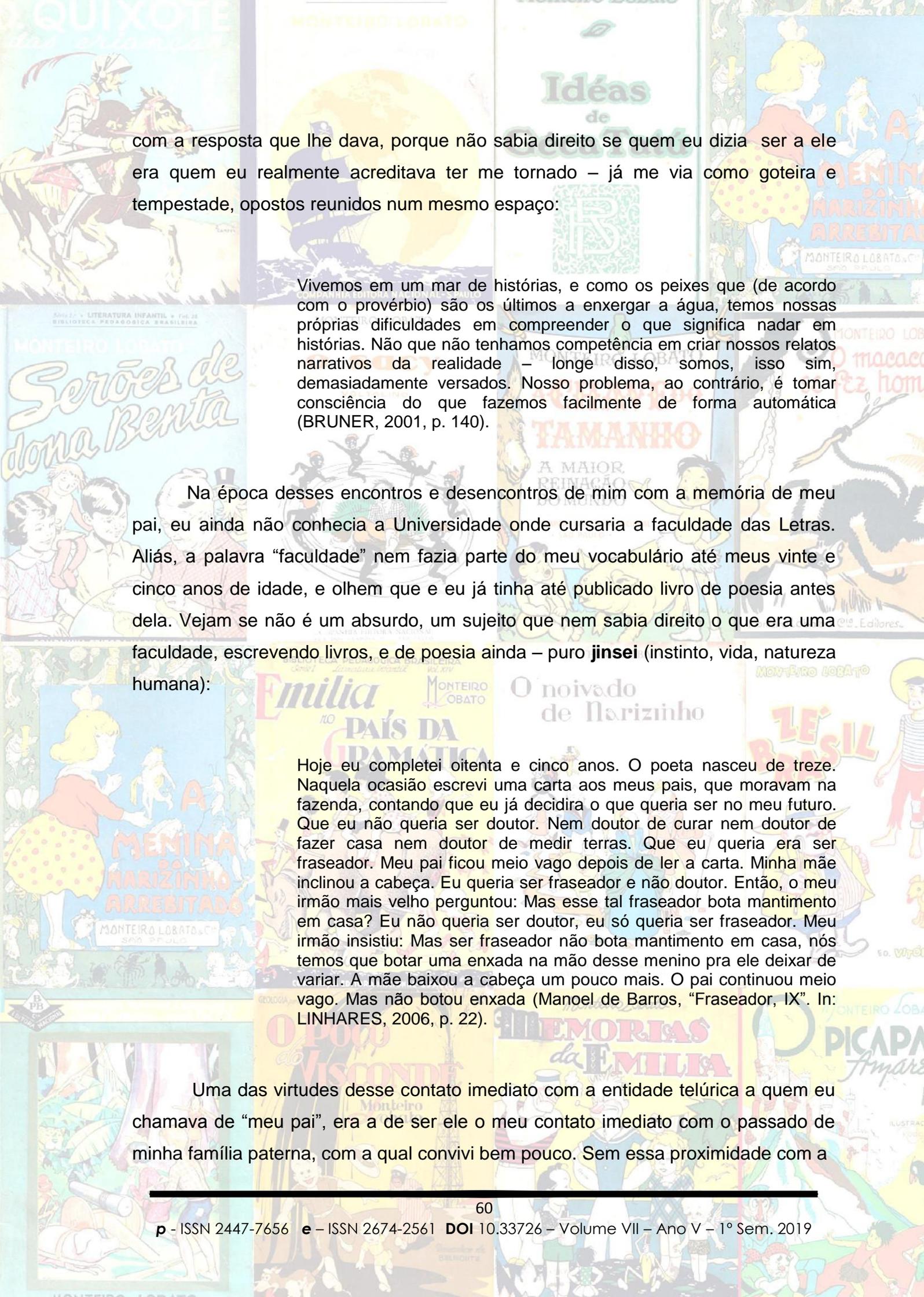
Precisamente no modo que tenciono modelar as minhas atitudes, escolher as minhas coisas ou especificar as minhas capacidades, estou fazendo-o para o outro, em função de um outro que a minha consciência avalia e recorta. Não posso, em nenhum momento ser um Eu para Mim, na percepção do mundo no qual eu me situo. Estou Eu para um Outro, ou seja, só me componho Eu na interação com o Outro, portanto, não sou Eu – Sou Muitos, na relação com outros e na relação comigo mesmo (PRADO & SOLIGO, s/d, p. 09).

Depois disso, quando adulto reencontrei meu pai biológico, eu tinha de me reapresentar a ele sempre que o via – devido ao mal de Alzheimer que o acometera. Andando pela sua casa em Campo Grande – MS, ao depararmos um com outro, ele olhava para mim e me perguntava duas, três, quatro, cinco vezes ao dia: “quem é você?”.

Isso acontecia com tanta frequência que, à época, eu até respondia: “pai, sou eu, um de seus dois filhos que se chamam Marcelo”. Como ele se casou várias vezes, aconteceu que, no seu primeiro casamento, ele teve quatro filhos, sendo que um deles se chamou Marcelo. Tempos depois, ao desposar minha mãe, por escolha dos dois durante a minha espera, optaram por me nomear igualmente de Marcelo.

Sei que seria inútil, mas, com tanta mágoa acumulada e com tantas perguntas minhas para lhe fazer, ele me vinha logo com essa de esquecimento! Desarmava-me todo! Como ele haveria de dar-me respostas sobre o passado, se ele mal se lembrava de quem ele mesmo era? Eu lhe escrevi, à moda kafkaniana (*Carta ao Pai*, Franz Kafka, 1919), uma “carta ao pai”, texto em que desabafei para ele tudo o que senti durante os longos anos de sua ausência em minha vida. Se hoje eu e ele nos encontrássemos, e ele me perguntasse: “quem é você?”. Eu, certamente lhe responderia que sou um **Arashi** (uma forte tempestade): “Por fora sou Goteira, por Dentro, Tempestade!”.

Como não foi isso que acontecera, eu, contudo, seguindo a um ritual quase espartano de respeito à hierarquia familiar, reiteradamente me reapresentava ao meu pai e logo tudo ficava bem. No entanto, reitero, nem sempre eu saía satisfeito



com a resposta que lhe dava, porque não sabia direito se quem eu dizia ser a ele era quem eu realmente acreditava ter me tornado – já me via como goteira e tempestade, opostos reunidos num mesmo espaço:

Vivemos em um mar de histórias, e como os peixes que (de acordo com o provérbio) são os últimos a enxergar a água, temos nossas próprias dificuldades em compreender o que significa nadar em histórias. Não que não tenhamos competência em criar nossos relatos narrativos da realidade – longe disso, somos, isso sim, demasiadamente versados. Nosso problema, ao contrário, é tomar consciência do que fazemos facilmente de forma automática (BRUNER, 2001, p. 140).

Na época desses encontros e desencontros de mim com a memória de meu pai, eu ainda não conhecia a Universidade onde cursaria a faculdade das Letras. Aliás, a palavra “faculdade” nem fazia parte do meu vocabulário até meus vinte e cinco anos de idade, e olhem que eu já tinha até publicado livro de poesia antes dela. Vejam se não é um absurdo, um sujeito que nem sabia direito o que era uma faculdade, escrevendo livros, e de poesia ainda – puro **jïnsei** (instinto, vida, natureza humana):

Hoje eu completei oitenta e cinco anos. O poeta nasceu de treze. Naquela ocasião escrevi uma carta aos meus pais, que moravam na fazenda, contando que eu já decidira o que queria ser no meu futuro. Que eu não queria ser doutor. Nem doutor de curar nem doutor de fazer casa nem doutor de medir terras. Que eu queria era ser fraseador. Meu pai ficou meio vago depois de ler a carta. Minha mãe inclinou a cabeça. Eu queria ser fraseador e não doutor. Então, o meu irmão mais velho perguntou: Mas esse tal fraseador bota mantimento em casa? Eu não queria ser doutor, eu só queria ser fraseador. Meu irmão insistiu: Mas ser fraseador não bota mantimento em casa, nós temos que botar uma enxada na mão desse menino pra ele deixar de variar. A mãe baixou a cabeça um pouco mais. O pai continuou meio vago. Mas não botou enxada (Manoel de Barros, “Fraseador, IX”. In: LINHARES, 2006, p. 22).

Uma das virtudes desse contato imediato com a entidade telúrica a quem eu chamava de “meu pai”, era a de ser ele o meu contato imediato com o passado de minha família paterna, com a qual convivi bem pouco. Sem essa proximidade com a

memória viva e ainda falante dele, é como se eu não tivesse história pregressa, como se eu não tivesse tido um passado, ou mesmo não existisse ou ainda que existisse só pela metade – a metade da minha mãe:

Na construção da identidade étnica, o fator da memória coletiva tem um papel totalizante. Ela se caracteriza pelo conjunto de lembranças não oficiais, sobre o qual esta se apoia para justificar sua existência atual e para o futuro. Ela é uma espécie de confederação imaginária uniformizante, que se embute nas articulações de sua ideologia, realçando os seus mitos fundadores. Estes últimos, encarnados em eventos e figuras proeminentes, tornam-se ícones culturais, focos de irradiações identitárias (NETO, 2005, p. 72).

Ao olhar para ele (na memória que guardo de quando ele ainda era vivo), vejo que me sentia como se eu fosse um apátrida afetivo ou estivesse defronte a um espelho em que não pudesse ver diante de mim nem mesmo a totalidade de meu próprio reflexo. Essa imagem refratária de mim mesmo no espelho é o meu **bushido** (meu caminho de guerreiro).

4. IAMÉ: COMO TERMINAR O QUE SEMPRE RECOMEÇA?

Jurei mentiras e sigo sozinho, assumo os pecados / [...] E o que me resta é só um gemido / Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos (“Sangue Latino”, Secos e Molhados).

Eu queria dizer que a vida não passasse de um sonho: “La vida és sueño” (cómo nos he dicho el gran Calderón de La Barca). Não sei tudo o que a vida é, mas, ao lembrar-me vivendo-a sei o que ela ainda não foi para mim. Sei que a realidade nos toma de assalto todos os dias, nos cobrando o exercício de nosso papel social, independentemente de nossos afetos feridos ou preferências pessoais, de nossos automatismos ou de nosso *laissez faire, laissez aller, laissez passer* (do francês “deixai fazer, deixai ir, deixai passar”).

Contudo, quando nos recordamos humanos e viventes num contexto pretensamente liberal como este meu modelo de relatar, percebemos que é mais razoável acreditar que no presente há mais a empreender do que repetir o passado,

por mais instigantemente realista ou folclórica que seja a narrativa do recorte que fazemos de nós mesmos.

Comecei, neste memorial, a investigar intimamente em que minha vida realmente faz a diferença no mundo das pessoas que me cercam. Quando dei início à escritura deste texto não pensei que recordar fosse uma experiência tão gratificante quanto controversa. Tive que me lembrar dos fatos, pessoas, lugares, desejos, méritos e insanidades que a rotina da vida nos ensina cruelmente a deixar de lado.

Lembrei-me de quando fui nocauteado e, ainda assim, ganhei a medalha de bronze num campeonato nacional de Karatê. Mas é verdade: fui ao chão. Caí feito uma fruta madura despencando do pé, sem apoio, sem escoras. Simplesmente desmoronei. Isso aconteceu em 2016, no Campeonato Brasileiro de Karatê, na cidade de Limeira – SP. Naquele dia de 2016, eu também me lembrei do dia em que fui fazer meu primeiro exame para Faixa Preta, 1º Dan, em 1998. Da Academia Matsumi, em São José do Rio Preto – SP, fomos em 11 (onze) praticantes prestar as provas, em São Paulo – SP. O único que não passou na prova fui eu. Todos os outros colegas, bem mais novos em idade e na prática do Karatê se tornaram faixas pretas antes de mim – esse episódio renderia muitas linhas aqui.

No dia de meu nocaute, em 2016, e no dia da reprova, em 1998, a mesma lição de **atemi** (golpe) me foi ensinada, e por mim duramente aprendida. Isto é, quando levamos um golpe da vida, quando caímos, antes de qualquer sensação física, de qualquer hematoma visível na pele, de qualquer lesão, e qualquer sangramento, o primeiro impacto que sentimos é em nosso ego. A primeira parte de nosso corpo a sentir o peso de uma pancada que recebemos no tatame e, por analogia, na vida, é na imagem que temos de nós mesmos. Essa imagem é ferida de morte, mesmo que seja apenas um arranhão.

Contudo, algo me conforta: “meu passado não determina o meu futuro” (Bíblia Sagrada, *Livro de Deuteronômio*, 1:5-8). Ele só é uma parte do que eu vou me tornar, e é apenas matéria-prima determinante para eu continuar a lembrar do menino que fui e sonhar com o homem que devo e ainda posso tentar ser.

Logo, só nos resta recomeçar: **Hajimê! Kamaê-te!**

REFERÊNCIAS

BALDUINO, Anice de Fátima Ahmad; MANTOVANI, Maria de Fátima; LACERDA, Maria Ribeiro. *O processo de cuidar de enfermagem ao portador de doença crônica cardíaca*. Esc Anna Nery Rev Enferm 2009, abr-jun, 13 (2), 342-51.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – lembranças de velhos*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

BRUNER, Jerome. *A cultura da educação*. Porto Alegre. Artmed Editora, 2001.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Tradução Luiz Orlandi, Roberto Machado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FILHO, Arnaldo Fazoli. *Japão Formando Gerações*. São Paulo: Letras e Letras, 1999.

LINHARES, Andrea Regina Fernandes. *Memórias Inventadas: figurações do sujeito na escrita autobiográfica de Manoel de Barros*. Dissertação de Mestrado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2006. Disponível em <http://www.ppgletras.furg.br/disserta/andrealinhares.pdf>.

NETO, Jamil Zugueib. Os Druzos na Guerra do Líbano. In: _____(org.). *Identities e Crises Sociais na Contemporaneidade*. Curitiba: UFPR, 2005, p. 23-110.

PAZ, Octávio. *O Arco e a Lira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 267-282.

PRADO, Guilherme do Val Toledo e SOLIGO, Rosaura. *Memorial de Formação – quando as memórias narram a história da formação..... Sine loc: s/d*.

THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias*. In: *Projeto História*, nº 15. São Paulo: EDUC, 1997.

VASCONCELOS, Geni Amélia Nader. *Diálogo com Humberto Maturana: interpelações sobre a ética*. *Revista Tessituras*, n. 1, maio de 2010. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Geni_Amelia_Nader_Vasconcelos_Mestre_em.pdf.

COMO O JAPÃO CRIOU O MERCADO DE FUTUROS

CARVALHO, Celso Almeida de¹¹

RESUMO: Este estudo apresenta uma visão histórica acerca do mercado de capitais. Justifica a realização deste trabalho, o fato de que, estudar e compreender a genealogia desta prática de investimentos constitui-se em fator preponderante e balizador para que qualquer *home broker* possa alavancar negócios e otimizar resultados. Pauta a pesquisa o método da revisão bibliográfica, associada à livre reflexão do autor. A conclusão do estudo aponta para o fato de que a consciência histórica contribui para a amplitude e certeza das decisões tomadas.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de Futuros, Bolsa de Valores, Investimentos.

ABSTRACT: This study presents a historical view on the capital market. This study is the fact that, study and understand the genealogy of this investment practice is a preponderant factor and provides guidelines for any home broker can leverage business and optimize results. The method research of the tariff review, coupled with the free reflection of the author. The conclusion of the study points to the fact that historical awareness contributes to the magnitude and certainty of the decisions taken.

KEYWORDS: The futures market, Stock Exchange, Investments.

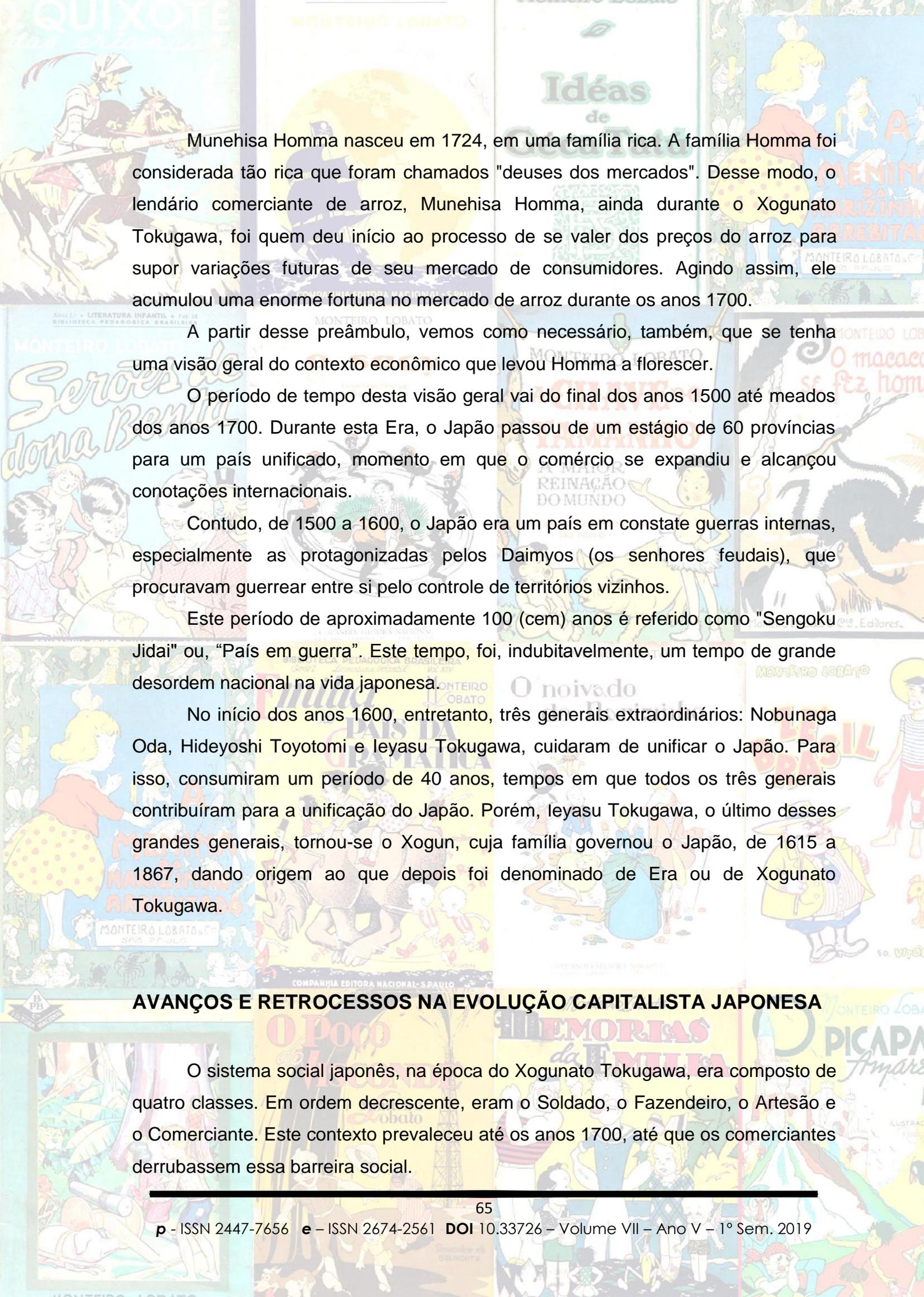
INTRODUÇÃO

Para se compreender os mercados de futuro, devemos olhar para o passado, do mesmo modo como a própria frase imposta na epígrafe e sua respectiva tradução do japonês nos afirmam.

Indo diretamente ao assunto de nosso texto, podemos dizer que o mercado de futuros surgiu no Japão.

Foi assim que, entre as pessoas mais famosas do Japão se popularizou a prática de usar os preços passados para prever os futuros movimentos de preços no mercado.

¹¹ Graduado em ADMINISTRAÇÃO pela FEB – Fundação Educacional de Barretos (2001). Agente Autônomo de Investimentos autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Docente do Ensino Fundamental, Médio, Técnico e Superior.



Munehisa Homma nasceu em 1724, em uma família rica. A família Homma foi considerada tão rica que foram chamados "deuses dos mercados". Desse modo, o lendário comerciante de arroz, Munehisa Homma, ainda durante o Xogunato Tokugawa, foi quem deu início ao processo de se valer dos preços do arroz para supor variações futuras de seu mercado de consumidores. Agindo assim, ele acumulou uma enorme fortuna no mercado de arroz durante os anos 1700.

A partir desse preâmbulo, vemos como necessário, também, que se tenha uma visão geral do contexto econômico que levou Homma a florescer.

O período de tempo desta visão geral vai do final dos anos 1500 até meados dos anos 1700. Durante esta Era, o Japão passou de um estágio de 60 províncias para um país unificado, momento em que o comércio se expandiu e alcançou conotações internacionais.

Contudo, de 1500 a 1600, o Japão era um país em constante guerras internas, especialmente as protagonizadas pelos Daimyos (os senhores feudais), que procuravam guerrear entre si pelo controle de territórios vizinhos.

Este período de aproximadamente 100 (cem) anos é referido como "Sengoku Jidai" ou, "País em guerra". Este tempo, foi, indubitavelmente, um tempo de grande desordem nacional na vida japonesa.

No início dos anos 1600, entretanto, três generais extraordinários: Nobunaga Oda, Hideyoshi Toyotomi e Ieyasu Tokugawa, cuidaram de unificar o Japão. Para isso, consumiram um período de 40 anos, tempos em que todos os três generais contribuíram para a unificação do Japão. Porém, Ieyasu Tokugawa, o último desses grandes generais, tornou-se o Xogun, cuja família governou o Japão, de 1615 a 1867, dando origem ao que depois foi denominado de Era ou de Xogunato Tokugawa.

AVANÇOS E RETROCESSOS NA EVOLUÇÃO CAPITALISTA JAPONESA

O sistema social japonês, na época do Xogunato Tokugawa, era composto de quatro classes. Em ordem decrescente, eram o Soldado, o Fazendeiro, o Artesão e o Comerciante. Este contexto prevaleceu até os anos 1700, até que os comerciantes derrubassem essa barreira social.

Ainda hoje, a saudação tradicional em Osaka é "Mokarimakka", o que significa "você está lucrando?".

Em Osaka, Yodoya Keian tornou-se um comerciante de guerra para Hideyoshi (um dos três grandes uniformes militares). Yodoya tinha habilidades extraordinárias em transportar, distribuir e ajustar o preço do arroz.

O quintal da Yodoya tornou-se tão importante que a primeira troca de arroz se desenvolveu lá. Ele se tornou muito rico, porém, em 1705, o Bakufu (o governo militar liderado pelo Xogun) confiscou toda a sua fortuna, sob a acusação de que ele estava vivendo em uma condição de luxo que não era pertencente à sua classificação social, isto é, à condição de soldado.

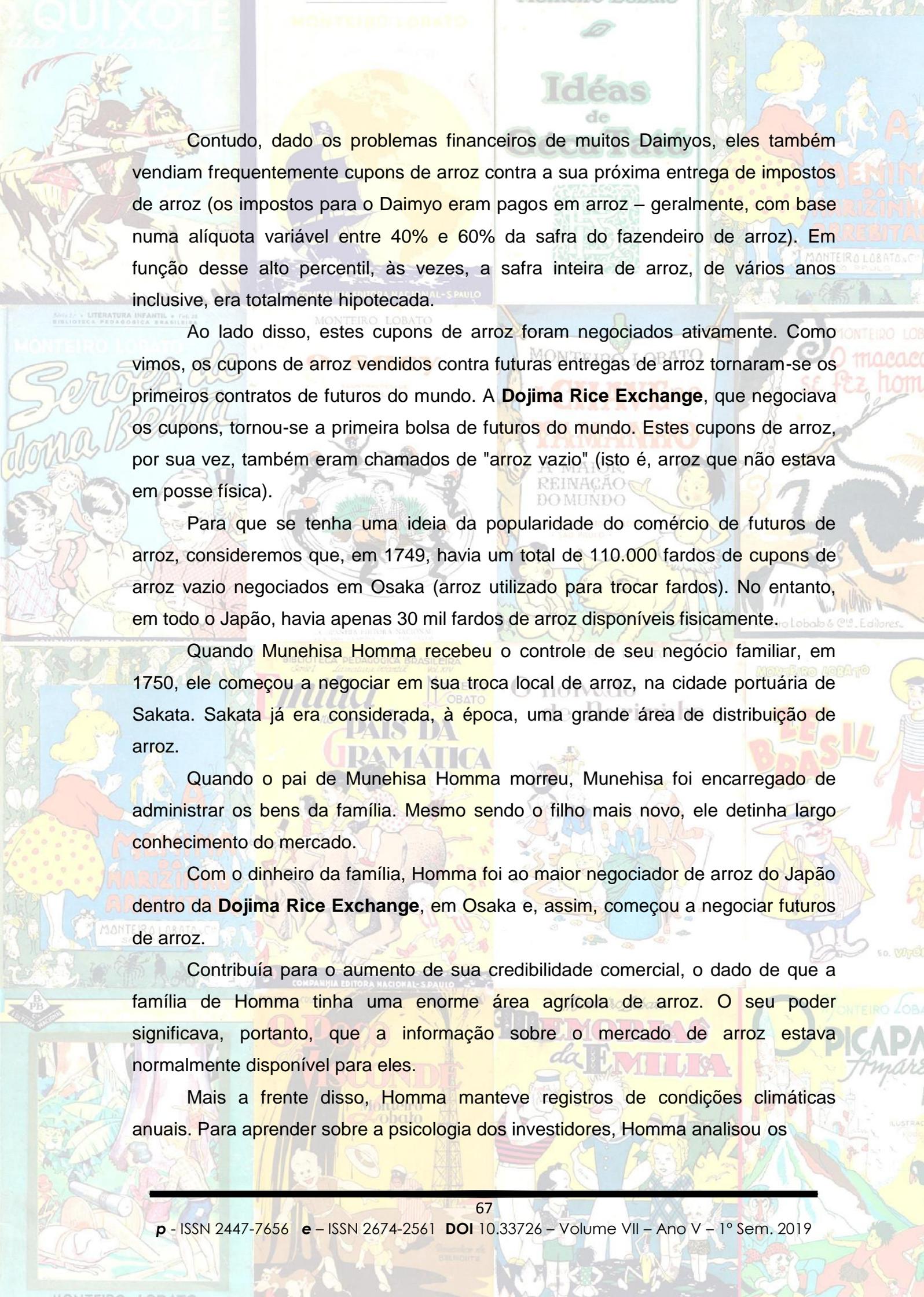
O Bakufu estava apreensivo com a crescente quantidade de poder adquirida por certos comerciantes. Tamanha era essa preocupação eu, em 1642, certos funcionários e comerciantes tentaram encurralar o mercado de arroz. O castigo foi severo: seus filhos foram executados, os comerciantes foram exilados e sua riqueza foi confiscada.

O mercado de arroz, que originalmente se desenvolveu no quintal de Yodoya, foi institucionalizado e, ali, surgiu a primeira "mercado de futuro", com a instituição da **Dojima Rice Exchange**, tida como a primeira "bolsa de futuros", criada no final de 1600, em Osaka.

Os comerciantes da Bolsa classificaram o arroz e o negociaram para definir o preço. Até 1710, a Bolsa negociou em arroz real. Após 1710, a troca de arroz começou a emitir e aceitar recibos de armazém de arroz. Esses recibos de armazém foram chamados de "cupons de arroz". Os recibos tornaram-se os primeiros contratos de futuros já negociados. A corretora de arroz tornou-se a base da prosperidade de Osaka.

Havia mais de 1300 comerciantes de arroz. Como não havia padrão de moeda (as tentativas anteriores de moeda forte falharam, devido à degradação das moedas), o arroz tornou-se o meio de troca de fato.

Um Daimyo (senhor feudal) que precisasse de dinheiro enviava seu excesso de arroz para Osaka, onde seria colocado em um armazém em seu nome. Ele receberia um cupom como um recibo para este arroz. Ele poderia vender este cupom de arroz sempre que quisesse.



Contudo, dado os problemas financeiros de muitos Daimyos, eles também vendiam frequentemente cupons de arroz contra a sua próxima entrega de impostos de arroz (os impostos para o Daimyo eram pagos em arroz – geralmente, com base numa alíquota variável entre 40% e 60% da safra do fazendeiro de arroz). Em função desse alto percentil, às vezes, a safra inteira de arroz, de vários anos inclusive, era totalmente hipotecada.

Ao lado disso, estes cupons de arroz foram negociados ativamente. Como vimos, os cupons de arroz vendidos contra futuras entregas de arroz tornaram-se os primeiros contratos de futuros do mundo. A **Dojima Rice Exchange**, que negociava os cupons, tornou-se a primeira bolsa de futuros do mundo. Estes cupons de arroz, por sua vez, também eram chamados de "arroz vazio" (isto é, arroz que não estava em posse física).

Para que se tenha uma ideia da popularidade do comércio de futuros de arroz, consideremos que, em 1749, havia um total de 110.000 fardos de cupons de arroz vazio negociados em Osaka (arroz utilizado para trocar fardos). No entanto, em todo o Japão, havia apenas 30 mil fardos de arroz disponíveis fisicamente.

Quando Munehisa Homma recebeu o controle de seu negócio familiar, em 1750, ele começou a negociar em sua troca local de arroz, na cidade portuária de Sakata. Sakata já era considerada, à época, uma grande área de distribuição de arroz.

Quando o pai de Munehisa Homma morreu, Munehisa foi encarregado de administrar os bens da família. Mesmo sendo o filho mais novo, ele detinha largo conhecimento do mercado.

Com o dinheiro da família, Homma foi ao maior negociador de arroz do Japão dentro da **Dojima Rice Exchange**, em Osaka e, assim, começou a negociar futuros de arroz.

Contribuía para o aumento de sua credibilidade comercial, o dado de que a família de Homma tinha uma enorme área agrícola de arroz. O seu poder significava, portanto, que a informação sobre o mercado de arroz estava normalmente disponível para eles.

Mais a frente disso, Homma manteve registros de condições climáticas anuais. Para aprender sobre a psicologia dos investidores, Homma analisou os

preços do arroz, voltando ao momento em que a troca de arroz estava no quintal de Yodoya.

Homma também configurou seu próprio sistema de comunicação. Em momentos pré-estabelecidos, ele colocou homens nos telhados para enviar sinais através de bandeiras. Esses homens esticaram a distância de Osaka para Sakata.

Depois de dominar os mercados de Osaka, Homma foi negociar na troca regional em Edo (Tóquio). Ele usou suas ideias para acumular uma enorme fortuna. Dizia-se que tinha 100 negociações vencedoras consecutivas.

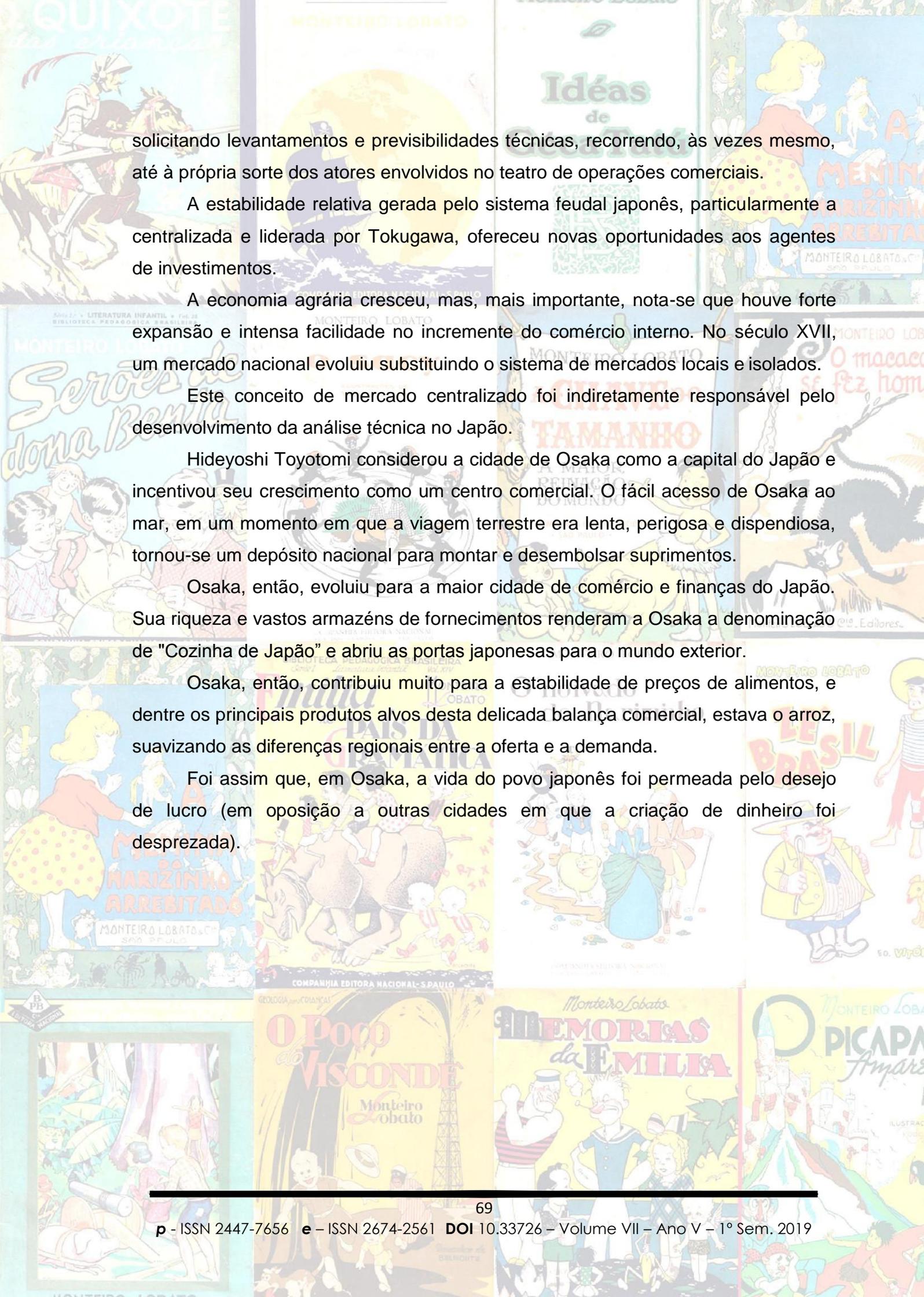
A influência e o prestígio de Homma eram tamanhos, que era capaz de influenciar o mercado de arroz nas três principais cidades do Japão, do seguinte modo. Quando havia uma boa cultura de arroz em Sakata, os preços do arroz caíam no Intercâmbio de arroz, na Dojima. Assim, Edo entrava em colapso.

Em anos posteriores, Homma tornou-se consultor financeiro do governo e foi homenageado com o título de samurai. Ele morreu em 1803. Os livros de Homma sobre os mercados (*Sakata Senho* e *Soba Sani No Den*) foram escritos nos anos de 1700. Seus princípios de negociação, como aqueles aplicados ao mercado do arroz, evoluíram para a metodologia do *candlestick* e, atualmente, é amplamente utilizado no Japão e em todo mundo (MARQUES *et al*, 2006).

AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO JAPONÊS E O MERCADO GLOBAL

Sabe-se, portanto, que as condições militares que permearam o Japão durante séculos, tornaram-se parte integrante da terminologia do *candlestick*, termo que designou para o mercado o conceito de “castiçal ou velas”. O *candlestick* é um método de representação de gráficos criado pelos japoneses, que depois foi amplamente utilizado no mercado de ações.

E, ao analisamos esse modelo operacional, que reúne “batalhas” e “luzes das velas” num mesmo paradigma global de trocas mercantis, veremos que o comércio exige muitas das mesmas habilidades necessárias para se ganhar uma batalha, quais sejam as habilidades como a estratégia, a psicologia, a competição,



solicitando levantamentos e previsibilidades técnicas, recorrendo, às vezes mesmo, até à própria sorte dos atores envolvidos no teatro de operações comerciais.

A estabilidade relativa gerada pelo sistema feudal japonês, particularmente a centralizada e liderada por Tokugawa, ofereceu novas oportunidades aos agentes de investimentos.

A economia agrária cresceu, mas, mais importante, nota-se que houve forte expansão e intensa facilidade no incremento do comércio interno. No século XVII, um mercado nacional evoluiu substituindo o sistema de mercados locais e isolados.

Este conceito de mercado centralizado foi indiretamente responsável pelo desenvolvimento da análise técnica no Japão.

Hideyoshi Toyotomi considerou a cidade de Osaka como a capital do Japão e incentivou seu crescimento como um centro comercial. O fácil acesso de Osaka ao mar, em um momento em que a viagem terrestre era lenta, perigosa e dispendiosa, tornou-se um depósito nacional para montar e desembolsar suprimentos.

Osaka, então, evoluiu para a maior cidade de comércio e finanças do Japão. Sua riqueza e vastos armazéns de fornecimentos renderam a Osaka a denominação de "Cozinha de Japão" e abriu as portas japonesas para o mundo exterior.

Osaka, então, contribuiu muito para a estabilidade de preços de alimentos, e dentre os principais produtos alvos desta delicada balança comercial, estava o arroz, suavizando as diferenças regionais entre a oferta e a demanda.

Foi assim que, em Osaka, a vida do povo japonês foi permeada pelo desejo de lucro (em oposição a outras cidades em que a criação de dinheiro foi desprezada).

REFERÊNCIAS

MARQUES, P.V.; MELLO, P. C. de & MARTINES FILHO, J.G. *Mercados Futuros e de Opções Agropecuárias*. Piracicaba, S.P., Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq/USP, 2006, Série Didática nº D-129. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/did-129_000fk725ekp02wyiv80sq98yqoy5hp4u.pdf. Acesso em 31/01/2019, às 00h25min.

LEONARD, J. N. *Biblioteca de história universal Life: Japão antigo*. Tradução de Thomaz Scott Newlands Neto. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1979.

MARTINEZ, Ron. *Como dizer tudo em japonês – fale a coisa certa em qualquer situação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

NISON, Steve. A historical Background. Chapter 2 p.27-32 In: *Japanese candlestick charting techniques: A Contemporary Guide to the Ancient Investment Techniques of the Far East*. New York Institute of Finance Simon & Schuster A Paramount Communications Company 1991, p.316.

CAPÍTULO VII

LOBATO, Monteiro (Obras em domínio público jan. de 2019. Fragmento de *O Saci*. Brasiliense: SP, 1994, p. 28-29. Disponível em <https://sitio.pmvv.pt/wp-content/uploads/2014/06/Monteiro-Lobato-O-Saci.pdf>)

A sacizada

— É aqui, dentro destes gomos, que se geram e crescem meus irmãos de uma perna só — disse o saci. — Quando chegam em idade de correr mundo, furam os gomos e saltam fora. Repare quantos gomos furados. De cada um deles já saiu um saci.

Pedrinho viu que era exato o que ele dizia, mostrou desejos de abrir um gomo para espiar um saczinho novo ainda preso lá dentro.

— Vou satisfazer a sua curiosidade, Pedrinho, mas não posso revelar o segredo de furar os gomos; portanto, vire-se de costas.

O menino virou-se de costas, assim ficando até que o saci dissesse — “Pronto!” Só então desvirou-se e com grande admiração viu aberta num gomo uma perfeita janelinha.

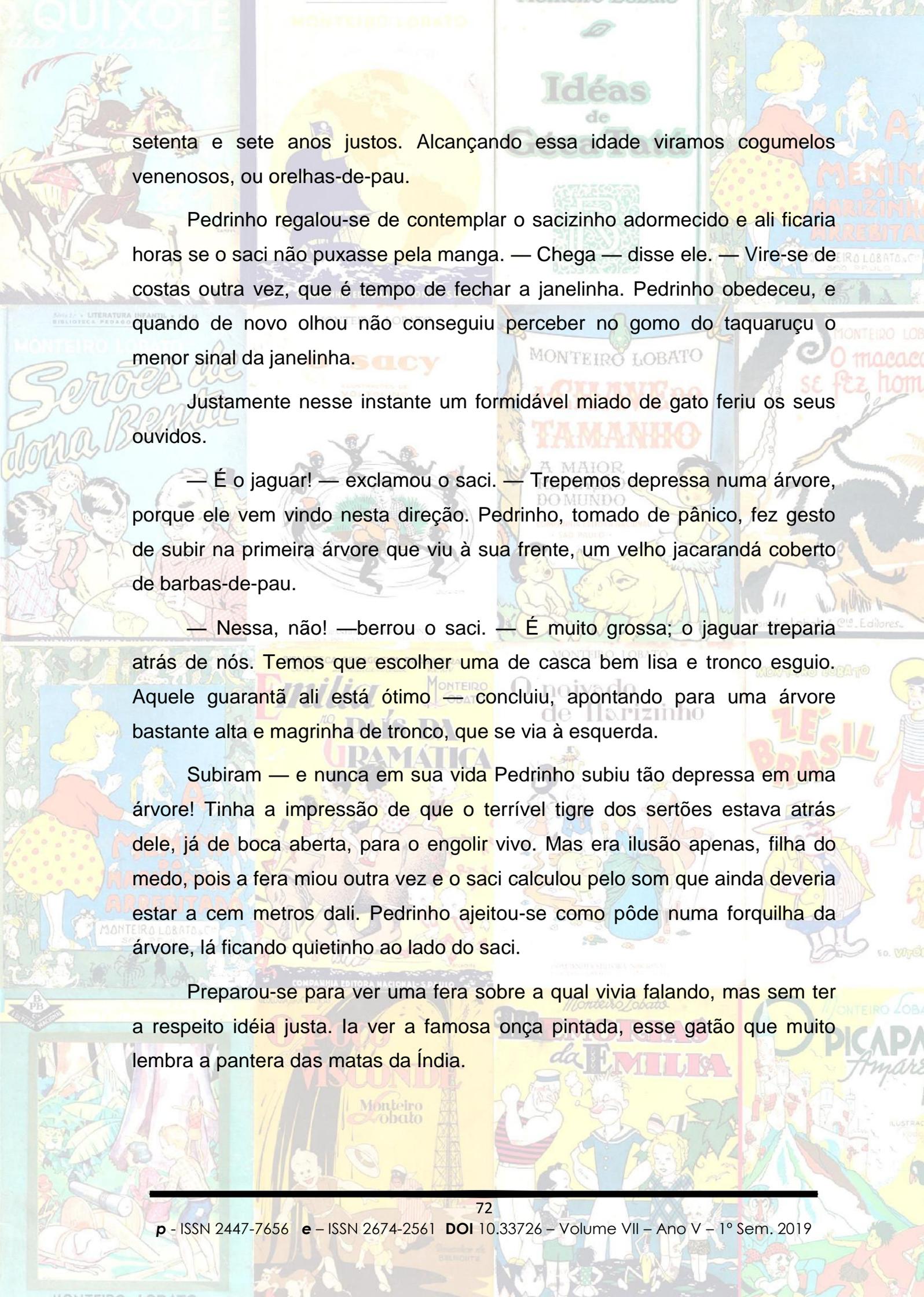
— Posso espiar? — perguntou.

— Espie, mas com um olho só — respondeu o saci. — Se espiar com os dois, o saczinho acorda e joga nos seus olhos a brasa do pitinho.

O menino assim fez. Espiou com um olho só e viu um saczinho do tamanho de um camundongo já de pitinho aceso na boca e carapucinha na cabeça. Estava todo encolhido no fundo do gomo.

— Que galanteza! — exclamou Pedrinho. — Que pena o povo lá de casa não estar aqui para ver esta maravilha!

— Esse saczinho ainda fica aí durante quatro anos. A conta da nossa vida dentro dos gomos são de sete anos. Depois saímos para viver no mundo



setenta e sete anos justos. Alcançando essa idade viramos cogumelos venenosos, ou orelhas-de-pau.

Pedrinho regalou-se de contemplar o saczinho adormecido e ali ficaria horas se o saci não puxasse pela manga. — Chega — disse ele. — Vire-se de costas outra vez, que é tempo de fechar a janelinha. Pedrinho obedeceu, e quando de novo olhou não conseguiu perceber no gomo do taquaruçu o menor sinal da janelinha.

Justamente nesse instante um formidável miado de gato feriu os seus ouvidos.

— É o jaguar! — exclamou o saci. — Trepemos depressa numa árvore, porque ele vem vindo nesta direção. Pedrinho, tomado de pânico, fez gesto de subir na primeira árvore que viu à sua frente, um velho jacarandá coberto de barbas-de-pau.

— Nessa, não! — berrou o saci. — É muito grossa; o jaguar treparia atrás de nós. Temos que escolher uma de casca bem lisa e tronco esguio. Aquele guarantã ali está ótimo — concluiu, apontando para uma árvore bastante alta e magrinha de tronco, que se via à esquerda.

Subiram — e nunca em sua vida Pedrinho subiu tão depressa em uma árvore! Tinha a impressão de que o terrível tigre dos sertões estava atrás dele, já de boca aberta, para o engolir vivo. Mas era ilusão apenas, filha do medo, pois a fera miou outra vez e o saci calculou pelo som que ainda deveria estar a cem metros dali. Pedrinho ajeitou-se como pôde numa forquilha da árvore, lá ficando quietinho ao lado do saci.

Preparou-se para ver uma fera sobre a qual vivia falando, mas sem ter a respeito idéia justa. Ia ver a famosa onça pintada, esse gatão que muito lembra a pantera das matas da Índia.

O ENSINO DO EMPREENDEDORISMO NAS ESCOLAS: O QUE NOS SEPARA DO PRIMEIRO MUNDO

CARVALHO, Celso Almeida de¹²

RESUMO: No Brasil, o movimento do empreendedorismo surgiu de forma sistematizada, centrado no ensino, no desenvolvimento da competência empreendedora e no fomento. Isto passou a ocorrer, a partir dos anos 90, durante a abertura brasileira da economia, dado por intermédio de vários movimentos coordenados pelo governo, por impulsos da iniciativa privada e de ONGS. Justifica a realização desta investigação, o fato de que estudos, em vários países, revelam que quanto mais empreendedora é uma nação, maiores são as chances desta se desenvolver e gerar riquezas. Desse modo, esta pesquisa objetiva descrever o surgimento do empreendedorismo, sua evolução e influência na sociedade brasileira. Pode-se concluir que o empreendedorismo, seu ensino e divulgação provocaram uma revolução sem volta em nossa sociedade, o que possibilitou a abertura de inúmeros negócios, a geração de renda, o aumento do PIB, a geração de mais postos de trabalho, mudanças comportamentais, um maior dinamismo social em que várias camadas da população, que em certas faixas de renda e de escolaridade passaram a ter uma alternativa frente ao desemprego e ao emprego com carteira assinada. Como resultados, vimos que nossa sociedade passou a acreditar em si mesma, na sua capacidade, e passou a ter maior confiança nas instituições, a ponto de ousar quanto a inovar aspectos da própria vida, atitude que até os anos de 1980 não era vista no país, ao menos de forma tão expressiva.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo. Educação Empreendedora. Economia

ABSTRACT: In Brazil, the movement of the entrepreneurship appeared systematically focused on education, entrepreneurial competence and promoting development in the years 90, during the In Brazil, the entrepreneurial movement arose from a systematic way, focused on teaching, the development of the entrepreneurial competence and promotion. This started to occur, from the years 90, during the opening of the brazilian economy, given through various movements coordinated by Government, private initiative and impulses of NGOS. The realization of this investigation, the fact that, in several countries, studies show that the more enterprising is a nation, the greater are the chances of this develop and generate wealth. Thus, this research aims to describe the emergence of entrepreneurship, your evolution and influence on brazilian society. It can be concluded that entrepreneurship, your education and disclosure caused a revolution without back in our society, which allowed the opening of numerous business, income generation, the increase in GDP, generating more jobs, changes behavioral, greater social dynamism in which multiple layers of the population, which in certain income ranges and of education have been given an alternative front to unemployment and employment with officially registered. As a result, we have seen that our society came to believe in yourself, in your capacity, and started to have more confidence in the institutions, to the point of daring as to innovate aspects of life itself, that attitude until the years of 1980 was not seen in the country at least as expressive.

KEYWORDS: Entrepreneurship. Entrepreneurial Education. Economy

¹² Graduado em ADMINISTRAÇÃO pela FEB – Fundação Educacional de Barretos (2001). Agente Autônomo de Investimentos autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Docente do Ensino Fundamental, Médio, Técnico e Superior.

INTRODUÇÃO

A palavra “empreender” origina-se do latim *imprenhendere*, que significa “prender nas mãos”, “assumir”, “fazer”. Daí, derivam também as palavras “empreendedor” e “empreendedorismo”, dentre outras (SOUZA, 2012).

O termo empreendedorismo se difunde a partir do século XVII, com o pensamento dos capitalistas e investidores da época. A palavra “empreendedor”, por sua vez, é derivada da palavra francesa *entrepreneur*, vocábulo cuja paternidade se atribui ao economista irlandês Richard Cantillon. Registra-se que seu uso se deu, pela primeira vez, em 1725, para designar o “indivíduo que assumia riscos” (ALFREDO, 2009).

Na época de Cantillon, o empreendedorismo estava diretamente associado ao desenvolvimento econômico e à criação de novos negócios. O empreendedor, neste contexto, era definido como sendo aquele indivíduo que comprava produtos, principalmente agrícolas, por um preço certo, e os revendia por um preço incerto, correndo todos os riscos inerentes às atividades relacionadas com o negócio (BRASIL, 2006).

O termo “empreendedorismo”, ao seu turno, é uma livre tradução de *entrepreneurship*, que contém as ideias de iniciativa e inovação. Está ligado à ideia de estimular a formação de indivíduos ativos, buscando discussões e questionamentos, circunstância em que o empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade, aprendendo na prática e com seus erros (DOLABELA, 2006).

Segundo Souza (2012) o empreendedor é aquele que assume a realização de uma determinada tarefa e, na sociedade capitalista, a semântica da palavra passou a designar um tipo de empresário, o qual possui iniciativa e criatividade para correr os riscos de iniciar e efetivar uma determinada atividade produtiva.

A postura empreendedora deve ser incorporada pelo conjunto da população e ensinada na escola.

O empreendedorismo é uma das chaves para o sucesso e ascensão econômica, tecnológica e social de uma nação podendo conduzir a população a uma

melhor qualidade de vida, melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), maior renda *per capita*, alta renda com melhores empregos etc.

Os países de primeiro mundo já sabiam disso, há muito tempo, por isso, investem maciçamente na educação e no empreendedorismo. Neste tocante, a educação é sinônima de ascensão profissional e financeira, principalmente nos países de primeiro mundo, razão pela qual é tão valorizada e prestigiada.

Dentre estes diferenciais, está a educação empreendedora, que tem uma longa tradição em vários países, sendo ensinada já nos primeiros anos da educação básica e estimulada, assim como a educação financeira nos bancos escolares. Tal condição é um dos principais pontos que nos diferencia dos países de primeiro mundo e nos separa, tendo em vista o nosso franco atraso neste quesito.

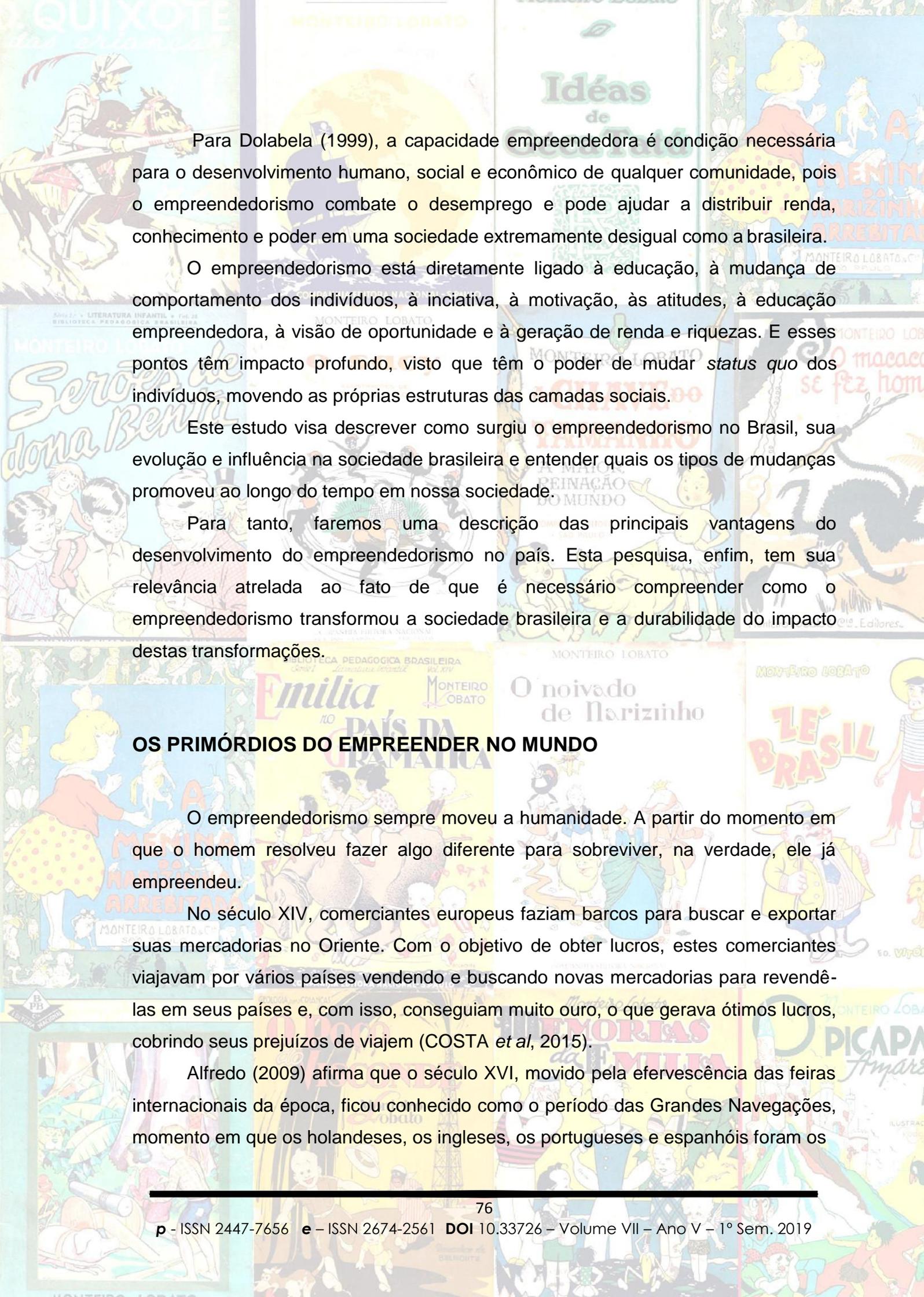
Segundo o relatório da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE, a renda média doméstica disponível líquida ajustada *per capita* é inferior à média da OCDE, de US\$ 30.563 por ano (OCDE, 2015).

O país amargava, em 2015, a 75ª posição em IDH, com um índice de 0,755, atrás de Cuba (67ª) e da Venezuela (71ª). Na educação, não há o que comemorar. A expectativa de anos de escolaridade é de 15,2, os anos de escolaridade são de 7,7, e nisso, estamos abaixo da média em educação. Isto é, o aluno médio obteve pontuação de 395, no domínio de leitura, matemática e ciências (no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA – iniciais em inglês) da OCDE (OCDE, 2015).

Esta pontuação é inferior à média da OCDE, de 486. Enquanto que, em países de primeiro mundo, a média do IDH é acima de 0,880. Neste caso, os anos de escolaridade ultrapassam 9,6, e a expectativa de anos de escolaridade ultrapassam 16 anos (OCDE, 2015; RUIC, 2016).

A formação empreendedora é o processo de construção de novos padrões de comportamento, com base nas potencialidades pessoais, contexto cultural, formação de atitudes e motivações. O ensino do empreendedorismo durante a formação de um novo profissional é vital para o seu sucesso (SELA, SELA, FRANZINI, 2006).

O empreendedor é a mola da economia, pois é o empreendedor que gera emprego, inovação, é ele quem transforma conhecimentos em riquezas, que transforma ideias em bens e serviços (DOLABELA, 2005).



Para Dolabela (1999), a capacidade empreendedora é condição necessária para o desenvolvimento humano, social e econômico de qualquer comunidade, pois o empreendedorismo combate o desemprego e pode ajudar a distribuir renda, conhecimento e poder em uma sociedade extremamente desigual como a brasileira.

O empreendedorismo está diretamente ligado à educação, à mudança de comportamento dos indivíduos, à iniciativa, à motivação, às atitudes, à educação empreendedora, à visão de oportunidade e à geração de renda e riquezas. E esses pontos têm impacto profundo, visto que têm o poder de mudar *status quo* dos indivíduos, movendo as próprias estruturas das camadas sociais.

Este estudo visa descrever como surgiu o empreendedorismo no Brasil, sua evolução e influência na sociedade brasileira e entender quais os tipos de mudanças promoveu ao longo do tempo em nossa sociedade.

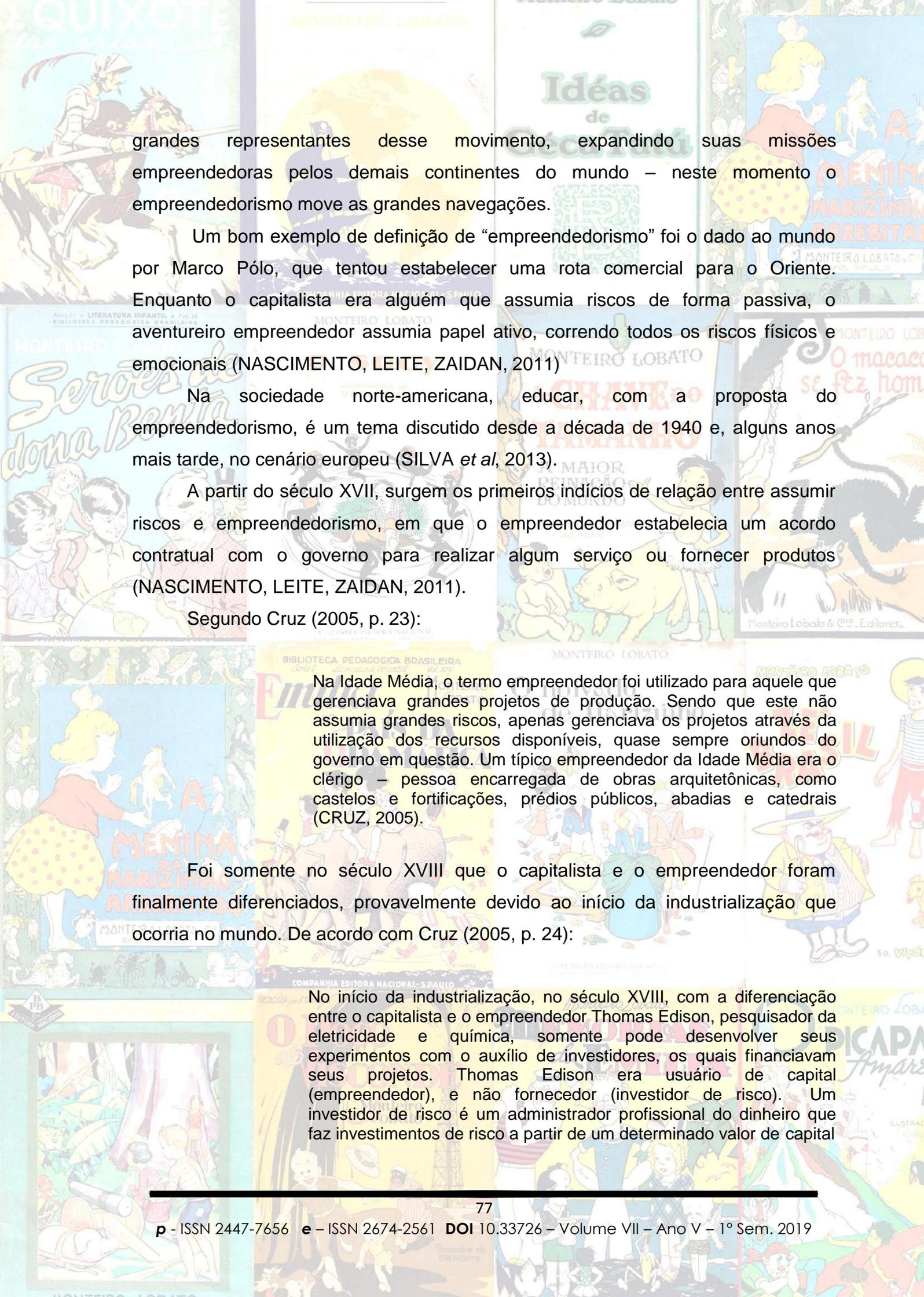
Para tanto, faremos uma descrição das principais vantagens do desenvolvimento do empreendedorismo no país. Esta pesquisa, enfim, tem sua relevância atrelada ao fato de que é necessário compreender como o empreendedorismo transformou a sociedade brasileira e a durabilidade do impacto destas transformações.

OS PRIMÓDIOS DO EMPREENDER NO MUNDO

O empreendedorismo sempre moveu a humanidade. A partir do momento em que o homem resolveu fazer algo diferente para sobreviver, na verdade, ele já empreendeu.

No século XIV, comerciantes europeus faziam barcos para buscar e exportar suas mercadorias no Oriente. Com o objetivo de obter lucros, estes comerciantes viajavam por vários países vendendo e buscando novas mercadorias para revendê-las em seus países e, com isso, conseguiam muito ouro, o que gerava ótimos lucros, cobrindo seus prejuízos de viagem (COSTA *et al*, 2015).

Alfredo (2009) afirma que o século XVI, movido pela efervescência das feiras internacionais da época, ficou conhecido como o período das Grandes Navegações, momento em que os holandeses, os ingleses, os portugueses e espanhóis foram os



grandes representantes desse movimento, expandindo suas missões empreendedoras pelos demais continentes do mundo – neste momento o empreendedorismo move as grandes navegações.

Um bom exemplo de definição de “empreendedorismo” foi o dado ao mundo por Marco Pólo, que tentou estabelecer uma rota comercial para o Oriente. Enquanto o capitalista era alguém que assumia riscos de forma passiva, o aventureiro empreendedor assumia papel ativo, correndo todos os riscos físicos e emocionais (NASCIMENTO, LEITE, ZAIDAN, 2011)

Na sociedade norte-americana, educar, com a proposta do empreendedorismo, é um tema discutido desde a década de 1940 e, alguns anos mais tarde, no cenário europeu (SILVA *et al*, 2013).

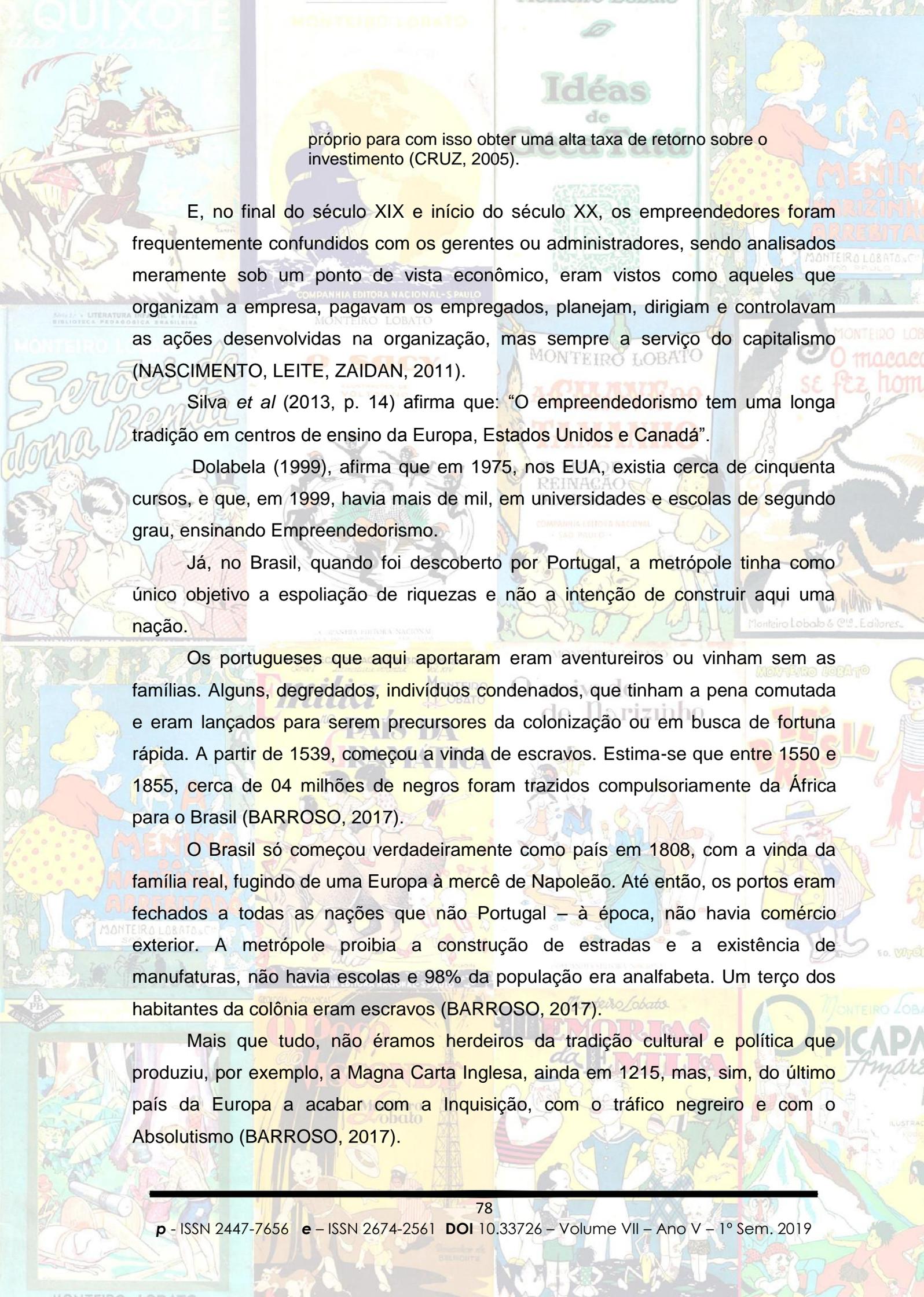
A partir do século XVII, surgem os primeiros indícios de relação entre assumir riscos e empreendedorismo, em que o empreendedor estabelecia um acordo contratual com o governo para realizar algum serviço ou fornecer produtos (NASCIMENTO, LEITE, ZAIDAN, 2011).

Segundo Cruz (2005, p. 23):

Na Idade Média, o termo empreendedor foi utilizado para aquele que gerenciava grandes projetos de produção. Sendo que este não assumia grandes riscos, apenas gerenciava os projetos através da utilização dos recursos disponíveis, quase sempre oriundos do governo em questão. Um típico empreendedor da Idade Média era o clérigo – pessoa encarregada de obras arquitetônicas, como castelos e fortificações, prédios públicos, abadias e catedrais (CRUZ, 2005).

Foi somente no século XVIII que o capitalista e o empreendedor foram finalmente diferenciados, provavelmente devido ao início da industrialização que ocorria no mundo. De acordo com Cruz (2005, p. 24):

No início da industrialização, no século XVIII, com a diferenciação entre o capitalista e o empreendedor Thomas Edison, pesquisador da eletricidade e química, somente pode desenvolver seus experimentos com o auxílio de investidores, os quais financiavam seus projetos. Thomas Edison era usuário de capital (empreendedor), e não fornecedor (investidor de risco). Um investidor de risco é um administrador profissional do dinheiro que faz investimentos de risco a partir de um determinado valor de capital



próprio para com isso obter uma alta taxa de retorno sobre o investimento (CRUZ, 2005).

E, no final do século XIX e início do século XX, os empreendedores foram frequentemente confundidos com os gerentes ou administradores, sendo analisados meramente sob um ponto de vista econômico, eram vistos como aqueles que organizam a empresa, pagavam os empregados, planejam, dirigiam e controlavam as ações desenvolvidas na organização, mas sempre a serviço do capitalismo (NASCIMENTO, LEITE, ZAIDAN, 2011).

Silva *et al* (2013, p. 14) afirma que: “O empreendedorismo tem uma longa tradição em centros de ensino da Europa, Estados Unidos e Canadá”.

Dolabela (1999), afirma que em 1975, nos EUA, existia cerca de cinquenta cursos, e que, em 1999, havia mais de mil, em universidades e escolas de segundo grau, ensinando Empreendedorismo.

Já, no Brasil, quando foi descoberto por Portugal, a metrópole tinha como único objetivo a espoliação de riquezas e não a intenção de construir aqui uma nação.

Os portugueses que aqui aportaram eram aventureiros ou vinham sem as famílias. Alguns, degredados, indivíduos condenados, que tinham a pena comutada e eram lançados para serem precursores da colonização ou em busca de fortuna rápida. A partir de 1539, começou a vinda de escravos. Estima-se que entre 1550 e 1855, cerca de 04 milhões de negros foram trazidos compulsoriamente da África para o Brasil (BARROSO, 2017).

O Brasil só começou verdadeiramente como país em 1808, com a vinda da família real, fugindo de uma Europa à mercê de Napoleão. Até então, os portos eram fechados a todas as nações que não Portugal – à época, não havia comércio exterior. A metrópole proibia a construção de estradas e a existência de manufaturas, não havia escolas e 98% da população era analfabeta. Um terço dos habitantes da colônia eram escravos (BARROSO, 2017).

Mais que tudo, não éramos herdeiros da tradição cultural e política que produziu, por exemplo, a Magna Carta Inglesa, ainda em 1215, mas, sim, do último país da Europa a acabar com a Inquisição, com o tráfico negreiro e com o Absolutismo (BARROSO, 2017).

Começamos, lá atrás, e percorremos um longo caminho, isto explica o porquê de sempre estarmos na retaguarda da educação e não na sua vanguarda, de não termos herdados os hábitos e costumes educacionais das nações de primeiro mundo.

O empreendedorismo de forma sistematizada, ensinada, chegou bem mais tarde no Brasil, mas houve empreendedores que fizeram história ao longo do tempo.

O SURGIMENTO DO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

Sobre o empreendedorismo nos primórdios do Brasil, quando ainda ocupava o *status* de colônia (FATTURI, 2013, p. 22), afirma:

Devido à forma de colonização ocorrida no Brasil, assim como a maioria das antigas colônias de exploração, muitos autores dizem não haver uma tradição empreendedora no Brasil e que o comportamento empreendedor dos brasileiros se deu de forma tardia (FATTURI, 2013).

O fato de o Brasil ter sido colônia e servir apenas aos propósitos de exploração da metrópole, de forma predatória, sem que se preocupasse, de fato, com a população e com o país, oferecendo educação e ensino e incentivando sua autonomia, é condição que, de certa forma, dificultou o despertar do empreendedorismo por aqui.

Há ainda questões culturais e étnicas da população colonizada composta de escravos e índios que, sem a tradição de educação formal e empreendedora, dificultou um pouco a mudança de comportamento e atitudes devido aos traços de submissão.

Porém, no século XVII, apesar dos portugueses perceberem o grande potencial de exploração do território brasileiro, houve iniciativas empreendedoras, mesmo que de um modo mais isolado, como é o caso de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá.

Descendentes dos primeiros empreendedores portugueses, o mesmo foi responsável pela fabricação de caldeiras de máquinas a vapor, engenhos de açúcar, guindastes, prensas, armas e tubos para encanamentos de água (ALFREDO, 2009).

Até 1930, a indústria e a elite empresarial tinham pouca relevância política e econômica no Brasil, até novembro de 1940 e março de 1941, 33 dos sócios de empresas industriais eram responsáveis por 42.3% do capital realizado. Eram de origem estrangeira, demonstrando um caráter pouco nacional da indústria brasileira no começo do XX. Na época, não havia ainda um processo de concentração de capital em torno de grandes empresas, pois não havia um mercado de crédito para a indústria (MELO, 2008).

Aos poucos, a partir de 1930, começa a concentração de capital com a formação de grandes empresas. Entre 1930 e 1937, em São Paulo, a proporção de pequenas empresas decresce, de 18% para 11%, e a porcentagem de grandes empresas aumentou, de 55% para 63% (MELO, 2008).

Antes de 1970, os ambientes político e econômico do país não eram propícios, e o empreendedor praticamente não encontrava informações para auxiliá-lo na jornada empreendedora.

Somente na década de 70 é que o país sofre uma transição rural para urbano, e o grande foco das políticas nacionais está voltado para a industrialização, modernização econômica e novas formas de ocupação e exploração (MELO, 2008).

É no contexto da década de 1970 que se cria o CEBRAE (Centro Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas), primeira entidade governamental de apoio a pequenas e médias empresas, cuja função principal era orientação ao crédito. De 1972 a 1990, o CEBRAE era uma instituição com estrutura de administração pública.

Em 1985, o CEBRAE tinha programas de desenvolvimento setorial dentre eles, o PATME – Programa de Apoio Tecnológico a Micro e Pequenas Empresas e, também, um serviço de consultoria, para atender aos empresários.

Porém, o grande fracasso gerencial dos pequenos e microempresários levou muitas empresas à falência, momento em que, após muitos estudos e diagnósticos, concluíram que as causas do fracasso gerencial das pequenas empresas era a falta de educação formal para empreender, planejar, organizar e controlar a empresa (MELO, 2008).

Para tentar sanar tal deficiência, o CEBRAE iniciou, em 1980, uma campanha nos jornais, rádio e televisão, de massificação da informação gerencial. Em 1990, o CEBRAE passou a fazer parte do sistema “S”¹³, e recebeu a denominação de SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

A partir da década de 80, há um processo de reestruturação das grandes empresas nacionais no nível produtivo. É nesta década que pequenas empresas e novas categorias de atividades, além da indústria, como o comércio, os serviços e os bancos passam a entrar na pauta (MELO, 2008).

Dentro do processo de redemocratização da década de 80, há a ênfase na geração de renda, por outros meios que não sejam o assalariado e o crescimento econômico não vinculado à indústria. Os setores do comércio e serviços ganham relevância e diversidade de arranjos empresariais, com o surgimento de APLs, cooperativas, centrais de negócios, incubadoras de bases tecnológicas (MELO, 2008).

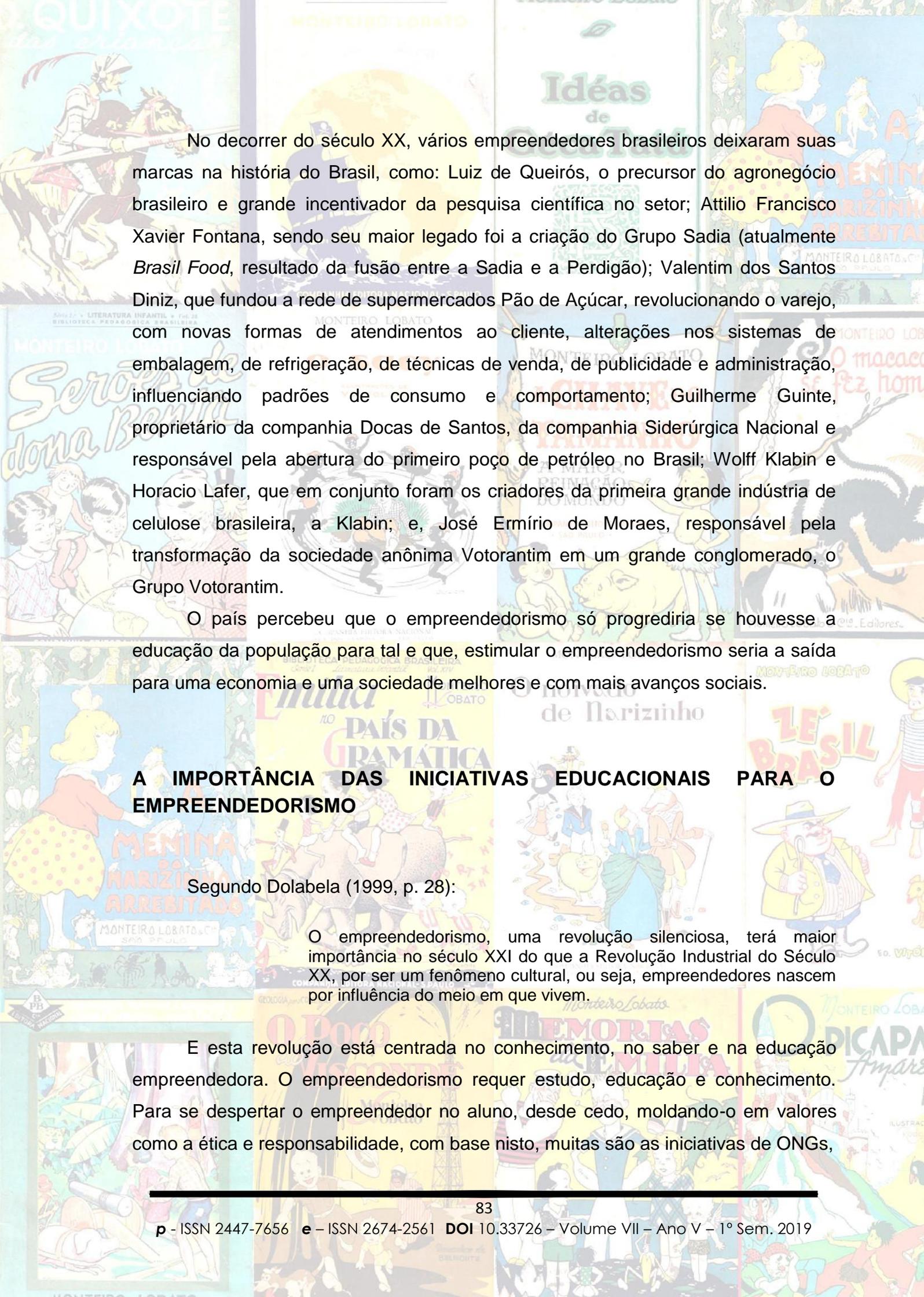
Foi na década de 80, também, que houve uma redução do ritmo da economia, elevação do nível de desemprego, em que os pequenos negócios passaram a ser uma alternativa de ocupação e de mão de obra (MELO, 2008).

Surgiram, então, as primeiras iniciativas de abertura de micros e pequenas empresas, como: o primeiro estatuto da microempresa, Lei nº 7256/11/1984, que trata da inclusão das MÊs na Constituição Federal, de 1988; a Lei nº 9317 do Simples; a Lei nº 9441, que trata do Estatuto da Micro e Pequena Empresa, e o estabelecimento do Fórum Permanente das MPEs (MELO, 2008).

Como o país não tem tradição empreendedora nem o seu ensino, foi preciso que o empreendedorismo estivesse atrelado ao meio empresarial para florescer e contaminar outros setores, tais como o da educação.

A partir das décadas de 80 e 90, o empreendedorismo no ensino se disseminou com rapidez, ajudado por mídias, pela informática, pelos meios de comunicação de massa entre outros, ampliando seus espaços entre o governo, o

¹³ Sistema “S” é o nome pelo qual ficou convencionado de se chamar o conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição brasileira. Quais sejam: **SENAR** – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; **SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; **SESC** – Serviço Social do Comércio; **SESCOOP** – Serviço Nacional de Aprendizagem no Cooperativismo; **SENAI** – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; **SESI** – Serviço Social da Indústria; **SEST** – Serviço Social do Transporte; **SENAT** – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte; **SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.



No decorrer do século XX, vários empreendedores brasileiros deixaram suas marcas na história do Brasil, como: Luiz de Queirós, o precursor do agronegócio brasileiro e grande incentivador da pesquisa científica no setor; Attilio Francisco Xavier Fontana, sendo seu maior legado foi a criação do Grupo Sadia (atualmente *Brasil Food*, resultado da fusão entre a Sadia e a Perdigão); Valentim dos Santos Diniz, que fundou a rede de supermercados Pão de Açúcar, revolucionando o varejo, com novas formas de atendimentos ao cliente, alterações nos sistemas de embalagem, de refrigeração, de técnicas de venda, de publicidade e administração, influenciando padrões de consumo e comportamento; Guilherme Guinte, proprietário da companhia Docas de Santos, da companhia Siderúrgica Nacional e responsável pela abertura do primeiro poço de petróleo no Brasil; Wolff Klabin e Horacio Lafer, que em conjunto foram os criadores da primeira grande indústria de celulose brasileira, a Klabin; e, José Ermírio de Moraes, responsável pela transformação da sociedade anônima Votorantim em um grande conglomerado, o Grupo Votorantim.

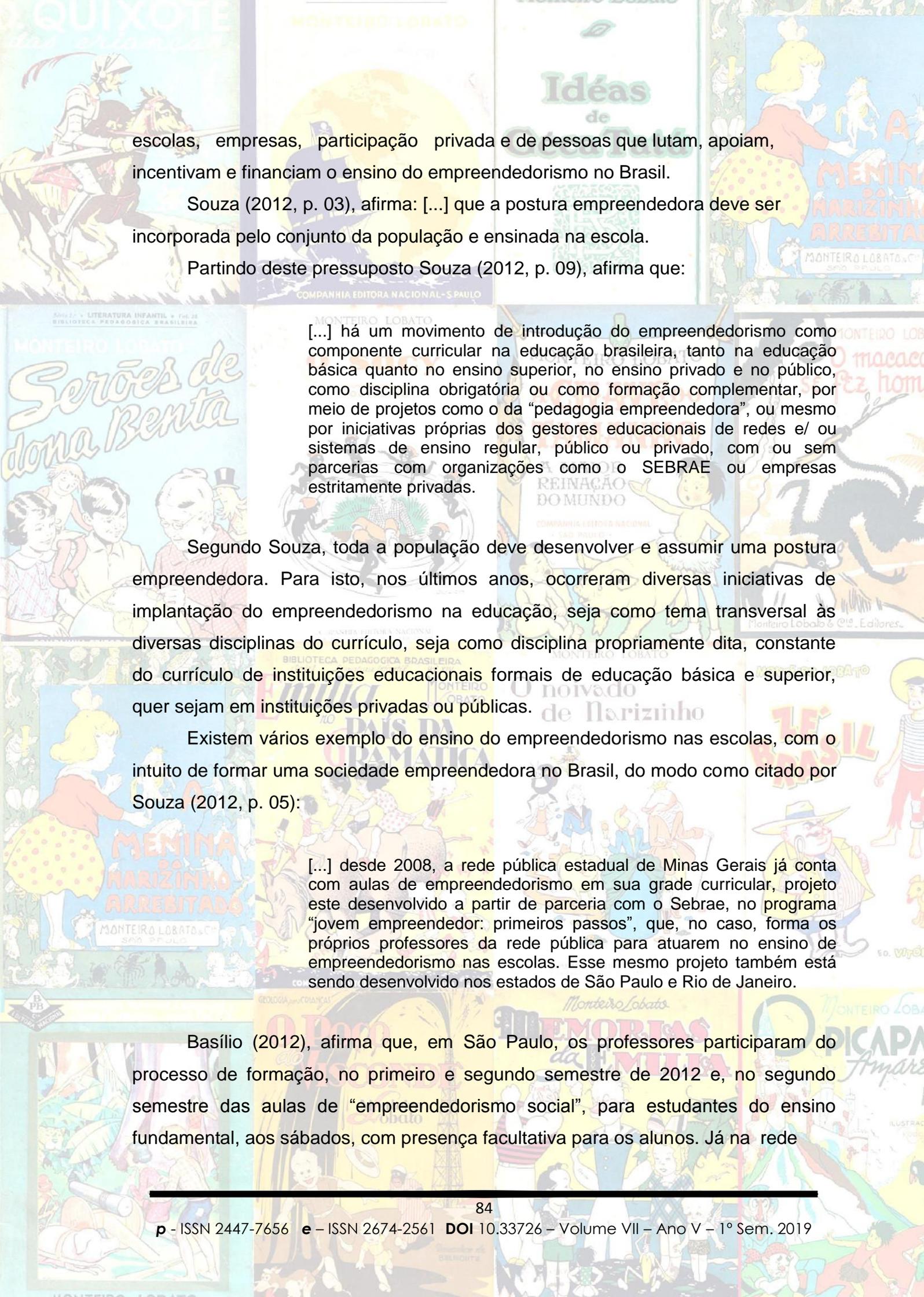
O país percebeu que o empreendedorismo só progrediria se houvesse a educação da população para tal e que, estimular o empreendedorismo seria a saída para uma economia e uma sociedade melhores e com mais avanços sociais.

A IMPORTÂNCIA DAS INICIATIVAS EDUCACIONAIS PARA O EMPREENDEDORISMO

Segundo Dolabela (1999, p. 28):

O empreendedorismo, uma revolução silenciosa, terá maior importância no século XXI do que a Revolução Industrial do Século XX, por ser um fenômeno cultural, ou seja, empreendedores nascem por influência do meio em que vivem.

E esta revolução está centrada no conhecimento, no saber e na educação empreendedora. O empreendedorismo requer estudo, educação e conhecimento. Para se despertar o empreendedor no aluno, desde cedo, moldando-o em valores como a ética e responsabilidade, com base nisto, muitas são as iniciativas de ONGs,



escolas, empresas, participação privada e de pessoas que lutam, apoiam, incentivam e financiam o ensino do empreendedorismo no Brasil.

Souza (2012, p. 03), afirma: [...] que a postura empreendedora deve ser incorporada pelo conjunto da população e ensinada na escola.

Partindo deste pressuposto Souza (2012, p. 09), afirma que:

[...] há um movimento de introdução do empreendedorismo como componente curricular na educação brasileira, tanto na educação básica quanto no ensino superior, no ensino privado e no público, como disciplina obrigatória ou como formação complementar, por meio de projetos como o da “pedagogia empreendedora”, ou mesmo por iniciativas próprias dos gestores educacionais de redes e/ ou sistemas de ensino regular, público ou privado, com ou sem parcerias com organizações como o SEBRAE ou empresas estritamente privadas.

Segundo Souza, toda a população deve desenvolver e assumir uma postura empreendedora. Para isto, nos últimos anos, ocorreram diversas iniciativas de implantação do empreendedorismo na educação, seja como tema transversal às diversas disciplinas do currículo, seja como disciplina propriamente dita, constante do currículo de instituições educacionais formais de educação básica e superior, quer sejam em instituições privadas ou públicas.

Existem vários exemplos do ensino do empreendedorismo nas escolas, com o intuito de formar uma sociedade empreendedora no Brasil, do modo como citado por Souza (2012, p. 05):

[...] desde 2008, a rede pública estadual de Minas Gerais já conta com aulas de empreendedorismo em sua grade curricular, projeto este desenvolvido a partir de parceria com o Sebrae, no programa “jovem empreendedor: primeiros passos”, que, no caso, forma os próprios professores da rede pública para atuarem no ensino de empreendedorismo nas escolas. Esse mesmo projeto também está sendo desenvolvido nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Basílio (2012), afirma que, em São Paulo, os professores participaram do processo de formação, no primeiro e segundo semestre de 2012 e, no segundo semestre das aulas de “empreendedorismo social”, para estudantes do ensino fundamental, aos sábados, com presença facultativa para os alunos. Já na rede

pública do Rio de Janeiro, as aulas de empreendedorismo são integradas ao ensino médio profissionalizante.

Os governadores dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, também anunciaram a assinatura de um termo de cooperação com a federação das indústrias dos dois Estados (FIESP e FIRJAN), para a oferta de curso de especialização *lato sensu*, no formato MBA, na área de gestão empreendedora em educação, destinado a diretores das escolas estaduais das redes dos dois estados da federação envolvidos nessa ação (UNIVERSIA, 2012).

Colégios e escolas públicas fazem parcerias como o Colégio Renovação, e a Escola Internacional de Alphaville, todos de São Paulo, firmaram parceria com a empresa de consultoria Pricewaterhouse Coopers (PWC) do Brasil, e mais nove escolas do país, para desenvolverem projetos de empreendedorismo (BASÍLIO, 2012).

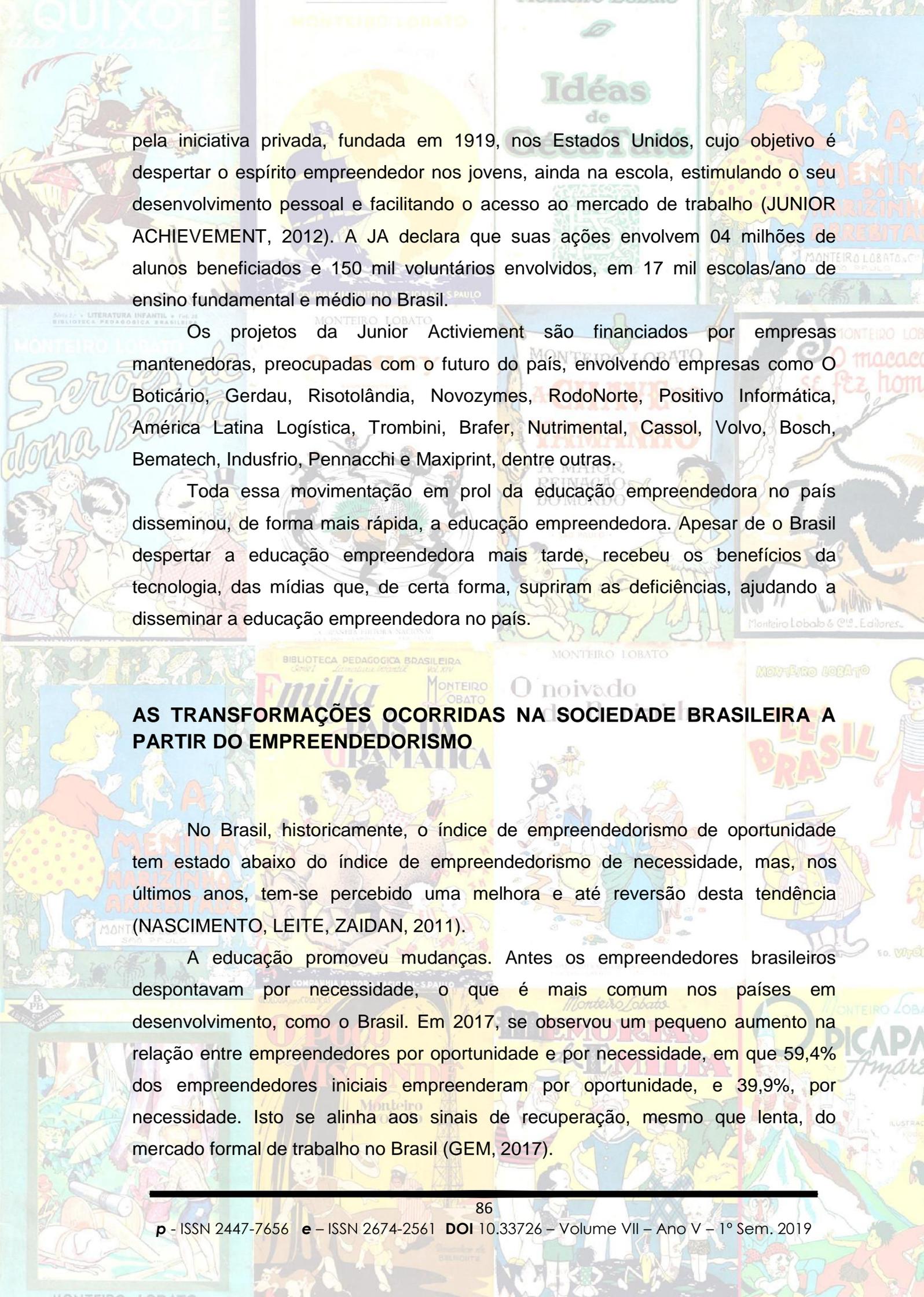
Souza (2012) cita que o grupo Pitágoras implantou, no ensino fundamental, uma disciplina chamada “Ética e Empreendedorismo”, e o Colégio Anglo-Americano, integrante do grupo educacional Anglo-Americano, tem como lema a expressão “Formando empreendedores”, e desenvolve nas escolas de sua rede um projeto institucional que “visa a desenvolver as competências e as habilidades do cidadão empreendedor no aluno”.

Fernando Celso Dolabela é criador e coordenador de um dos maiores programas de ensino de empreendedorismo do Brasil: a “Pedagogia Empreendedora”, que contou com o apoio da ONG Visão Mundial, financiadora do projeto e de uma equipe composta por cerca de 20 profissionais da educação (SELA, SELA, FRANZINI, 2006).

Dolabela criou o jogo do empreendedor, conhecido como “Dupla Empreendedora”, para estimular o empreendedorismo entre crianças.

Muitos foram os movimentos, como palestras de sensibilização para as lideranças locais, no caso de cidades; seminários de Transferência de Metodologia, para professores da educação básica, com o intuito de transferir a metodologia para os professores, orientadores, supervisores, diretores; e, seminários de formação de multiplicadores e gestores, tudo com o intuito de formar futuros empreendedores.

Há, também, o caso das organizações não governamentais (ONGs), como a Junior Activiement (JA). Esta, uma associação educativa sem fins lucrativos, mantida



pela iniciativa privada, fundada em 1919, nos Estados Unidos, cujo objetivo é despertar o espírito empreendedor nos jovens, ainda na escola, estimulando o seu desenvolvimento pessoal e facilitando o acesso ao mercado de trabalho (JUNIOR ACHIEVEMENT, 2012). A JA declara que suas ações envolvem 04 milhões de alunos beneficiados e 150 mil voluntários envolvidos, em 17 mil escolas/ano de ensino fundamental e médio no Brasil.

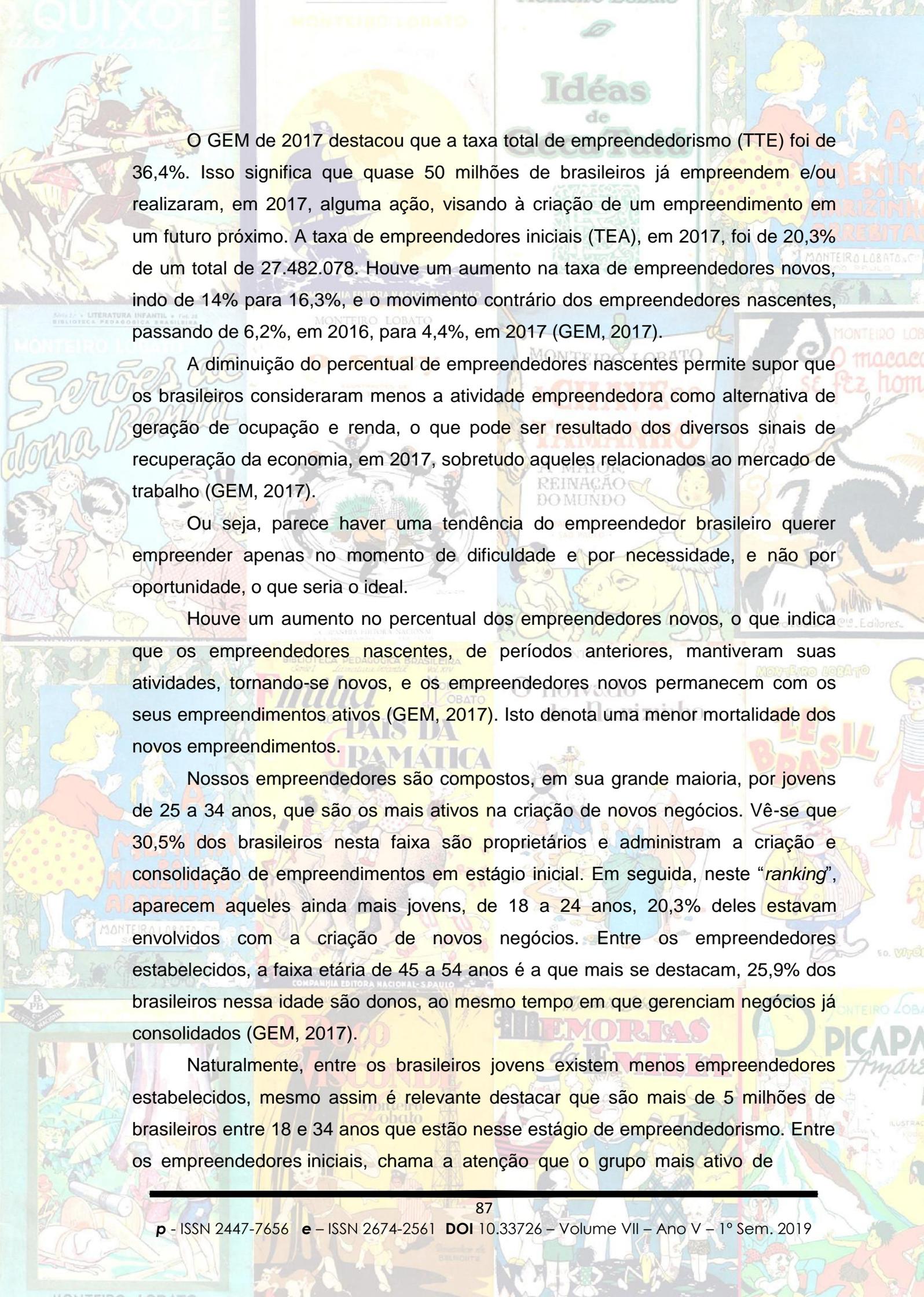
Os projetos da Junior Achievement são financiados por empresas mantenedoras, preocupadas com o futuro do país, envolvendo empresas como O Boticário, Gerdau, Risotolândia, Novozymes, RodoNorte, Positivo Informática, América Latina Logística, Trombini, Brafer, Nutritional, Cassol, Volvo, Bosch, Bematech, Indusfrio, Pennacchi e Maxiprint, dentre outras.

Toda essa movimentação em prol da educação empreendedora no país disseminou, de forma mais rápida, a educação empreendedora. Apesar de o Brasil despertar a educação empreendedora mais tarde, recebeu os benefícios da tecnologia, das mídias que, de certa forma, supriram as deficiências, ajudando a disseminar a educação empreendedora no país.

AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA A PARTIR DO EMPREENDEDORISMO

No Brasil, historicamente, o índice de empreendedorismo de oportunidade tem estado abaixo do índice de empreendedorismo de necessidade, mas, nos últimos anos, tem-se percebido uma melhora e até reversão desta tendência (NASCIMENTO, LEITE, Z Aidan, 2011).

A educação promoveu mudanças. Antes os empreendedores brasileiros despontavam por necessidade, o que é mais comum nos países em desenvolvimento, como o Brasil. Em 2017, se observou um pequeno aumento na relação entre empreendedores por oportunidade e por necessidade, em que 59,4% dos empreendedores iniciais empreenderam por oportunidade, e 39,9%, por necessidade. Isto se alinha aos sinais de recuperação, mesmo que lenta, do mercado formal de trabalho no Brasil (GEM, 2017).



O GEM de 2017 destacou que a taxa total de empreendedorismo (TTE) foi de 36,4%. Isso significa que quase 50 milhões de brasileiros já empreendem e/ou realizaram, em 2017, alguma ação, visando à criação de um empreendimento em um futuro próximo. A taxa de empreendedores iniciais (TEA), em 2017, foi de 20,3% de um total de 27.482.078. Houve um aumento na taxa de empreendedores novos, indo de 14% para 16,3%, e o movimento contrário dos empreendedores nascentes, passando de 6,2%, em 2016, para 4,4%, em 2017 (GEM, 2017).

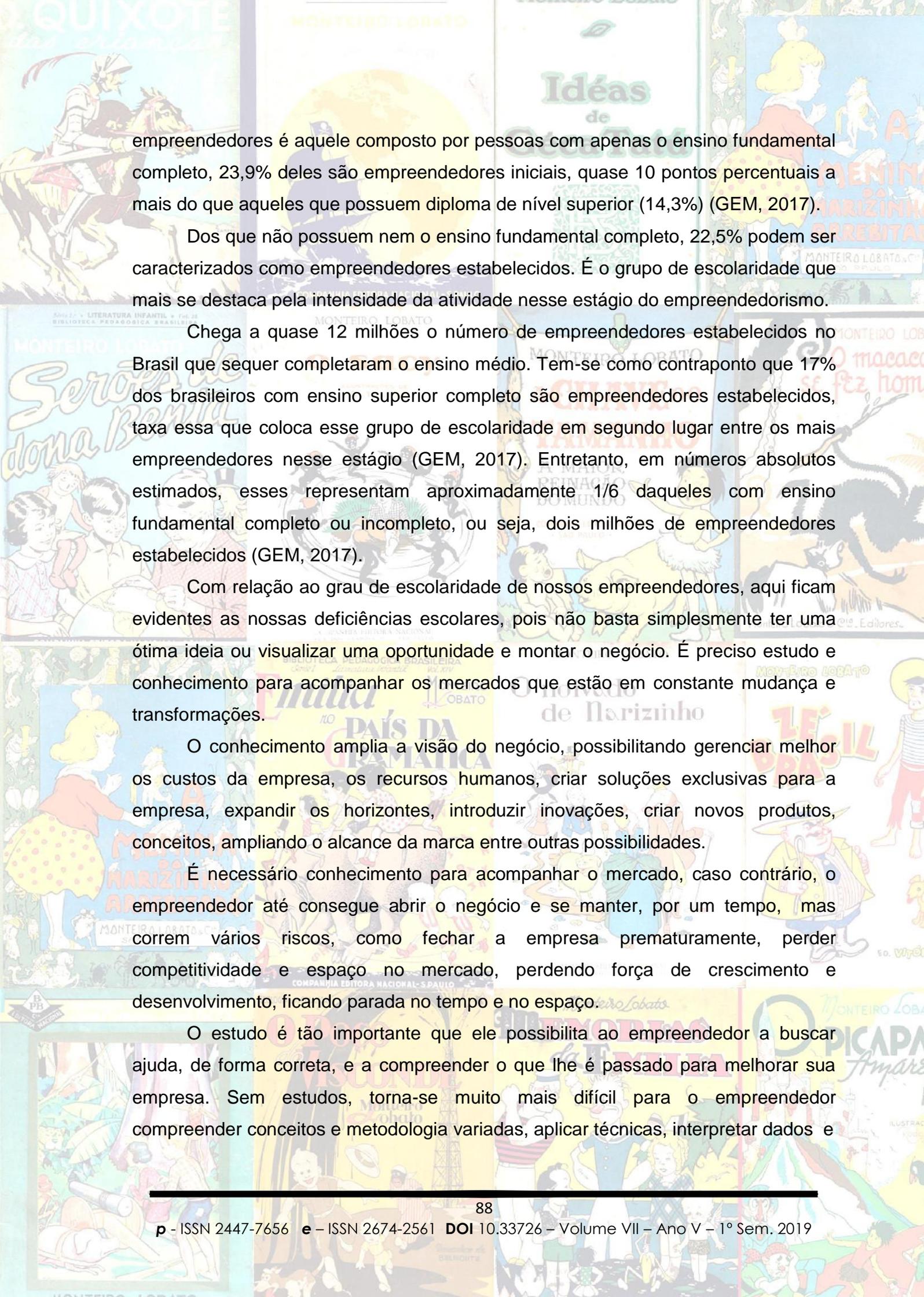
A diminuição do percentual de empreendedores nascentes permite supor que os brasileiros consideraram menos a atividade empreendedora como alternativa de geração de ocupação e renda, o que pode ser resultado dos diversos sinais de recuperação da economia, em 2017, sobretudo aqueles relacionados ao mercado de trabalho (GEM, 2017).

Ou seja, parece haver uma tendência do empreendedor brasileiro querer empreender apenas no momento de dificuldade e por necessidade, e não por oportunidade, o que seria o ideal.

Houve um aumento no percentual dos empreendedores novos, o que indica que os empreendedores nascentes, de períodos anteriores, mantiveram suas atividades, tornando-se novos, e os empreendedores novos permanecem com os seus empreendimentos ativos (GEM, 2017). Isto denota uma menor mortalidade dos novos empreendimentos.

Nossos empreendedores são compostos, em sua grande maioria, por jovens de 25 a 34 anos, que são os mais ativos na criação de novos negócios. Vê-se que 30,5% dos brasileiros nesta faixa são proprietários e administram a criação e consolidação de empreendimentos em estágio inicial. Em seguida, neste “ranking”, aparecem aqueles ainda mais jovens, de 18 a 24 anos, 20,3% deles estavam envolvidos com a criação de novos negócios. Entre os empreendedores estabelecidos, a faixa etária de 45 a 54 anos é a que mais se destacam, 25,9% dos brasileiros nessa idade são donos, ao mesmo tempo em que gerenciam negócios já consolidados (GEM, 2017).

Naturalmente, entre os brasileiros jovens existem menos empreendedores estabelecidos, mesmo assim é relevante destacar que são mais de 5 milhões de brasileiros entre 18 e 34 anos que estão nesse estágio de empreendedorismo. Entre os empreendedores iniciais, chama a atenção que o grupo mais ativo de



empreendedores é aquele composto por pessoas com apenas o ensino fundamental completo, 23,9% deles são empreendedores iniciais, quase 10 pontos percentuais a mais do que aqueles que possuem diploma de nível superior (14,3%) (GEM, 2017).

Dos que não possuem nem o ensino fundamental completo, 22,5% podem ser caracterizados como empreendedores estabelecidos. É o grupo de escolaridade que mais se destaca pela intensidade da atividade nesse estágio do empreendedorismo.

Chega a quase 12 milhões o número de empreendedores estabelecidos no Brasil que sequer completaram o ensino médio. Tem-se como contraponto que 17% dos brasileiros com ensino superior completo são empreendedores estabelecidos, taxa essa que coloca esse grupo de escolaridade em segundo lugar entre os mais empreendedores nesse estágio (GEM, 2017). Entretanto, em números absolutos estimados, esses representam aproximadamente 1/6 daqueles com ensino fundamental completo ou incompleto, ou seja, dois milhões de empreendedores estabelecidos (GEM, 2017).

Com relação ao grau de escolaridade de nossos empreendedores, aqui ficam evidentes as nossas deficiências escolares, pois não basta simplesmente ter uma ótima ideia ou visualizar uma oportunidade e montar o negócio. É preciso estudo e conhecimento para acompanhar os mercados que estão em constante mudança e transformações.

O conhecimento amplia a visão do negócio, possibilitando gerenciar melhor os custos da empresa, os recursos humanos, criar soluções exclusivas para a empresa, expandir os horizontes, introduzir inovações, criar novos produtos, conceitos, ampliando o alcance da marca entre outras possibilidades.

É necessário conhecimento para acompanhar o mercado, caso contrário, o empreendedor até consegue abrir o negócio e se manter, por um tempo, mas correm vários riscos, como fechar a empresa prematuramente, perder competitividade e espaço no mercado, perdendo força de crescimento e desenvolvimento, ficando parada no tempo e no espaço.

O estudo é tão importante que ele possibilita ao empreendedor a buscar ajuda, de forma correta, e a compreender o que lhe é passado para melhorar sua empresa. Sem estudos, torna-se muito mais difícil para o empreendedor compreender conceitos e metodologia variadas, aplicar técnicas, interpretar dados e

resultados, avaliar corretamente e conseguir realizar planejamentos, traçar metas e objetivos e fazer ajustes na empresa para que ela consiga cumprir tais propostos.

O setor de serviço é a área em que mais se empreende no Brasil. Cerca de 72% dos empreendedores em estágio inicial atuam no setor de serviços, mais especificamente, aproximadamente 67% deles, no setor de serviços, orientados ao consumidor final. Os empreendedores estabelecidos, que atuam no setor de serviços, correspondem a 55,8%, aproximadamente 49% focam suas atividades no consumidor final (GEM, 2017). As atividades industriais são a área de atuação de 27% dos empreendedores iniciais, e 42,1% dos empreendedores estabelecidos.

É possível, então, perceber que na medida em que os negócios vão se consolidando, ocorre uma derivação para atividades de maior complexidade técnica e gerencial, ou seja, entre os empreendedores estabelecidos aumenta a proporção daqueles que atuam no ramo industrial e no setor de serviços voltados para empresas (business-to-business – B2B), e diminui consideravelmente aqueles empreendedores que atuam no segmento de serviços para o consumidor.

Contudo, vale ressaltar que as atividades industriais aqui mencionadas, por certo, se caracterizam por atividades manufatureiras simples e pouco intensivas em conhecimento ou tecnologia, como, por exemplo, a preparação de alimentos ou confecção de vestuário (GEM, 2017).

O perfil e o setor das empresas empreendidas demonstram certa fragilidade que pode estar relacionada à deficiência educacional que leva o empreendedor a empreender em setores de menor complexidade em detrimento de setores que exigem inovação e tecnologia de ponta, faltam incentivos e apoio financeiro e tecnológico, o que também parece ser uma deficiência.

Apesar do expressivo número de empreendedores, ainda há inúmeros fatores limitantes que dificultam empreender no Brasil, dentre eles, os principais são os fatores relacionados a políticas governamentais e programas que necessitam de mais iniciativas para a melhoria do ambiente para abrir e manter novos negócios no Brasil (GEM, 2017):

- A alta carga tributária e a enorme burocratização;
- A falta de apoio financeiro: há enormes dificuldades associadas à disponibilização e acesso a recursos financeiros para o fomento das atividades empreendedoras; e,

- O contexto político e clima econômico, como a crise política, que se asseverou em 2016 e 2017, que minaram a confiança e os ânimos do empreendedor do brasileiro (GEM, 2017).

Porém, temos pontos positivos para empreender no Brasil, e os principais são (GEM, 2017):

- A capacidade da população brasileira, de realização e superação de desafios, talvez isto se deva à diversidade étnica e cultural, que é motivo de inspiração e esperança para quem decide realizar uma atividade empreendedora; e,
- O Brasil é reconhecido como sendo um território que impõe poucas barreiras para a abertura de novos negócios e consequentemente o acesso aos mercados consumidores se torna favorecido (GEM, 2017).

Diante do cenário do empreendedorismo no país, o GEM (2017) fez recomendações para que se melhore o ambiente de empreendedorismo no país, os principais pontos são: Políticas governamentais e programas voltados para o empreendedorismo, educação e capacitação para o empreendedor e apoio financeiro.

No plano das políticas governamentais e programas, destacam-se (GEM, 2017):

- Reforma do Sistema Tributário Nacional, buscando fundamentalmente sua simplificação e benefícios para as empresas novas, que teriam uma carência no pagamento de tributos por um determinado período de tempo, ou até que comecem a gerar lucros efetivos. Inclusive desoneração da folha de pagamentos para empreendedores nascentes;
- Desburocratização efetiva. Simplificação dos processos burocráticos e desoneração para quem quer produzir. Startups poderiam se formalizar, tal como MEI (Microempreendedor Individual) e acessar com mais facilidade o mercado e demais programas para apoio a esse tipo de empreendimento;
- Política de desenvolvimento para os pequenos negócios. A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa em vigor deve ser consolidada em planos de governo com foco no desenvolvimento e relacionada a um novo ambiente de atuação das empresas no âmbito da tributação, trabalhista e do licenciamento. É preciso desonerar e simplificar a vida dos empreendedores para que eles possam crescer e empregar mais;

- Acompanhamento dos efeitos da reforma trabalhista no contexto de criação de novos empreendimentos;
- Políticas públicas para o empreendedorismo devem ser estimuladas e desenvolvidas em periferias; e,
- Promover intercâmbio e programas para receber empreendedores interessados em se instalar no Brasil (GEM, 2017).

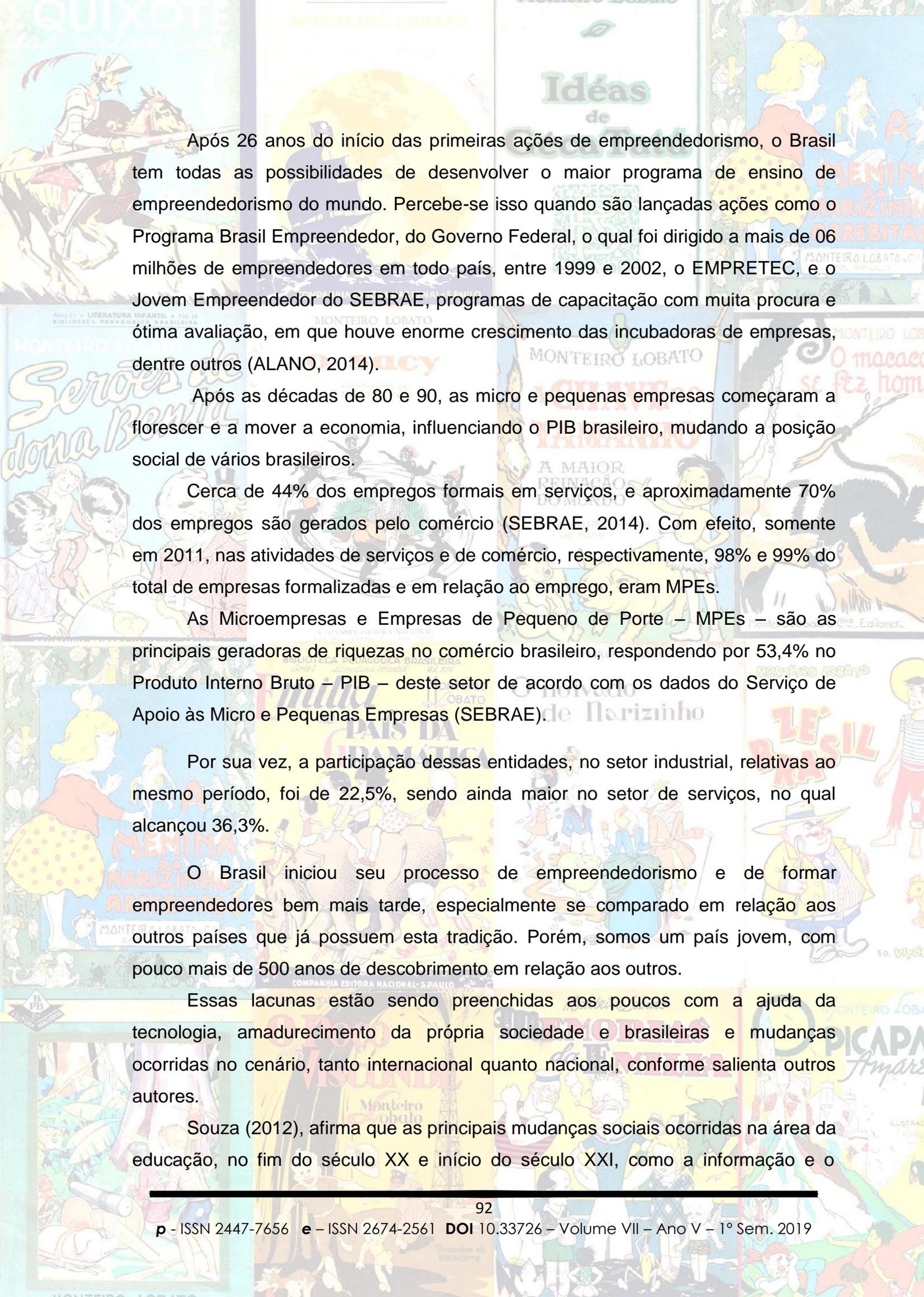
No âmbito da educação e capacitação, recomenda-se (GEM, 2017):

- Investimento em capacitação e mentorias, ou seja, programas governamentais que financiem ativos de conhecimento, e não somente estruturas;
- Apoiar as instituições que já fomentam o empreendedorismo (SEBRAE, ENDEAVOR, SENAC etc.), integrando-as a um projeto estruturado;
- Incentivo ao empreendedorismo nas mídias de massa: compartilhamento de experiências e de casos sucesso e insucesso por meio de programas televisões, propagandas, entre outros;
- A aproximação da atividade empreendedora praticada intuitivamente com ambientes escolares, com a universidade, como a academia. Isso é fundamental para a qualificação do empreendedorismo no Brasil. O mesmo vale para a aproximação entre pesquisa e boas tecnologias com quem se interessa em abrir um novo negócio; e,
- A inserção da educação empreendedora desde a escola fundamental. Quanto mais cedo o espírito empreendedor for disseminado, maior será a chance de se ter jovens empreendedores no futuro, com uma boa base desconhecimento sobre plano de negócios, estudo de mercado, fatores econômicos que afetam o negócio, dentre outros aspectos essenciais para se ter êxito (GEM, 2017).

E, por fim, com relação ao apoio financeiro, recomenda-se (GEM, 2017):

- Oferecer novas fontes de financiamento que sejam adequadas para novas e pequenas empresas; e,
- Melhorar substancialmente as condições de financiamento para o empreendedor ter mais segurança na manutenção e expansão de seus negócios (GEM, 2017).

Segundo Costa *et al* (2015), o Brasil possui um nível relativamente alto de atividade empreendedora, cerca de 13,5 em cada 100 adultos da população economicamente ativa são empreendedores, colocando os país em sétimo lugar do mundo.



Após 26 anos do início das primeiras ações de empreendedorismo, o Brasil tem todas as possibilidades de desenvolver o maior programa de ensino de empreendedorismo do mundo. Percebe-se isso quando são lançadas ações como o Programa Brasil Empreendedor, do Governo Federal, o qual foi dirigido a mais de 06 milhões de empreendedores em todo país, entre 1999 e 2002, o EMPRETEC, e o Jovem Empreendedor do SEBRAE, programas de capacitação com muita procura e ótima avaliação, em que houve enorme crescimento das incubadoras de empresas, dentre outros (ALANO, 2014).

Após as décadas de 80 e 90, as micro e pequenas empresas começaram a florescer e a mover a economia, influenciando o PIB brasileiro, mudando a posição social de vários brasileiros.

Cerca de 44% dos empregos formais em serviços, e aproximadamente 70% dos empregos são gerados pelo comércio (SEBRAE, 2014). Com efeito, somente em 2011, nas atividades de serviços e de comércio, respectivamente, 98% e 99% do total de empresas formalizadas e em relação ao emprego, eram MPEs.

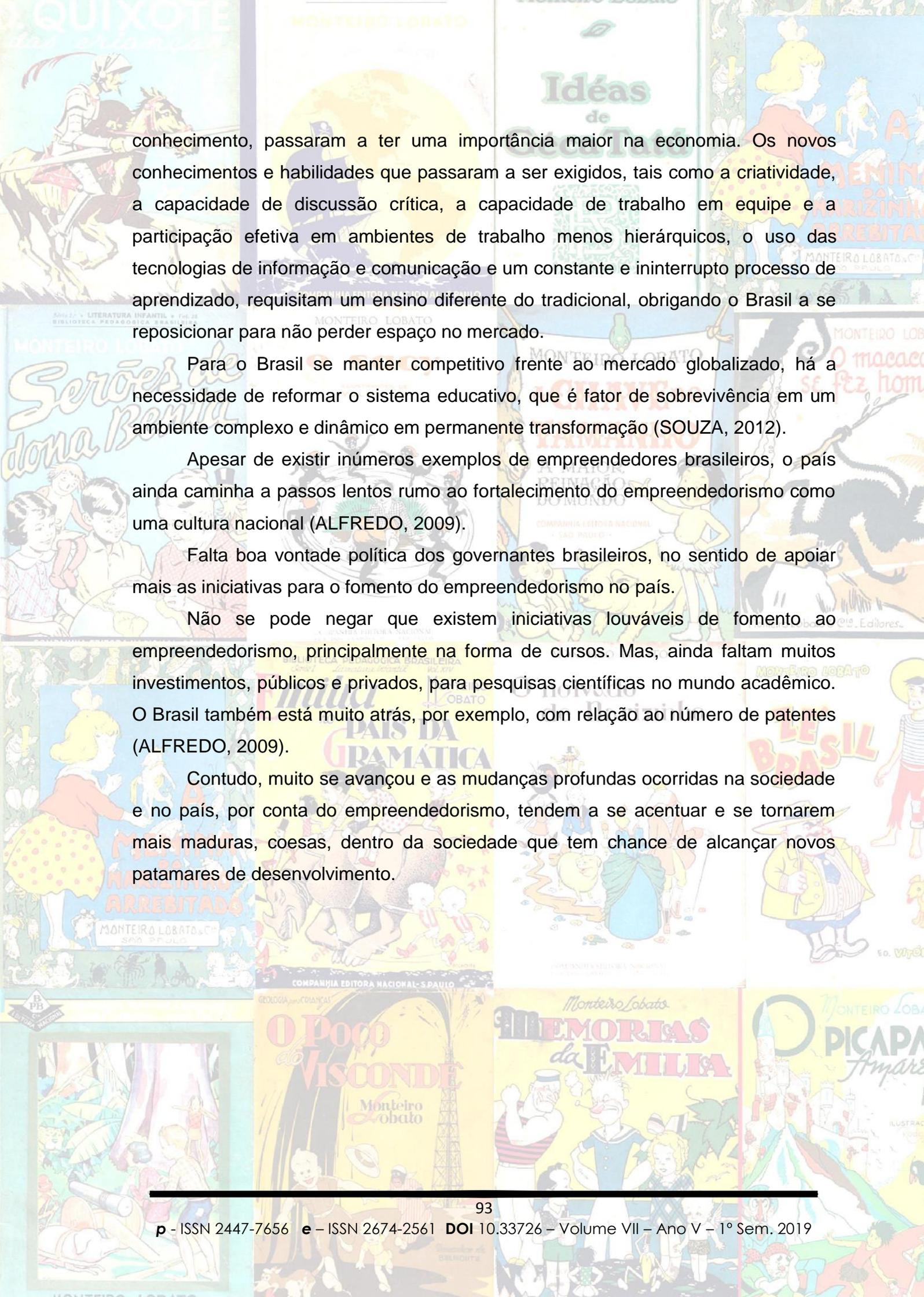
As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – MPEs – são as principais geradoras de riquezas no comércio brasileiro, respondendo por 53,4% no Produto Interno Bruto – PIB – deste setor de acordo com os dados do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Por sua vez, a participação dessas entidades, no setor industrial, relativas ao mesmo período, foi de 22,5%, sendo ainda maior no setor de serviços, no qual alcançou 36,3%.

O Brasil iniciou seu processo de empreendedorismo e de formar empreendedores bem mais tarde, especialmente se comparado em relação aos outros países que já possuem esta tradição. Porém, somos um país jovem, com pouco mais de 500 anos de descobrimento em relação aos outros.

Essas lacunas estão sendo preenchidas aos poucos com a ajuda da tecnologia, amadurecimento da própria sociedade e brasileiras e mudanças ocorridas no cenário, tanto internacional quanto nacional, conforme salienta outros autores.

Souza (2012), afirma que as principais mudanças sociais ocorridas na área da educação, no fim do século XX e início do século XXI, como a informação e o



conhecimento, passaram a ter uma importância maior na economia. Os novos conhecimentos e habilidades que passaram a ser exigidos, tais como a criatividade, a capacidade de discussão crítica, a capacidade de trabalho em equipe e a participação efetiva em ambientes de trabalho menos hierárquicos, o uso das tecnologias de informação e comunicação e um constante e ininterrupto processo de aprendizado, requisitam um ensino diferente do tradicional, obrigando o Brasil a se reposicionar para não perder espaço no mercado.

Para o Brasil se manter competitivo frente ao mercado globalizado, há a necessidade de reformar o sistema educativo, que é fator de sobrevivência em um ambiente complexo e dinâmico em permanente transformação (SOUZA, 2012).

Apesar de existir inúmeros exemplos de empreendedores brasileiros, o país ainda caminha a passos lentos rumo ao fortalecimento do empreendedorismo como uma cultura nacional (ALFREDO, 2009).

Falta boa vontade política dos governantes brasileiros, no sentido de apoiar mais as iniciativas para o fomento do empreendedorismo no país.

Não se pode negar que existem iniciativas louváveis de fomento ao empreendedorismo, principalmente na forma de cursos. Mas, ainda faltam muitos investimentos, públicos e privados, para pesquisas científicas no mundo acadêmico. O Brasil também está muito atrás, por exemplo, com relação ao número de patentes (ALFREDO, 2009).

Contudo, muito se avançou e as mudanças profundas ocorridas na sociedade e no país, por conta do empreendedorismo, tendem a se acentuar e se tornarem mais maduras, coesas, dentro da sociedade que tem chance de alcançar novos patamares de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve outros fatores que culminaram como uma maior abertura econômica e a redemocratização do país, a globalização e a disseminação da informação e do conhecimento. Mesmo assim, necessitamos avançar muito. Ainda é imprescindível que se propague o empreendedorismo nas escolas públicas, e que a educação empreendedora seja uma disciplina oficial, obrigatória desde a mais tenra idade, ainda na pré-escola. Que se melhore o sistema de ensino, que se prepare, remunere e invista no professor e resgate sua dignidade profissional.

O ensino, divulgação e propagação do empreendedorismo provocou uma revolução sem volta em nossa sociedade possibilitou a aberturas de inúmeros negócios, a geração de renda, aumento do PIB, maior circulação de dinheiro na economia, geração de mais postos de trabalho, a mudança de comportamento, atitudes e maior dinamismo de vários seguimentos da sociedade, uma maior mobilidade de várias camadas da população, que passaram a ter uma alternativa frente ao desemprego e ao emprego com carteira assinada.

É como se nossa sociedade passasse a acreditar em si mesma, na sua capacidade, e tivesse maior confiança, a ponto de ousar, atitude que até 1980 não era visto no país de forma tão expressiva.

Vimos que houve outros fatores que culminaram com uma maior abertura econômica e a redemocratização do país, a globalização e a disseminação da informação e do conhecimento.

Infelizmente, nossa educação pública ainda está voltada e orientada para formar mão de obra barata, indivíduos que buscam apenas uma carteira assinada no mercado de trabalho e se satisfazem com um salário mínimo, o vestibular ou concursos públicos em algum órgão de Estado.

Enquanto isto ocorrer, não ascenderemos ao primeiro mundo no quesito empreendedorismo.

REFERÊNCIAS

- ALFREDO, Luiz Henrique Pereira. *Empreendedorismo origem e desafios para o Brasil do século XXI*. 2009. Disponível em: <
<http://www.administradores.com.br/artigos/tecnologia/empreendedorismo-origem-e-desafios-para-o-brasil-do-seculo-xxi/33075/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2019.
- ALANO, Juliana *et al.* *Evolução do Empreendedorismo no Brasil: Um Estudo do Global Entrepreneurship Monitor no Período de 2001 a 2013*. In: XIV Mostra de Iniciação Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão. 2014.
- ÂNGELO, Eduardo Bom. Empreendedorismo: a revolução do novo Brasil. *Revista de Economia & Relações Internacionais*, v. 1, n. 2, p. 37-48, 2003.
- FATTURI, Karyne Carlos. *Análise histórica do empreendedorismo: Estudo das principais características que definem um empreendedor de sucesso*. 56 fls. 2013. Monografia (Bacharel em Engenharia da Produção) – Centro Universitário Estadual d a Zona Oeste- UEZO, Rio de Janeiro, RJ, 2013.
- BASÍLIO, P. *Pequenos empresários: redes pública e particular ensinam empreendedorismo em sala de aula*. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. 1-4. Caderno Classificados/Empregos, 27 mai. 2012.
- CRUZ, Carlos Fernandes *et al.* *Os motivos que dificultam a ação empreendedora conforme o ciclo de vida das organizações: um estudo de caso: Pramp's lanchonete*. 126 fls. 2005. Dissertação (Mestre em Engenharia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2005.
- DOLABELA, Fernando Celso. *O segredo de Luísa*. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.
- DOLABELA, Fernando Celso. *Oficina do empreendedor*. São Paulo: Cultura Editores, 1999.
- DOLABELA, Fernando Celso. *Empreendedorismo no Brasil: uma metodologia revolucionária*, 2005. Disponível em: http://www.projetoe.org.br/tv/prog10/html/ar_10_01.html. Acesso em 13 de janeiro de 2019.
- GEM – Global Entrepreneurship Monitor. *Empreendedorismo no Brasil Relatório Executivo*, 2017.
- JUNIOR ACHIEVEMENT-BRASIL. *A Junior Achievement*. Institucional. Porto Alegre, 2012. Disponível em: < <http://www.jabrazil.org.br/jabr/junior-achievement/institucional>>. Acesso em 12 de janeiro de 2019.
- LIBERATO, Antonio Carlos Teixeira. *Empreendedorismo na escola pública: despertando competências, promovendo a esperança!*, 2007. Disponível em: http://www.oei.es/etp/empreendedorismo_escola_publica_teixeira.pdf. Acesso em 13 de janeiro de 2019.
- MACHADO COSTA, Débora Fernanda *et al.* EMPREENDEDORISMO NO BRASIL. *Revista Expressão*, n. 07, p. 20 páginas, 2015.

MELO, Natália Maximo E. *SEBRAE e empreendedorismo: origem e desenvolvimento*. 2008.156 fls. 2008. Dissertação (Mestre em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2008.

MOCELLIN, Daniele Zgoda *et al. Empreendedorismo na sala de aula: uma experiência no ensino fundamental*, 2008. Disponível em: www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/680_753.pdf. Acesso em 13 de janeiro, 2019.

NASCIMENTO, Francisca de Paula Almeida; LEITE, Denison Luiz Rodrigues; Z AidAN, Zaidiana Lemos. Empreendedorismo: herança genética ou meio social em que está inserido? *RESAC – Revista Sociedade, Administração e Contemporaneidade*. Ano 1, v. 1, p.33-39, set. 2011

OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico. *Brasil*. 2015. Disponível em: < <http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/paises/brazil-pt/>>. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

RUIC, Gabriela. *Os 25 países mais desenvolvidos do mundo*. 2016. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/mundo/os-25-paises-mais-desenvolvidos-do-mundo/>>. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

SELA, Vilma Meurer; SELA, Francis Ernesto Ramos; FRANZINI, Daniela Quaglia. *Ensino do Empreendedorismo na Educação Básica, voltado para o Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável: um estudo sobre a metodologia “Pedagogia Empreendedora”* de Fernando Dolabela. Salvador, BA, ENANPAD, 2006

SILVA, Isaac Pinto da *et al. Educação empreendedora na proposta curricular: despertando o interesse do aluno pela construção da sua aprendizagem*. *Conhecimento em Destaque*, Serra, ES, v. 02, n. 02, jul./dez. 2013.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira*, Julho 2014.

SOUZA, Silvana Aparecida. *A introdução do empreendedorismo na educação brasileira: primeiras considerações* – DOI: [http://dx. doi. org/10.15603/2176-1043/el.v15n26p77-94](http://dx.doi.org/10.15603/2176-1043/el.v15n26p77-94). *Educação & Linguagem*, v. 15, n. 26, p. 77-94, 2012.

UNIVERSIA. *Projeto oferece MBA para 4.4 mil gestores de escolas estaduais*. 2012. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2012/04/10/922439/projeto-oferece-mba-4-4-mil-gestores-escolas-estaduais.html>>. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA PRÁTICA SUSTENTÁVEL

MENEZES, Elenice Sales Feliciano¹⁴
LÉPORE, Paulo Eduardo¹⁵

RESUMO: Vivemos numa época de episódios estranhos e fatos curiosos que se manifestam em relação ao meio ambiente. São problemas que deixaram o planeta fraco e doente por conta das práticas do ser humano que provocam diariamente a degradação e o descaso da mãe natureza. O homem carece urgente de novos conceitos e mudanças diante do desenvolvimento de exploração ambiental. Ou mudamos a forma de agir ou os recursos naturais deixaram de existir. Diante dessa visão esse trabalho visa promover um ambiente ecologicamente equilibrado através das práticas sustentáveis. Para exemplificar essas práticas, elucidamos o serviço social da Usina Cerradão, que possui projeto voltado para a sustentabilidade, uma prática que vem sendo implantada e obtendo resultados positivos. Será enfatizado também uma pesquisa com alunos do ensino fundamental da rede municipal, que foram abordados aleatoriamente, para opinar seu conceito em relação ao meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente. Sustentabilidade. Educação Ambiental.

ABSTRACT: We live in an age of curious facts and strange episodes that manifest themselves in relation to the environment. These are problems that left the planet weak and ill because of the practices of human beings that causes daily degradation and neglect of mother nature. The man needs urgent new concepts and changes before the development of environmental exploitation. Either we change the form of action or natural resources no longer exist. Given this vision this work aims to promote an ecologically balanced environment through sustainable practices. To exemplify these practices elucidate the social service of Savanna Plant, which has a project focused on sustainability, a practice that has been deployed and getting positive results, will be emphasized also a survey of elementary school students in the municipal, which were randomly approached to opine on his concept for the environment.

KEYWORDS: Environment. Sustainability. Environmental Education.

¹⁴Especialista em Gestão e Direito Ambiental UEMG – Unidade Frutal, 2012. Especialista em Gestão Pública, pela Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves (Unidade UEMG – BH), 2015.

¹⁵Professor e orientador titular da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG.

INTRODUÇÃO

É necessário que haja uma mudança de rumos no Planeta. E esta transformação necessita de ser projetada através da implementação de programas apropriados, capazes de promover a educação em todas as esferas socioculturais, especialmente, em nosso caso de estudo, na área ambiental. Tal relevância se prende à importância da adoção contemporânea de práticas que tendem à sustentabilidade em prol da diminuição dos impactos da atividade humana sobre o clima e, conseqüentemente, no uso e reuso dos recursos naturais.

Percebe-se que a tese da política para as escolas primárias, é a de que se crie um vínculo entre a presente e as futuras gerações, visto que são eles os verdadeiros formadores de opinião, são eles os educadores do amanhã, são eles que terão uma nova mentalidade e uma nova consciência ambiental.

Entretanto, nada disso adiantará se as autoridades não forem competentes e não fizerem o cumprimento da legislação específica. Em função desse desequilíbrio, tramita no Senado a aprovação final de instrumentos legais voltados ao meio ambiente, em que se tratam da política nacional na criação de estações ecológicas, que versam sobre as áreas de proteção ambiental, entre outras providências.

Dessa forma, é viável considerar que a defesa pelo ambiente transcenda a todos de forma coletiva a exercer suas práticas em prol do meio ambiente, e que não fique restrita a um grupo de pessoas, permitindo, assim, alcançar as metas em função da sobrevivência da espécie humana. Portanto, o tema abordado neste paper é complexo e de grande valor social, visto que a legislação pertinente sempre se amplia e a que está vigente sempre tem atualizações ou renovações em tramitação, mantendo os doutrinadores preocupados com o rumo a tomar.

O Brasil sempre foi abundante em seus recursos naturais, por conta dessa riqueza ecológica o homem não se preocupou ou pensou na preservação do meio em que vive. Devido às grandes mudanças antrópicas, a natureza tem reagido ao redor do mundo. Sua reação pode ser observada pelo volume de poluição das águas, pela intensidade da poluição sonora, pela surpresa das alterações climáticas, pela quantidade de florestas devastadas, pela infinidade de animais extintos, sendo

estes entre tantos outros fatores que clamam pela recuperação e preservação ambiental.

É transitável que toda empresa deve ser vista como defensora e incentivadora em prol do “verde”. Ela deve, igualmente, participar de forma responsável da solução que precisa ser dada aos problemas socioambientais e se inserir como empresa no modelo dos serviços voltados ao social.

Justifica a realização de um trabalho como o nosso, o fato de que a consciência humana é a principal responsável pela sustentabilidade ambiental, para tanto é necessário fortalecer, por meio de pesquisas e divulgação de seus resultados, uma educação ambiental voltada aos objetivos que viabilize uma prática educativa quanto aos problemas ambientais. Assim, o entendimento ambiental é de suma importância para a cidadania que representa diversas formas de preservá-la, criando condições para uma nova proposta baseada na educação necessária à preservação ou correção da degradação ambiental.

Vale lembrar, em suma, que as práticas da educação ambiental podem acontecer dentro das escolas, nas repartições públicas, nas empresas, com a família etc. Esta didática ambiental precisa ser desenvolvida por órgãos do governo e ou por entidades direcionadas ao meio ambiente.

1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL, UMA PRÁTICA SUSTENTÁVEL

1.1. Síntese da História das Preocupações com o Meio Ambiente

Para enfatizarmos os conteúdos voltados ao meio ambiente, é necessário que entendamos um pouco da história. Segundo a literatura, no Brasil, o Imperador D. Pedro II, instituiu, em 1861, uma Lei que protegia a Floresta da Tijuca, que, na época, se encontrava totalmente degradada.

Valle (apud LIMA, 2004) sintetiza alguns pontos fundamentais para a evolução mundial da história ambiental, conforme tópicos a seguir:

- ✓ Na Inglaterra – 1863 – primeira Lei ambiental, o Alkali Act, regulava a emissão de poluentes no ar pela indústria de vidro da época;
- ✓ Nos EUA – 1872 – criou-se o Parque Yellowstone, o primeiro parque nacional;
- ✓ Nasce um Grupo de cientistas, o Clube de Roma, na década de 1960, com a publicação do relatório Limits to Growth (Limites do Crescimento), com projeções sobre os riscos e limites ambientais. Também, na década de 60, se criam os primeiros grupos ambientalistas, atentos quanto ao contágio da água e do ar nos países industrializados;
- ✓ O Tratado Antártico, em 1961, determina o uso do continente apenas para fins pacíficos;
- ✓ Divulgação do livro Silent Spring (Primavera Silenciosa), em 1962, questionando sobre a implicação do uso de pesticidas como o Dicloro Difênil Tricloroetano – DDT, que não só matavam os insetos, mas, também, envenenavam as aves;
- ✓ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em 1972, em Estocolmo. Os países dão início à criação de órgãos ambientais e instituem leis para o controle da poluição;
- ✓ 1973 – Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Flora e Fauna Selvagens em ameaça de Extinção (CITES);
- ✓ Consignação da relação entre os CFCs – clorofluorcarbonos, e a destruição da camada de ozônio;
- ✓ 1970 – crise do petróleo, com o avanço do preço, viu-se a necessidade de racionalização da procura por fontes renováveis de energia;
- ✓ 1980 – leis em vigor determinam o controle para as emissões nas indústrias; iniciam-se os Estudos de Impacto Ambiental – EIA e Relatórios de Impacto Ambiental sobre o Meio Ambiente – RIMA;
- ✓ 1982 – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, visa proteger o mar contra o derramo de rejeitos nucleares e resíduos tóxicos;
- ✓ 1980 – o amparo ambiental passa de defensiva, com soluções apenas corretivas, para uma atuação proativa e participativa, surgindo, assim, o significado da ecoeficiência, de maneira a fabricar produtos de melhor qualidade com menor uso de recursos, poluindo em menor quantidade e substituindo materiais que geram impactos relevantes;
- ✓ 1980 – Acidentes na década que despertaram a atenção para a necessidade de prevenção de riscos ambientais: Bhopal, na Índia; acidente nuclear em Chernobyl, antiga União Soviética;
- ✓ 1987 – Criação, na Alemanha, de um sistema para colher e destinar as pilhas e baterias descartadas após o uso;

- ✓ 1987 – Protocolo de Montreal, proteção da camada de ozônio, através da eliminação da fabricação dos CFCs;
- ✓ 1987 – Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Relatório Brundtland, que conquistou a ideia de Desenvolvimento Sustentável;
- ✓ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92,
- ✓ 1990 – década que disponibilizava das normas internacionais em gestão ambiental da série ISO 14000, visando à conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável;
- ✓ 1997 – Protocolo de Kyoto, para a redução, até 2012, dos lançamentos de gases que contribuem para o efeito estufa pelos países industrializados.
- ✓ Relatório divulgado recentemente pela Organização das Nações Unidas – ONU (2007) sobre estudo feito pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), que registrou que as atividades do homem têm contribuído para o aquecimento global, trazendo uma série de consequências ao meio ambiente, como inundações com derretimento de geleiras, desertificação etc.

O meio ambiente, atualmente, é um assunto mundial. Embora o Brasil ainda seja um país em total expansão, passando por um denso estágio de desenvolvimento econômico, se encaminha, através das Leis, para uma compreensão das limitações e dos avanços quanto aos fenômenos naturais, com o intuito maior de desenvolver a sustentabilidade.

1.2. Meio Ambiente

A expressão “meio ambiente” diz respeito, de modo geral, ao local a ser respeitado, preservado e contemplado pelo homem. Porém, é preciso entender, de forma mais ampla, como estabelecer a noção no ser humano de pertencer ao meio ambiente, com o qual tem vínculos naturais para a sua sobrevivência.

Dispõe-se, assim, no art. 3º, inc. I, da Lei 6.938, de 1981, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, o entendimento sobre o meio ambiente, da seguinte forma: “Art. 3º [...]: I meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e

interações de ordem física, química e biológica, que permite, abrigam e regem a vida em todas as suas formas”.

De acordo com a ISO 14.001, conceitua-se o meio ambiente, como sendo a: “Circunvizinhança em que uma organização opera, incluindo-se ar, água, solo, recursos naturais, flora fauna, seres humanos e suas inter-relações” (ISO 14001-2004)

O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA possui o entendimento de meio ambiente, conforme Anexo I – XII: “XII – Meio ambiente: conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abrigam e regem a vida em todas as suas formas”.

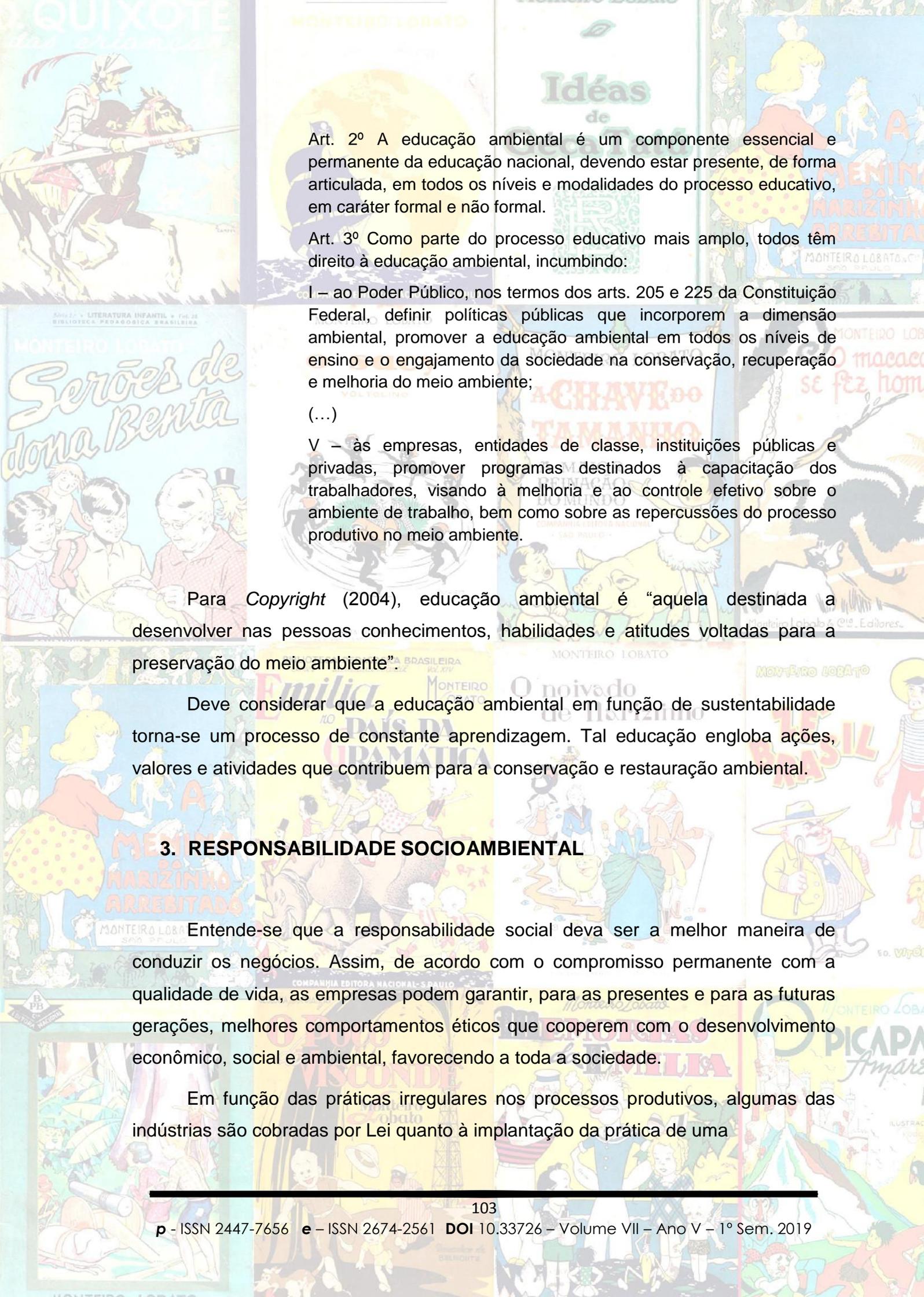
A Constituição Federal, de 1988, prevê em seu conteúdo, um capítulo exclusivo ao meio ambiente: “Do Meio Ambiente”. Nele se regem os princípios e normas que regulamentam as práticas desempenhadas pelo ser humano, tais aquelas que possam afetar a sanidade do meio numa esfera mundial.

O relacionamento do homem em relação ao meio ambiente prevalece da consciência, já que o homem ainda é maior responsável pelas transformações ambientais. Portanto, a educação ambiental precisa ser entendida como sinônima direta da ideia de sustentabilidade, iniciativa capaz de nos conduzir para um futuro que garanta as vantagens e o equilíbrio ambiental.

2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

De acordo com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui-se a Política Nacional de Educação Ambiental dando outras providências, enfatiza-se que:

Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.



Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I – ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

(...)

V – às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente.

Para *Copyright* (2004), educação ambiental é “aquela destinada a desenvolver nas pessoas conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a preservação do meio ambiente”.

Deve considerar que a educação ambiental em função de sustentabilidade torna-se um processo de constante aprendizagem. Tal educação engloba ações, valores e atividades que contribuem para a conservação e restauração ambiental.

3. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Entende-se que a responsabilidade social deva ser a melhor maneira de conduzir os negócios. Assim, de acordo com o compromisso permanente com a qualidade de vida, as empresas podem garantir, para as presentes e para as futuras gerações, melhores comportamentos éticos que cooperem com o desenvolvimento econômico, social e ambiental, favorecendo a toda a sociedade.

Em função das práticas irregulares nos processos produtivos, algumas das indústrias são cobradas por Lei quanto à implantação da prática de uma

responsabilidade socioambiental que permita minimizar os danos causados para este ou aquele processo industrial.

Desse modo, a responsabilidade socioambiental deve ser entendida como sendo um conjunto de ações que proporcionem o desenvolvimento e ajustem o comprometimento com o meio ambiente juntamente com a área social.

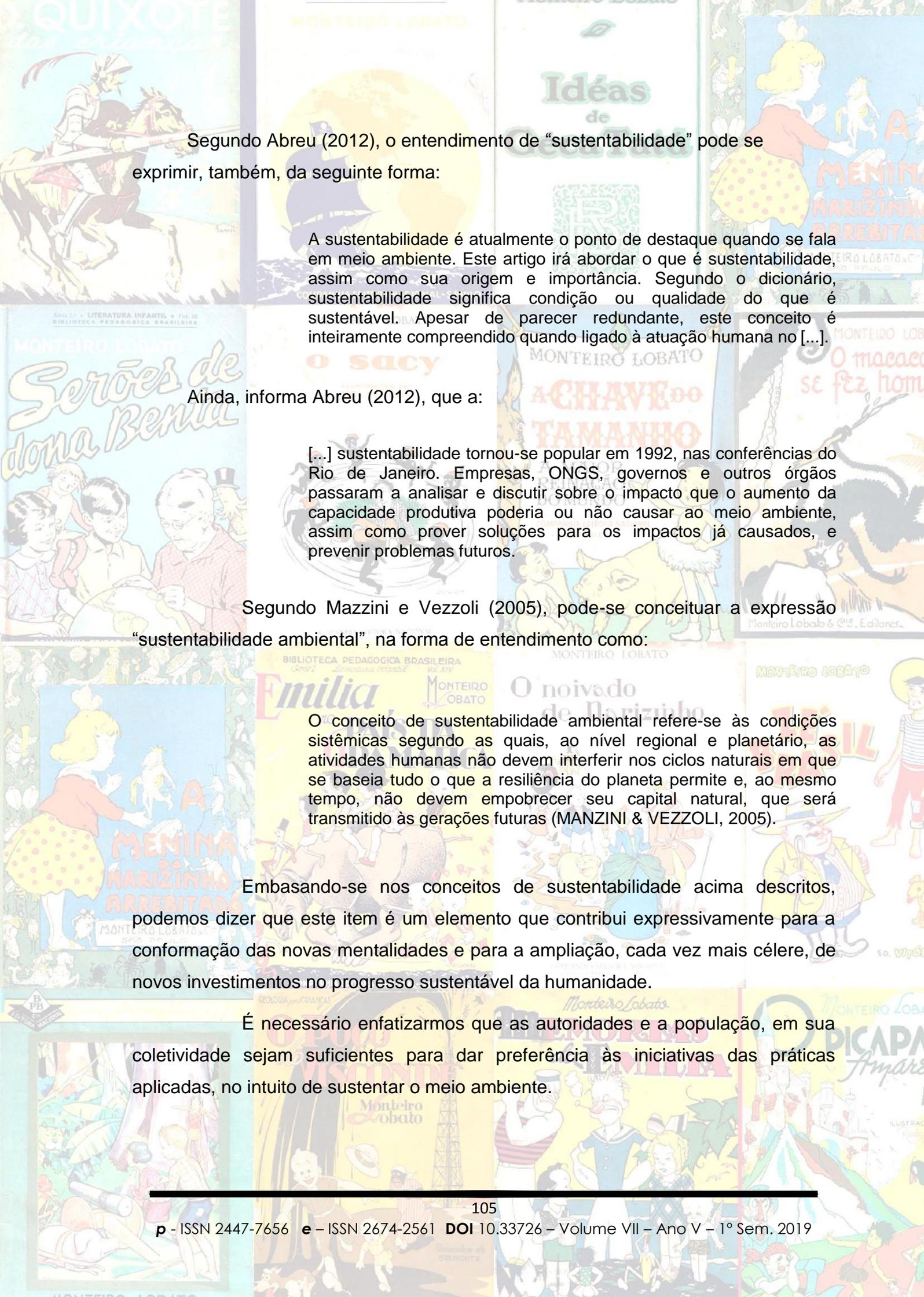
A forma de atuação, após estes ajustes, pode ser direcionada para a minimização de resíduos, promoção da reciclagem, para a criação de estabelecimentos de princípios ambientais, para a reutilização de recursos naturais, para a otimização do uso de energia, para a criação de novas técnicas para a redução da poluição, para a prática de reflorestamentos etc.

4. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A expressão “sustentabilidade”, aplicada à causa ambiental, é enfatizada pelas literaturas consultadas, a partir do momento em que surgiu como um conceito palpável, desde a década de 80, expresso por Lester Brown, que foi o fundador do Worldwatch Institute¹⁶. Desde então, acabou se tornando um padrão mundialmente aceito e replicado, com algumas modificações que se representam do seguinte modo:

Diz-se que uma comunidade é sustentável quando satisfaz plenamente suas necessidades de forma a preservar as condições para que as gerações futuras também o façam. Da mesma forma, as atividades processadas por agrupamentos humanos não podem interferir prejudicialmente nos ciclos de renovação da natureza e nem destruir esses recursos de forma a privar as gerações futuras de sua assistência (LESTER BROWN, 1990, *apud* ABREU, 2012).

¹⁶O WWI – Worldwatch Institute, sediado em Washington, fundado por Leste Brown, em 1974, destaca-se na promoção de uma sociedade ambientalmente sustentável, onde as necessidades humanas sejam atendidas sem ameaças à saúde da natureza.



Segundo Abreu (2012), o entendimento de “sustentabilidade” pode se exprimir, também, da seguinte forma:

A sustentabilidade é atualmente o ponto de destaque quando se fala em meio ambiente. Este artigo irá abordar o que é sustentabilidade, assim como sua origem e importância. Segundo o dicionário, sustentabilidade significa condição ou qualidade do que é sustentável. Apesar de parecer redundante, este conceito é inteiramente compreendido quando ligado à atuação humana no [...].

Ainda, informa Abreu (2012), que a:

[...] sustentabilidade tornou-se popular em 1992, nas conferências do Rio de Janeiro. Empresas, ONGS, governos e outros órgãos passaram a analisar e discutir sobre o impacto que o aumento da capacidade produtiva poderia ou não causar ao meio ambiente, assim como prover soluções para os impactos já causados, e prevenir problemas futuros.

Segundo Mazzini e Vezzoli (2005), pode-se conceituar a expressão “sustentabilidade ambiental”, na forma de entendimento como:

O conceito de sustentabilidade ambiental refere-se às condições sistêmicas segundo as quais, ao nível regional e planetário, as atividades humanas não devem interferir nos ciclos naturais em que se baseia tudo o que a resiliência do planeta permite e, ao mesmo tempo, não devem empobrecer seu capital natural, que será transmitido às gerações futuras (MANZINI & VEZZOLI, 2005).

Embasando-se nos conceitos de sustentabilidade acima descritos, podemos dizer que este item é um elemento que contribui expressivamente para a conformação das novas mentalidades e para a ampliação, cada vez mais célere, de novos investimentos no progresso sustentável da humanidade.

É necessário enfatizarmos que as autoridades e a população, em sua coletividade sejam suficientes para dar preferência às iniciativas das práticas aplicadas, no intuito de sustentar o meio ambiente.

4.1. Algumas Ações de Sustentabilidade Ambiental

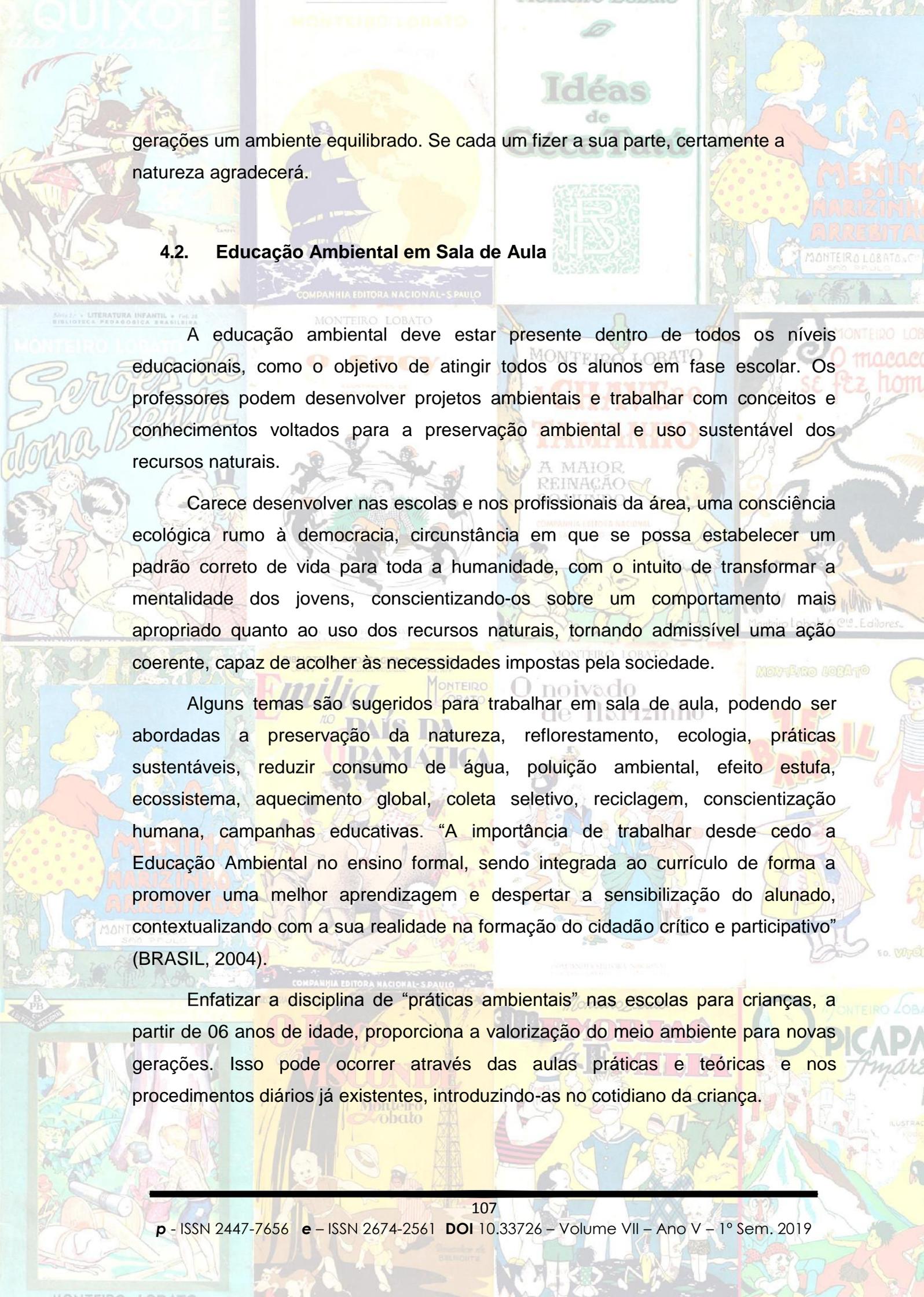
Sabe-se que para que algo seja “sustentável”, primeiramente deve ser socialmente justo e ambientalmente correto. Ao decorrer do tempo, o ser humano percebeu a necessidade de sustentar o meio ambiente onde o próprio homem, com suas práticas produtivas, comprometeram os recursos naturais que, aos poucos, foram se degradando. Abaixo segue algumas ações de sustentabilidade já existentes:

- ✓ Agenda 21 (medidas rumo ao desenvolvimento sustentável);
- ✓ Alimentos orgânicos (respeito ao meio ambiente);
- ✓ Consumo sustentável (prática relacionada à aquisição de produtos e serviços que visam diminuir impactos ao meio ambiente);
- ✓ Educação Ambiental (consciência ambiental através de habilidades e atitudes);
- ✓ Gestão Ambiental (sistema para as empresas que preocupam com o meio ambiente);
- ✓ Reciclagem (procedimento benéfico para o Planeta Terra);
- ✓ Reflorestamento (repovoar áreas onde a vegetação foi removida);
- ✓ Responsabilidade ambiental (atitudes voltadas para a proteção do meio ambiente);
- ✓ Telhado Verde (técnica arquitetura verde, vantagens para o meio ambiente).

De acordo com Nunes (2008), a realidade é que:

Para garantir a sustentabilidade ambiental nas grandes cidades, devemos praticamente abandonar o modo de vida que experimentamos até hoje e criar devida consciência nas massas e na classe dirigente de que a exploração desenfreada do meio ambiente só levará a destruição do planeta. Num sistema insustentável de produção, os recursos naturais planetários seriam exauridos muito rapidamente e proporcionariam problemas gravíssimos que seriam sentidos com um impacto devastados nos grandes aglomerados urbanos.

Essas e tantas outras ações de sustentabilidade servem de suporte para o meio ambiente. A sustentabilidade ambiental, atualmente, está garantindo às futuras



gerações um ambiente equilibrado. Se cada um fizer a sua parte, certamente a natureza agradecerá.

4.2. Educação Ambiental em Sala de Aula

A educação ambiental deve estar presente dentro de todos os níveis educacionais, como o objetivo de atingir todos os alunos em fase escolar. Os professores podem desenvolver projetos ambientais e trabalhar com conceitos e conhecimentos voltados para a preservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais.

Carece desenvolver nas escolas e nos profissionais da área, uma consciência ecológica rumo à democracia, circunstância em que se possa estabelecer um padrão correto de vida para toda a humanidade, com o intuito de transformar a mentalidade dos jovens, conscientizando-os sobre um comportamento mais apropriado quanto ao uso dos recursos naturais, tornando admissível uma ação coerente, capaz de acolher às necessidades impostas pela sociedade.

Alguns temas são sugeridos para trabalhar em sala de aula, podendo ser abordadas a preservação da natureza, reflorestamento, ecologia, práticas sustentáveis, reduzir consumo de água, poluição ambiental, efeito estufa, ecossistema, aquecimento global, coleta seletivo, reciclagem, conscientização humana, campanhas educativas. “A importância de trabalhar desde cedo a Educação Ambiental no ensino formal, sendo integrada ao currículo de forma a promover uma melhor aprendizagem e despertar a sensibilização do alunado, contextualizando com a sua realidade na formação do cidadão crítico e participativo” (BRASIL, 2004).

Enfatizar a disciplina de “práticas ambientais” nas escolas para crianças, a partir de 06 anos de idade, proporciona a valorização do meio ambiente para novas gerações. Isso pode ocorrer através das aulas práticas e teóricas e nos procedimentos diários já existentes, introduzindo-as no cotidiano da criança.

4.3. Perspectivas às práticas pedagógicas

As práticas pedagógicas desenvolvidas, tanto em sala de aula ou em comunidade, conferem maior peso ao equilíbrio ambiental, garantindo, assim, um ambiente sustentável. Segundo Sauvé (1997, *apud* HENRIQUES *et al*, 2007) em relação a essas perspectivas, possui-se o seguinte entendimento:

Perspectiva ambiental: está centrada no ambiente biofísico; parte do ponto de vista de que a qualidade ambiental está se degradando, ameaçando a qualidade de vida humana. A preocupação dessa vertente está na ideia do engajamento para prevenir e resolver os problemas ambientais. A expressão definidora dessa postura é: “Que planeta deixaremos às nossas crianças?”;

Perspectiva educativa: está centrada no indivíduo ou grupo social; parte da constatação de que o ser humano desenvolveu uma relação de alienação a respeito de seu entorno. A preocupação dessa vertente é a educação integral do indivíduo, com o desenvolvimento da autonomia, do senso crítico e de valores éticos. A expressão definidora dessa postura é: “Que crianças deixaremos ao nosso planeta?”;

Perspectiva pedagógica: está centrada no processo educativo, diferentemente das abordagens anteriores que centram num ou noutro pólo. Por considerar os métodos pedagógicos tradicionais demais dogmáticos e impositivos, essa vertente inclina-se sobre o desenvolvimento de uma pedagogia específica para a Educação Ambiental, através da perspectiva global e sistêmica da realidade, da abertura da escola ao seu entorno, ao recurso da metodologia da resolução de problemas ambientais locais concretos. A expressão definidora dessa postura é: “Que educação deixaremos para nossas crianças nesse planeta?”.

Percebe-se que as perspectivas estão voltadas ao conceito de um desenvolvimento sustentável, sobre o entendimento geral de que a educação ambiental, introduzida em sala de aula, requer uma visão especial das autoridades envolvidas.

5. IMPACTOS AMBIENTAIS E EFEITOS COMO CONSEQUÊNCIA

Os impactos ambientais giram em torno da crise ecológica que afeta a economia, a cultura, a ética, a flora e fauna, atingindo todo o planeta e, em especial o ser humano. Por isso, acredita-se que esta é uma crise da civilização humana.

Assim, para melhor entendermos esse fato, esboça-se na tabela abaixo uma síntese de algumas das causas e efeitos que comprometem o meio ambiente.

IMPACTOS	EFEITOS
Desertificação	-Fenômeno em que um determinado solo é transformado em deserto, solo infértil, perda produtiva, elimina a vida de milhares de espécies de animais e vegetais.
Desflorestamento	-Principais causas de desequilíbrio ecológico.
Extinção de animais	-Redução das florestas e o tráfico de animais silvestre.
Gases do efeito estufa	-Principais responsáveis pelo aquecimento global.
Lixo Eletrônico	-Equipamentos possuem substâncias químicas (chumbo, cádmio, mercúrio, berílio etc.) em suas composições, podem provocar contaminação de solo e água. São compostos de plástico, metais e vidro, estes materiais demoram para se decompor no solo. E o comprometimento com a saúde do catador de lixo.
Poluição atmosférica	-Catástrofes climáticas e mudanças rápidas no clima mundial, desmatamento, queimadas e incêndios um dos causadores.
Poluição das águas	-Poluição e contaminação por poluentes, agrotóxico e esgoto.
Poluição do ar	-Queima de combustíveis fósseis , efeito estufa.
Poluição dos rios	-Descarte do sistema sanitário, esgoto doméstico, produtos químicos, lixo sólido e doméstico. Com o tempo este lixo vai se acumulando, provocando assoreamento, alagamento, enchente, etc.
Poluição sonora	-Ruído, som excessivo das indústrias, canteiros de obras, meios de transporte, áreas de recreação, provoca insônia ; estresse, depressão, perda de audição etc.

Tabela 1: Impactos e efeitos ambientais

Fonte: Sua Pesquisa.com

Podem-se diferenciar os impactos e os efeitos apresentados, em função do local, da região. Podendo-se, inclusive, separá-los naqueles ocorridos em um ecossistema natural, em um ecossistema agrícola ou urbano.

Os valores ambientais, com seus desequilíbrios, carecem da luta do homem, garantindo, assim, um futuro para as gerações vindouras.

Com isso, espera-se, enfim, que possamos, pelo menos, preservar o que já temos: a Mãe Natureza. É nossa obrigação manter o um ambiente sadio, embora a percentagem de pessoas inconscientes e que pouco se importam com o assunto ainda é assustadora.

6. ESTATÍSTICA ALEATÓRIA POR CONHECIMENTO

Foi realizada, entre os dias 09 a 13 de abril, nas vias públicas do município de Frutal – MG, uma pesquisa aleatória por abordagem, com trinta crianças da rede municipal, com faixa etária entre 07 a 11 anos.

Foram questionados se há e quais são problemas ambientais locais, na visão de cada aluno. Foram questionadas, também, as disciplinas escolares que trabalham sobre o meio ambiente.

Para os alunos foram direcionadas as seguintes perguntas: Você sabe o que é Educação Ambiental?; Quais as disciplinas na escola que você estuda sobre o meio ambiente?; Em sua casa, vocês fazem Coleta Seletiva?; Sugestão de atividades para aprender sobre a educação ambiental e, por último, Principais problemas ambientais do município.

Sobre a educação ambiental, apenas três matérias foram citadas, sendo que poderia estar entre todas elas.

O razoável seria ter uma disciplina específica como a educação ambiental.

Quanto ao entendimento do conceito ambiental:

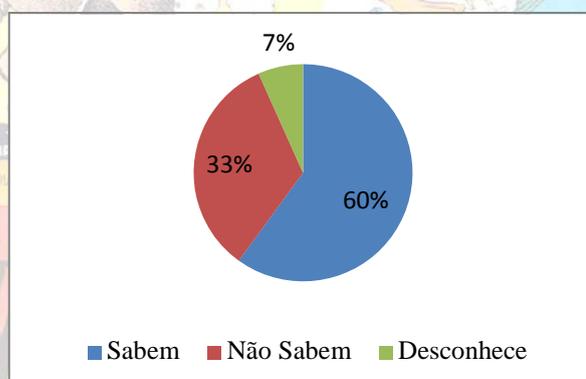


Gráfico 1: Conceito de Educação Ambiental
Fonte: Própria

Talvez a educação ambiental vista pelos alunos abordados durante a pesquisa, seja uma expressão diferente, não comum no seu cotidiano, mas já faz necessário um amplo conhecimento do assunto que atualmente é polêmico e de resultados expressivos diante de toda a sociedade e o mundo ecológico.

Percebe-se que a amplitude do entendimento do meio ambiente com as crianças pesquisadas, requer uma disciplina específica para que possam adquirir a consciência transformadora da realidade.

Em relação às disciplinas trabalhadas em sala de aula:

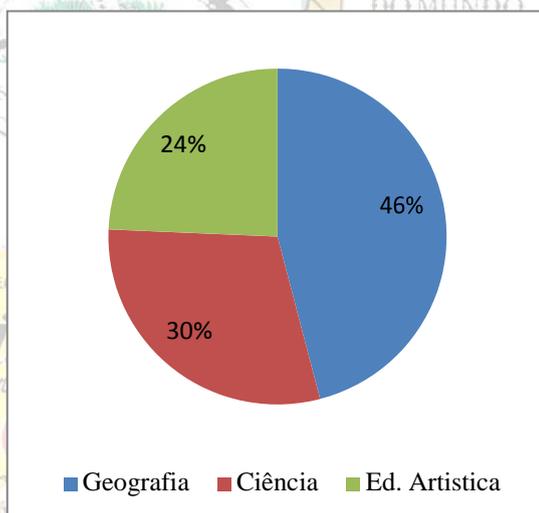


Gráfico 2: Disciplina sobre o meio ambiente
Fonte: Própria

Em relação às disciplinas que trabalham a educação ambiental, a grande maioria citaram geografia e ciências, disseram também que, nas aulas de educação artística, a professora fala sobre a questão do lixo.

Já ouviram falar em educação ambiental, mas não sabem conceituar de forma teórica, sabem que é alguma coisa relacionada com o meio ambiente.

Assim, podemos concluir que, em relação à Educação Ambiental, vista como disciplina, a Lei nº 9.795, de 1999, em seu art. 10, §1º e §3º, institui que:

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1o A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino

§ 3o Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Percebe-se que a própria Lei não possui respaldo para o objetivo maior: a conscientização a partir das crianças, para um equilíbrio ecológico.

Quando questionados se praticam a coleta seletiva do lixo em suas residências, a maioria mencionou que não praticam.

Quanto ao questionamento sobre a coleta seletiva, sabe-se que:

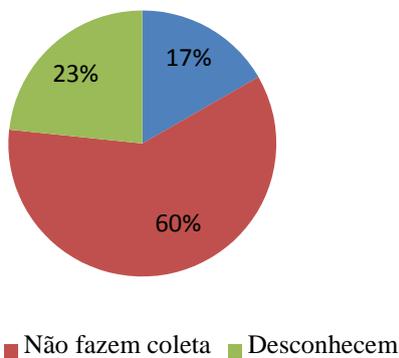


Gráfico 3: Em casa vocês fazem coleta seletiva
Fonte: Própria

Há tempos, os hábitos e costumes familiares vão passando, de geração para geração. Na família que possui o hábito de selecionar o lixo, a criança adquire essa prática e vai passando adiante a informação. Já, a criança que não é habituada a essas práticas, vive à mercê das tendências insustentáveis. Nesse sentido, é sim, viável, que as praticas ambientais de sustentabilidade garantam as futuras gerações. No que diz às práticas ambientais, os alunos sugeriram alguns procedimentos para serem desenvolvidos durante o período escolar.

Quanto às sugestões de atividades sobre educação ambiental:

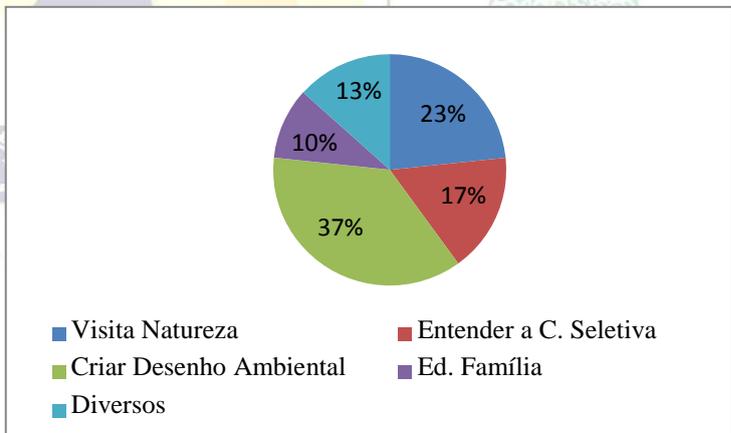


Gráfico 4: Sugestão de atividade sobre educação ambiental
Fonte: Própria

Os alunos são de acordo que a escola precisa ensinar a não desmatar a não poluir, enquanto alguns acham que deveria promover mais atividades em relação à educação ambiental. Em relação aos principais problemas ambientais no município, são os seguintes resultados:

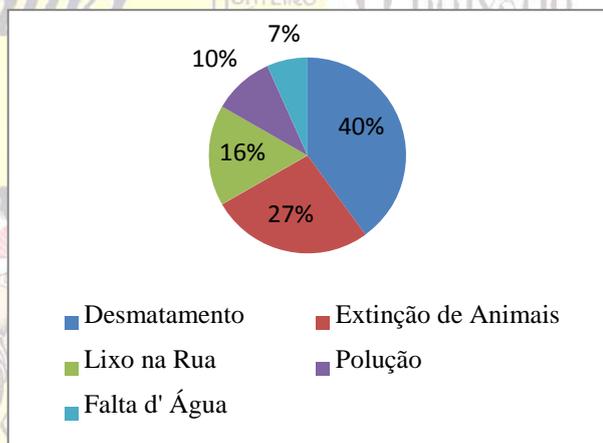


Gráfico 5: Principais problemas ambientais no município
Fonte: própria

Observou-se que os alunos tiveram certa facilidade em apresentar os problemas ambientais, mas sentiram dificuldade para conceituar o termo “Educação Ambiental”.



Imagem 1: Viveiro de muda de Jenipapo

Fonte: Usina Cerradão



Imagem2: Viveiro de muda de Bálamo

Fonte: Usina Cerradão



Imagem 3: Viveiro de muda de Ipê

Fonte: Usina Cerradão

O Programa “Nativos do Cerrado” visa à restauração das áreas comprometidas, através de projetos autorizados pelos órgãos competentes, envolvendo toda a comunidade da zona rural e urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível, sim, trabalhar a educação ambiental no âmbito da sustentabilidade. A proposta teve conteúdo de qualidade, pelo fato de focar a preservação, o equilíbrio, e a responsabilidade socioambiental.

Percebeu-se que, para manter o ambiente sadio, o primeiro passo fundamental é a conscientização humana. Com ela pode-se reverter os impactos ambientais, através de ações, programas estruturados, sociedade empenhada, e a força das autoridades competentes. Se todos, em conjunto, promoverem o bem em prol da natureza, é certo que teremos um ambiente melhor para as nossas futuras gerações.

Observou-se ainda que há muito o que fazer em relação às crianças. Foi notória a falta de informação e conhecimento dos alunos durante a abordagem, os resultados dos dados obtidos revelam é preciso atuar em prol da educação ambiental.

O exemplo da Usina Cerradão deveria ser modelo empresarial para as grandes empresas, as quais normalmente são as principais responsáveis pela degradação ambiental. Percebe-se que, devido ao plantio da cana-de-açúcar (o principal cultivo do país), com o desmatamento necessário para a área cultivada, os animais se refugiam para cantos que não são apropriados, ficando à mercê do relento. Outro fator também fundamental são as plantas nativas, que acabam ficando em extinção.

Para que se possam alcançar os objetivos direcionados à Educação Ambiental na fase escolar, faz-se necessário elucidar os meios e as formas para interagir entre educadores e educandos, agrupando a teoria das práticas para um ambiente saudável. Desta forma, o ensino, em sua compreensão de ensinar e formar seres humanos, carecem de trabalhar conceitos e dispor de ações na formação de valores e procedimentos do processo de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR ISO 14.001. *Sistema de Gestão Ambiental: Requisitos com orientações para ISO 2004*. 2. ed 27 f.p. 2

ABREU [Carlos](#). *Sustentabilidade: saiba o que é e sua importância*. 2012. Disponível em: <<http://www.atitudessustentaveis.com.br/sustentabilidade/sustentabilidade-saiba-o-que-e-e-sua-importancia/>>. Acesso em: 25 de mar. 2012

BRASIL, Fundação Nacional de Saúde. *Manual de Saneamento*. 3 ed. Ver Brasília: FUNASA, 2004

BRASIL, Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. *Política Nacional do Meio Ambiente*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 18 de mar. 2012

_____, Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. *Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências Brasília*: D.O.U. de 28.4.1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em 25 de mar. 2012

CONOMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 306 de 5 de julho de 2002. *Licenciamento Ambiental: normas e procedimentos*. DOU 19/5, n.138, seção 1 p. 75-76

COPYRIGHT. *Educação Ambiental*. 2004. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/educacaoesportes/educacao_ambiental.htm>. Acesso em 24 de mar. 2012

FERREIRA, Ariane Silva. *Parceria entre Programas*. Bióloga da Usina Cerradão. Disponível em: <<http://www.usinacerradao.com.br/responsabilidade.asp>>. Acesso em: 25 de mar. 2012

HENRIQUES, Ricardo *et. al*. *Educação Ambiental: aprendiz de sustentabilidade*. Caderno SECAD 1/MEC. Brasília: 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf>>. Acesso em: 25 de mar. 2012

LIMA, Ana Maria Martins de. *apud VALLE, Cyro Eyer do. Qualidade Ambiental: ISO 14000.5º ed.*. São Paulo: SENAC, 2004. Disponível em: <<http://ambientedomeio.com/2007/10/20/historia-do-meio-ambiente-2/>>. Acesso em: 11 de mar. 2012

MANZINI, Ezio; VEZZOLI, Carlo. *O desenvolvimento de produtos sustentáveis: os requisitos ambientais dos produtos industriais*. Editora da Universidade de São Paulo. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2005.

NUNES, Raquel. *Como Garantir a Sustentabilidade Ambiental?* 2008. Disponível em: <<http://www.ecologiaurbana.com.br/sustentabilidade/como-garantir-sustentabilidade-ambiental/>>. Acesso em: 25 de mar. de 2012.

CONTROLE DA CIGARRINHA NA RAIZ DA CANA-DE-AÇÚCAR¹

DANIEL, Devanir Donizeti²
MENEZES, Elenice Sales Feliciano³

RESUMO: Diferentes insetos têm-se inserido no espaço agrícola, portando, consigo, danos às culturas, resultando para os produtores a necessidade de incremento do manejo de pragas e superação de novos desafios a cada safra da cultura da cana-de-açúcar. Os produtores, com isso, se envolvem com a garantia da qualidade da lavoura frente às pragas. Essa ação acarreta, indiretamente, a identificação das possíveis ameaças, ainda que dificultadas quando os insetos estão livres na natureza. Os prejuízos ao homem produzem desconforto e desequilíbrio econômico e ecológico. Daí, então, que as novas técnicas de manejo empregam no sistema de colheita da cana-de-açúcar, não mais as queimadas, ainda que a palha, os resíduos vegetais e o solo úmido favoreçam o ambiente na reprodução das pragas, bem como os cupins, os nematóides, o besouro, a cigarrinha da folha e a cigarrinha da raiz – *Mahanarva fimbriolata*. Leva-se em consideração, hoje, que o Brasil ocupa a liderança em termos de produtividade e tecnologia, justificando-se investimentos e pesquisas no combate às pragas existentes. Esse trabalho tem como parâmetro a Usina Frutal, localizada na Rodovia BR 364, Km 18, no município de Frutal/MG. Metodologicamente, faz-se uma revisão da literatura, contando com relatos de especialistas, artigos técnicos e endereços eletrônicos que referenciam a cigarrinha da raiz *Mahanarva fimbriolata*. Conclui-se que a prevenção, seguida de monitoramentos frequentes, ainda é o melhor controle da praga no cultivo da cana-de-açúcar.

PALAVRAS-CHAVE: Pragas da cana-de-açúcar. Cigarrinha da raiz. Danos na cultura da Cana.

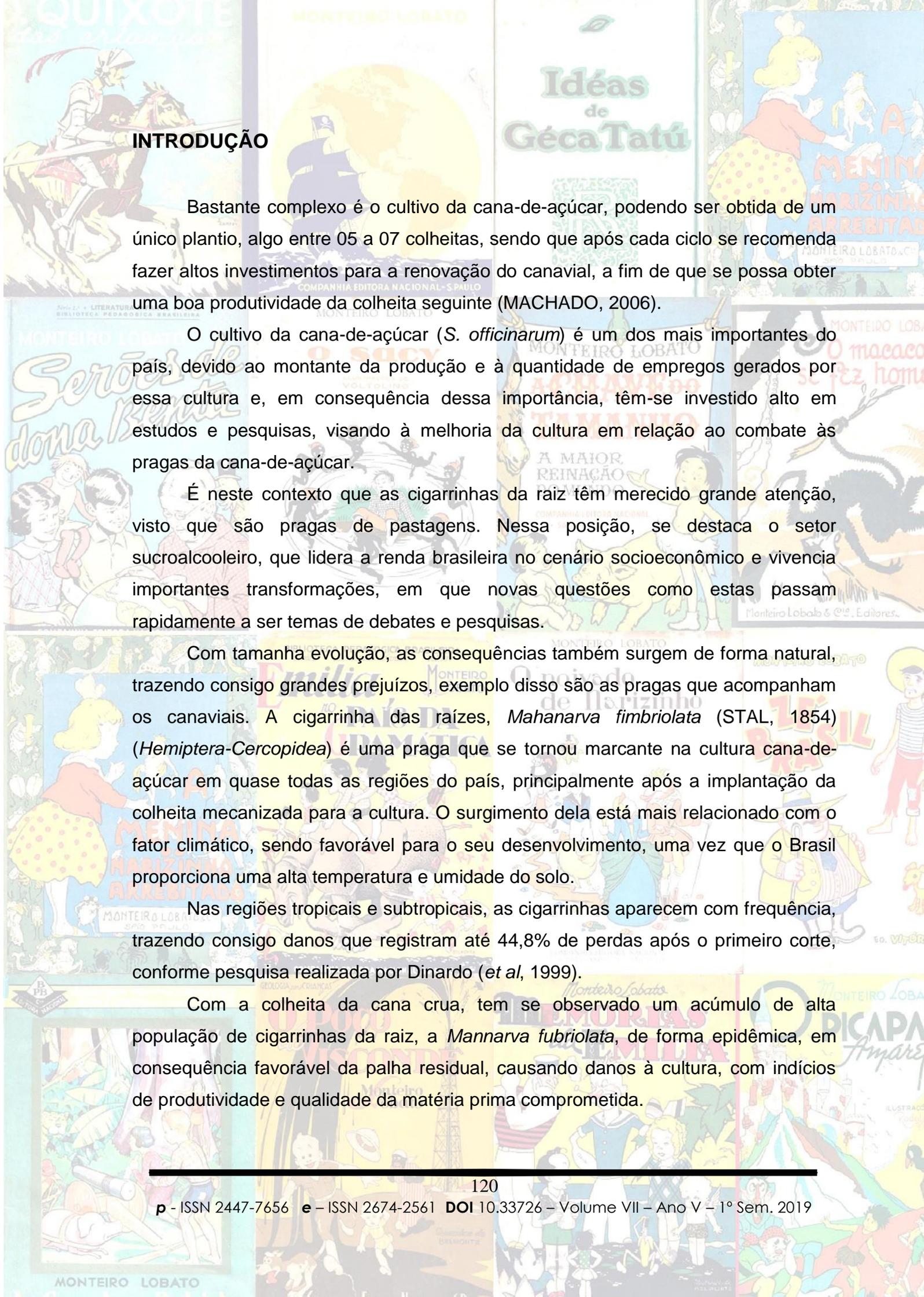
ABSTRACT: Different insects have been inserted in the agricultural space, so you, damage to crops, resulting to producers the need to increase the pest and overcoming new challenges every crop cultivation of sugar cane. Producers to engage with quality assurance to crop pests. This action causes, indirectly, the identification of possible threats, although hampered when the insects are free in nature. The damage to humans produce discomfort and economic and ecological imbalance. Hence, then, that the new management techniques employed in the harvesting of sugar cane, no more burning, although straw, vegetable waste and soil moist environment enabling the reproduction of pests, as well as termites, the nematodes, the beetle, the leafhoppers and leaf spittlebug *Mahanarva fimbriolata* – root. It takes into account today that Brazil occupies the leadership in terms of productivity and technology, justifying investment and research in combating pests. This work has as parameter the Fruit Plant, located on Highway BR 364, Km 18, in the municipality of Frutal/MG. Methodologically, a literature review, expert reports, technical articles and electronic addresses that reference the spittlebug *Mahanarva fimbriolata* root. It is concluded that prevention, followed by regular monitoring is still the best pest control in the cultivation of sugar cane.

KEYWORDS: Pests of sugar cane. Cigarrinha of root. Damage in the culture of cane.

¹ Este Artigo é derivado de um TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado em 2010, como quesito da Graduação do Curso Superior de Tecnologia em Processos Sucoalcooleiro, da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal – MG.

² Mestre em Tecnologia Ambiental pela Universidade de Ribeirão Preto (2008) é graduação em Engenharia Química pela Universidade de Ribeirão Preto (1991), e em Química Industrial pela Universidade de Ribeirão Preto (1981). É Especialista habilitado na área de Engenharia de Segurança do Trabalho, pela Universidade de Franca.

³ Especialista em Gestão e Direito Ambiental UEMG – Unidade Frutal, 2012. Especialista em Gestão Pública, pela Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves (Unidade UEMG – BH), 2015.



INTRODUÇÃO

Bastante complexo é o cultivo da cana-de-açúcar, podendo ser obtida de um único plantio, algo entre 05 a 07 colheitas, sendo que após cada ciclo se recomenda fazer altos investimentos para a renovação do canavial, a fim de que se possa obter uma boa produtividade da colheita seguinte (MACHADO, 2006).

O cultivo da cana-de-açúcar (*S. officinarum*) é um dos mais importantes do país, devido ao montante da produção e à quantidade de empregos gerados por essa cultura e, em consequência dessa importância, têm-se investido alto em estudos e pesquisas, visando à melhoria da cultura em relação ao combate às pragas da cana-de-açúcar.

É neste contexto que as cigarrinhas da raiz têm merecido grande atenção, visto que são pragas de pastagens. Nessa posição, se destaca o setor sucroalcooleiro, que lidera a renda brasileira no cenário socioeconômico e vivencia importantes transformações, em que novas questões como estas passam rapidamente a ser temas de debates e pesquisas.

Com tamanha evolução, as consequências também surgem de forma natural, trazendo consigo grandes prejuízos, exemplo disso são as pragas que acompanham os canaviais. A cigarrinha das raízes, *Mahanarva fimbriolata* (STAL, 1854) (*Hemiptera-Cercopidea*) é uma praga que se tornou marcante na cultura cana-de-açúcar em quase todas as regiões do país, principalmente após a implantação da colheita mecanizada para a cultura. O surgimento dela está mais relacionado com o fator climático, sendo favorável para o seu desenvolvimento, uma vez que o Brasil proporciona uma alta temperatura e umidade do solo.

Nas regiões tropicais e subtropicais, as cigarrinhas aparecem com frequência, trazendo consigo danos que registram até 44,8% de perdas após o primeiro corte, conforme pesquisa realizada por Dinardo (*et al*, 1999).

Com a colheita da cana crua, tem se observado um acúmulo de alta população de cigarrinhas da raiz, a *Mannarva fubriolata*, de forma epidêmica, em consequência favorável da palha residual, causando danos à cultura, com indícios de produtividade e qualidade da matéria prima comprometida.

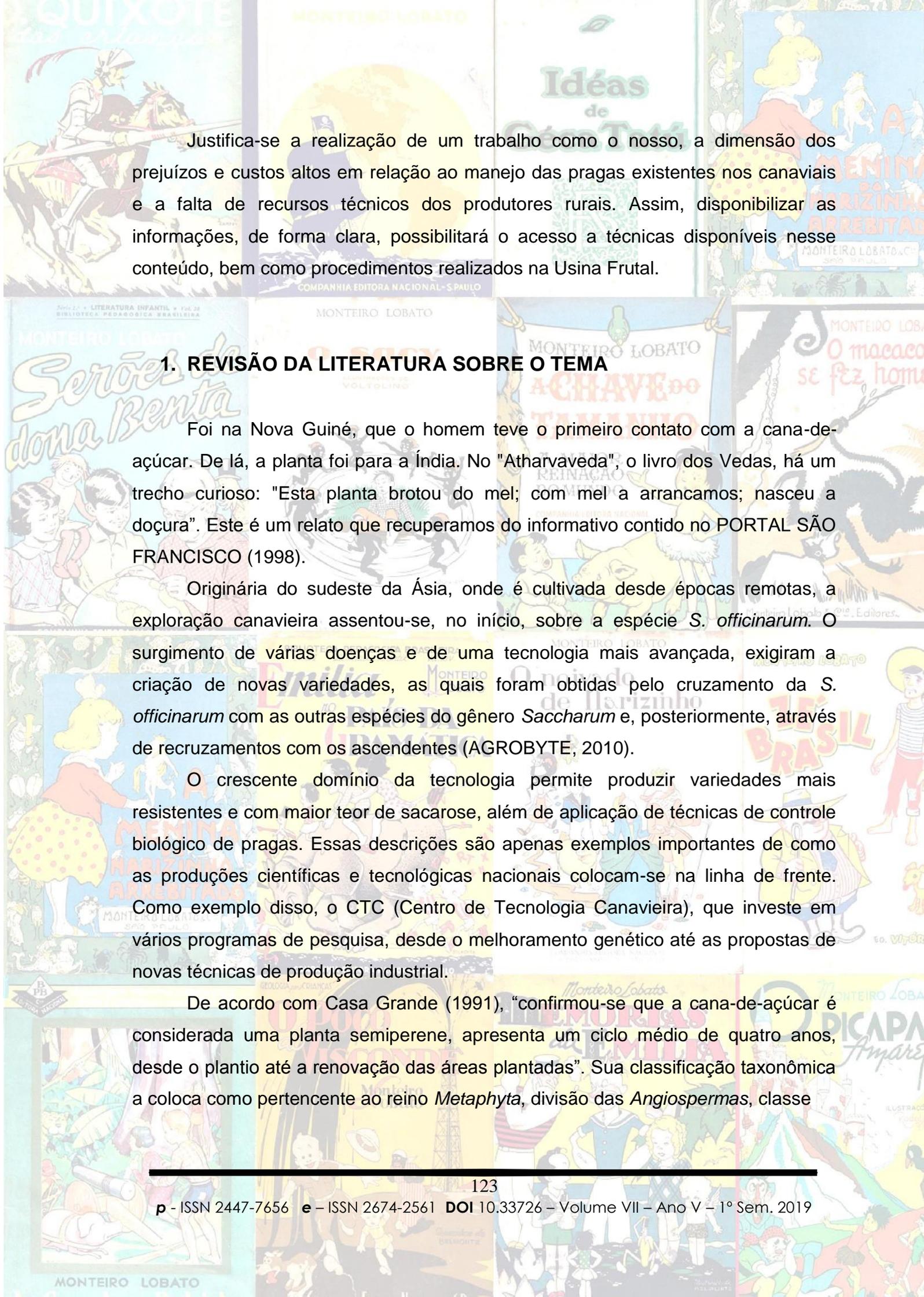
Exemplo disso foi detectado durante estudo realizado no canavial próximo à Usina de Frutal, com índice elevado devido à época (junho), dando condições favoráveis ao desenvolvimento da praga.

A realidade vivida pelos produtores de cana-de-açúcar está em combater as pragas com os principais métodos de controle, bem como, sua identificação para executá-las. A realização dessas ações são dificultadas devido à proporção do aumento do cultivo da cana-de-açúcar em nível de hectares, já que os prejuízos são significativos, tanto para o produtor quanto para o meio ambiente e a ecologia.

Desse modo, temos que o objetivo de nosso estudo é o de facilitar o acesso das informações aos canavieiros, especialmente quanto à existência e ao acúmulo das pragas nas lavouras, particularmente quanto à presença da cigarrinha da raiz (registro na imagem a seguir), após comunicado realizado por meio da Lei nº 10.547, de 02 de maio de 2000, que define procedimentos, proibições, estabelecendo regras de execução e medidas de precaução a serem obedecidas quando do emprego do fogo em práticas agrícolas, pastoris e florestais, o que facilita a reprodução das mesmas devido à colheita sem queimadas.



01 – Mahanarva fimbriolata – Google



Justifica-se a realização de um trabalho como o nosso, a dimensão dos prejuízos e custos altos em relação ao manejo das pragas existentes nos canaviais e a falta de recursos técnicos dos produtores rurais. Assim, disponibilizar as informações, de forma clara, possibilitará o acesso a técnicas disponíveis nesse conteúdo, bem como procedimentos realizados na Usina Frutal.

1. REVISÃO DA LITERATURA SOBRE O TEMA

Foi na Nova Guiné, que o homem teve o primeiro contato com a cana-de-açúcar. De lá, a planta foi para a Índia. No "Atharvaveda", o livro dos Vedas, há um trecho curioso: "Esta planta brotou do mel; com mel a arrancamos; nasceu a doçura". Este é um relato que recuperamos do informativo contido no PORTAL SÃO FRANCISCO (1998).

Originária do sudeste da Ásia, onde é cultivada desde épocas remotas, a exploração canavieira assentou-se, no início, sobre a espécie *S. officinarum*. O surgimento de várias doenças e de uma tecnologia mais avançada, exigiram a criação de novas variedades, as quais foram obtidas pelo cruzamento da *S. officinarum* com as outras espécies do gênero *Saccharum* e, posteriormente, através de cruzamentos com os ascendentes (AGROBYTE, 2010).

O crescente domínio da tecnologia permite produzir variedades mais resistentes e com maior teor de sacarose, além de aplicação de técnicas de controle biológico de pragas. Essas descrições são apenas exemplos importantes de como as produções científicas e tecnológicas nacionais colocam-se na linha de frente. Como exemplo disso, o CTC (Centro de Tecnologia Canavieira), que investe em vários programas de pesquisa, desde o melhoramento genético até as propostas de novas técnicas de produção industrial.

De acordo com Casa Grande (1991), "confirmou-se que a cana-de-açúcar é considerada uma planta semiperene, apresenta um ciclo médio de quatro anos, desde o plantio até a renovação das áreas plantadas". Sua classificação taxonômica a coloca como pertencente ao reino *Metaphyta*, divisão das *Angiospermas*, classe

das *Monocotiledôneas*, único representante da ordem *Graminales*, família *Poaceae*, gênero *Saccharum*

De forma vernacular, “a cana-de-açúcar é considerada uma gramínea, termo que provém de “gramina”, que designa as plantas semelhantes à grama” (EMBRAPA, 2006).

A cana-de-açúcar é uma planta de grande importância econômica, principalmente no Brasil, que hoje é o maior produtor mundial desta cultura. Pragas e patógenos são os causadores dos ataques e da destruição nas lavouras de cana-de-açúcar, causando grandes perdas econômicas para os produtores.

A importância da cana-de-açúcar pode ser atribuída à sua múltipla utilização, podendo ser empregada *in natura*, sob a forma de forragem, para alimentação animal, ou como matéria prima para a fabricação de rapadura, melado, aguardente, açúcar, álcool e novas pesquisas.

A alta produção de matéria seca (MS) por hectare e a capacidade de manutenção do potencial energético durante o período seco da cana-de-açúcar, são destaque dentre as gramíneas forrageiras.

1.1. Aspectos Taxionômicos

Segundo Castro e colaboradores (2001), “a cana-de-açúcar é um vegetal semiperene que pode ser cultivada em áreas subtropicais, entre 15° e 30° de latitude, e pertence à seguinte classificação botânica”:

Divisão: Magnoliophyta
Subdivisão: Angiosperma
Classe: Liliopsida
Subclasse: Commelinidae
Família: Poaceae (Graminae)
Tribo: Andropogonae
Subtribo: Saccharinae
Gênero: *Saccharum*

1.2. Valor Nutricional

Composto por 40% a 50% de açúcares na matéria seca, o valor nutricional da cana está diretamente relacionado com o alto teor de açúcar, considerando que o teor de proteína é extremamente baixo.

É um alimento nutricionalmente desbalanceado, e quando oferecido como único componente da dieta, o consumo é baixo e não é capaz de atender nem mesmo às necessidades de manutenção do animal. Portanto, se o objetivo for alcançar manutenção ou ganhos de peso, a cana-de-açúcar, necessariamente, precisa ser suplementada.

A cana é um produto de baixo valor nutricional e qualquer tentativa do seu uso na alimentação animal deve estar associada a algum tipo de tratamento físico (pressão e vapor) ou químico (amônia, soda cáustica).

Fica entre 1% e 2% o teor de proteína na matéria seca, sendo que 90% do nitrogênio pode estar indisponível, quando associado com a fibra, e o teor de fibra ácida gira em torno de e 58% a 62%. Isto resulta em digestibilidades baixas (25% a 30%), tornando-o um alimento, *in natura*, de valor nutricional desprezível (EMBRAPA, 2006)

1.3. Colheita

A colheita da cana possui dois processos: a manual e a mecânica.

Quando a cana estiver madura, maior será o teor de açúcar (40%–50%, base matéria seca), período ideal para a colheita.

Uma vez picada, precisa ser imediatamente utilizada, de forma a reduzir os efeitos negativos da fermentação sobre o seu consumo, armazenada na sombra, por até três dias, condição em que não se altera a sua composição.

Deve ser cortada próxima ao solo, Independentemente da forma de colheita, retirando-se as folhas antes do corte.

1.4. Bagaço da Cana

O bagaço representa aproximadamente 30% da cana integral moída, é o principal resíduo da indústria.

Nas rações, acima de 20% de bagaço requer um tratamento físico, e é o que tem maior possibilidade de êxito. Isto limita o seu uso ao local de sua produção ou em propriedades bem próximas.

O bagaço da cana-de-açúcar é um dos subprodutos da indústria da cana, assim como a sacarose e a palha. É constituído por celulose, hemicelulose e lignina. Atualmente, o bagaço gerado na usina é consumido pela produção de energia, por meio da cogeração, tornando a usina autossustentável energeticamente e, em alguns casos, sobra energia para venda de eletricidade.

O bagaço pode servir também como matéria prima na produção de etanol, por meio da hidrólise ácida ou enzimática, nas quais as frações de celulose e de hemicelulose são convertidas a hexoses e pentoses. Após processos de purificação, a mistura obtida pode ser fermentada para a produção do etanol.

1.5. Silagem

O processo da silagem na cana-de-açúcar é uma ferramenta que pode ser usada para facilitar o manejo dos talhões, e tratamentos como o da hidrólise ou o da fermentação (*sacharina*) podem aumentar o seu valor nutricional. Este processo possui formas de utilização na alimentação de bovinos durante o período de seca.

Fatores como o excesso de produção ou a disponibilidade de mão-de-obra e de máquinas para o seu corte diário, podem favorecer uma decisão pela sua ensilagem, apesar da menor digestibilidade e consumo da cana ensilada, quando comparada com a cana *in natura*.

A alta produtividade da cana e a coincidência do seu ponto de amadurecimento com a época de menor produtividade das pastagens, fazem com que seja uma boa opção de forragem *in natura* para uso na seca.

1.6. Resultado de uma Boa Silagem

- ▷ boa compactação no silo (de preferência usando trator);
- ▷ eficiência de corte da cana pelas máquinas (tamanho de partículas entre 02 a 05 cm);
- ▷ época do corte (deveria ser durante a seca, quando a cana está com altos teores de açúcar e matéria seca, ao redor de 30%); e,
- ▷ fechamento do silo em três dias, no máximo, usa-se lona plástica, para uma total expulsão do ar (fermentação).

1.7. Estatística/Safra

De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, o avanço da mecanização para a colheita crua da cana, em taxas maiores que as estipuladas por Lei, representa um grande avanço para o setor, além de contribuir significativamente para a redução da emissão de poluentes atmosféricos e de gases de efeito estufa.

1.8. Comparativo das safras 2006/2007, 2007/2008, 2008/2009 e 2009/2010

Projeções da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de SP apontam crescimento significativo para o cultivo da cana-de-açúcar, dados confirmam de acordo com o gráfico elaborado pela secretaria do meio ambiente do estado de São Paulo, conforme abaixo:

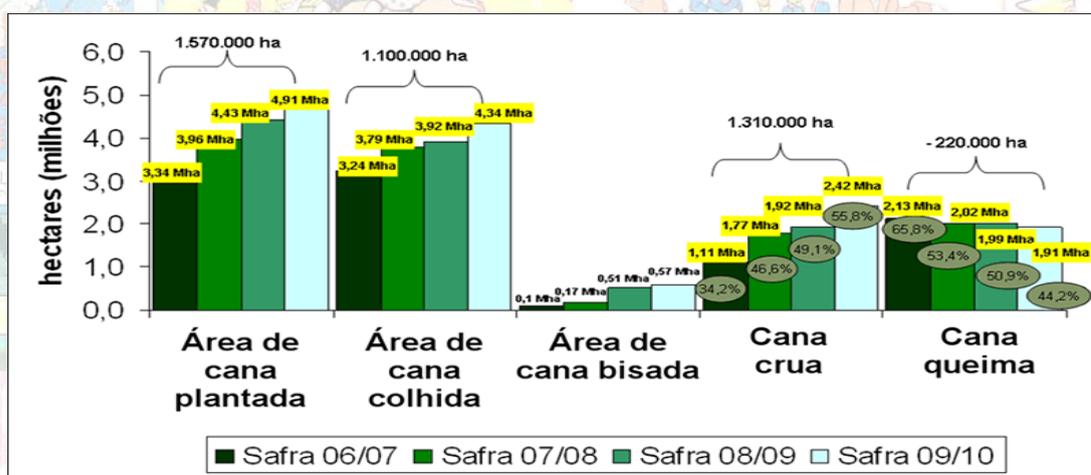


Gráfico 01 – Comparativo das safras
Fonte: Secretaria do Meio Ambiente/SP

1.9. Transgênicas/genética e a colaboração da ciência

A Rede Interuniversitária para Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro (RIDESA), integrada por sete universidades federais brasileiras, atua no desenvolvimento de novas variedades genéticas da cana-de-açúcar. No total, são 142 pesquisadores, 83 técnicos e 21 estações experimentais, que buscam novas variedades mais eficientes.

O trabalho é realizado de acordo com as especificidades e condições climáticas de cada região. Mais de 50% das espécies encontradas no mercado brasileiro são provenientes de pesquisas da RIDESA (PORTAL AGRONEGOCIO/2010).

Segundo Terra (2009), alguns estudos desenvolvem plantas transgênicas que possibilitam:

Estudos de plantas transgênicas que geram inibidores de enzimas digestivas. Os insetos morrem de indigestão ao comer essas plantas. A grande questão, no entanto, é que o maior desenvolvimento dessas e de outras tecnologias ainda está limitado devido ao pouco conhecimento que se tem sobre o tubo digestivo dos insetos.

Em laboratórios, especialistas transformam organismos vivos e alteram a genética da planta, esse processo só é possível com:

- ▷ a introdução de alguns genes no foco do problema;
- ▷ a diminuição do tempo é permitido pela característica específica;
- ▷ introduzem características de qualquer organismo vivo, independentemente de cruzamentos; e,
- ▷ para resultados positivos, necessita-se de programas de melhoramentos intensivos.

O caminho para a cana transgênica é:

- ▷ maior produtividade;
- ▷ possuem qualidade na matéria prima;
- ▷ com menores custos;
- ▷ são mais nutritivas;
- ▷ condizem com a resistência a pragas e doenças;

- ▷ possuem certa tolerância pela seca; e,
- ▷ sobrevivem com maior desenvoltura em solos poucos férteis.



Fig. 02 – Figura ilustrativa
Fonte: CETENE

É nas prateleiras dos laboratórios que tudo acontece, desde as placas de Petri (Figura 03) e tubos de ensaio, até em prosaicos vasos de jardim. Canaviais sobrevivem ao lado da ‘biofábrica’ do CTC.



Fig. 03 – Placa de Petri
Fonte: Google

O desenvolvimento e os experimentos para a obtenção da cana mais resistente são aplicados aos defensivos. Para testar a resistência da cultura, as sobreviventes que sobressaem vão para o campo. Segundo matéria publicada na revista ALCOOLBRAS (2008), a cana transgênica permite crescimento vertical, sem aumento de espaço. A transgenia poderá ser uma aliada de outro projeto do setor

sucroalcooleiro: a produção de etanol de segunda geração, por meio de biomassa (bagaço e palha).

Se o desenvolvimento da cana transgênica não tivesse tantos empecilhos, a cultura não precisaria crescer tanto horizontalmente, teria aumento vertical em produtividade e não em área.

1.10. Desafio do Brasil: aumentar a produção de álcool combustível

- ▷ Melhoramento genético: novas cultivares de cana de açúcar adaptadas e mais resistentes; e,
- ▷ Novas tecnologias de extração do álcool da cana-de-açúcar: melhor aproveitamento.

Processo de desenvolvimento e evolução da planta em laboratório.

Tecnologias são aplicadas (Figura 04 e 05) no desenvolvimento da cana de açúcar em ambiente de pesquisa um ambiente que visa processos de sucesso entre laboratório e a indústria.



Fig. 04 – Figura ilustrativa
Fonte: CETENE



Fig. 05 - Figura ilustrativa
Fonte: CETENE



Fig. 06 – Figura ilustrativa
Fonte: CETENE

1.11. A cigarrinha-da-raiz (*Mahanarva fimbriolata*)



Fig. 07 – *Zulia entreriana* (BERG, 1879)
Fonte: EMBRAPA



Fig. 08 – *Deois flavopicta* (STAL, 1854)
Fonte: EMBRAPA

Fennah (1968), Guagliumi (1970), *apud* Almeida, informa que: “até 1968, a *Mahanarva fimbriolata* (STAL, 1854) era referida como *Tomaspis* e/ou *Sphenorhina liturata* var. *ruforivulata*”. O nome cigarrinha está relacionado ao local de alimentação e desenvolvimento das ninfas, que é a raiz, a qual se refere a pelo menos 11 gêneros de sugadores que atacam a gramíneas: é o que se afirma em (CASTRO et al., 2005).

Almeida cita, que de acordo com os autores, a cigarrinha da raiz condiz com:

A proibição das queimadas na cultura de cana-de-açúcar e a adoção da colheita mecanizada elevam o nível de matéria orgânica disponível no solo, proporcionando um micro-clima que tem alterado o complexo de pragas conhecidas na cultura, trazendo dessa forma, a necessidades de novas pesquisas para o desenvolvimento de métodos de controles mais modernos e eficientes (MACHADO & HABIB, 2001).

De acordo com Batista Filho e seus colaboradores:

A cigarrinha da raiz da cana-de-açúcar, *Mahanarva fimbriolata* (Stal, 1854), tornou-se uma das principais pragas da cultura no Estado de São Paulo com a expansão do sistema de colheita mecanizada (cana-crua). Esse inseto vinha sendo observado apenas em pastagens, no Vale do Paraíba, especialmente a do napier (BATISTA FILHO *et al.*, 1997).

“As Cigarrinhas representam um dos grupos de insetos mais importantes para a cana-de-açúcar, em vários países da América Latina, como no Brasil, Argentina, Venezuela, México, América Central e Trinidad Tobago” (MACHADO/2006).

2. PRINCÍPIOS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

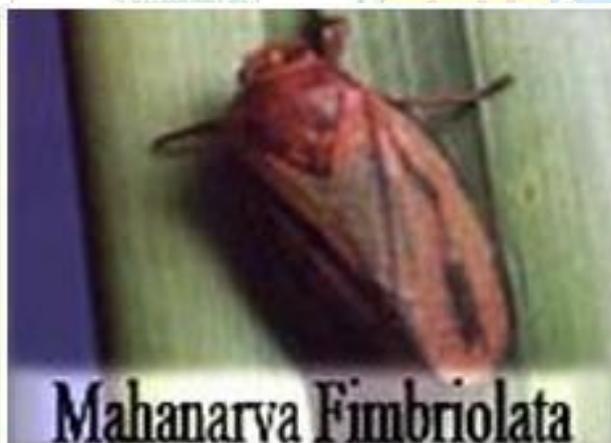
Classificação da cigarrinha

- ▷ Classe – *Insecta*;
- ▷ Ordem – *Hemiptera*;
- ▷ Sub-Ordem – *Homoptera*;
- ▷ Família – *Cercopidae*;
- ▷ Gênero – *Mahanarva*; e,
- ▷ Espécie – *Mahanarva fimbriolata* – (cigarrinha da raiz).

Principais espécies brasileiras



Mahanarva Posticata



Mahanarva Fimbriolata

Fig. 09 – Figura ilustrativa
Fonte: Google

- ▷ Cigarrinha das folhas (*Maharnava posticata*); e,
- ▷ Cigarrinha-da-raiz (*Mahanarva fimbriolata*).

Hábitos comportamentais

As cigarrinhas geralmente vivem em colônias com grande número de indivíduos, sugando as gramíneas, circunstância em que provocam danos econômicos à cana-de-açúcar, trazendo prejuízos aos usineiros.



Fig. 10 – Figura ilustrativa
Fonte: Byer

Conforme Guaglium (1972), os hábitos das cigarrinhas da raiz são:

- ▷ Apresentam uma longevidade de 10 a 12 dias;
- ▷ As cigarrinhas adultas são de luminosidade fraca;
- ▷ Ficam ocultas nas folhas durante o dia;
- ▷ Não possui o dom de voar (saltam mais do que voam);
- ▷ O ciclo completo dura, aproximadamente, 60 dias;
- ▷ Os ovos são postos pelas fêmeas na parte superior do solo;
- ▷ Põem em média 50 a 60 ovos; e,
- ▷ Sugam a seiva das partes verdes dos colmos, para alimentarem.

De acordo com os autores Santiago & Rosseto (2002) afirmam que:

A infestação da cigarrinha-da-raiz é identificada pela presença de uma espuma esbranquiçada semelhante à espuma de sabão, na base da touceira. Os adultos vivem na parte aérea da planta, sugando os colmos. A cigarrinha-da-raiz ocorre, sobretudo, em período úmido, sendo que a falta de umidade prejudica a formação de espuma, o que leva à morte das ninfas. A praga vive, também, em outras gramíneas, principalmente, em capins e gramas, e age da mesma forma que nos canaviais.

Fases de desenvolvimento das Cigarrinhas da Raiz

As cigarrinhas durante o desenvolvimento passam por três diferentes fases:

- ▷ ovo;
- ▷ ninfa; e,
- ▷ adulto.

Na fase de ovo, quando as condições de umidade e temperatura são baixas, entram em *diapausa* (quiescência), podendo permanecer nesse estágio, de 15 a 20 dias.



Fig. 11 – ovos das adultas
Fonte agrodon

Na fase de ninfas, não possuem asas, são de coloração branco-amarelada e permanecem fixas na base dos brotos, perfilhos e colmos, próximo ao solo, sugam a seiva. Seu ciclo, em média, é de 30 a 40 dias, e produz espuma branca típica, que envolve todo o seu corpo até a emergência dos adultos. Injetam toxinas que interferem no desenvolvimento das raízes e das plantas.

A espuma produzida pelas ninfas (Figura 12) é importante para elas, porque preserva a umidade, protege contra inimigos naturais e protegem dos inseticidas.

Segundo o pesquisador da EMBRAPA, Auad Alexandre (2005), a espuma é formada de líquidos eliminados pelo ânus, em quantidade que depende do volume de seiva sugada, e de uma substância mucilaginosa secretada pelas glândulas epidérmicas, do sétimo e oitavo segmentos abdominais, denominadas “glândulas de Batelli”.



Fig. 12 – Cigarrinha adulta envolta por espuma
Fonte: Google



Fig. 13 – Espuma de ninfas em buraco de tatu
Fonte: Google

Na fase adulta (Figura 15), três a quatro dias após a emergência a fêmea começa a desovar, sendo que, na postura, coloca cerca de 30 a 50 ovos. O ciclo de ovo a ovo tem variação de acordo com as diferentes espécies em geral, durando ao redor de 60 dias.

Os fatores climáticos possuem grande influência na população destes insetos, as ninfas não eclodem no período mais seco e frio do ano, necessitam de calor e umidade favorecendo significativamente o desenvolvimento da cigarrinha, razão pela

qual o incremento das áreas de colheita mecanizada de cana crua contribui para aumento significativo da população desta praga.

Os machos medem cerca de 12 milímetros, e possuem coloração avermelhada (Figura 14). Atacam as folhas e raízes da cana-de-açúcar. Também são conhecidos pelos nomes de baratinha, cigarrinha-dos-canaviais e cigarrinha-vermelha.



Fig.14 – Cigarrinha da raiz macho adulto
Fonte: Google

As fêmeas possuem asas e a coloração marrom escuro



Fig. 15 – Cigarrinha da raiz fêmea adulta
Fonte: Google

São insetos sugadores de seiva, sendo que os adultos vivem na parte aérea das plantas e suas ninfas, de coloração branca amarelada, localizam-se na base das plantas, próximo ao solo, permanecendo protegidas por uma espuma branca característica. A exploração das espécies é realizada através dos caracteres morfológicos dos adultos.

Conforme Dinardo, a presença de cigarrinhas é registrada em diversas regiões e, como:

Atualmente a cigarrinha é encontrada em altas populações em praticamente todas as regiões, em muitas delas, têm sido frequentes os registros de danos também em áreas de colheita de cana queimada e de cana planta. Situação semelhante encontra-se em regiões, onde é comum a ocorrência de altas infestações de cigarrinha em cana planta e soqueiras de cana queimada, devido à vizinhança da cultura com vastas áreas de pastagens, cujos capins também são hospedeiros de *M. fimbriolata* (DINARDO-MIRANDA, 2003).

Características dos adultos

- ▷ Causam sintomas de queima;
- ▷ Comprimento de 12 mm;
- ▷ Longevidade de 10 a 20 dias;
- ▷ Ocorrem de outubro a maio;
- ▷ São responsáveis pela dispersão; e,
- ▷ Sugam seiva nas folhas.

3. SITUAÇÃO-PROBLEMA: A INFESTAÇÃO DA CIGARRINHA DA RAIZ – *Mahanarva fimbriolata*

A infestação da cigarrinha-da-raiz *Mahanarva fimbriolata* é identificada pela presença de uma espuma esbranquiçada, semelhante à espuma de sabão (Figura 16), na base da touceira. Os adultos vivem na parte aérea da planta, sugando os colmos.

A cigarrinha-da-raiz ocorre, sobretudo, em período úmido, sendo que a falta de umidade prejudica a formação de espuma, o que leva à morte das ninfas. A praga vive, também, em outras gramíneas, principalmente, em capins e gramas, e age da mesma forma que nos canaviais.

Causas da Infestação

- ▷ Água e abrigo;
- ▷ Alta precipitação pluvial aliada à alta temperatura;
- ▷ Cada inseto encontrado por metro de sulco, provoca redução de 0,7 ton. de ATR por hectare;
- ▷ Contaminação dos colmos causada pela ação da praga;
- ▷ Função das estações climáticas;
- ▷ Maior disponibilidade de alimento;
- ▷ Manejo à arquitetura contratual estabelecida para enfrentar o inseto; e,
- ▷ Variação de região pra região.

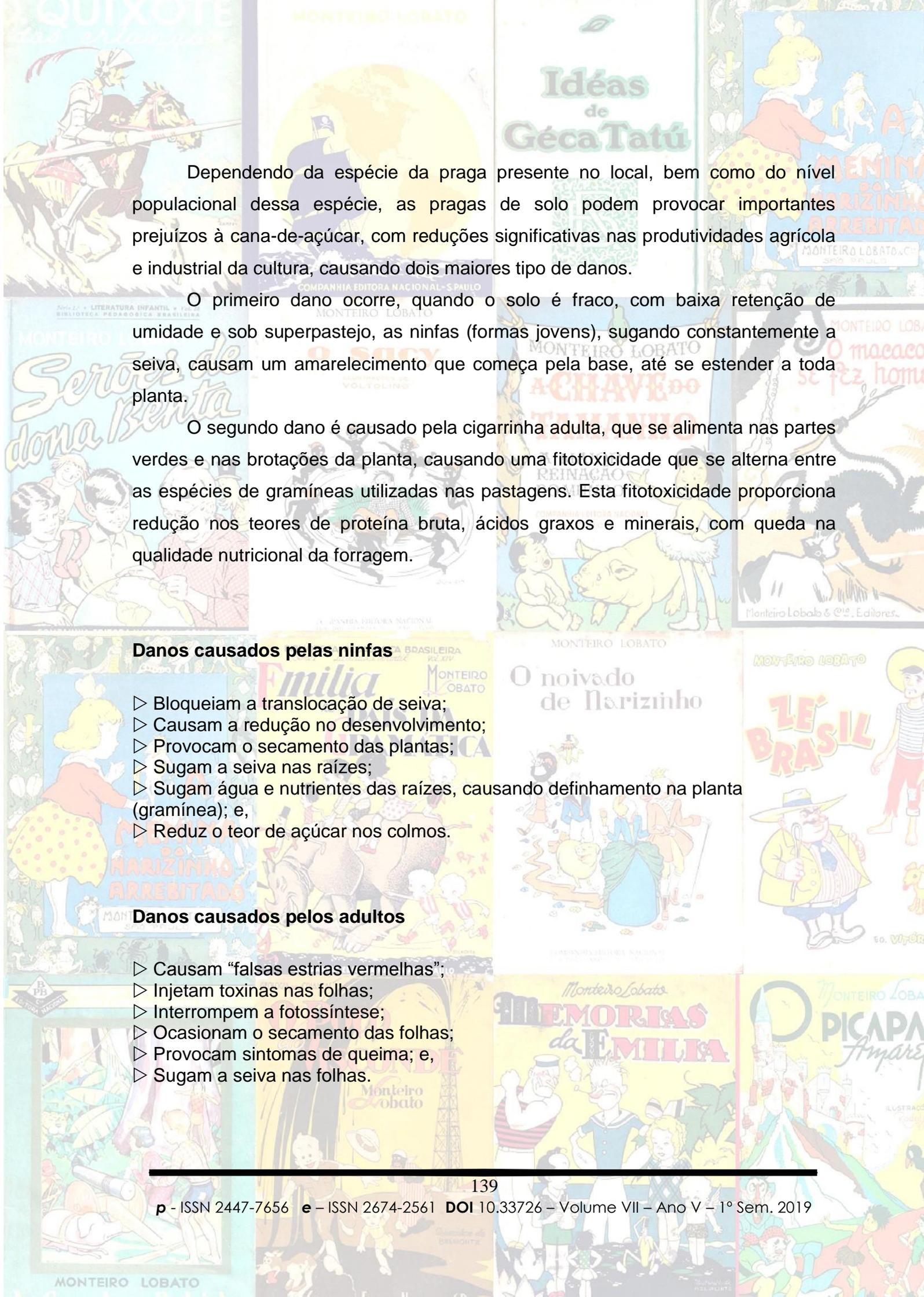
Fatores Favoráveis ao Ataque das Cigarrinhas

- ▷ alta temperatura do ar (redução da duração do ciclo de vida do inseto);
- ▷ baixa exposição das ninfas aos raios solares (favorece a manutenção da espuma ao redor das ninfas);
- ▷ época de alta umidade (indispensável para eclosão das ninfas);
- ▷ ocorrência de veranico (redução do ataque de fungos entomopatogênicos à praga e elevação do teor de aminoácidos essenciais na seiva);
- ▷ pastagem mal nutrida; e,
- ▷ plantio de gramíneas suscetíveis.

4. DANOS CAUSADOS PELAS MAHANARVA FIMBRIOLATA



Fig. 16 – Danos pela cigarrinha-espuma
Fonte: Cenicana



Dependendo da espécie da praga presente no local, bem como do nível populacional dessa espécie, as pragas de solo podem provocar importantes prejuízos à cana-de-açúcar, com reduções significativas nas produtividades agrícola e industrial da cultura, causando dois maiores tipo de danos.

O primeiro dano ocorre, quando o solo é fraco, com baixa retenção de umidade e sob superpastejo, as ninfas (formas jovens), sugando constantemente a seiva, causam um amarelecimento que começa pela base, até se estender a toda planta.

O segundo dano é causado pela cigarrinha adulta, que se alimenta nas partes verdes e nas brotações da planta, causando uma fitotoxicidade que se alterna entre as espécies de gramíneas utilizadas nas pastagens. Esta fitotoxicidade proporciona redução nos teores de proteína bruta, ácidos graxos e minerais, com queda na qualidade nutricional da forragem.

Danos causados pelas ninfas

- ▷ Bloqueiam a translocação de seiva;
- ▷ Causam a redução no desenvolvimento;
- ▷ Provocam o secamento das plantas;
- ▷ Sugam a seiva nas raízes;
- ▷ Sugam água e nutrientes das raízes, causando definhamento na planta (gramínea); e,
- ▷ Reduz o teor de açúcar nos colmos.

Danos causados pelos adultos

- ▷ Causam “falsas estrias vermelhas”;
- ▷ Injetam toxinas nas folhas;
- ▷ Interrompem a fotossíntese;
- ▷ Ocasionam o secamento das folhas;
- ▷ Provocam sintomas de queima; e,
- ▷ Sugam a seiva nas folhas.

Danos de ninfas e adultos

- ▷ Aumento do teor de contaminantes, o que dificulta a recuperação do açúcar e inibe a fermentação;
- ▷ Aumento do teor de fibras;
- ▷ Brotação de gemas laterais;
- ▷ Colapso da planta;
- ▷ Falhas no *stand*;
- ▷ Morte da gema apical;
- ▷ Morte dos colmos, o que diminui a capacidade de moagem; e,
- ▷ Secamento do colmo, do ápice em direção à base (murcho).

Metodologia de amostragem

O reconhecimento da praga é realizado por profissional treinado com informações, resultados e histórico da área a ser analisada. Comumente é nas primeiras chuvas que inicia o aparecimento das cigarrinhas da raiz *Mahanarva fimbriolata*. O processo é realizado com amostras de dois pontos a cada hectare com dois metros de comprimento e são utilizados os métodos para amostragem:

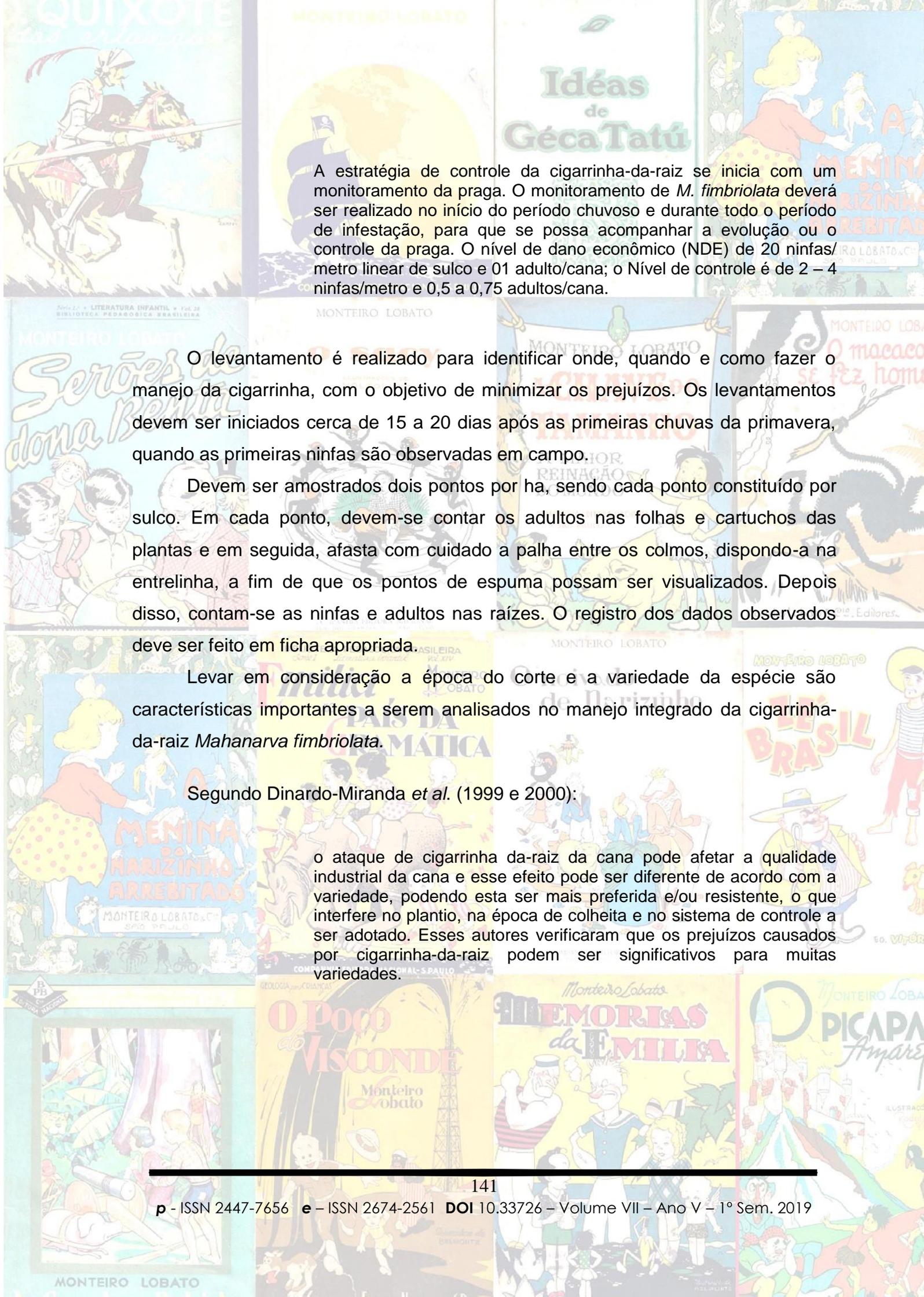
- ▷ Contagem de adultos nas folhas;
- ▷ Contagem de espumas, ninfas e adultos no solo;
- ▷ Distribuição uniforme dos pontos do talhão;
- ▷ Números de pontos; e,
- ▷ Ponto.

Monitoramento de população

Se comparado custo benefícios do monitoramento é muito baixo, uma vez que permite fazer a aplicação da medida de controle no momento certo em relação a eficiência. O monitoramento da cigarrinha da raiz compromete na qualidade da informação para todo o manejo, é o ponto crucial do manejo.

O monitoramento permanente faz-se necessário para se decidir sobre a estratégia de controle da praga, sendo que a detecção da primeira geração permite um controle eficaz.

Segundo Mendonça (1996) utiliza-se as seguintes estratégias para o controle da praga:



A estratégia de controle da cigarrinha-da-raiz se inicia com um monitoramento da praga. O monitoramento de *M. fimbriolata* deverá ser realizado no início do período chuvoso e durante todo o período de infestação, para que se possa acompanhar a evolução ou o controle da praga. O nível de dano econômico (NDE) de 20 ninfas/metro linear de sulco e 01 adulto/cana; o Nível de controle é de 2 – 4 ninfas/metro e 0,5 a 0,75 adultos/cana.

O levantamento é realizado para identificar onde, quando e como fazer o manejo da cigarrinha, com o objetivo de minimizar os prejuízos. Os levantamentos devem ser iniciados cerca de 15 a 20 dias após as primeiras chuvas da primavera, quando as primeiras ninfas são observadas em campo.

Devem ser amostrados dois pontos por ha, sendo cada ponto constituído por sulco. Em cada ponto, devem-se contar os adultos nas folhas e cartuchos das plantas e em seguida, afasta com cuidado a palha entre os colmos, dispendo-a na entrelinha, a fim de que os pontos de espuma possam ser visualizados. Depois disso, contam-se as ninfas e adultos nas raízes. O registro dos dados observados deve ser feito em ficha apropriada.

Levar em consideração a época do corte e a variedade da espécie são características importantes a serem analisados no manejo integrado da cigarrinha-da-raiz *Mahanarva fimbriolata*.

Segundo Dinardo-Miranda *et al.* (1999 e 2000):

o ataque de cigarrinha da-raiz da cana pode afetar a qualidade industrial da cana e esse efeito pode ser diferente de acordo com a variedade, podendo esta ser mais preferida e/ou resistente, o que interfere no plantio, na época de colheita e no sistema de controle a ser adotado. Esses autores verificaram que os prejuízos causados por cigarrinha-da-raiz podem ser significativos para muitas variedades.

5. RESOLUÇÕES SUGERIDAS AO PROBLEMA DO CONTROLE DAS PRAGAS

São diversas as medidas que podem ser aplicadas para o controle das cigarrinhas *Mahanarva fimbriolata*. No intuito de amenizar ou bloquear os prejuízos, são aplicados métodos existentes conforme discriminados a seguir.



Fig.17 – Danos pela cigarrinha-espuma
Foto: Heraldo Negri-Google

- ▷ Método biológico;
- ▷ Método de resistência de plantas;
- ▷ Método químico;
- ▷ Métodos culturais;
- ▷ Métodos de controle físico; e,
- ▷ Métodos de controle por comportamento.

Métodos biológicos

Novas metodologias de amostragem têm sido desenvolvidas, de forma que há opções econômicas para um monitoramento mínimo a intenso. O nível de infestação da praga que causa uma perda econômica igual ao custo de uma medida de controle é chamado de Nível de Dano Econômico (NDE).

A magnitude desse indicador varia conforme a perda de rendimento econômico do produto agrícola e de acordo com o sistema de manejo da praga adotado. Como a ação de uma medida de controle nem sempre é imediata, é necessário identificar qual o nível de infestação na qual se deve empregar a medida de controle da praga (Nível de Controle).

O desenvolvimento do fungo *M. anisopliae* sobre *M. posticata* ocorre da seguinte maneira: os conídios germinam e penetram no tegumento do inseto num período de dois a três dias. O período de colonização ocorre de 02 a 04 dias e a esporulação em 02 a 03 dias, dependendo das condições do ambiente. O ciclo total da doença é de 08 a 10 dias (ALVES, 1997).

O controle biológico da cigarrinha da raiz é realizado por meio da aplicação do fungo entomopatogênico *Metarhizium anisopliae*, o qual parasita o inseto até a sua morte.

Depende de clima propício o desenvolvimento do fungo, preferencialmente, chuvoso, com baixa incidência de raios solares. O combate pelo método biológico na cana pode ser realizado por via aérea ou terrestre, o que depende da época de pulverização, disponibilidade de pista de pouso.

A pulverização aérea tem rendimento maior, portanto, há uma dificuldade de fazer o produto se aproximar da base das soqueiras.

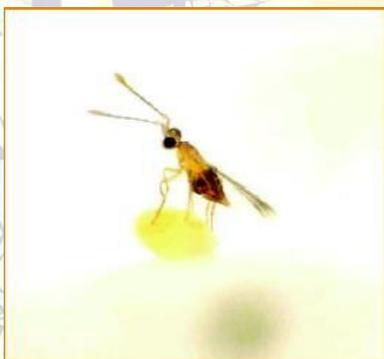
Para Alves e Almeida (1997), o controle biológico das pragas provém de um:

[...] controle biológico com macro ou microrganismos é um dos principais componentes do manejo integrado de cigarrinhas. O controle biológico não é poluente, não provoca desequilíbrios biológicos, é duradouro e aproveita o potencial biótico do agroecossistema, não é tóxico para o homem e animais e pode ser aplicado com as máquinas convencionais, com pequenas adaptações (ALVES & ALMEIDA, 1997).

Controle por meio de inimigos naturais

- ▷ entomopatógenos: organismos causadores de doenças em seus hospedeiros; (fungo entomopatogênico *Beauveria bassiana* (Balsamo) Vuill., que tem vasta distribuição geográfica e diversos hospedeiros com isso utiliza-se o controle biológico das pragas;
- ▷ parasitóides: vive à custa da substância de outro; organismos que se desenvolvem no interior dos hospedeiros; e,
- ▷ predadores: são os animal que se alimenta atacando outros seres vivos para os matar e se alimentar da sua substância.

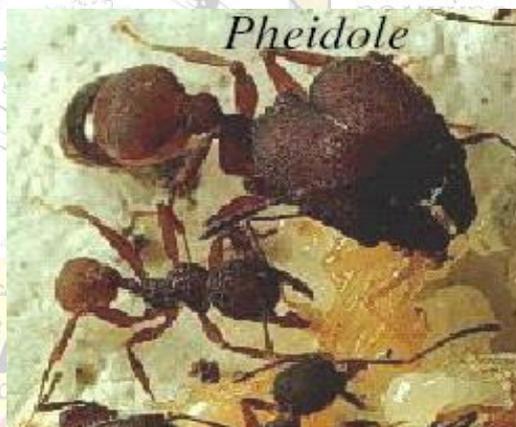
Inimigos Naturais da Cigarrinha das Raízes



Anagrus sp-Google
Fig.1 8 – Anagrus sp – Google



Salpingogaster nigra nigra
Fig.19 – Salpingogaster nigra nigra – Google



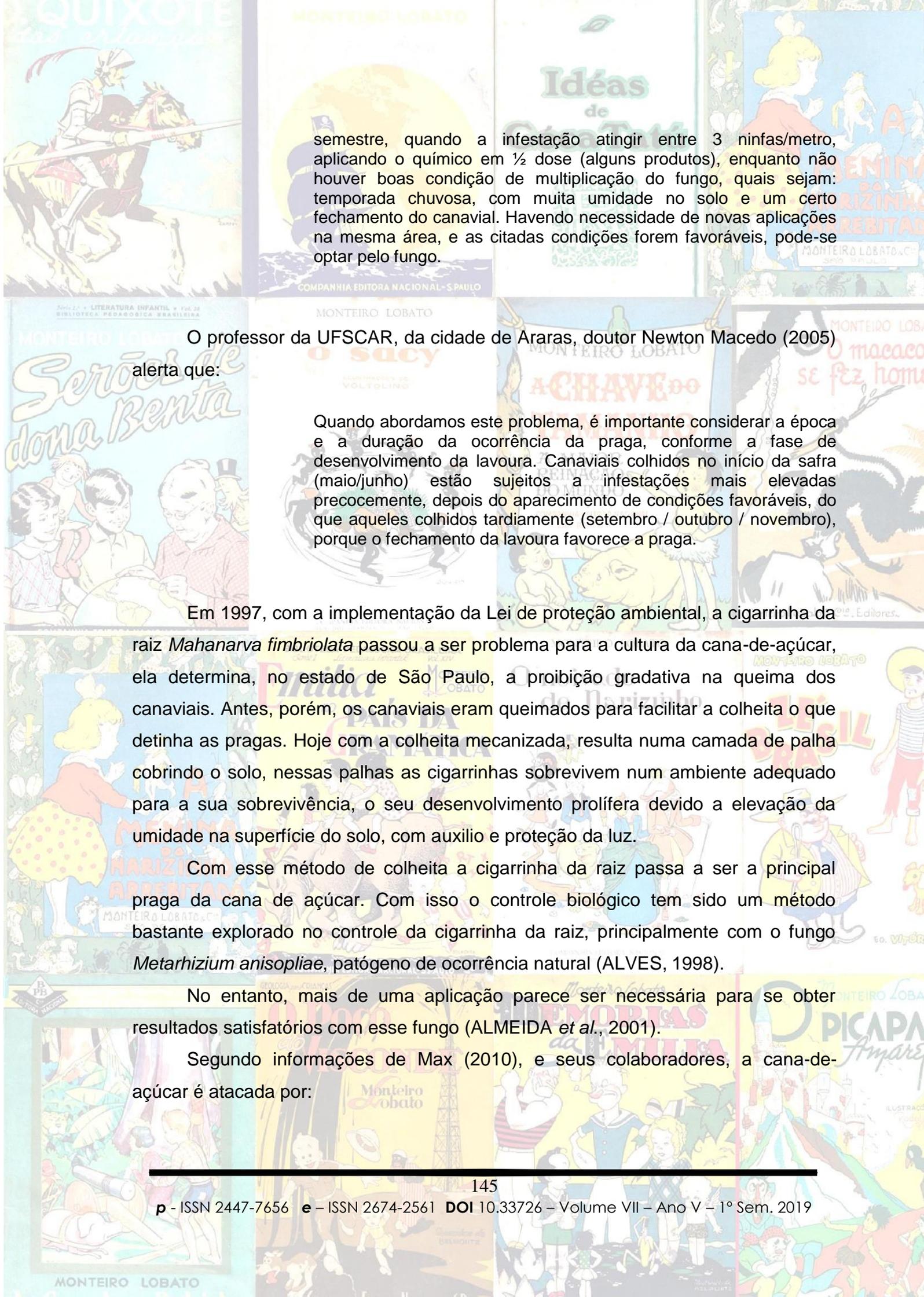
Pheidole sp: Formiga carnívora, predadora de ninfas e adultos da cigarrinha
Fig.20 – Hymenoptera: Formicidae – Google

Condições favoráveis para o controle das cigarrinhas

- ▷ aplicação à tarde ou à noite em locais de alta infestação;
- ▷ qualidade do fungo;
- ▷ temperatura entre 25°C e 27°C; e,
- ▷ umidade elevada.

Conforme Macedo (2005) existe estratégias para o controle da cigarrinha como:

A melhor estratégia de controle da cigarrinha é o método associado inseticida e fungo, embasado em levantamentos sistemáticos das áreas sujeitas. Iniciando o controle, nas áreas colhidas no 2°



semestre, quando a infestação atingir entre 3 ninfas/metro, aplicando o químico em ½ dose (alguns produtos), enquanto não houver boas condições de multiplicação do fungo, quais sejam: temporada chuvosa, com muita umidade no solo e um certo fechamento do canavial. Havendo necessidade de novas aplicações na mesma área, e as citadas condições forem favoráveis, pode-se optar pelo fungo.

O professor da UFSCAR, da cidade de Araras, doutor Newton Macedo (2005) alerta que:

Quando abordamos este problema, é importante considerar a época e a duração da ocorrência da praga, conforme a fase de desenvolvimento da lavoura. Canaviais colhidos no início da safra (maio/junho) estão sujeitos a infestações mais elevadas precocemente, depois do aparecimento de condições favoráveis, do que aqueles colhidos tardiamente (setembro / outubro / novembro), porque o fechamento da lavoura favorece a praga.

Em 1997, com a implementação da Lei de proteção ambiental, a cigarrinha da raiz *Mahanarva fimbriolata* passou a ser problema para a cultura da cana-de-açúcar, ela determina, no estado de São Paulo, a proibição gradativa na queima dos canaviais. Antes, porém, os canaviais eram queimados para facilitar a colheita o que detinha as pragas. Hoje com a colheita mecanizada, resulta numa camada de palha cobrindo o solo, nessas palhas as cigarrinhas sobrevivem num ambiente adequado para a sua sobrevivência, o seu desenvolvimento prolifera devido a elevação da umidade na superfície do solo, com auxílio e proteção da luz.

Com esse método de colheita a cigarrinha da raiz passa a ser a principal praga da cana de açúcar. Com isso o controle biológico tem sido um método bastante explorado no controle da cigarrinha da raiz, principalmente com o fungo *Metarhizium anisopliae*, patógeno de ocorrência natural (ALVES, 1998).

No entanto, mais de uma aplicação parece ser necessária para se obter resultados satisfatórios com esse fungo (ALMEIDA *et al.*, 2001).

Segundo informações de Max (2010), e seus colaboradores, a cana-de-açúcar é atacada por:

[...] por cerca de 80 pragas, porém pequeno número causa prejuízos à cultura. Dependendo da espécie da praga presente no local, bem como do nível populacional dessa espécie, as pragas de solo podem provocar importantes prejuízos à cana-de-açúcar, com reduções significativas nas produtividades agrícola e industrial dessa cultura. Diferentemente para as doenças, o controle biológico e cultural têm sido as principais medidas de controle de pragas em cana-de-açúcar.

Métodos culturais

Empregam-se conhecimentos biológicos e ecológicos referente às pragas.

Para essa técnica utilizam-se os seguintes métodos:

- ▷ adubação e irrigação;
- ▷ aração do solo;
- ▷ destruição de restos de cultura;
- ▷ Em áreas com histórico de infestações, o plantio direto deve ser evitado;
- ▷ época de plantio e colheita;
- ▷ poda; e,
- ▷ rotação de culturas.

Método de resistência de plantas

A cigarrinha da raiz *Mahanarva fimbriolata* vive de quase toda espécie de gramíneas, portanto, algumas espécies caracterizam-se por terem maior resistência à praga, especialmente devido à constituição fisiológica da cultura forrageira, ocasionando uma barreira física à invasão da cigarrinha.

Com dificuldade ou impossibilidade na manutenção das pragas, o uso das plantas resistentes aos insetos tornam-se viáveis, facilitando a parte econômica e a preservação do meio ambiente.

Diante do potencial sucroalcooleiro do país, especialistas estudam novos genes para aprimorar a produtividade da planta, obter mais sacarose, menor vulnerabilidade à seca e maior resistência a pragas.

Pesquisas apontam genes que tornam as fibras da planta capazes de gerar produtos como bioplásticos (plásticos biodegradáveis, sem petróleo na sua composição e que levam apenas algumas semanas para se degradar), além de

novas técnicas para melhor aproveitamento das folhas e bagaço da cana para produção de biocombustível e energia (MAPA/2010).

Métodos de controle por comportamento

Utilizam-se por conhecimentos e estudos dos insetos não provêm risco à saúde do homem, evita desequilíbrio ecológico e não é gerador de resíduos tóxicos.

Métodos de controle físico

Utilizou-se até os dias de hoje, a queima, o método mais comum para o controle das pragas, esse método confronta com a legislação, a qual elimina gradativamente queima da palha da cana-de-açúcar. Nesse método, envolvem-se processos como a queima, a temperatura, inundação e drenagem.

Procedimentos da queima

Quando permitida pela legislação, observam-se as seguintes recomendações para o procedimento da queima:

- ▷ Comunicado com antecedência a vizinhança;
- ▷ No período noturno;
- ▷ Pessoal treinado para vigilância e controle do fogo; e,
- ▷ Sinalização na estrada.



Fig. 21 – Processo de queima
Fonte: achetudoeregiao

Método químico

Consiste no uso de produtos químicos (inseticidas, herbicidas, fungicidas, bactericidas etc.) para se controlar pragas e doenças.

Esse controle é respaldado pela legislação através de portarias, que regulamenta o uso e técnicas para utilização do método químico, por tratar de substâncias que comprometem a saúde e o meio ambiente.

Para os autores Santiago e Rossetto (2002), do banco de dados da EMBRAPA, recomenda-se:

- ▷ para as ninfas, recomenda-se o uso dos inseticidas thiamethoxam ou carbofuran granulados, aplicados de um dos lados da touceira. (quando atingir de 02 a 04 ninfas por metro); e,
- ▷ para adultos, recomenda-se a aplicação de um inseticida seletivo que não atinja inimigos naturais da cigarrinha: carbaril, triclorfon, malation, entre outros.

6. METODOLOGIA APLICADA

Equipe de alunos conduzidos até a Usina Frutal, onde foram orientados com procedimentos para a realização da captura da cigarrinha *Mahanarva fimbriolata*. A Usina Frutal encontra-se localizada na Rodovia BR 364, Km 18, na zona rural, a 22 Km da cidade de Frutal.



Fig. 31: Equipe de alunos – Usina Frutal
Fonte: Arquivo próprio

Procedimentos para a captura

O grupo de alunos recebeu instruções teóricas em relação aos procedimentos para a captura, tendo como base de suporte a apostila e as técnicas empregadas pela Usina Frutal, por intermédio do funcionário que orientou e acompanhou durante o estágio. Iniciaram-se com as adequações e os fundamentos, conforme abaixo:

Adequações

- ▷ Adequar à legislação;
- ▷ Alterações nos métodos;
- ▷ Avaliação econômica;
- ▷ Avaliações anuais;
- ▷ Barreiras; e,
- ▷ Correção da margem de segurança.

Fundamentos

- ▷ Análise dos resultados;
- ▷ Avaliação de impacto de métodos;
- ▷ Conhecimento da praga;
- ▷ Definição do método;
- ▷ Definição dos métodos de controle;
- ▷ Levantamentos; e,
- ▷ Treinamento de equipes.

Passo Uso dos EPIs



Fig. 32 – Estratégias para monitoramento
Fonte: Arquivo próprio

Os EPIs são definidos pelo Ministério do Trabalho, o Equipamento de Proteção Individual (E.P.I) é o meio ou o dispositivo de uso pessoal destinado a proteger a integridade física do trabalhador durante a atividade trabalho.

A função do E.P.I. é neutralizar ou atenuar um possível agente agressivo contra o corpo do trabalhador que o usa.

Os E.P.I.s evitam lesões ou minimizam sua gravidade, em casos de acidente ou exposição a riscos, também, protegem o corpo contra os efeitos de substâncias tóxicas, alérgicas ou agressivas, que causam as em doenças ocupacionais.

Classificação dos EPI, são em quatro grupos:

- ▷ proteção para a cabeça;
- ▷ proteção para os membros superiores e membros inferiores;
- ▷ proteção do tronco; e,
- ▷ proteção das vias respiratórias e cintos de segurança.

Foram utilizados: polainas, bonés adaptados (boné árabe), camisas de mangas longas e luvas.

Da teoria à prática



Fig. 33 – Cigarrinha macho adulto
Fonte: Google

O método de amostragem aplicado, consiste em avaliação de 02 pontos por h^a, sendo cada ponto de um metro linear (01m).

Foram demarcados os talhões em levantamento de pré-controle, momento que possui colheita mecanizada da cana crua, com o código 85142.

- No talhão de 7000, com área de 13,46, determinados 107 pontos, foram detectadas cigarrinhas Ninfas e Adultas.

- No talhão de 7008, com área de 7,20, com 57 pontos, foram detectadas cigarrinhas.

Ninfas e Adultas

- No terceiro talhão, de 7002, com área de 6,31, com 50 pontos, detectamos cigarrinhas Ninfas e Adultas.

- No último talhão, de 7004, com área de 5,70, com 45 pontos, foram detectadas cigarrinhas Ninfas e Adultas.

O funcionário salientou que a cultura passada era de pastagem e a cana foi colhida em outubro. Considera-se, com isso, que se trata de uma plantação nova.

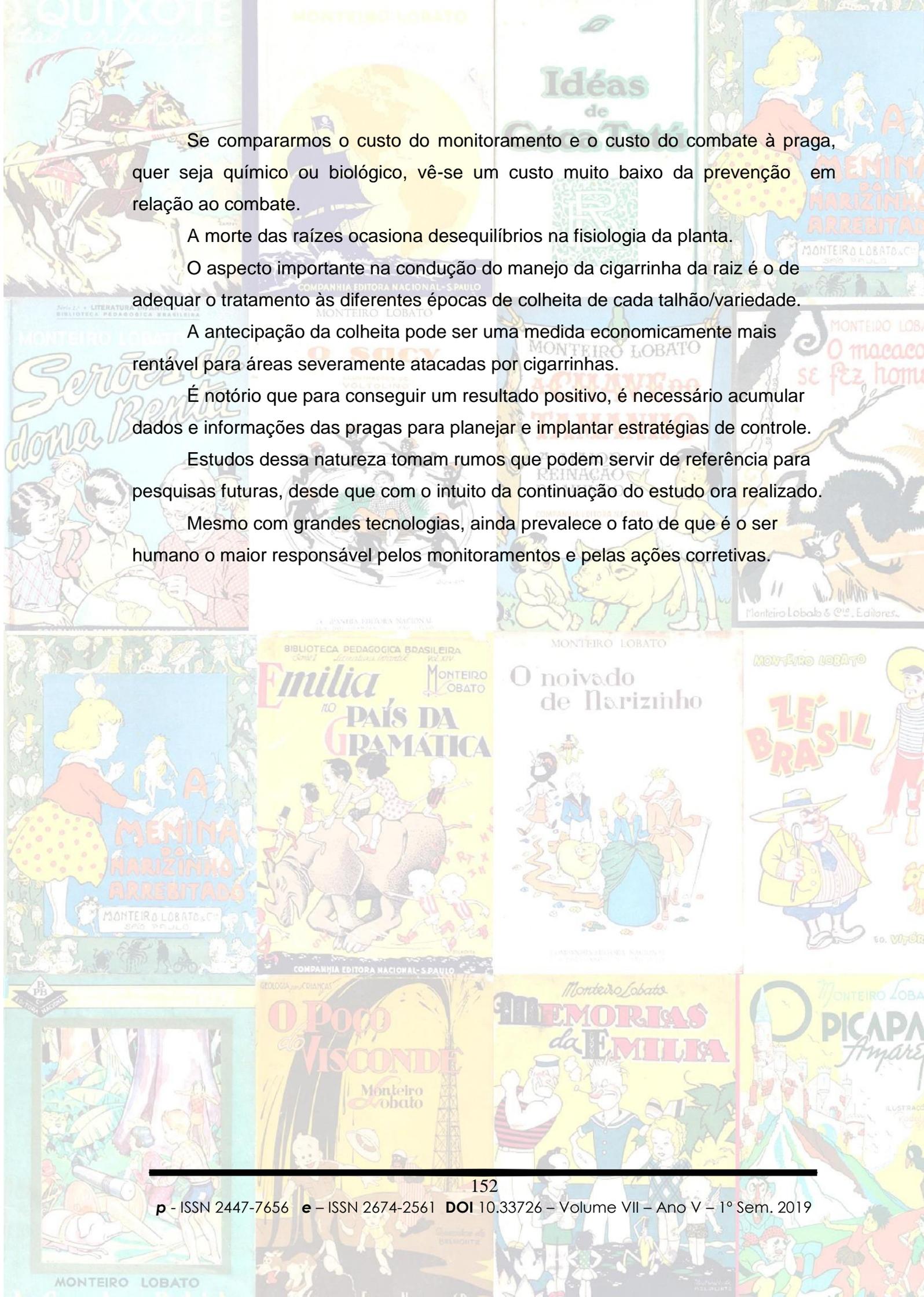
A infestação atual apresentou duas ninfas m/l, e que a média de infestação é de quatro ninfas por m/l.

Conclui-se que, devido à idade da cana, o nível de cigarrinhas é considerado alto, e requer controle/monitoramento sobre as mesmas.

CONCLUSÃO

Controlando as pragas, controla-se também a economia destinada aos produtos derivados da cana, como o açúcar, o álcool e demais produtos, importantes para o aumento da produção e para a venda com preços favoráveis.

Os prejuízos provocados pelas cigarrinhas de raiz, através das picadas que atingem os vasos lenhosos da raiz, deterioram a planta impedindo e dificultando o fluxo de água e de nutrientes.



Se compararmos o custo do monitoramento e o custo do combate à praga, quer seja químico ou biológico, vê-se um custo muito baixo da prevenção em relação ao combate.

A morte das raízes ocasiona desequilíbrios na fisiologia da planta.

O aspecto importante na condução do manejo da cigarrinha da raiz é o de adequar o tratamento às diferentes épocas de colheita de cada talhão/variedade.

A antecipação da colheita pode ser uma medida economicamente mais rentável para áreas severamente atacadas por cigarrinhas.

É notório que para conseguir um resultado positivo, é necessário acumular dados e informações das pragas para planejar e implantar estratégias de controle.

Estudos dessa natureza tomam rumos que podem servir de referência para pesquisas futuras, desde que com o intuito da continuação do estudo ora realizado.

Mesmo com grandes tecnologias, ainda prevalece o fato de que é o ser humano o maior responsável pelos monitoramentos e pelas ações corretivas.

REFERÊNCIAS

- A GRANJA. Artigo. *Revista Edição de junho/2000*. Disponível em: <<http://www.uesb.br/entomologia/cort.html>> Acesso em 23 de set. de 2010.
- AGROBYTE, 2010. Banco de Dados. *Cana-de-açúcar*. Disponível em: <<http://www.agrobyte.com.br/cana.htm>>. Acesso em: 20 de set. de 2010.
- ALCOOLBRAS Revista Edição 119-2008. *Divulgação Petrobrás*. Disponível em: <http://www.editoravalete.com.br/site_alcoolbras/edicoes/ed_119/esp.html>. Acesso em 28 de ago. de 2010.
- ALMEIDA, J.E.M.; BATISTA FILHO, A.; SANTOS, A.S.; ANDRADE, O. Controle de Cigarrinha da cana-de-açúcar *Mahanarva fimbriolata* (Hom.: Cercopidae) com (*Metarhizium anizopliae*) em sistemas de cultivo orgânico. In: *SIMPÓSIO DE CONTROLE BIOLÓGICO*, 7., 2001. Resumos. Poços de Caldas: EMBRAPA/CNPMA, 2001. p. 141. Disponível em: <http://www.biologico.sp.gov.br/rifib/IX_RIFIB/leite.PDF>. Acesso em 03 de out. de 2010.
- BATISTA FILHO, A.; LEITE, L.G.; TAKADA, H.M.; LAMAS, C.; RAMIRO, Z.A. Incidência do fungo entomopatogênico *Batkoa apiculata* (Entomophthorales) sobre cigarrinhas das pastagens em Pindamonhangaba, SP. *Arq. Inst. Biol.*, São Paulo, v.64, p.82, 1997. Disponível em: <http://www.biologico.sp.gov.br/rifib/IX_RIFIB/leite.PDF>. Acesso em 03 de out. de 2010.
- ALVES, S.B. Fungos entomopatogênicos. In: ALVES, S.B. (Ed.). *Controle microbiano de insetos*. Piracicaba: FEALQ, 1998. p.289-370. Disponível em: <http://www.biologico.sp.gov.br/rifib/IX_RIFIB/leite.PDF>. Acesso em 03 de out. de 2010.
- ARRIGONI, E. B. *Pragas de Solo em Cana-de-Açúcar/2007*. Disponível em: <http://www.apta.sp.gov.br/cana/anexos/Workshop_Pragas_sessao1_Enrico.pdf>. Acesso em 03 de out. de 2010.
- ASCANA. *Técnicas da Cana de Açúcar*, 2009 .Ed. 89 ano Disponível em: <<http://www.ascana.com.br/Informativos/informativoagosto2009.pdf>>. Acesso em 07 de set. de 2010.
- AUAD A. M. *Pesquisador da Embrapa Gado de Leite/2005*. Disponível em: <http://www.den.ufla.br/Professores/Luis/Disciplinas/disciplinaENT_109_arquivos/Aula7_Cigarrinha_CB_audad.htm>. Acesso em 03 de out. de 2010.
- BRASIL – M APA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Portal Agronegócio*. Agricultura/Cana de açúcar/2010. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=35322>>. Acesso em 03 de out. de 2010.

CARVALHO, P. Munição Viva. *Revista Globo Rural*/10. Editora Globo S/A. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC304580-1641-1,00.html>>. Acesso em 06 de set. de 2010.

CASAGRANDE, S. A. *Tópicos de morfologia e fisiologia da cana-de-açúcar*. 1991. Jaboticabal: Editora Funep. São Paulo. Disponível em: <<http://www.amigosdanatureza.org.br/noticias/306/trabalhos/131.AS-9.pdf>>. Acesso em 03 de out. de 2010.

CASTRO, P.R.C.; KLUGE, R.A. (ed). *Ecofisiologia de culturas extrativas: cana-de-açúcar, seringueira, coqueiro, dendezeiro e oliveira*. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2009_2/Cana/index.htm>. Acesso em 28 de ago. de 2010.

CASTRO, U.; MORALES, A.; PECK, D. C. Dinâmica poblacional y fenología Del salivazo de los pastos *Zulia carbonaria* (Lallemand) (Homoptera:Cercopidae) en El vale geográfico del río Cauca, Colombia. *Neotropical Entomology*. Londrina, v. 34, n. 3, p. 459-470, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-204X2009000900020&script=sci_arttext>. Acesso em 03 de out. de 2010.

COSTA, D. P. *Distribuição espacial de Diatraea saccharalis* (Fabricius, 1794) (Lepidoptera: Crambidae) em cana-de-açúcar/UFGD. Dourados/MS. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/129/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_DanielePerassaCosta.pdf>. Acesso em 28 de set. de 2010.

DINARDO, M. L. L. 2003. *Cigarrinha-das-raízes em cana-de-açúcar*. Campinas: Instituto Agrônomo, 72p. Disponível em: <<http://www.bioassay.org.br/articles/1.5/>>. Acesso em 28 de ago. de 2010.

DINARDO. M. L. L. CANA. – Os Inimigos da Produtividade. *Revista Rural*. Ver. 96/2006. Disponível em: <http://www.revistarural.com.br/Edicoes/2006/Artigos/rev96_cana.htm>. Acesso em 03 de out. de 2010.

DINARDO. M. *et al.* Danos causados pelas cigarrinhas das raízes (*Mahanarva fimbriolata*) a diversos genótipos de cana-de-açúcar. São Paulo, v.17, n.5, p.48-52, 1999. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppga/arquivos/files/dissertacao%20gilson.pdf>>. Acesso em 28 de ago. de 2010.

EMBRAPA. *Gado de Corte*. Artigo nº 20806/2006. Disponível em: <<http://www.limousin.com.br/pages/artigos/imprimir.asp?ID=114>>. Acesso em 03 de out. de 2010.

EMBRAPA – Banco de Dados. *Impacto Ambiental da cana-de-açúcar*. Disponível em: <<http://www.cana.cnpem.br/setor.html>>. Acesso em 28 de set. de 2010.

EMBRAPA. Controle de Pragas. *Agência de Informação da Embrapa Cana-de-Açúcar*. Disponível em: <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de>>

acucar/arvore/CONTAG01_53_711200516718.html>. Acesso em 03 de out. de 2010.

GUAGLIUMI, P. *Pragas da cana-de-açúcar*. Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro, MIC-IAA, 1972-1973, 622 p. (Coleção canaveira, nº. 10). Disponível em: <<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppga/arquivos/files/dissertacao%20gilson.pdf>>. Acesso em 03 de out. de 2010.

GUIMARÃES E. R. *Cigarrinha-das-raízes em cana-de-açúcar*: resistência genotípica e interação planta-praga. Tese (doutorado) /2007. Disponível em <<http://www.fcav.unesp.br/download/pgtrabs/pv/d/2179.pdf>>. Acesso em 28 de ago. de 2010.

MACEDO, Newton. *Revista Opiniões*. Setor Sucreenergético, matéria/2005. Disponível em: <<http://www.revistaopinioes.com.br/aa/materia.php?id=362>>. Acesso em 28 de ago. de 2010.

MACEDO, Newton. *Revista Rural*. Artigo/2003. Disponível em: <http://www.revistarural.com.br/Edicoes/2003/Artigos/rev70_cigarrinha.htm>. Acesso em 28 de ago. de 2010.

MACHADO, Laerte A. *Estudos biológicos e comportamentais de Migdolus fryanus (WESTWOOD, 1863) (coleoptera: vesperidae) e sua interação com nematóides entomopatogênicos e outros agentes de mortalidade*. Tese Apresentada para UNICAMP. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000378083&fd=y>>. Acesso em 03 de out. de 2010.

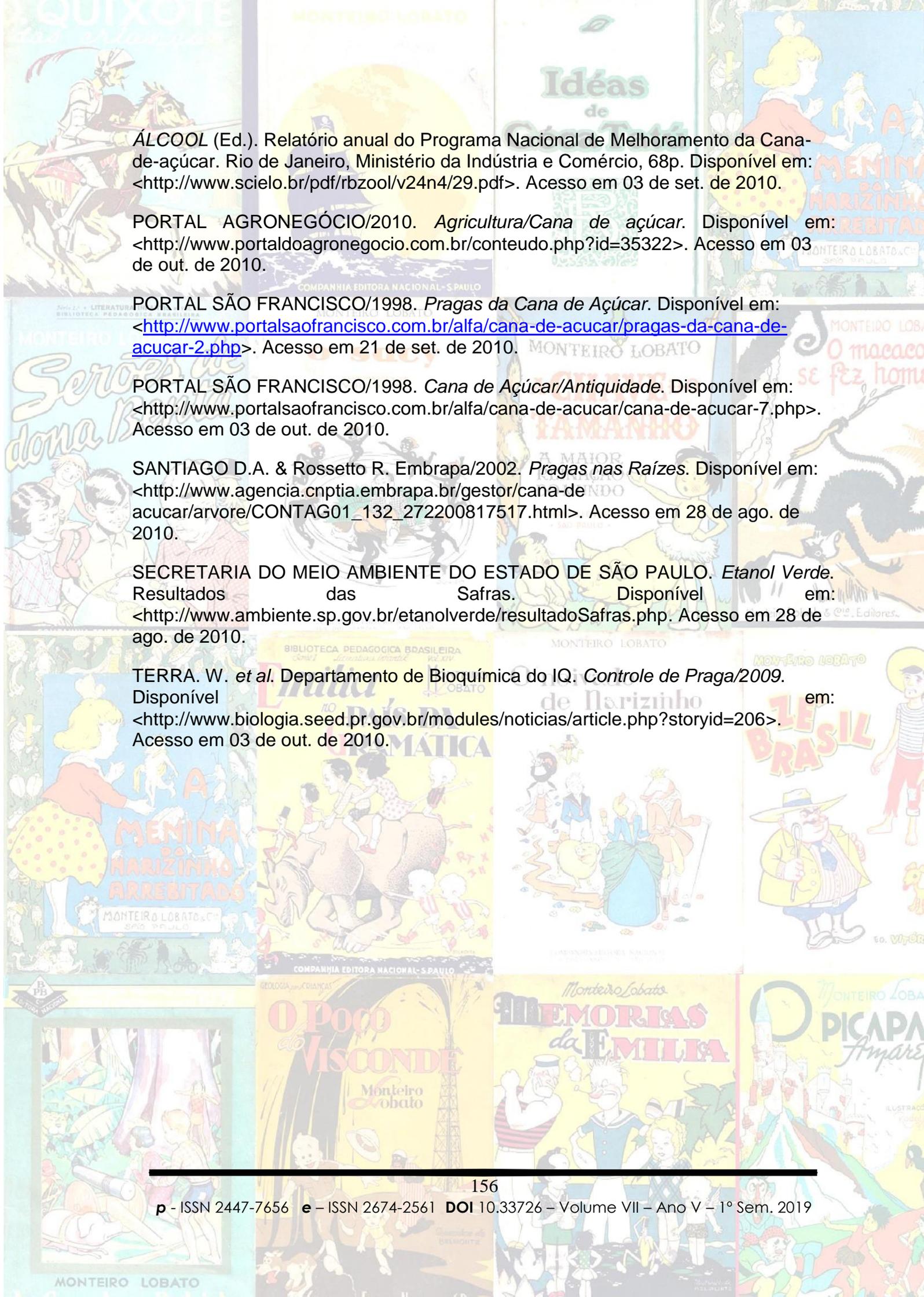
MAX. D. L. e MORAES J. M. *PROJETO DE PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR*. Anápolis, GO, maio/2010. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/projeto-para-producao-de-cana-de-acucar-pdf-a87446.html>>. Acesso em 28 de ago. de 2010.

MENDONÇA, A. F. *Introdução da cigarrinha da raiz da cana-de-açúcar Mahanarva fimbriolata (Stal), no estado de Alagoas, Brasil: importância econômica e controle*. In: *Congresso Nacional da Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil*, 6., 1996. Maceió. Anais. Maceió: STAB, 1996, p.207- 212. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppga/arquivos/files/dissertacao%20gilson.pdf>>. Acesso em 03 de out. de 2010.

MENDONÇA, A. F. *Pragas da cana-de-açúcar*. Maceió: Insetos & Cia, 1996. Disponível em: <http://www.biologico.sp.gov.br/rifib/IX_RIFIB/almeida2.PDF>. Acesso em 28 de ago. de 2010.

DINARDO, M. *et al.* (1999) e (2000). Disponível em: <http://www.biologico.sp.gov.br/rifib/IX_RIFIB/almeida2.PDF>. Acesso em 28 de ago. de 2010.

PLANALSUCAR. 1974. Nova praga da cana-de-açúcar no Sul do Brasil *Hyponeuma taltula* (Schaus) (Lepidoptera: Noctuidae), p.42. In: *INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO*



ÁLCOOL (Ed.). Relatório anual do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar. Rio de Janeiro, Ministério da Indústria e Comércio, 68p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbzool/v24n4/29.pdf>>. Acesso em 03 de set. de 2010.

PORTAL AGRONEGÓCIO/2010. *Agricultura/Cana de açúcar*. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=35322>>. Acesso em 03 de out. de 2010.

PORTAL SÃO FRANCISCO/1998. *Pragas da Cana de Açúcar*. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/cana-de-acucar/pragas-da-cana-de-acucar-2.php>>. Acesso em 21 de set. de 2010.

PORTAL SÃO FRANCISCO/1998. *Cana de Açúcar/Antiquidade*. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/cana-de-acucar/cana-de-acucar-7.php>>. Acesso em 03 de out. de 2010.

SANTIAGO D.A. & Rossetto R. Embrapa/2002. *Pragas nas Raízes*. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_132_272200817517.html>. Acesso em 28 de ago. de 2010.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Etanol Verde. Resultados das Safras*. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/resultadoSafras.php>>. Acesso em 28 de ago. de 2010.

TERRA. W. et al. Departamento de Bioquímica do IQ. *Controle de Praga/2009*. Disponível em: <<http://www.biologia.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=206>>. Acesso em 03 de out. de 2010.

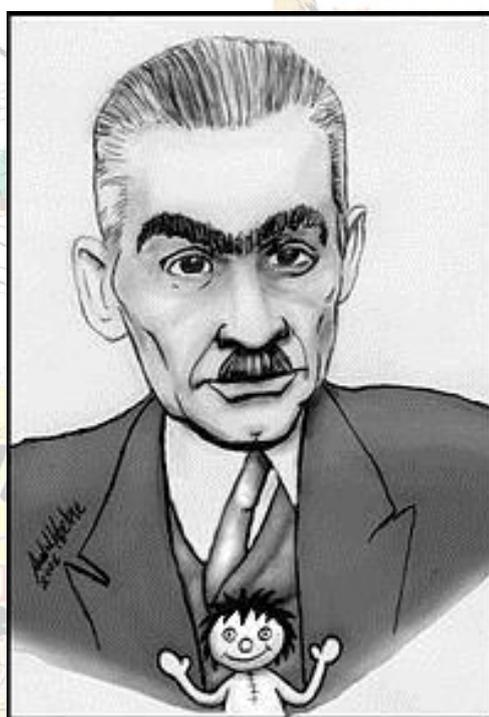
POSFÁCIO⁴

A IMPORTÂNCIA DE LOBATO PARA O BRASIL

No ano em que as obras de Monteiro Lobato entram na esfera do Domínio Público (nos termos esclarecidos em:

<http://www.monteirolobato.com/direitos-autorais>), a Equipe Editorial da Revista AKEDIA presta nesta edição uma singela homenagem a José Bento Renato

Monteiro Lobato somente, Monteiro editor brasileiro, São Paulo, compôs, quando comprou a uma obra magistral como *O Saci* (1921), (1933), *Emília no* (1934). Contudo, é Lobato tem no *Sítio* (1939) seu principal intensamente com o Lobato construiu para



(1882-1948), ou Lobato. Este autor e nascido e morto em a partir de 1918, *Revista do Brasil*, que reúne títulos *Caçadas de Pedrinho* *País da Gramática* consenso crítico que *do Pica Pau Amarelo* volume. Ao lidar imaginário infantil, os adultos, uma

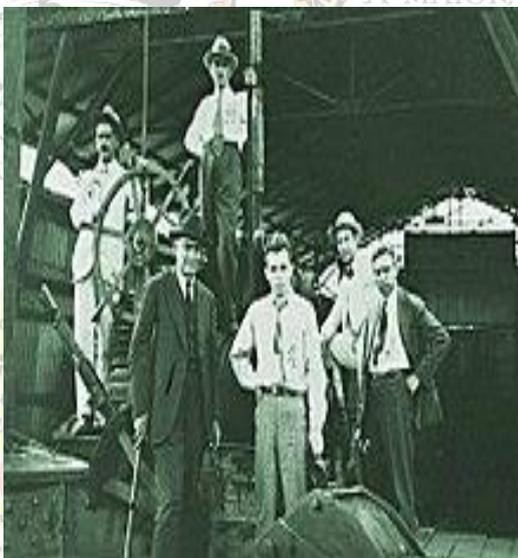
realidade eivada de fantasias, cujo conjunto de símbolos, em bloco, expressam a identidade nacional brasileira na cultura, na religião, na política.

Com isso, Monteiro Lobato revelou aos seus leitores ao longo dos anos, uma sociedade tão hilária quanto hedionda, tão avançada quanto retrógrada, tão vanguarda quanto atrasada, mesclando em seus textos os vieses e reveses de tudo aquilo que nos forma e nos conforma como latino-americanos.

⁴ Fonte das imagens no Posfácio: Caricatura de Monteiro Lobato: Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Monteiro_Lobato. Acesso em 30/01/2019, às 22h59min).

Assim, devido à importância deste gênio brasileiro, a Revista AKEDIA, dando início ao seu quinto ano de existência, em seu volume 7, publicado no primeiro semestre de 2019, presta culto a este mago literário, que soube transitar entre os erros e acertos de sua própria biografia.

Lobato foi derrotado em concorrência por uma vaga na Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1926, perdeu todos os seus investimentos na crise da bolsa de 1929, fundou a Companhia Petróleos do Brasil, criada em 1931, e autorizada a funcionar pelo Decreto 21.415, de 1932 (na foto, Lobato posa durante pesquisas realizadas para a extração de petróleo). Foi preso pelo Estado Novo, em 1940, devido a uma carta que enviara ao Presidente Getúlio Vargas, criticando a política nacional sobre o petróleo, em 1943, recusou o convite para integrar a Academia Brasileira de Letras acusado de racismo. Foi preso pelo Instituto de Advocacia Racial de que na obra *Pedrinho* (1933), faz-se menções a à Tia Nastácia, com termos como “carne preta” e “macaca de carvão”, expressões que, nos dias de hoje, são alvo de movimentos defensores das causas étnico-raciais.



Ao lado disso tudo, é inegável que ele produziu e reproduziu ensaisticamente o que nós todos tentamos ser e difundir mundo afora nos últimos quinhentos e dezenove anos de uma aventura civilizatória, inaugurada entre os brasileiros na pós-invasão europeia a Terra Brasilis, nos primórdios do Século XV.

Marcelo Pessoa (Editor-Chefe Revista AKEDIA)

MODELO DE GESTÃO DAS BARBEARIAS MODERNAS

FONSECA, David¹;
PESSOA, Marcelo²

RESUMO: Este estudo tem o objetivo de demonstrar o modo como o negócio de barbearias tem se desenvolvido ao longo dos anos, e como se posiciona no mercado contemporâneo. Com este intuito, então, se buscou compreender alguns dos desafios que se impõem aos gestores, tentando-se identificar o modo como se pode agregar diferentes produtos e serviços em um tipo de negócio tradicional. Do mesmo modo, procuramos entender parte do processo que levou este empreendimento migrar do segmento meramente estético, chegando ao patamar de treinamentos mais éticos e profissionais. Esta pesquisa está sendo desenvolvida por meio de uma metodologia essencialmente de revisão bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Barbearia, setor de estética, empreendimento.

ABSTRACT: This study aims to demonstrate how the business of Barber shops has developed over the years, and as positioned contemporary. With this intention, then, if sought to understand some of the challenges require managers, trying to identify the way in which we can add different products and services in a kind of traditional business. Likewise, sought to understand part of the process that led this project to migrate from aesthetic purposes segment, reaching the level of more ethical and professional training. This research is being developed through a methodology of literature review.

KEYWORDS: Barber Shop, beauty industry, Enterprise.

INTRODUÇÃO

Em função de ser conhecedor do histórico desse tipo de empreendimento denominado “barbearias”, face ao envolvimento familiar deste autor com o ramo citado, é que se desenvolveu o interesse de iniciar algum tipo de pesquisa que tratasse deste assunto.

Já, durante o levantamento de dados bibliográficos em repositórios digitais, não me foi muito difícil notar que esta já foi tida como uma das

¹ Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: kyemanubarbersop@gmail.com.

² Docente titular da cadeira de Língua Portuguesa, na UEMG – Unidade Frutal.

1. COMO ESTE TIPO DE EMPRESA ATUA NO MERCADO

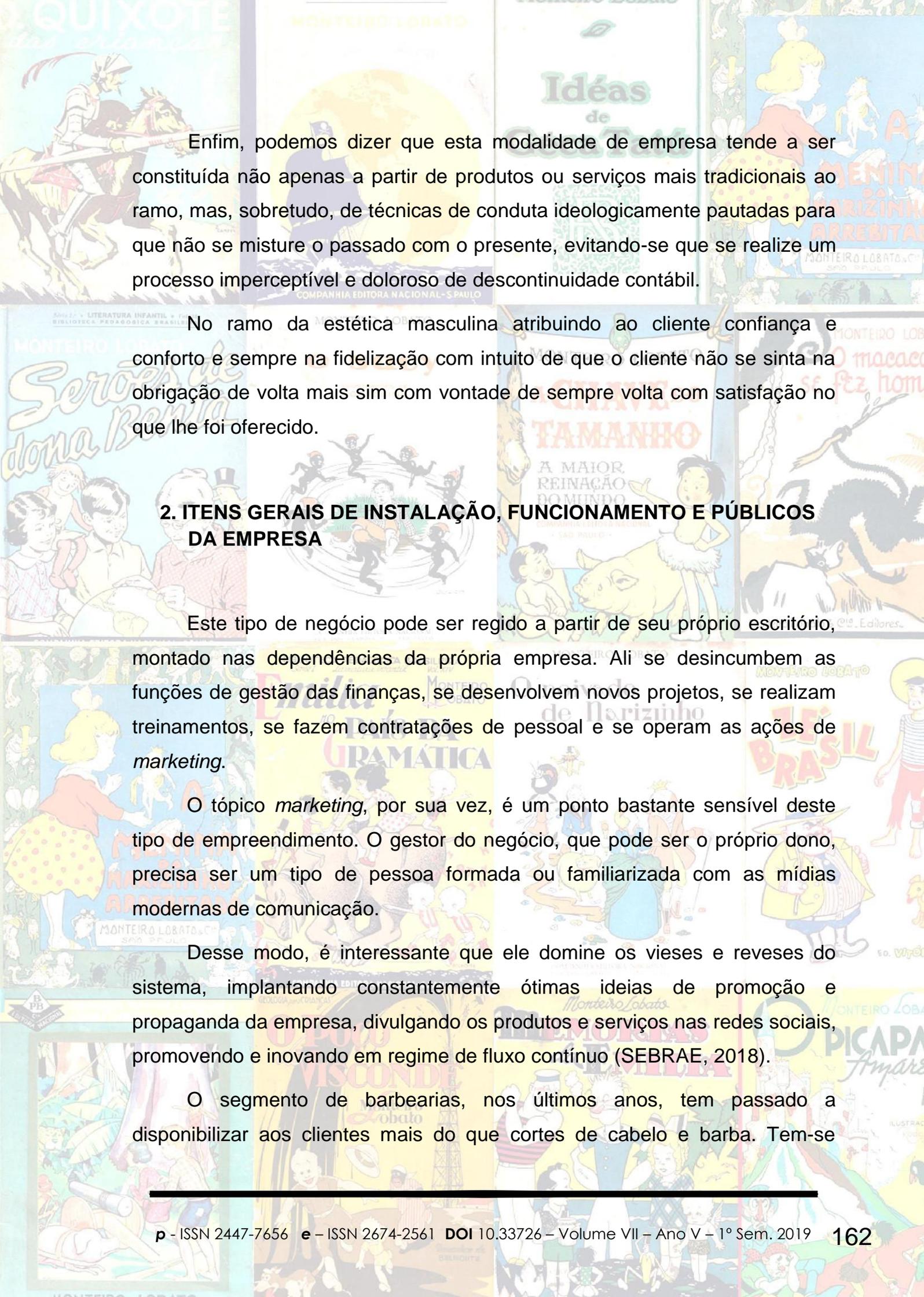
Tem-se como lema, a ideia de que a barbearia é uma grande família. Consequentemente, diz-se que a empresa é casa daqueles que nela trabalham. Logo, os colaboradores da empresa são os familiares, e os clientes são os parentes que periodicamente visitam este lar.

É assim que o segmento “barbearia” atua, de forma harmoniosa, a fim de que se desenvolvam, do melhor modo o quanto possível, todos os tipos de serviços constantes do *mix* de produtos do negócio instalado.

Vale dizer ainda, que é bastante recorrente o fato de que os empreendedores do ramo de barbearias, especialmente na contemporaneidade recente, buscarem diversas alternativas para melhoria da empresa e inovação no médio e longo prazo, instituindo-se, para isso, Planos de Negócios bem elaborados e conduzidos pelos respectivos gestores.

Estes Planos de Negócios, além dos aspectos tradicionais exigíveis pelo mercado financeiro, também contemplam elementos mais gerais, tais como a transição da reconfiguração de uma imagem externa e interna da empresa, quando ainda detentora de características antigas, aparentando ser barbearia uma do “passado”, prevendo-se, desse modo, uma intensa modernização das instalações, cobrindo itens de climatização, aconchego, paisagismo e bem estar.

Outro item que também se tem feito constar nos Planos de Negócio, diz respeito à capacitação profissional dos *stakeholders*. Com isso, tem-se melhorado substancialmente o nível do atendimento e o teor qualitativo das funções gerenciais, tais como eficácia produtiva, organização, *marketing* etc., consubstanciando-se, assim, o perfil geral do que hoje se denominam como a “Barbearia Moderna”.



Enfim, podemos dizer que esta modalidade de empresa tende a ser constituída não apenas a partir de produtos ou serviços mais tradicionais ao ramo, mas, sobretudo, de técnicas de conduta ideologicamente pautadas para que não se misture o passado com o presente, evitando-se que se realize um processo imperceptível e doloroso de descontinuidade contábil.

No ramo da estética masculina atribuindo ao cliente confiança e conforto e sempre na fidelização com intuito de que o cliente não se sinta na obrigação de volta mais sim com vontade de sempre volta com satisfação no que lhe foi oferecido.

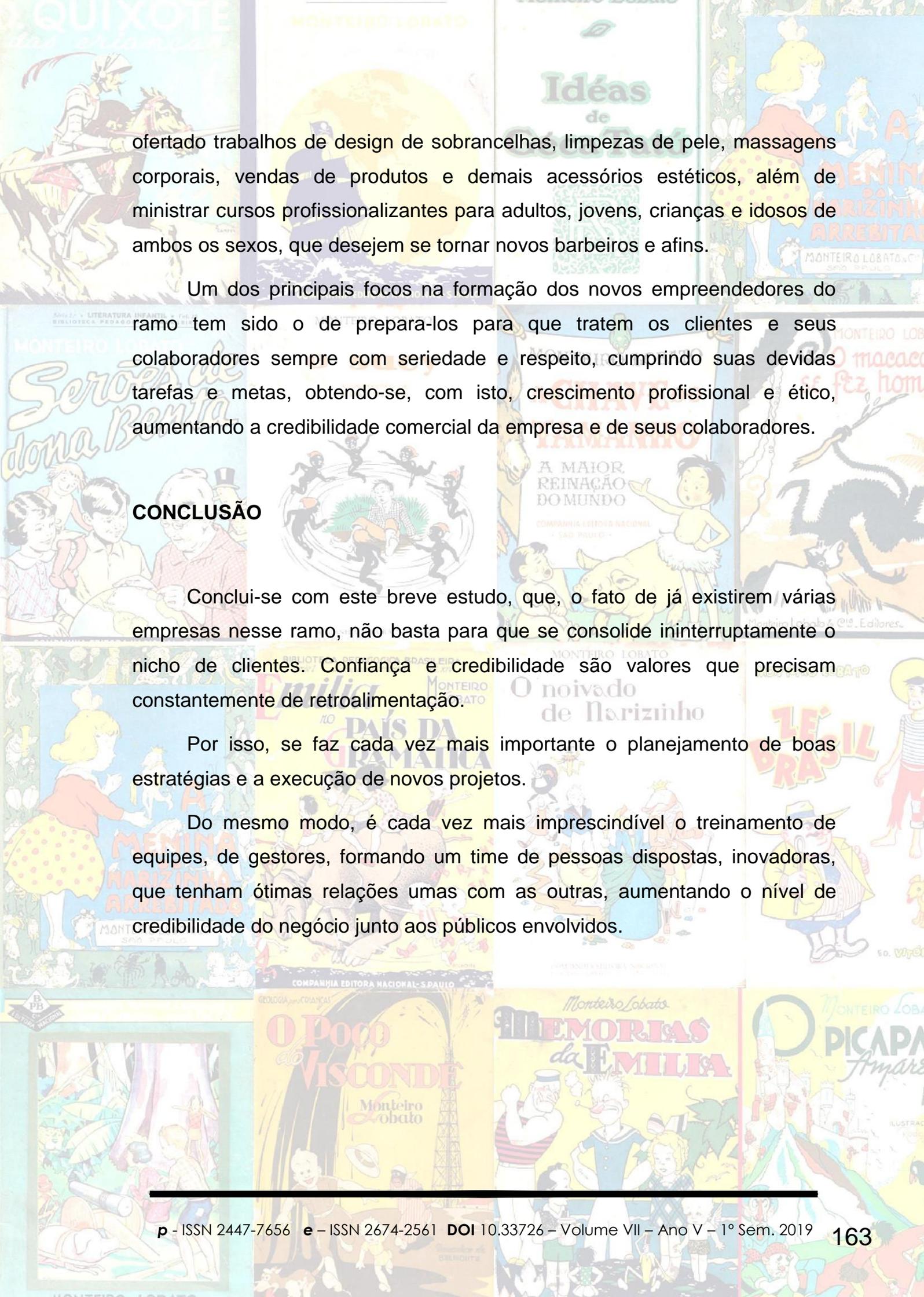
2. ITENS GERAIS DE INSTALAÇÃO, FUNCIONAMENTO E PÚBLICOS DA EMPRESA

Este tipo de negócio pode ser regido a partir de seu próprio escritório, montado nas dependências da própria empresa. Ali se desincumbem as funções de gestão das finanças, se desenvolvem novos projetos, se realizam treinamentos, se fazem contratações de pessoal e se operam as ações de *marketing*.

O tópico *marketing*, por sua vez, é um ponto bastante sensível deste tipo de empreendimento. O gestor do negócio, que pode ser o próprio dono, precisa ser um tipo de pessoa formada ou familiarizada com as mídias modernas de comunicação.

Desse modo, é interessante que ele domine os vieses e reverses do sistema, implantando constantemente ótimas ideias de promoção e propaganda da empresa, divulgando os produtos e serviços nas redes sociais, promovendo e inovando em regime de fluxo contínuo (SEBRAE, 2018).

O segmento de barbearias, nos últimos anos, tem passado a disponibilizar aos clientes mais do que cortes de cabelo e barba. Tem-se



ofertado trabalhos de design de sobancelhas, limpezas de pele, massagens corporais, vendas de produtos e demais acessórios estéticos, além de ministrar cursos profissionalizantes para adultos, jovens, crianças e idosos de ambos os sexos, que desejem se tornar novos barbeiros e afins.

Um dos principais focos na formação dos novos empreendedores do ramo tem sido o de prepara-los para que tratem os clientes e seus colaboradores sempre com seriedade e respeito, cumprindo suas devidas tarefas e metas, obtendo-se, com isto, crescimento profissional e ético, aumentando a credibilidade comercial da empresa e de seus colaboradores.

CONCLUSÃO

Conclui-se com este breve estudo, que, o fato de já existirem várias empresas nesse ramo, não basta para que se consolide ininterruptamente o nicho de clientes. Confiança e credibilidade são valores que precisam constantemente de retroalimentação.

Por isso, se faz cada vez mais importante o planejamento de boas estratégias e a execução de novos projetos.

Do mesmo modo, é cada vez mais imprescindível o treinamento de equipes, de gestores, formando um time de pessoas dispostas, inovadoras, que tenham ótimas relações umas com as outras, aumentando o nível de credibilidade do negócio junto aos públicos envolvidos.

REFERÊNCIAS

COSTA, Pedro H. *A história da barbearia como profissão de saúde*. Disponível em: Universo Racionalista, 2018: <https://universoracionalista.org/a-historia-da-barbearia-como-profissao-de-saude/>. Acesso em 27/03/2019.

SALIM, Cesar Simões (et al). *Construindo Planos de Negócios – todos os passos necessários para planejar e desenvolver negócios de sucesso*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SEBRAE. Relatório de Inteligência. *Beleza e Bem-Estar*. Mercado de Beleza Masculina, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/9eae691b-0b82-4229-9d0d-1ecd5bde48b5.pdf. Acesso em: 27/03/2019.

ABORDAGENS DE GÊNERO: INDICAÇÕES INTERACIONISTA, INSTITUCIONAL E DE ESTRUTURA SOCIAL

SOUZA, Marcela Fernanda da Paz de¹

DOI NUMBER: 10.33726/akedia2447-7656v7a52019p165-186

RESUMO: O artigo apresenta as abordagens de gênero, com o objetivo de compreender como as desigualdades entre homens e mulheres são construídas socialmente e reverberam seus efeitos sobre um amplo escopo da vida humana, como as relações entre gênero e mercado de trabalho. Durante décadas, os estudos das Ciências Humanas se dedicaram a desmitificar o embasamento desta assimetria, a qual marcada por um suposto determinismo biológico. As desigualdades entre homens e mulheres e o empoderamento masculino não podem ser analisados de forma universal, pois há variações conforme os contextos cultural e social específicos. Assim, compreende-se ser relevante analisar as diferenças entre sexo, sexualidade e gênero, respectivamente, com as características fisiológicas e as capacidades reprodutivas: a sexualidade inerente às capacidades associadas ao sexo e o gênero com uma construção social. A construção deste estudo baseou-se nas referências bibliográficas dos recentes estudos sobre as desigualdades e interseccionalidades entre homens e mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Empoderamento, Desigualdades Sociais.

ABSTRACT: The article presents the gender approaches with the objective of understanding how the inequalities between men and women are socially constructed and reverberate their effects on a wide scope of human life, such as the relations between gender and the labor market. For decades, studies of the Humanities have to demystify the basement of this asymmetry, which is marked by an alleged biological determinism. The inequalities between men and women and the male empowerment can't be analyzed in a universal way, because there are variations according to the specific cultural and social contexts. Thus, it is understood to be relevant to analyze the differences between sex, sexuality and gender, respectively, with physiological characteristics and reproductive capacities: the sexuality inherent in the capacities associated with sex and gender with a social construction. This study was based on the bibliographical references of recent studies on and interseccionalidades inequalities between men and women.

KEYWORDS: Gender, Empowerment, Social Inequalities.

¹ Bacharel em Comunicação Social (UFJF) – Jornalismo. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFJF). Pós-doutora em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN). Profa. Adj. do Curso de Bacharelado em Jornalismo da UEMG – Unidade Frutal.

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta a contribuição teórica das relações de gênero no âmbito da "categorização de sexo" em uma perspectiva interacionista. Os eixos centrais desta análise são: a) a etnometodologia – “fazendo gênero”; b) a teoria das características de *status* e gênero e c) a homifilia².

Propõe-se que a categoria de sexo se tornou um código nas interações e balizador dos critérios de diferenciações dos grupos. Como resultado, há diferentes apropriações das condições sexuais individuais por parte de homens e de mulheres no mercado de trabalho, na alocação de recursos e na divisão sexual do trabalho.

As contribuições que nos auxiliaram na compreensão desta abordagem, advêm da produção de Candace West e Don Zimmerman, Erving Goffman e Amy Wharton.

Numa breve análise dos estudos relacionados à Sociologia Clássica e de Gênero, é fácil notar que ambas as vertentes teóricas trazem à tona uma abordagem das condições sexuais do indivíduo elencadas sob o estatuto de instituição social.

Assim, esta instituição, vista sob este aspecto, é construto sociocultural que está suscetível a mudanças e transformações, não apenas pelo caráter imutável e não passível de reconstrução, do modo como se constituiu teoricamente em meados do século XX, mas, sobretudo, pelo modo como se devem compreender as concepções de gênero. Isto é, como uma instituição social apta a transformações, o que implica em considerar que não há uma obrigatoriedade na reprodução das desigualdades entre homens e mulheres nas escolas, no sistema político, nas famílias e no mercado de trabalho, mas, bem ao contrário disso, ao invés de repercutir tais anomalias, esta instituição social cuida, ainda, de inibir, combater anacronismos, aparando arestas presentes na “cultura” das diferenças.

Desse modo, a reflexão que ora se impõe, discorrerá sobre doze características de várias instituições sociais que perpassam as relações de gênero. Ter-se-á como principal referência desta discussão, o pensamento de Patrícia

² Trata-se de palavra ainda não dicionarizada e nem elencada pelo VOLP – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, documento ortográfico editado pela ABL – Academia Brasileira de Letras. Contudo, nesta condição de neologismo, o termo “homifilia” tem sido utilizado e tido como de “uso corrente”, associado ao vocábulo “homofobia”.

Martin, que à sua contribuição será somada a de Amy Wharton e de Anthony Giddens.

A compreensão da sexualidade como instituição social implica assumir as consequências que esta instituição deposita sobre todo o *status quo* da contingência de gêneros. Além disso, à medida que os indivíduos são percebidos conforme a sua raça, etnia, todos estes atributos contribuem para um redimensionamento do status individual que se impõe como prioritário sobre o coletivo.

Ao lado disso, vemos que o valor do “reconhecimento” social é fundamental no rito de autoafirmação do indivíduo, uma vez que quem não o tem, muitas vezes, é obrigado a ter uma condição de vida insustentável. O reconhecimento *per se* é uma noção fundamental ao se pensar, por exemplo, no posicionamento da mulher nas diversas expressões de *status* social e no mercado de trabalho. Ter o reconhecimento e se autorreconhecer implica em superação de desigualdades pontuais, elementos tidos como altamente relevantes nos escritos de Erik Olin Wright, Judith Butler, Judith Lorber e Susan Farrel.

Os posicionamentos sexuais são estruturas sociais presentes nos lugares comuns da vida do indivíduo. Por meio de uma abordagem integrativa, se podem abranger quatro eixos teóricos consagrados pelos estudos da Sociologia de Gênero:

- a) a primeira tradição indica as interpretações com raízes individuais e biosociais;
- b) a segunda, situa o comportamento dos homens e das mulheres determinados por fatores como a socialização e o controle social;
- c) a terceira tradição demonstra gênero como o resultado das práticas da interação nas relações sociais, e essa tradição se afasta das prerrogativas da primeira tradição;
- e, d) a quarta tradição é a abordagem integrativa com um sistema de estratificação socialmente construído e em um nível de análise das estruturas políticas e econômicas.

Esta última é chamada integrativa, visto que engloba o nível interacional, individual, expectativa cultural e o domínio institucional. O ponto central de Bárbara Risman nessa abordagem é o de compreender quais são os mecanismos construtores da desigualdade e, acima de tudo, como desconstruí-los para criar uma vida social justa, promovendo os movimentos de transformação, momento da discussão em que nos alicerçamos, também, nas obras de Candace West, Don Zimmerman, Judith Lorber, Richard Udry, Robert Connell, Sandra Bem.

1. A PROPOSTA INTERACIONISTA

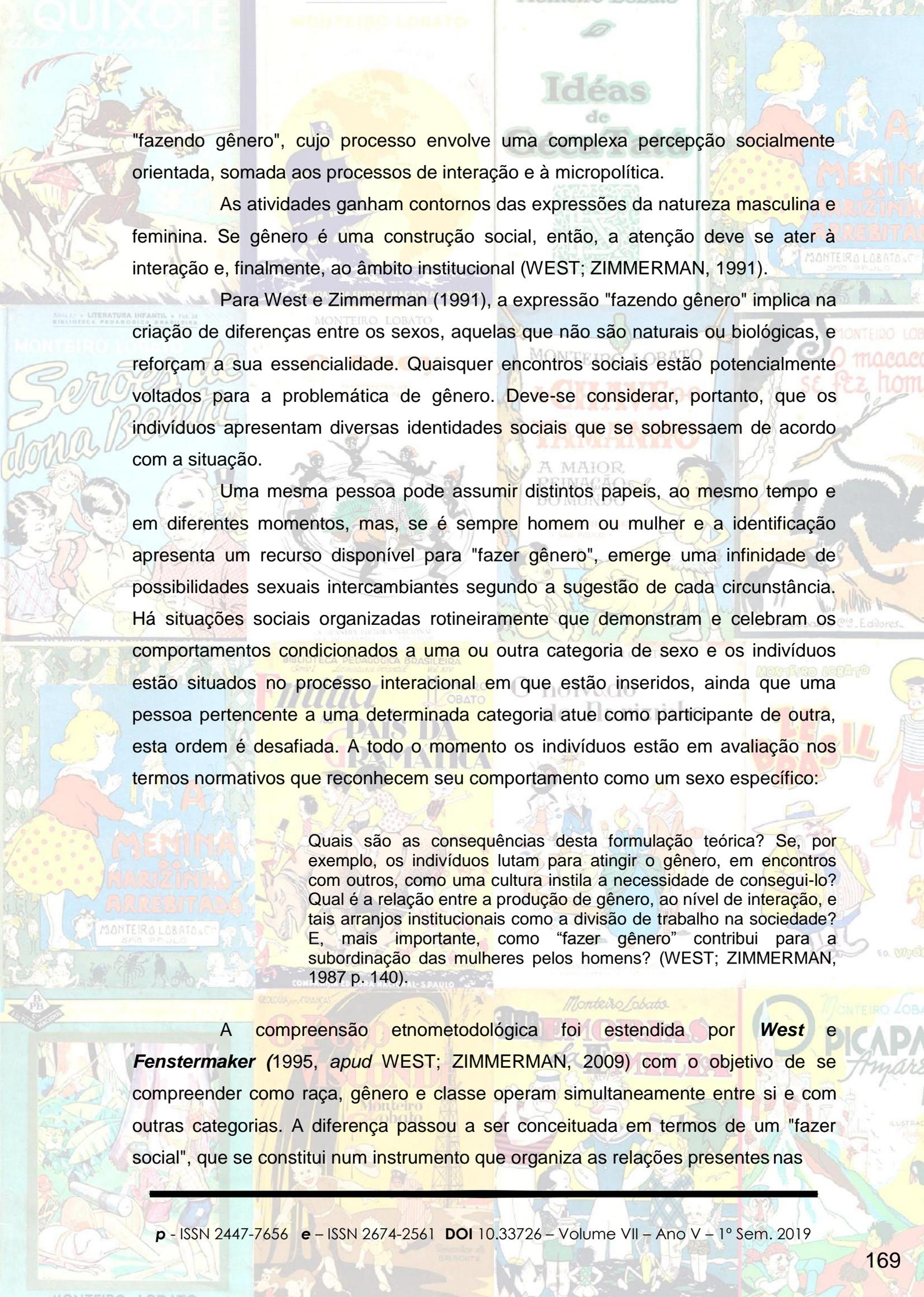
As pesquisadoras West e Zimmerman (1987, 1991) propuseram o estudo das relações de gênero, a partir da abordagem interacionista. A linha central das perspectivas que compõem esta abordagem é a etnometodologia ("fazendo gênero"); a teoria das características de *status* e gênero, e a homifilia – que trata da categorização de sexo.

Um ponto essencial para as autoras é a legitimação dos arranjos sociais baseados na formação da "categoria de sexo". Conforme Goffman (1956,1977), para as sociedades de diversas temporalidades, o sexo, enquanto categoria tornou-se a base de um código fundamental, cujas interações e estruturas sociais são construídas. É, por assim dizer, um código individual que também estabelece as concepções individuais relativas à natureza humana.

A categoria "sexo", desse modo, é um importante elemento no critério de diferenciação social e acarreta importantes consequências para os indivíduos ou grupos. Um exemplo disso é a alocação assimétrica de recursos e de poder, no universo privado e/ou público, e nas relações interpessoais que têm origem nas distinções ancoradas na sexualidade. A disposição de gênero faz com que os arranjos sociais sejam formas legítimas de organizar a vida social. As assimetrias geradas podem ser visíveis enquanto disposições duradouras. A ordem social é o *locus* de sobrevivência da ordem natural (SOUZA, 2010; WHARTON, 2005):

O gênero é um poderoso artifício ideológico, que produz, reproduz, e legitima as escolhas e os limites que são predicados sobre a categoria sexo. Uma compreensão de como o gênero é produzido nas situações sociais permitirá o esclarecimento do arcabouço interacional da estrutura social e dos processos de controle social que o sustentam (WEST; ZIMMERMAN, 1987 p. 147).

No argumento etnometodológico ("fazendo gênero"), a centralidade da reflexão gira em torno de se analisar o fenômeno "gênero", a partir de uma realidade rotineira, metódica e recorrente presente nas relações sociais e nas reações dos homens e das mulheres, conforme a realidade cultural e histórica em que estão envolvidos. Sob este ponto de vista, homens e mulheres são reféns sociais do



"fazendo gênero", cujo processo envolve uma complexa percepção socialmente orientada, somada aos processos de interação e à micropolítica.

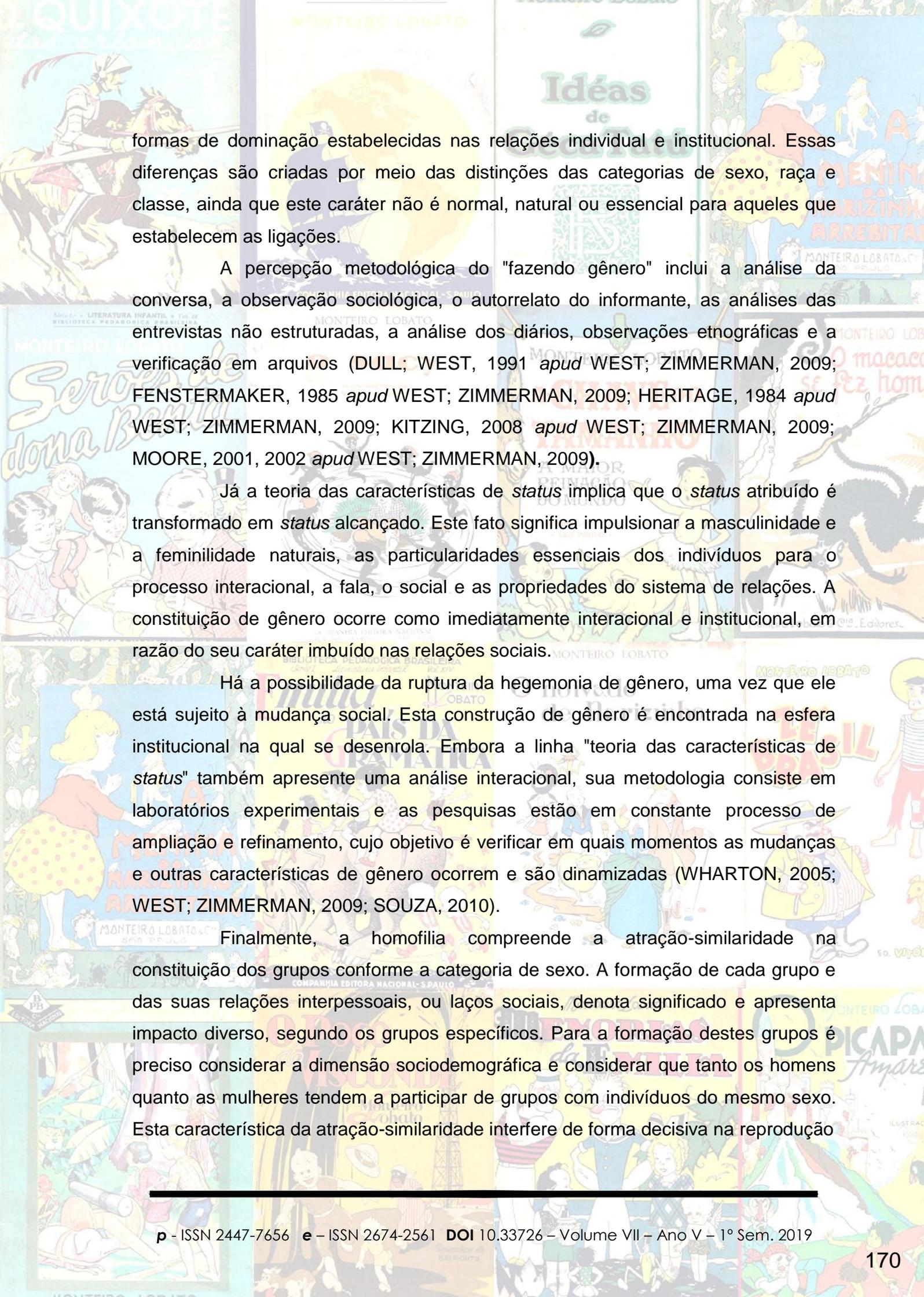
As atividades ganham contornos das expressões da natureza masculina e feminina. Se gênero é uma construção social, então, a atenção deve se ater à interação e, finalmente, ao âmbito institucional (WEST; ZIMMERMAN, 1991).

Para West e Zimmerman (1991), a expressão "fazendo gênero" implica na criação de diferenças entre os sexos, aquelas que não são naturais ou biológicas, e reforçam a sua essencialidade. Quaisquer encontros sociais estão potencialmente voltados para a problemática de gênero. Deve-se considerar, portanto, que os indivíduos apresentam diversas identidades sociais que se sobressaem de acordo com a situação.

Uma mesma pessoa pode assumir distintos papéis, ao mesmo tempo e em diferentes momentos, mas, se é sempre homem ou mulher e a identificação apresenta um recurso disponível para "fazer gênero", emerge uma infinidade de possibilidades sexuais intercambiantes segundo a sugestão de cada circunstância. Há situações sociais organizadas rotineiramente que demonstram e celebram os comportamentos condicionados a uma ou outra categoria de sexo e os indivíduos estão situados no processo interacional em que estão inseridos, ainda que uma pessoa pertencente a uma determinada categoria atue como participante de outra, esta ordem é desafiada. A todo o momento os indivíduos estão em avaliação nos termos normativos que reconhecem seu comportamento como um sexo específico:

Quais são as consequências desta formulação teórica? Se, por exemplo, os indivíduos lutam para atingir o gênero, em encontros com outros, como uma cultura instila a necessidade de consegui-lo? Qual é a relação entre a produção de gênero, ao nível de interação, e tais arranjos institucionais como a divisão de trabalho na sociedade? E, mais importante, como "fazer gênero" contribui para a subordinação das mulheres pelos homens? (WEST; ZIMMERMAN, 1987 p. 140).

A compreensão etnometodológica foi estendida por **West** e **Fenstermaker** (1995, *apud* WEST; ZIMMERMAN, 2009) com o objetivo de se compreender como raça, gênero e classe operam simultaneamente entre si e com outras categorias. A diferença passou a ser conceituada em termos de um "fazer social", que se constitui num instrumento que organiza as relações presentes nas



formas de dominação estabelecidas nas relações individual e institucional. Essas diferenças são criadas por meio das distinções das categorias de sexo, raça e classe, ainda que este caráter não é normal, natural ou essencial para aqueles que estabelecem as ligações.

A percepção metodológica do "fazendo gênero" inclui a análise da conversa, a observação sociológica, o autorrelato do informante, as análises das entrevistas não estruturadas, a análise dos diários, observações etnográficas e a verificação em arquivos (DULL; WEST, 1991 *apud* WEST; ZIMMERMAN, 2009; FENSTERMAKER, 1985 *apud* WEST; ZIMMERMAN, 2009; HERITAGE, 1984 *apud* WEST; ZIMMERMAN, 2009; KITZING, 2008 *apud* WEST; ZIMMERMAN, 2009; MOORE, 2001, 2002 *apud* WEST; ZIMMERMAN, 2009).

Já a teoria das características de *status* implica que o *status* atribuído é transformado em *status* alcançado. Este fato significa impulsionar a masculinidade e a feminilidade naturais, as particularidades essenciais dos indivíduos para o processo interacional, a fala, o social e as propriedades do sistema de relações. A constituição de gênero ocorre como imediatamente interacional e institucional, em razão do seu caráter imbuído nas relações sociais.

Há a possibilidade da ruptura da hegemonia de gênero, uma vez que ele está sujeito à mudança social. Esta construção de gênero é encontrada na esfera institucional na qual se desenrola. Embora a linha "teoria das características de *status*" também apresente uma análise interacional, sua metodologia consiste em laboratórios experimentais e as pesquisas estão em constante processo de ampliação e refinamento, cujo objetivo é verificar em quais momentos as mudanças e outras características de gênero ocorrem e são dinamizadas (WHARTON, 2005; WEST; ZIMMERMAN, 2009; SOUZA, 2010).

Finalmente, a homofilia compreende a atração-similaridade na constituição dos grupos conforme a categoria de sexo. A formação de cada grupo e das suas relações interpessoais, ou laços sociais, denota significado e apresenta impacto diverso, segundo os grupos específicos. Para a formação destes grupos é preciso considerar a dimensão sociodemográfica e considerar que tanto os homens quanto as mulheres tendem a participar de grupos com indivíduos do mesmo sexo. Esta característica da atração-similaridade interfere de forma decisiva na reprodução

da desigualdade, pois cada pessoa terá o seu olhar e suas escolhas influenciadas pelos contextos e grupos em que está inserida (WHARTON, 2005; SOUZA, 2010):

Estas „escolhas” influenciam na segregação, na alocação de profissionais no mercado de trabalho e na tendência de determinados estratos serem de característica tipicamente feminina e, por esta razão, contribuem para o aumento e a reprodução da desigualdade entre homens e mulheres. Este mesmo ponto que culmina em atitudes discriminatórias pode ser encontrado na vertente de *status* ou „fazendo a diferença”. Como a categoria de sexo, as categorias de idade, raça e idade também estão na produção de similaridades ou dissimilaridades de grupos e indivíduos e no acesso desigual a poderes e a recursos (WHARTON, 2005, p. 52).

Na referência conceitual de gênero, outras autoras comungam da perspectiva interacional. Para Wharton (2005), a interação presente na organização e na rotina marca a vida social, organizando-a. A prática social está relacionada às organizações, principalmente no que concerne à construção e à reprodução da desigualdade e à diferenciação de gênero. Mas, é necessário ampliar o leque de análise para os indivíduos e, especialmente, as instituições, já que as mesmas são capazes de tecer um panorama mais fiel dos interstícios da vida social, se forem analisadas somente pelo espectro das organizações (SOUZA, 2010).

Nesta abordagem interacional, Wharton (2005) analisa o conceito de gênero. Ela, contudo, expande o conceito na operacionalização de outras duas escolas: a individual e a institucional.

Desta forma, a configuração de gênero passa a operar em três níveis: individual, interacional e institucional. No nível individual, embora haja discordâncias entre as escolas sobre o modo de ocorrência e a durabilidade das assimetrias, é senso comum que todos os indivíduos apresentem uma vida generada³. Já a interação se situa na produção das desigualdades na interação cotidiana, recorrente e por meio das relações sociais. No terceiro nível, o institucional, as discrepâncias de gênero são geradas pelos arranjos organizacionais e pelas instituições.

³ Trata-se de palavra ainda não dicionarizada e nem elencada pelo VOLP – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, documento ortográfico editado pela ABL – Academia Brasileira de Letras. Contudo, nesta condição de neologismo, o termo “generar” tem sido utilizado como um verbo e, nesta acepção, é tido como de “uso corrente”, associado à ideia de “atribuir gênero a”, variando em Língua Portuguesa, como variam os verbos regulares de primeira conjugação.

Neste sentido, as práticas sociais não apresentam um modelo único de atividade: constituem-se modelos múltiplos e, conforme estas configurações das desigualdades, as práticas sociais são reproduzidas. O mundo social reflete, assim, de forma clara, o princípio de poder e gênero na vida social (SOUZA, 2010).

A reflexão a respeito do conceito de gênero como instituição social, sobretudo com as novas denotações conceituais de instituição, implica uma forma renovada de se pensar no comportamento de gênero, flertando com a possibilidade de mudança e de agregação de valor às mulheres nas diversas esferas da vida social (CONNEL, 1987; MARTIN, 2004).

2. GÊNERO E INSTITUIÇÃO

A proposta de Martin (2004) é a que analisa o conceito de gênero como uma instituição social. Compreender gênero como uma instituição, sob a ótica creditada por Martin, significa abranger críticas e perspectivas de uma sociabilidade profunda e torná-lo passível de uma mudança intencional, incluindo sua desconstrução (RISMAN, 2009).

Em seu artigo, "Gênero como instituição social" (2004), Martin apresenta diferentes análises referentes ao conceito de instituição. Primeiro, apresentam-se as vertentes e as mudanças dos séculos XX e XXI e, posteriormente, apresenta sua própria construção do termo.

No século XX, as abordagens referentes à instituição, a caracterizavam como persistente, resistente e sem efemeridade no curso do tempo. As instituições apresentavam uma perspectiva macro social, sendo exteriores aos indivíduos, e podiam ser exemplificadas com a família, religião, educação, política e economia. Alguns analisavam a sociedade como um conjunto de instituições, necessárias, harmoniosas. Há autores que analisam o que é a instituição, outros, o que a instituição faz. Esta ainda é imbuída por qualidades morais e éticas (BERGER; LUCKMANN, 1966; BELLAH; COLLEAGUES, 1999; SEARLE, 1969, 1995 *apud* MARTIN, 2004).

A instituição era vista como aquela que controlava, capacitava e facilitava seus efeitos. Em meados do século XX, as instituições eram associadas a normas e a valores, mas, sob uma definição estática, sem processos e práticas que incluíam o

indivíduo no processo de formação social. Entretanto, alguns pesquisadores indicavam conflitos inerentes às instituições:

Nisbet criticou a definição de instituições feita pelos sociólogos, que ignorava as pessoas; representava cada instituição como separadas de todas as outras; sugeria um quadro a-histórico; descrevia as instituições como livres de conflitos, inconsistências, e mudanças, e falhava em considerar suas origens. Nisbet pediu mais atenção à agência (ao aspecto) humana (o) ao se criar e mudar as instituições sociais, e que os estudiosos estruturassem (considerassem) as instituições como se peçadas de conflitos, incoerências, e mudanças. Conflito *dentro das* bem como *entre as* instituições é pervasivo, ele argumentou (...) e esta dinâmica deveria ser explorada (ver Roscigno 2000, sobre dinâmica interinstitucional) (NISBET, 1953 *apud* MARTIN, 2004, p. 1254).

Martin (2004) ressalta que as escolas de gênero estiveram na vanguarda da dinâmica inclusiva das pessoas nas práticas e nas interações dos indivíduos que atuam e influenciam na constituição da instituição social. A autora reflete sobre as proposições dos teóricos contemporâneos, que veem as instituições como um conjunto de regras, costumes e rotinas capazes de transformação. Daí é que, autores como Giddens e Connell a apreendem em termos de repetição, costume e reprodução de práticas sociais.

Por sua vez, Acker se concentra nas práticas concretas e nos processos mobilizadores de gênero em vários caminhos, e **Ridgeway** aponta ligações nas crenças e nas práticas de gênero que culpabilizam (penalizam) as mulheres integrantes de movimentos sociais (GIDDENS, 1984 *apud* MARTIN, 2004; CONNELL, 1987 *apud* MARTIN, 2004; ACKER, 1992 *apud* MARTIN, 2004; RIDGEWAY, 2001 *apud* MARTIN, 2004):

Único entre os autores revistos até agora, Giddens considera o corpo e o empoderamento na dinâmica institucional, afirmando a significância dos corpos que existem materialmente e, conseqüentemente, fazem coisas, um tema desenvolvido posteriormente por Connell (...) em relação a gênero e sexualidade. As pessoas têm corpos que fazem coisas via ação física e comunicativa e, ao agirem, constituem a si mesmas na sociedade, com a estruturação referindo-se à constituição simultânea de “agentes” e “estruturas”. Giddens reconhece as pessoas como atores situados, que, ativamente, constituem e reconstituem as instituições sociais e, ao fazer assim, sugere “de onde as instituições vêm”, e

“Attempts to understand gender without taking into account the state/polity and other institutions will produce flawed results, as will any attempt to understand other institutions without taking gender into account”⁴ (2004, p. 1259).

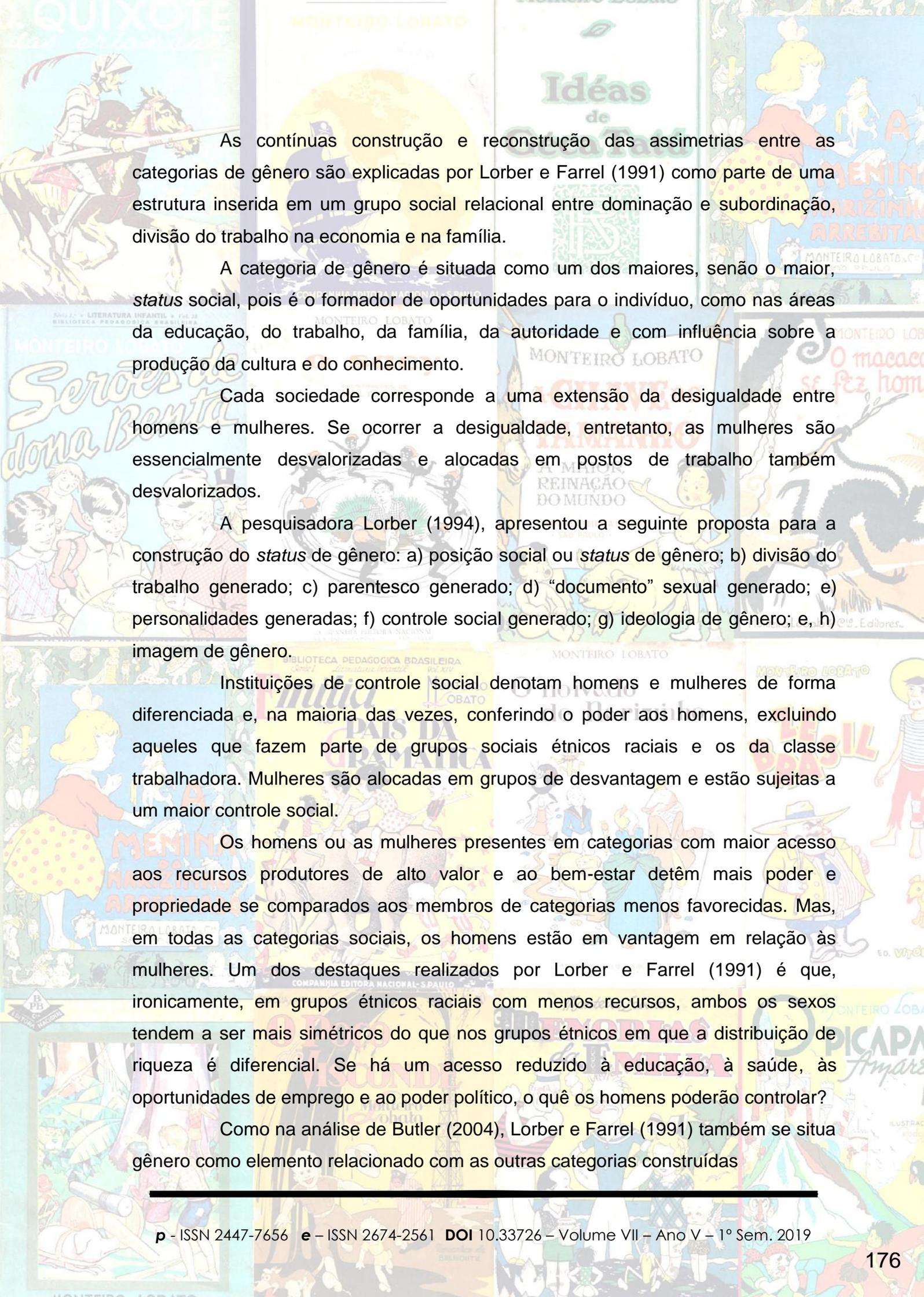
Estudos como os de Wharton (2005) buscaram compreender a mudança social presente nos processos sociais extremamente institucionalizados como o de gênero. Este esforço intelectual produziu dois conhecimentos-chaves dignos de nota, pois são considerados relevantes para a redução da desigualdade entre mulheres e homens. Concluiu-se que as relações sociais altamente institucionalizadas não são passíveis de imunidade, pois a mudança social é inevitável e contínua, em um crescimento de viés diversificado no mundo.

Além da onipresença da mudança social, pode-se compreender que esta modificação quase nunca ocorre da mesma maneira. Na maioria das vezes é desigual e seus impactos, no tempo e no espaço, abrangem efeitos diferenciados. Esta mudança “cria conflito, tensão, e ruptura, o que tem, às vezes, inspirado tentativas de mais longo alcance e mais conscientes, para se alterar os arranjos institucionalizados” (WHARTON, 2005, p. 226).

3. INSTITUIÇÃO, STATUS DE GÊNERO E TRABALHO

As normas sociais ocasionam consequências acentuadas na análise relacionada à maneira de agir do ser humano. Os seres humanos são compreendidos diversamente segundo a legibilidade da raça, a reconhecibilidade da morfologia, a comprovação perceptual do que é o sexo e a compreensão categórica referente à etnia. Com os signos sociais avaliados, alguns indivíduos são aquinhoados com maior relevância social do que os demais, não reconhecidos socialmente em sua plenitude. Em particular, estas últimas pessoas citadas apresentam uma vida social inviável e participam de uma ordem de vida inabitável. O reconhecimento muitas vezes implica na construção ou na desconstrução do outro, momento em que o indivíduo é pensando diferencialmente e assimetricamente (BUTLER, 2004).

⁴Tradução livre da autora: “Tenta compreender o gênero sem levar em conta o sexo ou como o Estado e outras instituições o compreendem, ainda que se produzam resultados imperfeitos em tal compreensão”.



As contínuas construção e reconstrução das assimetrias entre as categorias de gênero são explicadas por Lorber e Farrel (1991) como parte de uma estrutura inserida em um grupo social relacional entre dominação e subordinação, divisão do trabalho na economia e na família.

A categoria de gênero é situada como um dos maiores, senão o maior, *status* social, pois é o formador de oportunidades para o indivíduo, como nas áreas da educação, do trabalho, da família, da autoridade e com influência sobre a produção da cultura e do conhecimento.

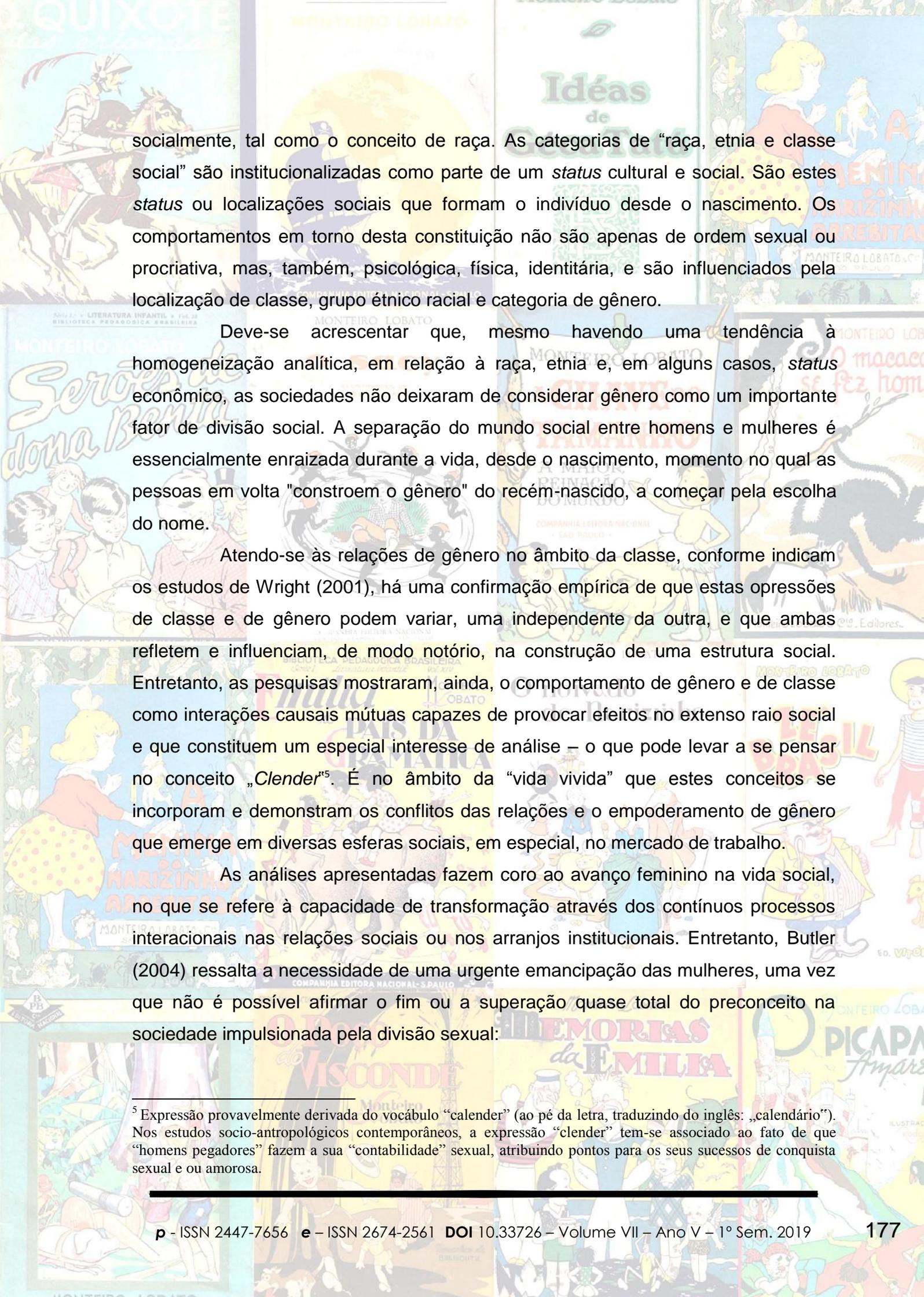
Cada sociedade corresponde a uma extensão da desigualdade entre homens e mulheres. Se ocorrer a desigualdade, entretanto, as mulheres são essencialmente desvalorizadas e alocadas em postos de trabalho também desvalorizados.

A pesquisadora Lorber (1994), apresentou a seguinte proposta para a construção do *status* de gênero: a) posição social ou *status* de gênero; b) divisão do trabalho gerado; c) parentesco gerado; d) “documento” sexual gerado; e) personalidades geradas; f) controle social gerado; g) ideologia de gênero; e, h) imagem de gênero.

Instituições de controle social denotam homens e mulheres de forma diferenciada e, na maioria das vezes, conferindo o poder aos homens, excluindo aqueles que fazem parte de grupos sociais étnicos raciais e os da classe trabalhadora. Mulheres são alocadas em grupos de desvantagem e estão sujeitas a um maior controle social.

Os homens ou as mulheres presentes em categorias com maior acesso aos recursos produtores de alto valor e ao bem-estar detêm mais poder e propriedade se comparados aos membros de categorias menos favorecidas. Mas, em todas as categorias sociais, os homens estão em vantagem em relação às mulheres. Um dos destaques realizados por Lorber e Farrel (1991) é que, ironicamente, em grupos étnicos raciais com menos recursos, ambos os sexos tendem a ser mais simétricos do que nos grupos étnicos em que a distribuição de riqueza é diferencial. Se há um acesso reduzido à educação, à saúde, às oportunidades de emprego e ao poder político, o quê os homens poderão controlar?

Como na análise de Butler (2004), Lorber e Farrel (1991) também se situa gênero como elemento relacionado com as outras categorias construídas



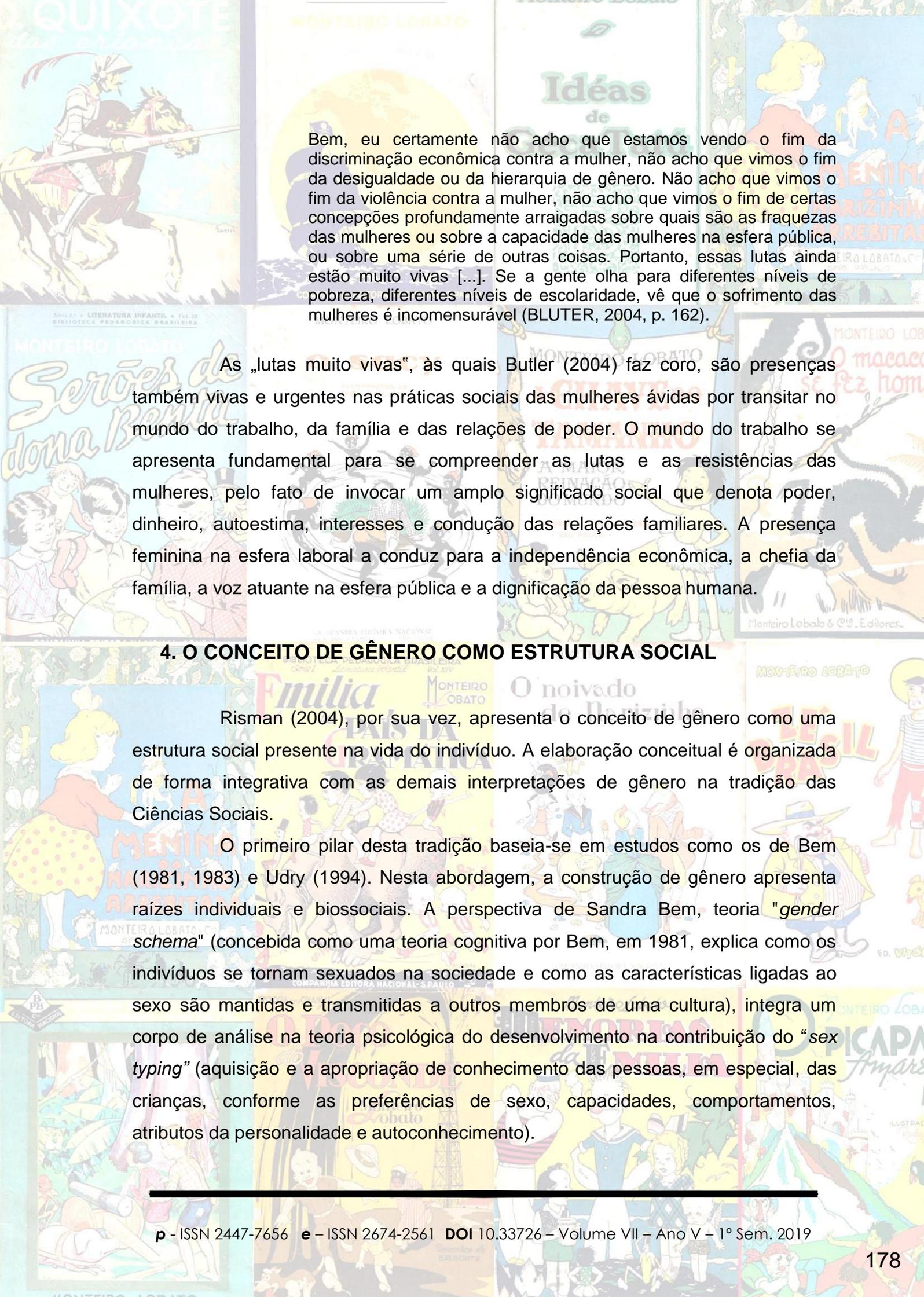
socialmente, tal como o conceito de raça. As categorias de “raça, etnia e classe social” são institucionalizadas como parte de um *status* cultural e social. São estes *status* ou localizações sociais que formam o indivíduo desde o nascimento. Os comportamentos em torno desta constituição não são apenas de ordem sexual ou procriativa, mas, também, psicológica, física, identitária, e são influenciados pela localização de classe, grupo étnico racial e categoria de gênero.

Deve-se acrescentar que, mesmo havendo uma tendência à homogeneização analítica, em relação à raça, etnia e, em alguns casos, *status* econômico, as sociedades não deixaram de considerar gênero como um importante fator de divisão social. A separação do mundo social entre homens e mulheres é essencialmente enraizada durante a vida, desde o nascimento, momento no qual as pessoas em volta “constroem o gênero” do recém-nascido, a começar pela escolha do nome.

Atendo-se às relações de gênero no âmbito da classe, conforme indicam os estudos de Wright (2001), há uma confirmação empírica de que estas opressões de classe e de gênero podem variar, uma independente da outra, e que ambas refletem e influenciam, de modo notório, na construção de uma estrutura social. Entretanto, as pesquisas mostraram, ainda, o comportamento de gênero e de classe como interações causais mútuas capazes de provocar efeitos no extenso raio social e que constituem um especial interesse de análise – o que pode levar a se pensar no conceito „Clender”⁵. É no âmbito da “vida vivida” que estes conceitos se incorporam e demonstram os conflitos das relações e o empoderamento de gênero que emerge em diversas esferas sociais, em especial, no mercado de trabalho.

As análises apresentadas fazem coro ao avanço feminino na vida social, no que se refere à capacidade de transformação através dos contínuos processos interacionais nas relações sociais ou nos arranjos institucionais. Entretanto, Butler (2004) ressalta a necessidade de uma urgente emancipação das mulheres, uma vez que não é possível afirmar o fim ou a superação quase total do preconceito na sociedade impulsionada pela divisão sexual:

⁵ Expressão provavelmente derivada do vocábulo “calender” (ao pé da letra, traduzindo do inglês: „calendário”). Nos estudos socio-antropológicos contemporâneos, a expressão “clender” tem-se associado ao fato de que “homens pegadores” fazem a sua “contabilidade” sexual, atribuindo pontos para os seus sucessos de conquista sexual e ou amorosa.



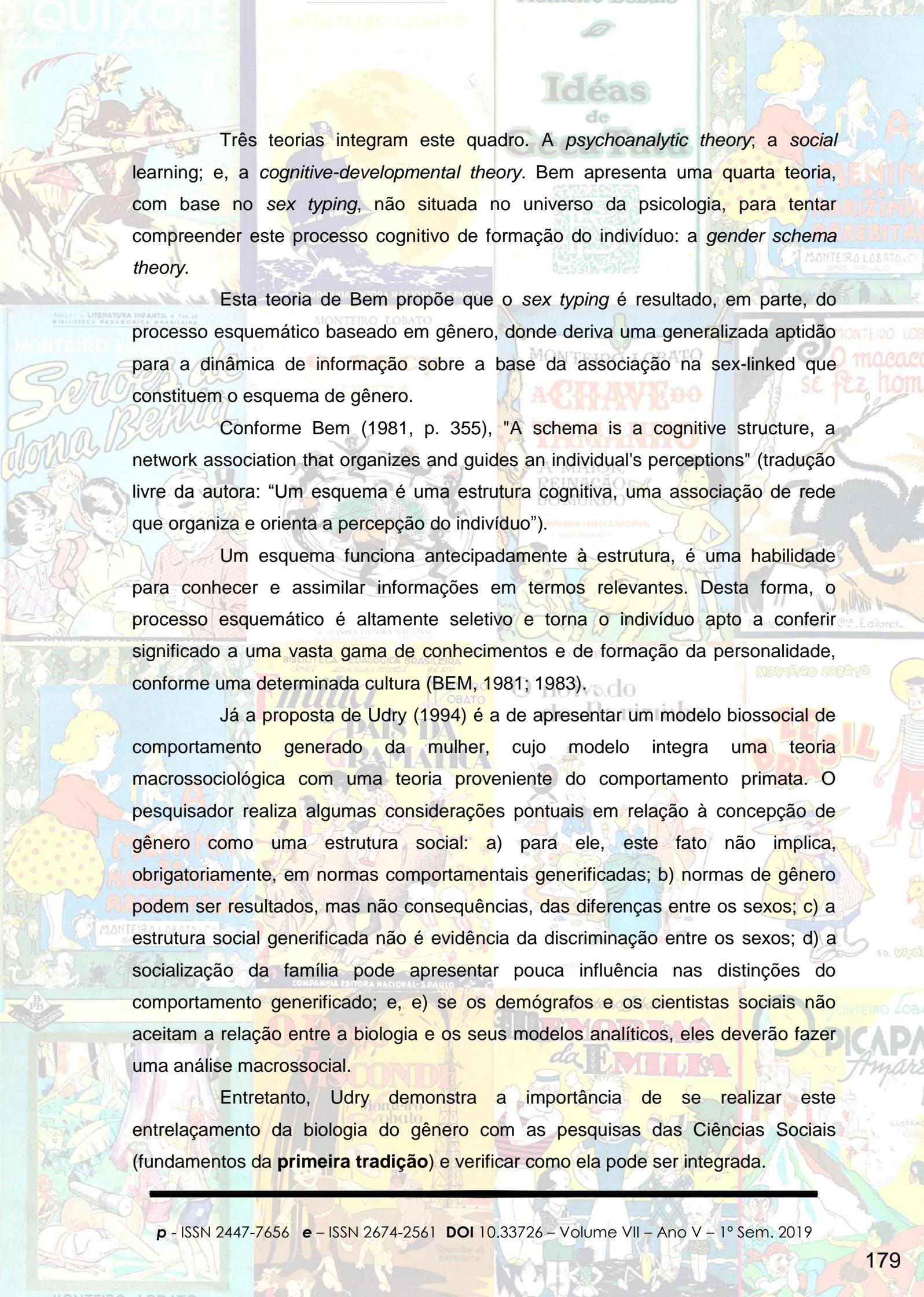
Bem, eu certamente não acho que estamos vendo o fim da discriminação econômica contra a mulher, não acho que vimos o fim da desigualdade ou da hierarquia de gênero. Não acho que vimos o fim da violência contra a mulher, não acho que vimos o fim de certas concepções profundamente arraigadas sobre quais são as fraquezas das mulheres ou sobre a capacidade das mulheres na esfera pública, ou sobre uma série de outras coisas. Portanto, essas lutas ainda estão muito vivas [...]. Se a gente olha para diferentes níveis de pobreza, diferentes níveis de escolaridade, vê que o sofrimento das mulheres é incomensurável (BLUTER, 2004, p. 162).

As „lutas muito vivas“, às quais Butler (2004) faz coro, são presenças também vivas e urgentes nas práticas sociais das mulheres ávidas por transitar no mundo do trabalho, da família e das relações de poder. O mundo do trabalho se apresenta fundamental para se compreender as lutas e as resistências das mulheres, pelo fato de invocar um amplo significado social que denota poder, dinheiro, autoestima, interesses e condução das relações familiares. A presença feminina na esfera laboral a conduz para a independência econômica, a chefia da família, a voz atuante na esfera pública e a dignificação da pessoa humana.

4. O CONCEITO DE GÊNERO COMO ESTRUTURA SOCIAL

Risman (2004), por sua vez, apresenta o conceito de gênero como uma estrutura social presente na vida do indivíduo. A elaboração conceitual é organizada de forma integrativa com as demais interpretações de gênero na tradição das Ciências Sociais.

O primeiro pilar desta tradição baseia-se em estudos como os de Bem (1981, 1983) e Udry (1994). Nesta abordagem, a construção de gênero apresenta raízes individuais e biossociais. A perspectiva de Sandra Bem, teoria "*gender schema*" (concebida como uma teoria cognitiva por Bem, em 1981, explica como os indivíduos se tornam sexuados na sociedade e como as características ligadas ao sexo são mantidas e transmitidas a outros membros de uma cultura), integra um corpo de análise na teoria psicológica do desenvolvimento na contribuição do "*sex typing*" (aquisição e a apropriação de conhecimento das pessoas, em especial, das crianças, conforme as preferências de sexo, capacidades, comportamentos, atributos da personalidade e autoconhecimento).



Três teorias integram este quadro. A *psychoanalytic theory*; a *social learning*; e, a *cognitive-developmental theory*. Bem apresenta uma quarta teoria, com base no *sex typing*, não situada no universo da psicologia, para tentar compreender este processo cognitivo de formação do indivíduo: a *gender schema theory*.

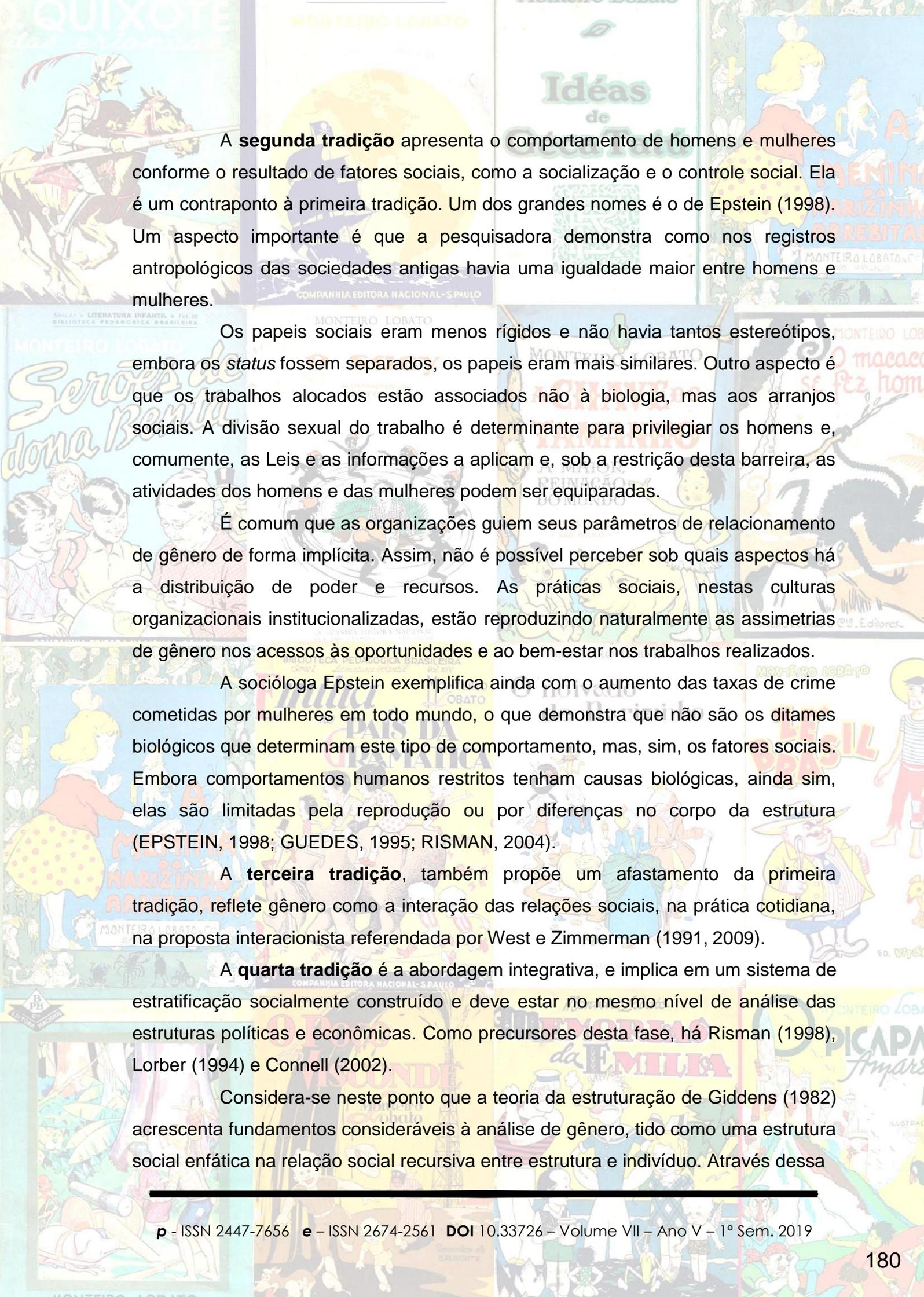
Esta teoria de Bem propõe que o *sex typing* é resultado, em parte, do processo esquemático baseado em gênero, donde deriva uma generalizada aptidão para a dinâmica de informação sobre a base da associação na sex-linked que constituem o esquema de gênero.

Conforme Bem (1981, p. 355), "A schema is a cognitive structure, a network association that organizes and guides an individual's perceptions" (tradução livre da autora: "Um esquema é uma estrutura cognitiva, uma associação de rede que organiza e orienta a percepção do indivíduo").

Um esquema funciona antecipadamente à estrutura, é uma habilidade para conhecer e assimilar informações em termos relevantes. Desta forma, o processo esquemático é altamente seletivo e torna o indivíduo apto a conferir significado a uma vasta gama de conhecimentos e de formação da personalidade, conforme uma determinada cultura (BEM, 1981; 1983).

Já a proposta de Udry (1994) é a de apresentar um modelo biossocial de comportamento gerado da mulher, cujo modelo integra uma teoria macrossociológica com uma teoria proveniente do comportamento primata. O pesquisador realiza algumas considerações pontuais em relação à concepção de gênero como uma estrutura social: a) para ele, este fato não implica, obrigatoriamente, em normas comportamentais generificadas; b) normas de gênero podem ser resultados, mas não consequências, das diferenças entre os sexos; c) a estrutura social generificada não é evidência da discriminação entre os sexos; d) a socialização da família pode apresentar pouca influência nas distinções do comportamento generificado; e, e) se os demógrafos e os cientistas sociais não aceitam a relação entre a biologia e os seus modelos analíticos, eles deverão fazer uma análise macrossocial.

Entretanto, Udry demonstra a importância de se realizar este entrelaçamento da biologia do gênero com as pesquisas das Ciências Sociais (fundamentos da **primeira tradição**) e verificar como ela pode ser integrada.



A **segunda tradição** apresenta o comportamento de homens e mulheres conforme o resultado de fatores sociais, como a socialização e o controle social. Ela é um contraponto à primeira tradição. Um dos grandes nomes é o de Epstein (1998). Um aspecto importante é que a pesquisadora demonstra como nos registros antropológicos das sociedades antigas havia uma igualdade maior entre homens e mulheres.

Os papéis sociais eram menos rígidos e não havia tantos estereótipos, embora os *status* fossem separados, os papéis eram mais similares. Outro aspecto é que os trabalhos alocados estão associados não à biologia, mas aos arranjos sociais. A divisão sexual do trabalho é determinante para privilegiar os homens e, comumente, as Leis e as informações a aplicam e, sob a restrição desta barreira, as atividades dos homens e das mulheres podem ser equiparadas.

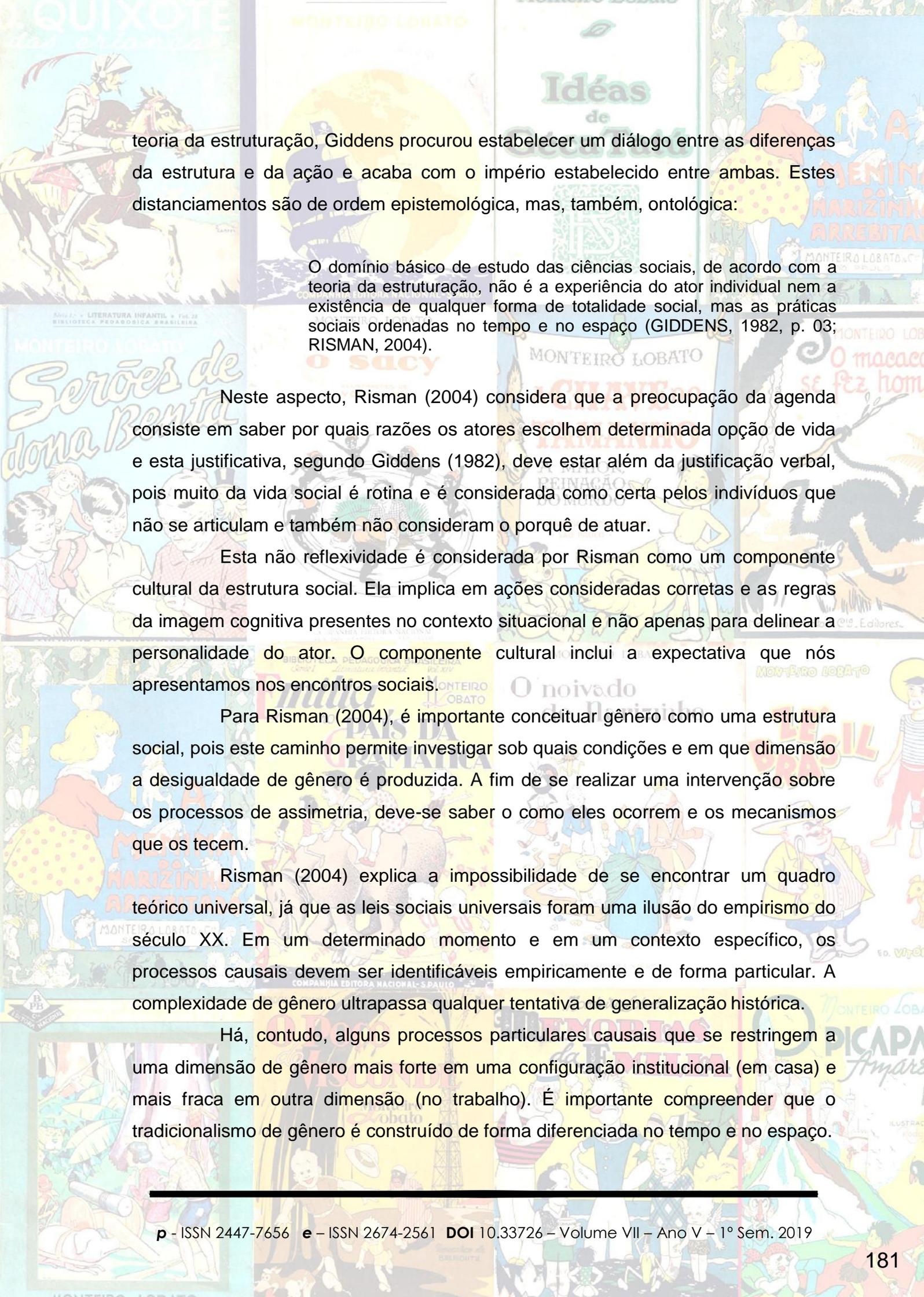
É comum que as organizações guiem seus parâmetros de relacionamento de gênero de forma implícita. Assim, não é possível perceber sob quais aspectos há a distribuição de poder e recursos. As práticas sociais, nestas culturas organizacionais institucionalizadas, estão reproduzindo naturalmente as assimetrias de gênero nos acessos às oportunidades e ao bem-estar nos trabalhos realizados.

A socióloga Epstein exemplifica ainda com o aumento das taxas de crime cometidas por mulheres em todo mundo, o que demonstra que não são os ditames biológicos que determinam este tipo de comportamento, mas, sim, os fatores sociais. Embora comportamentos humanos restritos tenham causas biológicas, ainda sim, elas são limitadas pela reprodução ou por diferenças no corpo da estrutura (EPSTEIN, 1998; GUEDES, 1995; RISMAN, 2004).

A **terceira tradição**, também propõe um afastamento da primeira tradição, reflete gênero como a interação das relações sociais, na prática cotidiana, na proposta interacionista referendada por West e Zimmerman (1991, 2009).

A **quarta tradição** é a abordagem integrativa, e implica em um sistema de estratificação socialmente construído e deve estar no mesmo nível de análise das estruturas políticas e econômicas. Como precursores desta fase, há Risman (1998), Lorber (1994) e Connell (2002).

Considera-se neste ponto que a teoria da estruturação de Giddens (1982) acrescenta fundamentos consideráveis à análise de gênero, tido como uma estrutura social enfática na relação social recursiva entre estrutura e indivíduo. Através dessa



teoria da estruturação, Giddens procurou estabelecer um diálogo entre as diferenças da estrutura e da ação e acaba com o império estabelecido entre ambas. Estes distanciamentos são de ordem epistemológica, mas, também, ontológica:

O domínio básico de estudo das ciências sociais, de acordo com a teoria da estruturação, não é a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no tempo e no espaço (GIDDENS, 1982, p. 03; RISMAN, 2004).

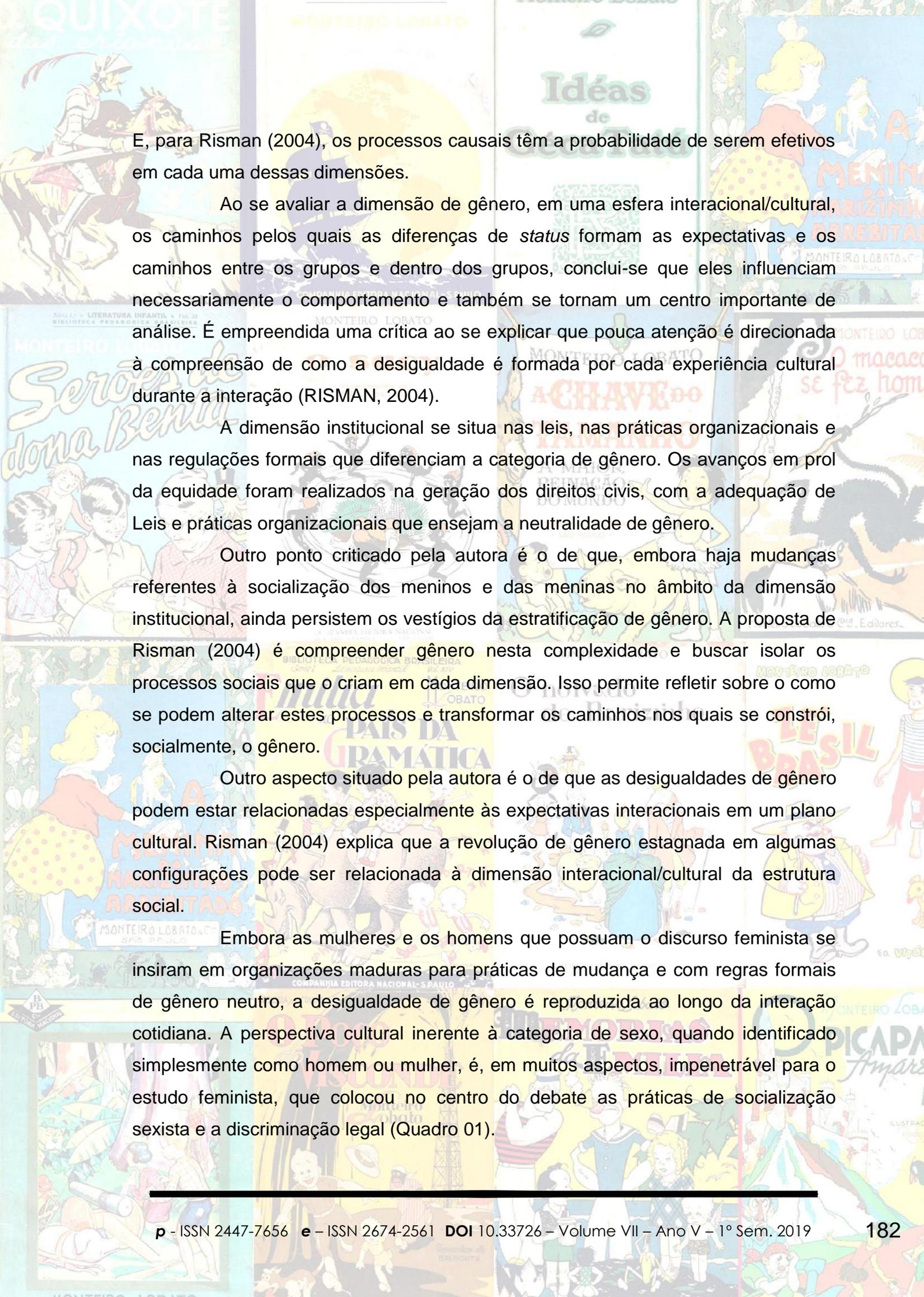
Neste aspecto, Risman (2004) considera que a preocupação da agenda consiste em saber por quais razões os atores escolhem determinada opção de vida e esta justificativa, segundo Giddens (1982), deve estar além da justificativa verbal, pois muito da vida social é rotina e é considerada como certa pelos indivíduos que não se articulam e também não consideram o porquê de atuar.

Esta não reflexividade é considerada por Risman como um componente cultural da estrutura social. Ela implica em ações consideradas corretas e as regras da imagem cognitiva presentes no contexto situacional e não apenas para delinear a personalidade do ator. O componente cultural inclui a expectativa que nós apresentamos nos encontros sociais.

Para Risman (2004), é importante conceituar gênero como uma estrutura social, pois este caminho permite investigar sob quais condições e em que dimensão a desigualdade de gênero é produzida. A fim de se realizar uma intervenção sobre os processos de assimetria, deve-se saber o como eles ocorrem e os mecanismos que os tecem.

Risman (2004) explica a impossibilidade de se encontrar um quadro teórico universal, já que as leis sociais universais foram uma ilusão do empirismo do século XX. Em um determinado momento e em um contexto específico, os processos causais devem ser identificáveis empiricamente e de forma particular. A complexidade de gênero ultrapassa qualquer tentativa de generalização histórica.

Há, contudo, alguns processos particulares causais que se restringem a uma dimensão de gênero mais forte em uma configuração institucional (em casa) e mais fraca em outra dimensão (no trabalho). É importante compreender que o tradicionalismo de gênero é construído de forma diferenciada no tempo e no espaço.



E, para Risman (2004), os processos causais têm a probabilidade de serem efetivos em cada uma dessas dimensões.

Ao se avaliar a dimensão de gênero, em uma esfera interacional/cultural, os caminhos pelos quais as diferenças de *status* formam as expectativas e os caminhos entre os grupos e dentro dos grupos, conclui-se que eles influenciam necessariamente o comportamento e também se tornam um centro importante de análise. É empreendida uma crítica ao se explicar que pouca atenção é direcionada à compreensão de como a desigualdade é formada por cada experiência cultural durante a interação (RISMAN, 2004).

A dimensão institucional se situa nas leis, nas práticas organizacionais e nas regulações formais que diferenciam a categoria de gênero. Os avanços em prol da equidade foram realizados na geração dos direitos civis, com a adequação de Leis e práticas organizacionais que ensejam a neutralidade de gênero.

Outro ponto criticado pela autora é o de que, embora haja mudanças referentes à socialização dos meninos e das meninas no âmbito da dimensão institucional, ainda persistem os vestígios da estratificação de gênero. A proposta de Risman (2004) é compreender gênero nesta complexidade e buscar isolar os processos sociais que o criam em cada dimensão. Isso permite refletir sobre o como se podem alterar estes processos e transformar os caminhos nos quais se constrói, socialmente, o gênero.

Outro aspecto situado pela autora é o de que as desigualdades de gênero podem estar relacionadas especialmente às expectativas interacionais em um plano cultural. Risman (2004) explica que a revolução de gênero estagnada em algumas configurações pode ser relacionada à dimensão interacional/cultural da estrutura social.

Embora as mulheres e os homens que possuem o discurso feminista se insiram em organizações maduras para práticas de mudança e com regras formais de gênero neutro, a desigualdade de gênero é reproduzida ao longo da interação cotidiana. A perspectiva cultural inerente à categoria de sexo, quando identificado simplesmente como homem ou mulher, é, em muitos aspectos, impenetrável para o estudo feminista, que colocou no centro do debate as práticas de socialização sexista e a discriminação legal (Quadro 01).

Quadro 01 – Dimensões da estrutura de gênero, pela explicação do processo social

DIMENSÕES DA ESTRUTURA DE GÊNERO			
Processo Social	Interacional Individual	Nível da expectativa Cultural	Domínio Institucional
	Socialização Internalização Identidade de trabalho Construção de identidades	Expectativa de <i>status</i> Propensão cognitiva <i>Othering</i> <i>Trading power for patronage</i> <i>Altercasting</i>	Práticas Organizacionais Regulações legais Distribuição de Recursos Ideologia

Fonte: Risman (2004).

Nota: Estes exemplos de processos sociais são apresentados por Risman na tentativa de explicar a estrutura de gênero em cada dimensão, embora sejam ilustrativos e não esgotem os processos sociais possíveis e os mecanismos causais (2004, p. 437).

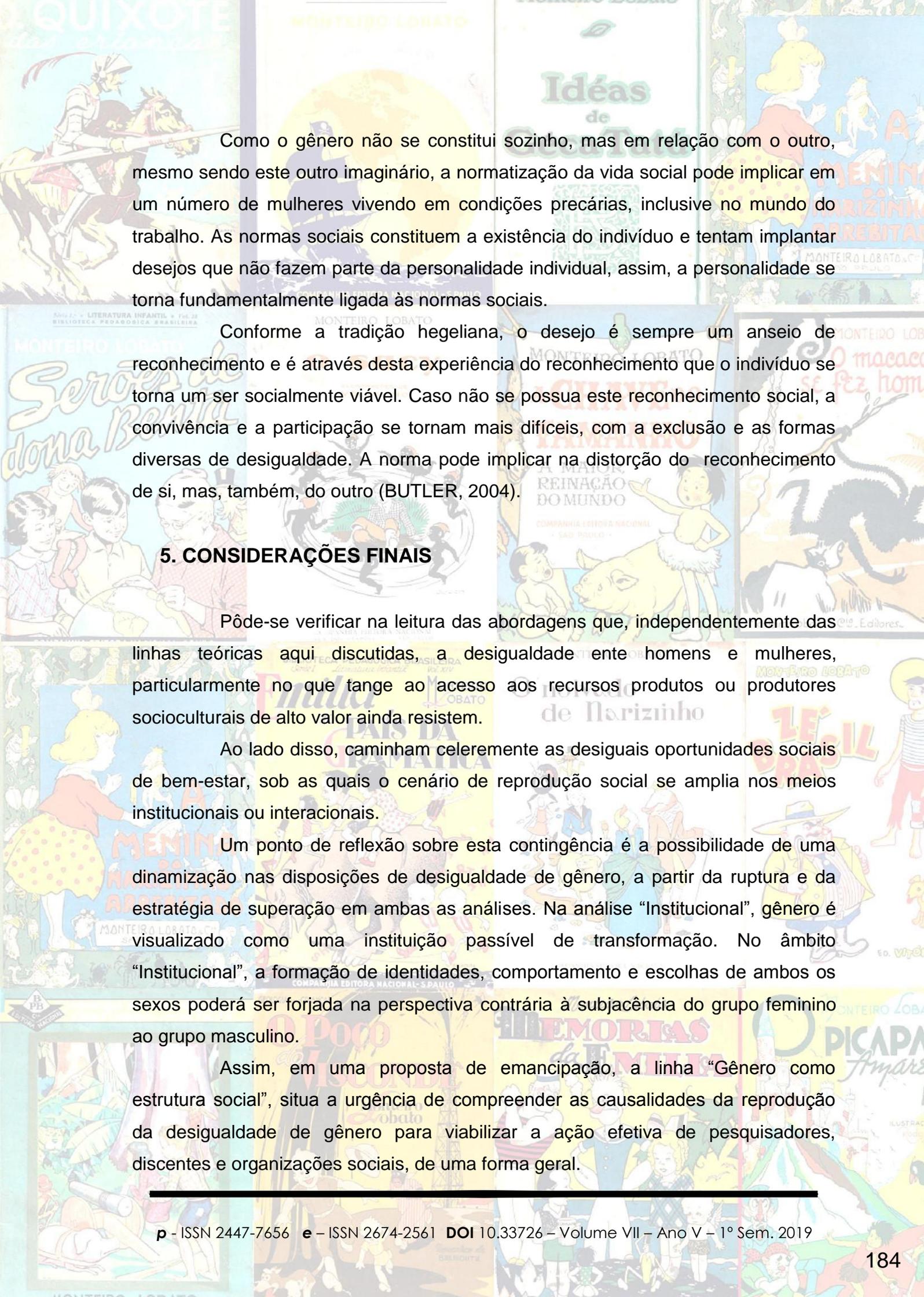
A abordagem proposta por Risman (2004) demonstra que a reflexão essencial nos estudos de gênero é a de pensar quais são os mecanismos construtores da desigualdade e por quais caminhos estes instrumentos podem ser modificados a fim de criar um mundo mais justo.

Como críticos e pesquisadores, é preciso estudar o gênero com o intuito de vislumbrar a estrutura desigual de gênero em um movimento de transformação. Além de estudar as assimetrias, deve-se pensar na melhoria da mulher, na transformação social e na questão da agência.

Os grupos subordinados se reúnem para a mobilização? Em qual momento? Os grupos superiores se mobilizam contrariamente àqueles? Como é possível compreender e identificar os processos de agência?

Risman (2004) explica a necessidade de se compreender o como e o porquê gênero é feito, independentemente de ser consciente ou não, para oferecer caminhos aos indivíduos que pretendem mudar a postura socialmente discriminatória:

Se nós podemos identificar os mecanismos que criam gênero, talvez nós possamos oferecer alternativas para eles e então usar nosso trabalho de pesquisa para contribuir para a construção de uma utopia feminista (p. 447).



Como o gênero não se constitui sozinho, mas em relação com o outro, mesmo sendo este outro imaginário, a normatização da vida social pode implicar em um número de mulheres vivendo em condições precárias, inclusive no mundo do trabalho. As normas sociais constituem a existência do indivíduo e tentam implantar desejos que não fazem parte da personalidade individual, assim, a personalidade se torna fundamentalmente ligada às normas sociais.

Conforme a tradição hegeliana, o desejo é sempre um anseio de reconhecimento e é através desta experiência do reconhecimento que o indivíduo se torna um ser socialmente viável. Caso não se possua este reconhecimento social, a convivência e a participação se tornam mais difíceis, com a exclusão e as formas diversas de desigualdade. A norma pode implicar na distorção do reconhecimento de si, mas, também, do outro (BUTLER, 2004).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se verificar na leitura das abordagens que, independentemente das linhas teóricas aqui discutidas, a desigualdade entre homens e mulheres, particularmente no que tange ao acesso aos recursos produtos ou produtores socioculturais de alto valor ainda resistem.

Ao lado disso, caminham celeremente as desiguais oportunidades sociais de bem-estar, sob as quais o cenário de reprodução social se amplia nos meios institucionais ou interacionais.

Um ponto de reflexão sobre esta contingência é a possibilidade de uma dinamização nas disposições de desigualdade de gênero, a partir da ruptura e da estratégia de superação em ambas as análises. Na análise “Institucional”, gênero é visualizado como uma instituição passível de transformação. No âmbito “Institucional”, a formação de identidades, comportamento e escolhas de ambos os sexos poderá ser forjada na perspectiva contrária à subjacência do grupo feminino ao grupo masculino.

Assim, em uma proposta de emancipação, a linha “Gênero como estrutura social”, situa a urgência de compreender as causalidades da reprodução da desigualdade de gênero para viabilizar a ação efetiva de pesquisadores, discentes e organizações sociais, de uma forma geral.

Além disso, uma das questões que envolvem a problemática da mulher no mercado de trabalho está relacionada com uma concepção normativa de gênero capaz de inferir no reconhecimento da mulher nas várias dimensões que a vida comporta, na construção do seu *self* e na capacidade de sobrevivência e perseverança em uma vida de fato vivível.

REFERÊNCIAS

BEM, Sandra Lipsitz. Gender Schema Theory and its implications for child development: raising gender-aschematic children in a gender-schematic society. *Signs*. Chicago: The University of Chicago Press, v. 8, n. 4, p. 598-616, 1983.

BEM, S. L.; ANDERSEN, S. M. Sex typing and androgyny in dyadic interaction: Individual differences in responsiveness to physical attractiveness. *Journal of Personality and Social Psychology*, n. 41, p.74-86, 1981.

BUTLER, Judith. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CONNELL, Robert William. *Gender and power: society, the person, and sexual politics*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

_____. *Gender*. Cambridge, UK: Polity Press, 2002.

EPSTEIN, Cynthia Fuchs. *Deceptive distinctions: sex, gender and the social order*. New Haven, CT: Yale University Press, 1998.

GIDDENS, Anthony. *Sociology. A brief but critical introduction*. London: Macmillan, 1982.

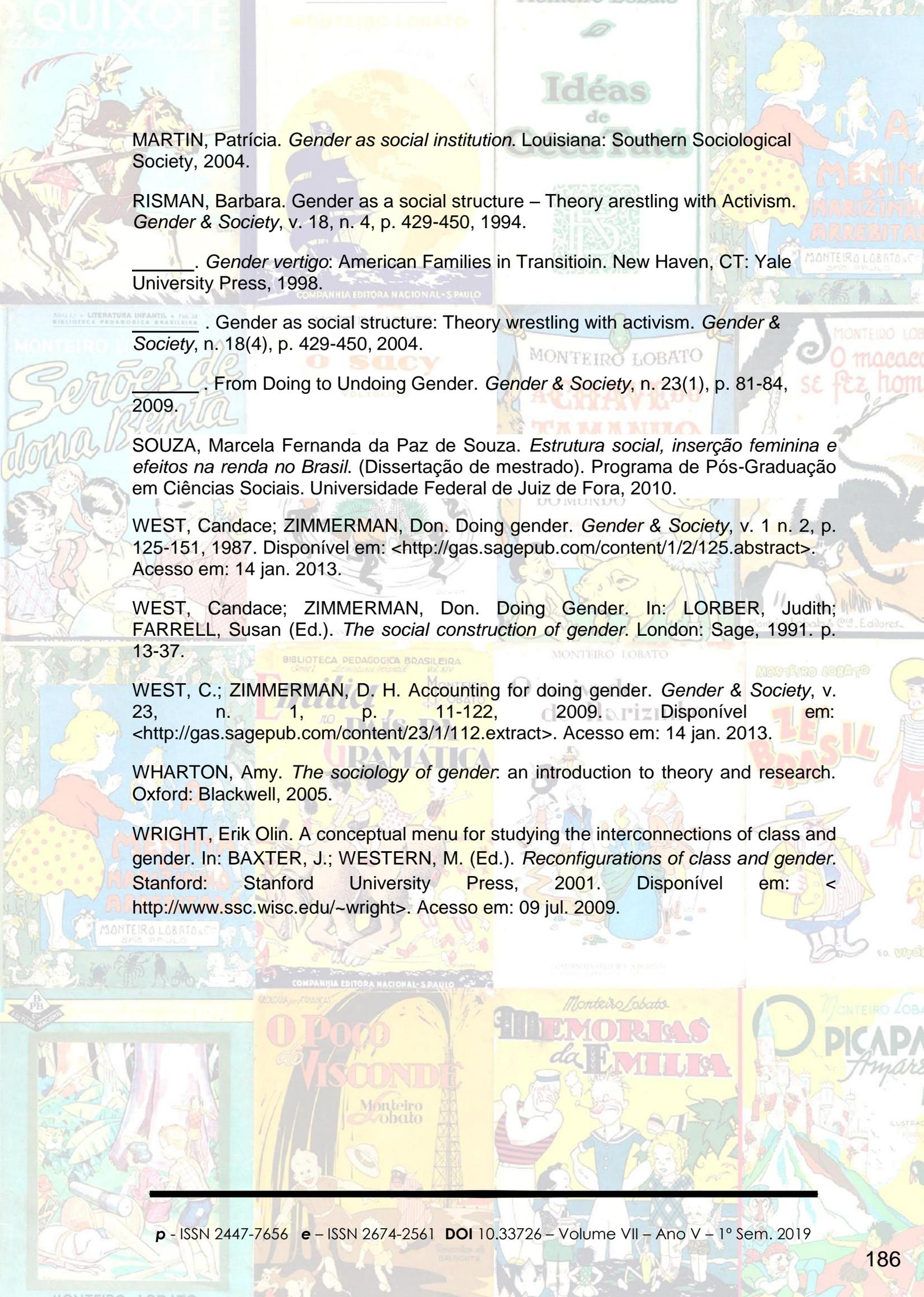
_____. *A constituição da sociedade*. Cambridge: Polity, 1984.

GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. Gênero: o que é isso? *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 15, n.1-3, p. 4-11, 1995.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98931995000100002&script=sci_arttext> Acesso: 12 jan. 2014.

LORBER, Judith; FARRELL, Susan. *The social construction of gender*. Newbury Park: Sage, 1991.

LORBER, Judith. *Paradoxes of gender*. New Haven, CT: Yale University Press, 1994.



MARTIN, Patrícia. *Gender as social institution*. Louisiana: Southern Sociological Society, 2004.

RISMAN, Barbara. Gender as a social structure – Theory wrestling with Activism. *Gender & Society*, v. 18, n. 4, p. 429-450, 1994.

_____. *Gender vertigo: American Families in Transition*. New Haven, CT: Yale University Press, 1998.

_____. Gender as social structure: Theory wrestling with activism. *Gender & Society*, n. 18(4), p. 429-450, 2004.

_____. From Doing to Undoing Gender. *Gender & Society*, n. 23(1), p. 81-84, 2009.

SOUZA, Marcela Fernanda da Paz de Souza. *Estrutura social, inserção feminina e efeitos na renda no Brasil*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don. Doing gender. *Gender & Society*, v. 1 n. 2, p. 125-151, 1987. Disponível em: <<http://gas.sagepub.com/content/1/2/125.abstract>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don. Doing Gender. In: LORBER, Judith; FARRELL, Susan (Ed.). *The social construction of gender*. London: Sage, 1991. p. 13-37.

WEST, C.; ZIMMERMAN, D. H. Accounting for doing gender. *Gender & Society*, v. 23, n. 1, p. 11-122, 2009. Disponível em: <<http://gas.sagepub.com/content/23/1/112.extract>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

WHARTON, Amy. *The sociology of gender: an introduction to theory and research*. Oxford: Blackwell, 2005.

WRIGHT, Erik Olin. A conceptual menu for studying the interconnections of class and gender. In: BAXTER, J.; WESTERN, M. (Ed.). *Reconfigurations of class and gender*. Stanford: Stanford University Press, 2001. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright>>. Acesso em: 09 jul. 2009.